Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

LUZ PUBLICIDADE

SEGUROS

Automóvel

Prêmios emitidos	**15,8 bi**
Veículos segurados	**6,0 mi**

Patrimonial

Prêmios emitidos	**3,3 bi**
Itens segurados	**4,1 mi**

Vida

Prêmios emitidos	**1,6 bi**
Vidas seguradas	**6,4 mi**

SAÚDE

Saúde empresarial

Prêmios emitidos	**6,3 bi**
Vidas seguradas	**0,7 mi**

Odontológico

Prêmios emitidos	**0,2 bi**
Vidas seguradas	**1,0 mi**

BANK

Soluções financeiras para crédito

Receita	**3,6 bi**
Contratos de empréstimos e financiamentos	**0,1 mi**
Cartões aptos para uso	**3,4 mi**

Consórcio

Receita	**1,2 bi**
Cotas ativas	**0,4 mi**
Clientes contemplados	**38,9 mi**

Soluções financeiras para locação e garantia

Receita	**1,1 bi**
Contratos/títulos vigentes	**0,4 mi**

SERVIÇOS

Parceria Porto Seguro

Receita	**1,9 bi**
Negócios	**1,0 mi**

Parcerias Estratégicas

Receita	**0,6 bi**
Negócios	**6,2 mi**

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:00:35 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta – CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco B – 11º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

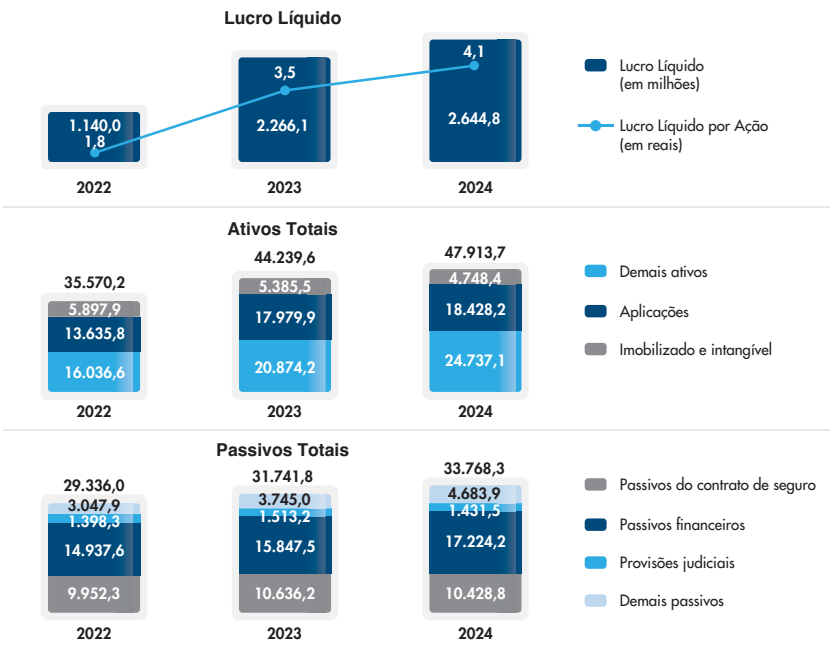
Cada vez mais forte e diversificada
O ano de 2024 terminou de forma muito positiva para nós. Os números que você verá aqui são resultado da estratégia de diversificação e fortalecimento das quatro unidades de negócio do Ecossistema Porto. Nossas receitas avançaram em dois dígitos, atingindo R$ 37 bilhões (+13% vs. 2023). Esses números, associados à marca de 18 milhões de clientes alcançados, são exemplos que reforçam a consistência desse caminho.
O lucro líquido chegou a R$ 2,6 bilhões (+17% vs. 2023). Desconsiderando os efeitos extraordinários[1], o resultado teria sido de R$ 2,7 bilhões (+18% vs. 2023). Vale ressaltar que a rentabilidade sobre o patrimônio foi superior a 20% em todas as nossas Verticais de Negócios (Seguros, Saúde, Bank e Serviços).
Desempenho das unidades de negócio, comparadas a 2023:
Seguros: expansão de 3% na Porto Seguro, com destaques para os segmentos Patrimonial (+12%) e Vida (+9%). No Auto, os prêmios e a frota segurada aumentaram 1%. Mantivemos um Índice Combinado de 89%, em linha com a nossa estratégia de manutenção das margens.
Saúde: a Porto Saúde apresentou crescimento de 24% no número de vidas do Seguro Saúde, atingindo 675 mil beneficiários; e +27% no Odonto, que alcançou 995 mil pessoas. Esses números contribuíram para o aumento de 44% nas receitas. O Índice Combinado do ano foi de 92%, registrando melhora de 4 p.p.. O lucro obtido no período foi de R$ 394 milhões (+96%).
Bank: a receita do Porto Bank avançou 22% em 2024, com crescimento em todas as linhas de negócios: Consórcio (+37%), Capitalização (+20%), Riscos Financeiros (+18%) e Cartão, Financiamento e Empréstimos (+20%). A inadimplência das operações de crédito acima de 90 dias recuou para 5,2%, uma melhora de 1,4 p.p. em relação ao fim de 2023 e abaixo da média de mercado[2], refletindo a evolução da qualidade do crédito. Esse desempenho resultou em um crescimento de 53% no lucro líquido anual, totalizando R$ 632 milhões em 2024.
Serviços: A Porto Serviço registrou R$ 2,5 bilhões em receita e realizou 5,2 milhões de atendimentos no ano, com destaque para o crescimento das vendas ao consumidor final e parcerias estratégicas, que somadas já representam 24% do faturamento.
A receita das aplicações financeiras (excluindo Previdência, ALM de carteiras e rolagem de títulos) foi de R$ 1,2 bilhão, alcançando uma rentabilidade equivalente a 85% do CDI, impactada pelo desempenho das alocações em ações e em pré-fixados. O resultado financeiro líquido foi de R$ 919 milhões.
Nosso compromisso com eficiência e sustentabilidade financeira também se manteve firme. O índice de eficiência operacional, que leva em consideração a soma das Despesas Administrativas em relação à Receita Total, melhorou 11,4%, ou -0,4 p.p. no ano, refletindo ganhos de produtividade.
Além dos resultados financeiros alcançados, fomos pelo terceiro ano consecutivo reconhecidos como uma das 10 melhores empresas para trabalhar na edição de 2024 do ranking nacional da GPTW (Great Place to Work). Esse reconhecimento reflete as iniciativas voltadas ao bem estar, aprendizado e desenvolvimento do nosso Time. Além disso, fomos reconhecidos pelo 11º ano consecutivo como a marca mais lembrada na categoria Seguradoras pelo Top of Mind da Folha de São Paulo, vencemos o prêmio "Estadão Marcas Mais" na categoria Seguradoras e vencemos a 5ª edição do Prêmio Mobilidade, na categoria Melhor Seguro Auto.
Outro marco importante foi a comemoração dos 20 anos da entrada da Porto na Bolsa de Valores brasileira, além da inclusão recente no índice Ibovespa, refletindo nossa trajetória de crescimento. Os resultados de 2024 reforçam a confiança no caminho que estamos trilhando e nas conexões fortes e verdadeiras que cultivamos com Clientes, Colaboradores, Corretores, Fornecedores, Prestadores de Serviço e Investidores. São milhares de pessoas que nos dão o privilégio de estarem conosco todos os dias, algumas das quais, inclusive, você vai passar a conhecer trimestralmente nessa nova versão do nosso Relatório.
A vocação da Porto é Cuidar. Buscando constantemente aperfeiçoar à nossa maneira de cuidar, seguimos, dia após dia, na direção do nosso propósito: Ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e para os seus sonhos.

[1] Tivemos impacto líquido da baixa do produto Carro por Assinatura no valor de R$ -41 milhões, efeito de R$ -34 milhões da rolagem de títulos da carteira de aplicações financeiras e ganhos não recorrentes de R$ 39 milhões associados à operação com a Oncoclínicas.
[2] Fonte: Bacen, com ponderação pela carteira comparável da Companhia.

NOSSO DESEMPENHO

DRE Porto Seguro S.A. (em milhões)	2024	2023	Δ %
Receita Total (Prêmio Retido + Receitas Demais)	**36.929,7**	**32.621,0**	**13,2**
Prêmio Retido	27.800,5	25.066,0	10,9
Prêmio Ganho (vertical seguros e saúde)	27.478,6	24.051,5	14,2
Receitas Não Seguros	9.129,2	7.555,0	20,8
Sinistros Líquidos Retidos	(15.675,8)	(13.146,9)	19,2
Perdas de Crédito (a)	(1.816,6)	(1.725,1)	5,3
Despesa de Comercialização	(6.427,2)	(5.565,6)	15,5
Despesas com Tributos	(1.290,9)	(1.141,0)	13,1
Despesas Operacionais	(3.114,6)	(2.860,6)	8,9
Despesas Administrativas	(4.194,6)	(3.819,4)	9,8
Lucro Operacional	**4.088,0**	**3.347,9**	**22,1**
Resultado Financeiro e Patrimonial	919,4	1.019,6	(9,8)
LAIR	**5.007,3**	**4.367,4**	**14,7**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.319,3)	(1.262,6)	4,5
Participação nos Resultados	(975,6)	(766,4)	27,3
Acionistas não controladores em controladas	(45,9)	(48,7)	(5,7)
Resultado Investidas e Controladas	(12,5)	(23,2)	(46,0)
Lucro Líquido	**2.653,9**	**2.266,4**	**17,1**
Ajuste IFRS17 (Ex-adoção do IFRS 17) (b)	(9,1)	(0,3)	–
Lucro Líquido	**2.644,8**	**2.266,1**	**16,7**
Taxa Efetiva de IR sobre o Resultado (antes dos Impostos) e após PLR	32,7%	35,1%	-2,3
Patrimônio Líquido Médio	13.233,0	11.538,1	14,7
ROAE	**20,0%**	**19,6%**	**0,3**

(a) Perdas de Crédito das operações de Cartão de Crédito, Empréstimos e Financiamentos e Riscos Financeiros.
(b) O resultado societário é impactado pela adoção da norma IFRS 17/CPC 50, trazendo mudanças em suas práticas contábeis, afetando os resultados de seguros. Para fins de resultado gerencial, os resultados de seguros permanecem contabilizados pelo padrão contábil IFRS 4/CPC 11, em conformidade com as normas da SUSEP.



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.
As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
Ainda, a Companhia, seus acionistas e administradores, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas e administradores perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.
O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de Auditoria:
O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas e Cultura:
O Comitê de Pessoas e Cultura tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas e remuneração, sendo responsável também por discutir e monitor temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto.

Comitê de Risco Integrado:
O Comitê de Risco Integrado tem como objetivo monitorar a Diretoria da Companhia no desempenho de suas atribuições relativas à gestão de riscos, incluindo fornecer subsídios e informações em assuntos relacionados à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos, políticas internas e principais indicadores associados, em todas as sociedades que compõem o Conglomerado.

Comitê de Ética e Conduta:
O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Finanças Corporativas:
O Comitê de Finanças Corporativas tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à diretrizes de gestão financeira, exposição a fatores de riscos financeiros, bem como análise e monitoramento do planejamento estratégico, orçamento e o plano anual de investimentos da Companhia e das empresas do Grupo Porto.

Comitê de Clientes, Marketing e Digital:
O Comitê de Clientes, Marketing e Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto para os seus diversos públicos, análise de iniciativas relacionadas à pesquisa, tendências tecnológicas e inovações de novos produtos e políticas de atuação e estruturas de atendimento aos clientes.

Comitê de Sustentabilidade:
O Comitê de Sustentabilidade tem como objetivo apoiar o Conselho de Administração, visando o estabelecimento de práticas e princípios relativos ao desenvolvimento sustentável da Companhia, zelando pela integração e a sustentabilidade à estratégia dos negócios e conciliando as questões de desenvolvimento econômico com as de responsabilidade ambiental, social e de governança corporativa ("ASG").

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E MARKETING

Em 2024, a Porto ampliou seu ecossistema de produtos e serviços, seguindo a estratégia de diversificação de negócios para impulsionar o crescimento da companhia, e fortalecendo a experiência dos Clientes e o relacionamento com os Corretores. Destaque para:
Registro de Companhia Aberta: as unidades de negócios Porto Saúde e Porto Serviço obtiveram em agosto de 2024 o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Porto Serviço: o Grupo passou a divulgar o balanço financeiro da Porto Serviço, a unidade de negócio que conta com um portfólio de serviços de assistências residenciais, empresariais e para carros, além de conveniências para estar presente em todos os momentos da vida das pessoas. A unidade tem focado na ampliação de vendas no B2C e B2B2C e intensificado parcerias estratégicas para distribuição de seu portfólio de serviços, que podem ser contratados tanto por quem já é cliente da Porto, quanto por quem ainda não é.
Linha Pro: sucesso na Grande São Paulo, a Porto Saúde expandiu o portfólio e lançou a Linha Pro no Rio de Janeiro e em Brasília. A categoria é exclusiva para PMEs e oferece preços mais atrativos e cuidado integral de saúde.
Porto Bairro: a Porto Saúde lançou também a Linha Porto Bairro, plano de saúde microrregional focado em bairros da cidade de São Paulo. O produto foi desenvolvido para ter a essência de saúde para pequenos empreendedores locais, com hospital e laboratório de referência do bairro, acesso à medicina de excelência e preço competitivo. A Linha Porto Bairro é destinada a pequenas e médias empresas (PMEs) de 3 a 99 vidas e são 10 novos planos, que levam o nome dos bairros que os representam: Centro, Ipiranga, Itaquera, Lapa, Moema, Morumbi, Paulista, Pirituba, Santana e Tatuapé.
IOF Zero: o Porto Bank, unidade de serviços financeiros da Porto, lançou uma grande campanha para anunciar a isenção de IOF nas compras internacionais realizadas com qualquer Cartão de Crédito Porto Bank - uma ação inédita no mercado. A campanha contou com a veiculação de um filme no intervalo do Fantástico, da Rede Globo.
Conta Digital: o Porto Bank lançou sua conta para corretores de todo o Brasil e para clientes do Cartão Porto Bank. A iniciativa, que faz parte de sua estratégia de inovação e digitalização, foi pensada cuidadosamente para oferecer serviços financeiros mais ágeis e modernos com benefícios que facilitam o dia a dia das pessoas. A conta será disponibilizada gradualmente para mais clientes do ecossistema.
Portfólio Seguro Automóvel: a Porto Seguro apresentou o novo portfólio de seguro Auto em uma campanha nacional na TV, com uma variedade de opções e personalização de coberturas para diferentes perfis de motoristas. Com esta campanha, a companhia busca mostrar a elasticidade do seu portfólio, ampliando a oferta de produtos e alavancando a inclusão securitária.
Reconhecimentos de Marca: a Porto cresceu 14% em valor de marca no ranking das "Marcas Brasileiras Mais Valiosas" da Interbrand, atingindo R$ 1,1 bilhão, e se manteve pelo segundo ano consecutivo na 16ª posição. A companhia também foi reconhecida como a segunda marca mais forte pela Brand Finance América Latina pela confiança e lealdade construída no dia a dia. No ranking geral, que mensura o valor da marca, passou da 41ª posição para a 39ª, com valorização de 16,1%, ou US$ 500 milhões.
Top of Mind: a Porto foi reconhecida pelo 11º ano consecutivo como a marca mais lembrada na categoria Seguradoras pelo Top of Mind da Folha de São Paulo.
Melhores do ESG 2024: a Porto conquistou o primeiro lugar na categoria Serviços Financeiros do ranking divulgado pela revista Exame.
GPTW: o Great Place to Work (GPTW) certificou a Porto como um excelente lugar para se trabalhar e, meses depois, a Companhia foi reconhecida como uma das dez melhores empresas para trabalhar no Brasil na categoria Grandes.
APP Porto: durante o período, a companhia investiu no aprimoramento da experiência do usuário (UX) e de interface (UI). Uma das inovações recentes foi a criação de uma área específica no aplicativo para o atendimento de serviços emergenciais, como a solicitação de guinchos e assistências residenciais. Com esse recurso, os clientes conseguem pedir um serviço de emergência realizando menos cliques.
Como resultado, a Porto registrou aumento de 38% na solicitação de assistências realizadas pelo canal e um aumento de 20% no total de usuários no App.
Parceria com Verena Smit: a Porto firmou uma parceria com a artista plástica Verena Smit, para celebrar o Dia das Mulheres. Para esta data, a artista preparou uma série de conteúdos que homenageiam e impulsionam o papel da mulher na sociedade.
Cirque du Soleil: a Porto iniciou o ano reforçando a presença de marca e o ecossistema de produtos e serviços no território de entretenimento. A companhia anunciou o patrocínio ao espetáculo inédito Crystal, do Cirque du Soleil, no Brasil, levando uma experiência diferenciada, descontos e vantagens para os clientes Porto e estimulando o spending com o cartão Porto Bank. Em São Paulo, a apresentação aconteceu na maior tenda que o Cirque du Soleil já trouxe para o país, com capacidade para mais de 3,5 mil pessoas e 20 metros de altura, levando o cuidado da Porto para ainda mais pessoas. No Rio de Janeiro, o espetáculo ficou em cartaz em curta temporada no RioArena. No total, foram realizadas 118 sessões entre os meses de junho e outubro.
Temporada 2024 de Automobilismo: a companhia formou uma squad de pilotos do automobilismo brasileiro. Entre eles está Gabriel Bortoleto (atual F1 Sauber) e Aurélia Nobels (F1 Academy), além do patrocínio ao FIA Girls on Track, programa que promove a participação de mulheres no automobilismo. Com o apoio, a Porto acredita e incentiva os talentos do automobilismo brasileiro e reforça o seu legado com a cultura do automóvel.
Porsche Cup: a Porto anunciou o patrocínio à Porsche Cup. A partir de 2025, a marca Porto poderá ser vista nos carros da Categoria principal, a Carrera Cup, além de contar com exposição nas pistas, áreas médicas e áreas de convivência.
GP São Paulo: a Porto foi, pelo terceiro ano consecutivo, a founding partner do Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1. A arquibancada exclusiva no evento recebeu 4,5 mil pessoas por dia com ativações, shows e uma roda-gigante exclusiva. Os ingressos, colocados à venda em agosto, esgotaram em menos de 1 hora, contribuindo para o crescimento do spending no cartão Porto Bank. Para ampliar ainda mais sua presença no evento, a Porto ainda distribuiu bonés personalizados para o público do autódromo.
Patrocínios: a Porto também patrocinou o Festival Manda Brasa, em Porto Alegre, para auxiliar na reconstrução do Sul após as fortes chuvas do início do ano, e ao BeFly Hall, em Minas Gerais, seguindo a estratégia de regionalização e buscando fortalecer a presença nos momentos de lazer e entretenimento com os clientes e corretores dessas localidades.
Plataforma de Incentivo: por meio da campanha de incentivo "Fecha com a Porto", a companhia premiou corretores que ativaram negócios nas verticais Porto Bank, Porto Saúde, Porto Seguro e Porto Serviço ao longo do ano. Foram mais de 17.3 mil corretores participantes da campanha e mais de 700 corretores puderam vivenciar experiências como Cirque du Soleil, viagem exclusiva para RJ Fairmont Copacabana com direito ao Recital de 30 anos de carreira de Andrea Bocelli e Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1.
Summit Corretor É Pra Sempre: com o objetivo de fortalecer cada vez mais a parceria com os corretores, a Porto promoveu em junho a primeira edição do evento. O encontro reuniu mais de mil corretores parceiros e a diretoria no Rio de Janeiro para compartilhar novidades, estratégias e resultados das quatro unidades de negócio. Em agosto promoveu a segunda edição do Summit Corretor É Pra Sempre para mais de 1,5 mil corretores parceiros em São Paulo.
Teatro Porto: o Teatro Porto, em São Paulo, encerrou 2024 com público de 70 mil pessoas em quatro atrações principais. O musical "Rita Lee - Uma Autobiografia Musical" foi o destaque do ano, com mais de 110 sessões e três prorrogações de temporada. Desde sua estreia em 26 de abril, o musical tem sido um fenômeno na temporada teatral paulistana, com sessões esgotadas antes mesmo da estreia.
Rio Grande do Sul: entre as ações de apoio à população do Rio Grande do Sul, a Porto mobilizou uma frota especializada e 150 socorristas para atuar em conjunto com a Defesa Civil nas enchentes que atingiram o Estado. Foram realizados 4,7 mil atendimentos abrangendo os produtos de seguro automóvel e residencial, com destaque para as cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas, Guaíba e Eldorado do Sul. O Instituto Porto também arrecadou mais de 54 mil itens de doações para a região. Foi uma forma de levar um pouco de cuidado e esperança para famílias durante esse período tão difícil. A Porto agradece a todos os Colaboradores, Corretores, Fornecedores, Clientes e, em especial, aos Prestadores de Serviço pelos esforços realizados no apoio à população do Rio Grande do Sul.
Florescer: visando o desenvolvimento organizacional, foi criado o programa para colaboradores com deficiência do Grupo Porto, a fim de inspirá-los a reconhecerem seu potencial e a explorarem novas oportunidades, promovendo assim seu crescimento pessoal e profissional. Na programação de 2024, foram realizadas três ações no segundo semestre, nos meses de julho, setembro e outubro, com mais de 100 participantes.
Afro Horizontes: programa voltado ao desenvolvimento de colaboradores e colaboradoras pardas e pretas da Porto, com foco em ampliar oportunidades de aprendizado e crescimento. A iniciativa também promove a sensibilização da liderança para uma visão mais diversa, equitativa e inclusiva, por meio de uma jornada evolutiva e inspiradora composta por palestras, encontros e ações ao longo do ano.
Lidera: uma jornada de desenvolvimento voltada para mulheres na Porto para apoiá-las no desenvolvimento de sua jornada profissional e pessoal através de encontros com lideranças femininas de relevância nacional e internacional. A programação de 2024 definiu cinco ações ao longo dos meses de março, abril, junho, setembro e novembro, somando mais de mil participações.
Instituto Porto: durante o ano de 2024 o Instituto Porto teve como Diretrizes Estratégicas atuações com foco no Impacto Social, Investimento Social Privado e ações da Associação Campos Elíseos +Gentil. O objetivo é atuar com crianças e adolescentes, jovens aprendizes, cursos profissionalizantes, leis de incentivo, captação de recursos, entre outros. No programa Ação Educa 242 alunos foram atendidos no contraturno escolar, com oficinas socioeducativas, voltadas para o esporte, artes visuais, robótica e leitura e escrita. Além disso, o Instituto apoiou famílias com a entrega de 686 vales-alimentação. Já o Programa de Aprendizagem, que propicia a inclusão produtiva e o preparo para o primeiro emprego, ofereceu curso preparatório com foco em geração de trabalho e renda para 443 alunos e ao longo do ano somou mais de 1476 horas de treinamento neste eixo. Dos 443 alunos formados, 234 foram inseridos no Programa de Aprendizagem, um índice de 53% de empregabilidade.
Renova Ecopeças: empresa do Grupo Porto, pioneira na desmontagem sustentável de veículos, só em 2024, desmontou 5.800 veículos e reaproveitou 72.000 itens. Com um processo inovador e rigorosamente monitorado, a Renova, que em 2025, completa 12 anos de atividades, já desmontou 30.836 veículos, reaproveitou mais de 1.100.000 peças e reciclou toneladas de materiais.

GENTE E CULTURA

O Grupo Porto encerrou 2024 com um total de 13.169 Colaboradores, dos quais 7.775 estão distribuídos na Holding e na Porto Seguro, enquanto 5.394 nas demais unidades de negócio. Ao longo do ano, acolhemos 3.013 novos talentos, incluindo 465 participantes dos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência", reforçando nosso compromisso com uma Porto mais diversa e inclusiva.
O índice de rotatividade acumulado no ano foi de 20,96%, um aumento de 3,38 p.p. em relação a 2023, reflexo positivo do forte impulso nas admissões de 2024.
Atualmente, adotamos quatro modelos de trabalho, que oferecem flexibilidade e adaptabilidade aos nossos Colaboradores, são eles: 100% Home Office, Presencial (com quatro dias presenciais por semana), Híbrido (com presença de 4 a 8 vezes ao mês) e Externo, para colaboradores com jornada externa.

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:00:59 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Como parte da nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral (ações de Saúde Física, Mental e Financeira) dos nossos Colaboradores, mantivemos os atendimentos para doenças respiratórias, como COVID-19 e Influenza, e realizamos a campanha de vacinação com mais de 6.400 pessoas imunizadas. Ainda disponibilizamos aos nossos Colaboradores laboratório para coleta de exames em nosso Espaço Saúde, além de especialidades médicas, como Ortopedia, Ginecologia, Cardiologia, Endocrinologia, Psicologia e Fisioterapia.

Ainda atentos ao cuidado com o nosso time, promovemos rodas de conversa, serviços de saúde e bem-estar, incentivo a corridas de rua (com desconto de 50% no valor da inscrição), espaços para a prática de atividades física, como quadras e academia, entre outra ações que impactaram mais de 7.800 pessoas.

Para promover o engajamento e a integração dos Times, realizamos diversos eventos, como: 1º Motor Clube Porto, encontro de carros antigos de Colaboradores; a Festa da Lembrança, que homenageou mais de 1.900 pessoas com 10, 15, 20 ou mais anos de casa; o Porto Festival, nosso festival de música e gastronomia com mais de 4 mil participantes em três dias de evento; o Conhecendo a Porto, em que os Colaboradores trouxeram seus filhos para viverem um dia especial com a gente; e a Festa de Fim de Ano, que reuniu 9.653 pessoas para comemorar nossas entregas e resultados de 2024.

Em 2024, encerramos a Temporada "Integrando Clientes e Negócios". Com isso, nos preparamos para um novo ciclo de crescimento, com iniciativas para suportar e acelerar o processo de fortalecimento e evolução da Companhia para os próximos cinco anos.

Para capturar as percepções e obter insumos para refinar a atuação das lideranças e da Porto para este ano e para orientar o seu futuro, lançamos, em junho, a Pesquisa Pulso com o objetivo de capturar a temperatura geral da Companhia, medir a evolução da Porto em questões-chave neste tema e aferir, pela primeira vez, nosso índice de inclusão (88% de favorabilidade).

O resultado geral da Pulso (Favorabilidade de 74%, com queda de 1pp quando consideramos as questões comparáveis com Clima 2023) indica que evoluímos na comunicação, conseguimos sustentar as dinâmicas de parceria e temos oportunidades mais significativas em Eficiência e Cultura.

Em 2024, também mantivemos nossa posição entre as dez melhores empresas para se trabalhar, pelo ranking da GPTW (Great Place to Work) - um dos principais do Brasil que elege as melhores empresas para se trabalhar no País. Ficamos na 10ª posição na categoria Grandes Empresas, com 85% de favorabilidade.

Os resultados das pesquisas foram somados a diagnósticos culturais e serviram de insumo para ações de comunicação, desenvolvimento e engajamento das lideranças.

São diversas frentes de atuação junto à liderança. Para o público de superintendência e acima, as principais foram um processo de aceleração individual, para feedback e feedfoward a partir dos inputs relativos aos comportamentos observados nas demais ações do programa, diálogos assistidos para acompanhamento de atividades coletivas e avaliação da dinâmica de funcionamento e posterior feedback e, por fim, o ELL, Encontro Líder Liderado, voltado à ampliação do conhecimento da relação de líder com seu time para fortalecer as relações e melhorar a dinâmica das equipes.

Para o público de gerentes e coordenadores, houve encontros com os Grupos de Referência, que são grupos conduzidos pela própria liderança da Porto em que se discutem as principais competências-chave para alavancar a empresa frente aos novos desafios.

Por fim, foram feitos workshops, chamados de Embarcação, em que cada encontro contava com aproximadamente 100 pessoas com diferentes perfis para identificação dos elementos que potencializam o crescimento dos Negócios.

Este trabalho culmina no fortalecimento da coesão, alinhamento e robustez da liderança e da Companhia no encerramento da Temporada e desenho da nossa próxima Visão.

Na estratégia de marca empregadora, intensificamos a nossa atuação de forma intencional nos canais digitais da Porto que conversam com talentos: LinkedIn, Glassdoor e o nosso site de carreiras. Um dos pilares da nossa estratégia é contar as nossas histórias de forma intencional, consistente e encantadora, dando voz para as ações que fazemos, permitindo que as pessoas possam conhecer a Porto e o que faz da gente um lugar único para se trabalhar. Ao todo, tivemos cerca de 25 mil interações no Linkedin, com 207 mil novos seguidores na rede social, atingindo a marca de 1.294.778 seguidores. Na Glassdoor, fechamos o ano com 4,4 de nota em uma escala até 5, considerado um excelente patamar pela espontaneidade das participações.

Também intensificamos a pauta de Diversidade, Equidade e Inclusão ao longo de todo ano, com mais de 1.700 pessoas impactadas pelos nossos programas, como o Lidera, voltado ao desenvolvimento de lideranças femininas, o Florescer, focado em pessoas com deficiência, e o Afro Horizontes, para pessoas pretas e pardas. Entre os participantes, tivemos 380 colaboradores reconhecidos (com mérito ou promoção), sendo que destes, 38 tornaram-se líderes.

Neste tema, ainda patrocinamos feiras relacionadas à empregabilidade e ao Mercado Segurador, como a Sou Segura, Feira Mais Diversa e a Feira Juntos, além do Censo de Diversidade e Inclusão, não obrigatório, que chegou à marca de 70% de preenchimento e que resultou no mapeamento dos nossos Colaboradores para ações ainda mais customizadas, como a criação de banheiro multigênero e Bolsa de Estudo com subsídio de 100% para pessoas Trans.

Pelo terceiro ano consecutivo, fomos reconhecidos pela Great Place to Work (GPTW), um dos principais rankings que elege as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, ocupando o 8º lugar na categoria Grandes Empresas.

Em relação a aprendizagem, na Diretoria de Gente e Cultura oferecemos diversas ações, como LOAD (Plataforma de Educação Corporativa) para Líderes, um programa desenhado para alavancar a liderança, o LOAD para Equipes, que são cursos oferecidos para desenvolver os Colaboradores em competências-chave, além de trilhas específicas para a temática de Diversidade e Inclusão e Programas de estágio e trainee, entre outros. Além dos programas, temos a atuação dos núcleos de aprendizagem, que buscam soluções voltadas aos desafios de cada negócio. No ano de 2024, foram 280 iniciativas de aprendizagem oferecidas pela Diretoria entre cursos, trilhas e palestras, nas quais impactamos mais de 7.800 colaboradores com ações de aprendizagem.

Caminhamos, em 2024, com o Catálogo Aprender na Porto, uma matriz com iniciativas de aprendizagem formais de todos os núcleos, garantindo visibilidade com acesso rápido a quem produz conteúdo para otimizações ou sinergias metodológicas.

O Programa de Estágio oferece uma trilha de aprendizagem específica de mais de 96 horas de sala de aula por participante. Admitimos 47 pessoas no programa e destas, 2% foram efetivadas e seguimos com 85% dos contratos ativos.

O Programa de Trainee foi encerrado em julho com a efetivação de 11 participantes em diferentes áreas da Porto. A trilha de desenvolvimento do programa contou com 307 horas de sala de aula, para aperfeiçoamento de soft e hard skills essenciais, contemplou mentoria individual, além do investimento para que cada trainee pudesse realizar a aquisição de uma formação técnica específica relevante para a própria jornada e experiência dentro da estrutura de negócio a qual pertence.

Os treinamentos da trilha de eficiência do Programa de Melhoria Contínua mantiveram a alta procura em relação a 2023, demonstrando como a aprendizagem pode apoiar a cultura de melhoria contínua. Tivemos um aumento de 16,5% dos projetos mentorados pelo programa, gerando impacto positivo na experiência do Cliente e do Colaborador, além do aumento de eficiência nos processos.

Além das ações de aprendizagem, temos frentes de Café com Colaboradores e Líderes. No Café com Colaboradores, realizamos 4 sessões presenciais e 4 remotas, com um total de 400 participações e NPS 96. Já no Café com Líderes, tivemos 11 encontros, em que o foco é reforçar a Essência, apresentar os resultados e discutirmos o futuro e o presente da Porto. Os encontros contaram com mais de 9.500 participações entre primeira gestão e demais lideranças, com NPS 95 e 96, respectivamente. Realizamos ainda 4 edições do Bate-papo com Kaki, evento em que o presidente responde a perguntas e respostas dos Colaboradores, que impactaram mais de 7 mil pessoas, com NPs de 97 na última edição.

Na nossa Biblioteca, realizamos mais de 4.583 empréstimos de materiais (livros, cds e dvds) e 12.944 consultas ao terminal web ao longo do ano. Além disso, mais de 925 downloads de títulos em uma plataforma em que oferecemos resumos de livros.

Além do espaço para leitura e busca de materiais, temos eventos culturais como peças de teatro e o clube do livro. Ao longo de 2024, tivemos 3 peças de Teatro com uma média de 120 pessoas em cada e discussão sobre livros e resumos, com 4 encontros, sendo 2 presenciais com 30 participações e 2 remotos com 60 participações cada.

Ao longo do ano, realizamos aproximadamente 2.376 ações de reconhecimentos financeiros, representando um aumento de cerca de 16% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reforça nosso compromisso em valorizar e reconhecer o desempenho de nossos Colaboradores, incentivando o equilíbrio entre pessoas e resultados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Para mais informações sobre os membros do Comitê, consulte o site de Relação com Investidores.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   1.1: Temas materiais associados:
   - Desenvolvimento das Comunidades Locais
   - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
   - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   2.1: Temas materiais associados:
   - Descarbonização e emissões de GEE
   - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   3.1: Temas materiais associados:
   - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
   - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
   - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   4.1: Temas materiais associados:
   - Comportamento ético, integridade e compliance
   - Gestão da cadeia de valor
   - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
   - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo à transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

Projetos & Investimento Sociais

O Instituto Porto tem como direcionamento estratégico propiciar o desenvolvimento sustentável, gerando impacto social em comunidades ao redor da Porto (Brasil), por meio de projetos voltados para educação, desenvolvimento profissional e geração de renda. Nosso objetivo é potencializar o desenvolvimento social, desenvolvendo organizações sociais locais e por meio de programas e projetos próprios com foco em educação e geração de renda na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia, bem como realizar ações de mobilização e parceria por meio do voluntariado, captação de recursos e investimentos via leis de incentivos fiscais e inclusão produtiva de pessoas.

Dentre os programas realizados em 2024 o Programa de Aprendizagem, segue em expansão e com autossustentabilidade financeira. Com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento e inclusão de jovens no ecossistema da Porto e na sociedade, o programa propicia a inclusão produtiva e o preparo para o primeiro emprego, além de cumprir e atender a legislação vigente da lei de aprendizagem.

A Pré-formação, curso preparatório que antecede a aprendizagem, aborda temas relacionados ao ambiente profissional, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento e inclusão de pessoas no ecossistema Porto e na sociedade. Em 2024, o curso ofereceu conteúdos técnicos e socioemocionais com foco em geração de trabalho e renda para 443 alunos e ao longo do ano somou mais de 1476 horas de treinamento neste eixo. Dos 443 alunos formados, 234 foram inseridos no Programa de Aprendizagem, um índice de 53% de empregabilidade.

Ainda nessa temática, foram realizados os Cursos Profissionalizantes para a área de tecnologia, com temas tanto relacionados aos negócios da Porto, quanto às necessidades apontadas pela comunidade, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de jovens e adultos de baixa renda e apoiá-los na busca de melhores condições socioeconômicas por meio do acesso ao trabalho formal ou a geração de renda. Ao longo do ano, foram formadas: 2 turmas do curso em desenvolvimento de sistemas, 2 turmas do curso de tecnologia da informação, 2 turmas do curso de inteligência digital e 1 turma do curso de excel básico, totalizando 258 horas de aula. Ao todo, 62 alunos foram formados, propiciando até dezembro a inclusão produtiva de 26 alunos no mercado de trabalho, com renda média de R$ 1.785,71. Vale ressaltar que os demais alunos estão em nosso banco de talentos e recebem indicações periódicas de vagas de emprego para candidatura.

Quando falamos em capacitação profissional e geração de renda, para grande parte do público que atendemos é a primeira oportunidade de emprego formal. O programa de aprendizagem é uma ação estratégica, pois ao mesmo tempo que atende a legislação também atua no enfrentamento às desigualdades sociais, não apenas por gerar renda para os jovens, mas por trabalhar diferentes dimensões que condicionam, de forma estrutural, o potencial de desenvolvimento das suas capacidades, transformando suas realidades. Em 2024, a Porto efetivou 37 jovens, 39% dos jovens em término de contrato.

Outra frente que se destacou foi o Programa Ação Educa, que em 2024 conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Direitos Humanos e Diversidade, que tem por objetivo reconhecer boas práticas de gestão da diversidade e promoção dos direitos humanos em empresas, órgãos públicos e organizações do terceiro setor. O programa atendeu 242 crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, no contraturno escolar, através de atividades socioeducativas. Nos baseamos através das competências socioemocionais da UNESCO, como objetivo de ampliar repertórios de arte e cultura, promovendo acesso à educação de qualidade e à cidadania, inspirando-os na busca da autonomia para construção de seus projetos de vida, ampliando o acesso a oportunidades de trabalho. Buscando ampliar o aprendizado e a experiência dos alunos, em 2024 ofertamos oficinas extras de coral, inglês e robótica e atividades culturais externas, oferecemos 818 atendimentos psicológicos, 707 atendimentos psicopedagógicos e 331 atendimentos nos mutirões de saúde (pediátrico e oftalmológico). Neste período entregamos 686 vales-alimentação para as famílias atendidas no programa.

Para financiar todas essas ações estruturamos a área de Captação de Recursos, que tem por objetivo engajar todo o ecossistema da Porto para uma cultura de doação e captar recursos para investir em iniciativas de educação do Instituto Porto e Organizações Sociais parceiras. No total, foram arrecadados R$ 776 mil reais ao longo do ano de 2024, por meio de doações recorrentes e pontuais de colaboradores, investimento via lei de incentivo fiscal de empresas parceiras, programa de doação de pontos do Porto Bank (porto plus), Programa Nota Fiscal Paulista e recursos oriundos do estacionamento Porto, ao lado do Teatro Porto.

No último ano tivemos 1782 investidores sociais na pessoa física, 369 doadores de nota fiscal paulista e uma empresa apoiando via lei de incentivo fiscal. Do total de R$ 776 mil reais captados, foram investidos R$ 346 mil reais no projeto Ação Educa.

No Programa Porto Voluntário, contemplamos matriz e sucursais, com 133 ações diferentes, alcançando 815 voluntários em todo Brasil. Tivemos ações recorrentes e pontuais, com cerca de 3.343 mil horas de atuação voluntária em 45 instituições sociais e mais de 26.520 mil atendimentos gerados.

Quando se trata de investimentos via lei de incentivo fiscal, o Instituto Porto divulga anualmente um edital social para destinação dos recursos oriundos dessa fonte para projetos aprovados nas seguintes leis de incentivo: Lei da Criança e Adolescente (FUMCAD e CONDECA), Lei do Idoso (FEI e FMI), Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS). Em 2024 destinamos 1% do lucro real das 12 empresas do Grupo Porto, o que totalizou o valor de R$ 10.624.602,90 aportados em 19 projetos sociais que serão desenvolvidos nos próximos 12 meses e irá impactar cerca de 12 mil pessoas.

Em linhas gerais o Instituto engajou cerca de 3 mil pessoas, por meio de doações financeiras e voluntariado, com cerca de 3.343 mil horas de atuação voluntária em 45 instituições sociais e mais de 26.520 mil atendimentos gerados, amplificando os programas e projetos desenvolvidos, impactando diretamente mais de 3000 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de mais de 12 mil pessoas impactadas por meio dos projetos apoiados via leis de incentivo fiscal.

A Associação Campos Elíseos +Gentil foi criada para propiciar o desenvolvimento territorial de Campos Elíseos por meio da facilitação de diálogos da comunidade com órgãos públicos nas frentes de conservação, manutenção, limpeza e intervenções educativas no território. Em 2024, foram recepcionados 180 alertas, abertos 245 protocolos com 73% de resolubilidade. Além disso, foram recebidas na sede da Associação 440 pessoas e 363 pessoas foram contatadas em conferências e ações territoriais.

A Porto também apoiou iniciativas como a Associação Crescer Sempre e o Instituto Ação Pela Paz. A Associação Crescer Sempre, entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade de Paraisópolis com foco em educação formal de qualidade e no último ano apresentou como resultado 724 alunos formados por meio de seus diversos programas, como na escola regular de Educação Infantil, escola integral de Ensino Médio; escola regular de Ensino Fundamental Anos Finais; Cursos Profissionalizantes presenciais e mais de 12.025 mil empréstimos de livros da Biblioteca aberta à comunidade.

O Instituto Ação Pela Paz tem a missão de auxiliar o Poder Público e a sociedade civil em iniciativas que contribuam para a redução da reincidência criminal. Em 2024, foram apoiadas 338 projetos em várias regiões do Brasil, centrados na atenção às pessoas em privação de liberdade, alcançando ao menos 20.037 mil participantes, de acordo com dados parciais.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altistas.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, incisos V e VI e do artigo 31, §1º, inciso II da Resolução CVM nº 80/2022, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, Item 9

No exercício de janeiro a dezembro de 2024, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:01:36 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**1.206.511**	**1.361.649**	**26.288.831**	**26.456.059**
Caixa e equivalentes de caixa	8	65.836	8.194	2.191.494	1.105.403
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	981.519	1.182.213	7.414.555	10.905.996
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	13.829.746	12.108.173
Ativos do contrato de resseguro	22	–	–	98.294	107.976
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	598.621	478.898
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	46.157	48.065	295.594	220.327
Bens à venda	12	–	–	190.043	297.258
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	508.959	311.620
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	231	160.192	12.970
Outros ativos	15	112.999	122.946	1.001.333	907.438
Não circulante		**13.809.013**	**12.140.416**	**21.624.905**	**17.783.540**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	2.608	2.403
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	2.024.620	3.358.475
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	1.106.332	249.813	8.986.434	3.713.075
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	1.026.884	1.029.840
Ativos do contrato de resseguro	22	–	–	2.667	7.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	–	–	1.553.404	1.212.491
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	–	–	1.472	1.472
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	1.033.428	695.780
Depósitos judiciais	16	296	163.955	1.519.542	1.622.616
Outros ativos	15	6.409	27.510	105.046	102.948
Investimentos					
Participações em controladas	17.1	12.340.228	11.296.732	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	17.2	–	–	226.851	193.574
Outros investimentos		32.784	48.428	32.784	48.428
Propriedades para investimentos	18	322.390	353.404	273.535	307.018
Imobilizado	19	574	574	930.500	1.568.425
Intangível	20	–	–	3.817.933	3.817.064
Ativo de direito de uso	21	–	–	87.197	102.428
Total do ativo		**15.015.524**	**13.502.065**	**47.913.736**	**44.239.599**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**704.888**	**623.255**	**22.875.026**	**23.490.246**
Passivos do contrato de seguro	22	–	–	5.806.877	5.853.590
Passivos financeiros	23	–	–	13.664.214	14.973.868
Impostos e contribuições a recolher	11.2	36.760	42.893	545.337	366.932
Dividendos e JCP a pagar		603.824	522.193	606.734	522.193
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	–	718	50.307
Passivo de arrendamento	25	–	–	20.197	18.887
Outros passivos	26	64.304	58.169	2.230.949	1.704.469
Não circulante		**259.842**	**463.548**	**10.893.312**	**8.251.555**
Passivos do contrato de seguro	22	–	–	4.621.884	4.782.571
Passivos financeiros	23	–	–	3.559.964	873.662
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.3	8.354	8.723	534.419	329.234
Impostos e contribuições a recolher	11.2	–	–	–	74
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	–	11.284	–
Passivo de arrendamento	25	–	–	114.317	126.635
Provisões judiciais	24	–	163.724	1.431.451	1.513.154
Outros passivos	26	251.488	291.101	619.993	626.225
Patrimônio líquido		**14.050.794**	**12.415.262**	**14.145.398**	**12.497.798**
Capital social	27 (a)	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Reservas de lucros:		4.241.500	2.920.853	4.241.500	2.920.853
(–) Ações em tesouraria		(155.607)	(123.192)	(155.607)	(123.192)
Reservas de lucros - demais		4.397.107	3.044.045	4.397.107	3.044.045
Reservas de capital		808.332	808.332	808.332	808.332
Dividendos adicionais propostos		559.335	288.153	559.335	288.153
Outros resultados abrangentes		(58.373)	(102.076)	(58.373)	(102.076)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	94.604	82.536
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.015.524**	**13.502.065**	**47.913.736**	**44.239.599**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas					
Receita de contrato de seguro	28	–	–	28.363.063	26.352.305
Receita de operações de crédito	29	–	–	3.701.018	3.316.036
Receita de prestação de serviços	30	–	–	3.084.116	2.646.648
Receita com títulos de capitalização		–	–	95.269	80.088
Outras receitas operacionais	31	13.518	17.263	218.475	210.468
Equivalência patrimonial	17.1	2.607.022	2.331.858	33.277	(8.007)
Total das receitas		**2.620.540**	**2.349.121**	**35.495.218**	**32.597.538**
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	28	–	–	(21.614.392)	(20.017.663)
Despesa líquida com contratos de resseguros/retrocessões	28	–	–	(56.044)	(73.070)
Custos de aquisição - outros		–	–	(773.606)	(476.665)
Despesa administrativa	32	(71.211)	(29.459)	(5.322.697)	(4.662.138)
Despesa com tributos	33	(48.169)	(43.423)	(1.068.913)	(980.753)
Custo dos serviços prestados		–	–	(241.062)	(284.188)
Outras despesas operacionais	34	–	(40.249)	(3.319.018)	(3.296.370)
Total das despesas		**(119.380)**	**(113.131)**	**(32.395.732)**	**(29.790.847)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**2.501.160**	**2.235.990**	**3.099.486**	**2.806.691**
Receita financeira	35	171.230	135.885	1.669.537	2.040.214
Despesa financeira	36	(27.545)	(105.608)	(824.457)	(1.303.874)
Lucro operacional		**2.644.845**	**2.266.267**	**3.944.566**	**3.543.031**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.644.845**	**2.266.267**	**3.944.566**	**3.543.031**
Imposto de renda e contribuição social	11.4	**–**	**(118)**	**(1.253.784)**	**(1.228.174)**
Corrente		–	(255.135)	(1.332.386)	(1.111.488)
Diferido		–	255.017	78.602	(116.686)
Lucro líquido do exercício		**2.644.845**	**2.266.149**	**2.690.782**	**2.314.857**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		2.644.845	2.266.149	2.644.845	2.266.149
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	45.937	48.708
Resultado por ação:					
- Básico e diluído	39	4,0780	3,5022	4,1488	3,5775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**2.644.845**	**2.266.149**	**2.690.782**	**2.314.857**
Outros resultados abrangentes	**43.703**	**94.383**	**43.703**	**94.383**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(275.360)	195.485	(275.360)	195.485
Efeitos tributários sobre ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	110.144	(78.194)	110.144	(78.194)
Resultado com "hedge" em controladas	212.452	(5.488)	212.452	(5.488)
Efeitos tributários sobre Resultado com "hedge" em controladas	(84.981)	2.195	(84.981)	2.195
Ajustes acumulados de conversão em controladas	13.782	9.983	13.782	9.983
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro em controladas	65.979	(17.260)	65.979	(17.260)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	1.687	(12.338)	1.687	(12.338)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**2.688.548**	**2.360.532**	**2.734.485**	**2.409.240**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	2.688.548	2.360.532	2.688.548	2.360.532
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	45.937	48.708

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**(353.758)**	**(747.258)**	**2.415.087**	**69.766**
Caixa gerado nas operações	**(40.732)**	**76.275**	**3.002.137**	**2.588.400**
Lucro líquido do exercício	2.644.845	2.266.149	2.690.782	2.314.857
Depreciações	–	–	113.642	127.174
Amortizações	–	40.248	299.423	254.283
Equivalência patrimonial	(2.607.022)	(2.331.858)	(33.277)	8.007
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	85.169	93.169	3.314	(310.128)
Provisões judiciais	(163.724)	9.830	(62.897)	135.473
Resultado na venda de imobilizado	–	(1.263)	(8.850)	58.734
Variações nos ativos e passivos	**(310.544)**	**(804.296)**	**734.488**	**(1.416.407)**
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	200.694	(604.238)	3.491.236	(3.799.614)
Aplicações financeiras - demais categorias	(856.519)	(166.161)	(3.939.504)	(544.546)
Ativos de contratos de seguros e resseguros	–	–	14.518	22.278
Empréstimos e recebíveis	–	–	(1.567.573)	(998.849)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(348.186)	(252.681)	55.790
Impostos e contribuições a recuperar	1.908	13.096	(75.267)	29.992
Bens à venda	–	–	109.065	(46.022)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(534.987)	(461.972)
Depósitos judiciais	163.659	(10.042)	103.074	(86.456)
Outros ativos	77.706	(51.301)	(205.844)	(67.293)
Operações de arrendamentos	–	–	4.223	4.772
Passivo de contratos de seguros e resseguros	(85.538)	–	(207.400)	683.897
Passivos financeiros	–	–	2.009.026	2.373.901
Instrumentos financeiros derivativos	231	(171)	(185.527)	22.473
Impostos e contribuições a recolher	(3.651)	42.273	1.399.914	889.209
Pagamento de provisões judiciais	–	–	(18.806)	(20.605)
Outros passivos	190.966	320.434	591.021	526.638
Outros	**(2.482)**	**(19.237)**	**(1.321.538)**	**(1.102.227)**
Outros resultados abrangentes	–	–	43.703	94.383
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(33.869)	(24.122)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.482)	–	(1.221.583)	(821.927)
Juros sobre captação de recursos pagos	–	(19.237)	(109.789)	(350.561)
Caixa líquido atividades de investimento	**1.450.648**	**1.483.595**	**232.841**	**72.190**
Alienação de imobilizado e intangível	–	1.263	619.421	773.426
Aquisição de imobilizado	–	–	(103.121)	(128.821)
Dividendos e JCP recebidos	1.901.367	1.550.337	–	–
Aumento/(redução) de capital em controladas	(450.719)	(68.005)	–	–
Aquisição de intangível	–	–	(283.459)	(572.415)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(1.039.248)**	**(779.289)**	**(1.561.837)**	**(1.470.461)**
Recompras - ações em tesouraria	(200.824)	–	(200.824)	–
Captação de recursos	–	–	1.663.944	2.342.153
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	–	(422.196)	(2.186.533)	(3.455.521)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(838.424)	(357.093)	(838.424)	(357.093)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**57.642**	**(42.952)**	**1.086.091**	**(1.328.505)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8.194	51.146	1.105.403	2.433.908
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	65.836	8.194	2.191.494	1.105.403

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533940000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:02:10 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros-demais	Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**8.500.000**	**(199.017)**	**1.668.997**	**634.122**	**–**	**112.817**	**(196.459)**	**10.520.460**	**57.950**	**10.578.410**
Transações de capital com acionistas		–	–	–	174.210	–	–	–	**174.210**	–	**174.210**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		–	–	–	–	–	(112.817)	–	**(112.817)**	–	**(112.817)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas		–	–	149.577	–	–	–	–	**149.577**	–	**149.577**
Ações outorgadas - controladora/controladas		–	75.825	(75.825)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	117.291	**117.291**	–	**117.291**
Resultado com "hedge"		–	–	–	–	–	–	(3.293)	**(3.293)**	–	**(3.293)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	9.983	**9.983**	–	**9.983**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(17.260)	**(17.260)**	–	**(17.260)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(12.338)	**(12.338)**	–	**(12.338)**
Redução de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	(24.122)	**(24.122)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.266.149	–	–	**2.266.149**	48.708	**2.314.857**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	113.307	–	(113.307)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	1.187.989	–	(1.187.989)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(676.700)	–	–	**(676.700)**	–	**(676.700)**
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(288.153)	288.153	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**8.500.000**	**(123.192)**	**3.044.045**	**808.332**	**–**	**288.153**	**(102.076)**	**12.415.262**	**82.536**	**12.497.798**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	27 (e)	–	–	–	–	–	(288.153)	–	**(288.153)**	–	**(288.153)**
Recompra de ações de própria emissão		–	(200.824)	–	–	–	–	–	**(200.824)**	–	**(200.824)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	27 (f)	–	–	195.149	–	–	–	–	**195.149**	–	**195.149**
Ações outorgadas - controladora/controladas	27 (f)	–	168.409	(168.409)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(165.216)	**(165.216)**	–	**(165.216)**
Resultado com "hedge" em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	127.471	**127.471**	–	**127.471**
Ajustes acumulados de conversão - controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	13.782	**13.782**	–	**13.782**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	65.979	**65.979**	–	**65.979**
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	1.687	**1.687**	–	**1.687**
Redução de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	(33.869)	**(33.869)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.644.845	–	–	**2.644.845**	45.937	**2.690.782**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	132.242	–	(132.242)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	1.194.080	–	(1.194.080)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(759.188)	–	–	**(759.188)**	–	**(759.188)**
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(559.335)	559.335	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**8.500.000**	**(155.607)**	**4.397.107**	**808.332**	**–**	**559.335**	**(58.373)**	**14.050.794**	**94.604**	**14.145.398**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas	**12.341**	**13.711**	**35.554.381**	**33.183.785**
Receita de contrato de seguro	–	–	28.377.425	26.352.305
Receita de operações de crédito	–	–	3.701.018	3.316.036
Receita de prestação de serviços	–	–	3.412.207	2.950.323
Outras	12.341	13.711	219.462	189.056
Provisão para perda de crédito	–	–	(155.731)	376.065
Receita operacional	**12.341**	**13.711**	**35.554.381**	**33.183.785**
Despesa de seguros e resseguros	**–**	**–**	**(21.684.798)**	**(20.090.733)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(12.757)**	**(7.840)**	**(5.694.584)**	**(5.765.026)**
Materiais, energia e outros	(4.845)	(4.705)	(3.520.300)	(3.847.380)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	–	–	(241.062)	(284.188)
Serviços de terceiros e comissões	(9.089)	(4.398)	(2.020.221)	(1.642.818)
(Perda)/recuperação de valores ativos	1.177	1.263	94.283	9.360
Valor adicionado bruto	**(416)**	**5.871**	**8.182.283**	**7.328.026**
Depreciação e amortização	**–**	**(40.248)**	**(413.065)**	**(381.917)**
Valor adicionado líquido produzido	**(416)**	**(34.377)**	**7.769.218**	**6.946.109**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**2.758.733**	**2.374.253**	**965.552**	**791.867**
Resultado financeiro	151.711	42.395	932.275	799.874
Equivalência patrimonial	2.607.022	2.331.858	33.277	(8.007)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor adicionado total a distribuir	**2.758.317**	**2.339.876**	**8.734.770**	**7.737.976**
Distribuição do valor adicionado	**2.758.317**	**2.339.876**	**8.734.770**	**7.737.976**
Pessoal	**48.736**	**19.215**	**2.920.312**	**2.525.432**
Remuneração direta	4.822	7.853	1.478.901	1.384.145
Benefícios	43.914	11.362	1.337.861	1.047.579
F.G.T.S.	–	–	103.550	93.708
Impostos, taxas e contribuições	**64.736**	**44.683**	**3.085.900**	**2.837.482**
Federais	64.736	44.683	2.917.730	2.712.416
Estaduais	–	–	3.810	2.810
Municipais	–	–	164.360	122.256
Remuneração de capitais de terceiros	**–**	**9.829**	**37.776**	**60.205**
Juros	–	9.829	38.056	61.014
Aluguéis	–	–	(280)	(809)
Remuneração de capitais próprios	**2.644.845**	**2.266.149**	**2.690.782**	**2.314.857**
Juros sobre capital próprio	801.263	564.865	801.263	564.865
Dividendos	218.500	–	218.500	–
Lucros retidos do exercício	1.625.082	1.701.284	1.625.082	1.701.284
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	45.937	48.708

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas, em conjunto com a Porto Seguro S.A., como "Porto Seguro", "Grupo Porto" ou "Companhia"), que podem explorar atividades de: (i) seguros em todos os ramos; (ii) instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e (iii) atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2024 Participação (%) Direta	Dezembro de 2024 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2023 Participação (%) Direta	Dezembro de 2023 Participação (%) Indireta
Vertical Seguros						
Porto Cia	Controlada	Integral	100,0	–	99,99	–
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Azul Seguros	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Capitalização	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Franco	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Vertical Saúde						
Porto Saúde Participações	Controlada	Integral	100,0	–	99,99	–
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Saúde	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Portomed	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Odonto	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Saúde Serviços	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Serviços Médicos	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Vertical Financeira						
Porto Bank	Controlada	Integral	100,0	–	99,99	–
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Portopar	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,0	–	50,0
Porto Seguros Financeiros	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Olho Mágico	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Nido	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Vertical Serviços						
Porto Serviço	Controlada	Integral	100,0	–	99,99	–
Unigás	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Assistência Participações	Controlada	Integral	–	81,6	–	81,6
Porto Assistência	Controlada	Integral	–	–	–	100,0
CDF	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
CDF Ltda.	Controlada	Integral	–	–	–	100,0
Outros Negócios						
Porto Uruguay	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Porto Asset Management	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Porto Seguro Gestora de Recursos	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Renova	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Atendimento	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Conecta	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Mobitech	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	13,5	–	13,5
Oncoclínicas	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	40,0	–	40,0

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia"), opera seguros de danos e de pessoas.
2. Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
3. Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.
4. Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.
5. Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.
6. Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
7. Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
8. Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.
9. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
10. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
11. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
12. Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado de saúde.
13. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
14. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
15. Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo Porto, reguladas e não reguladas pelo BACEN.
16. Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto, reguladas pelo BACEN.
17. Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
18. Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
19. Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
20. ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na instituição de arranjos de pagamentos próprios, prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo ou de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos, que incluem, mas não se limitam, a prestação de serviços de pagamento, e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos em geral.
21. Porto Seguros Financeiros S.A. ("Porto Seguros Financeiros"), sub-holding da vertical financeira.
22. Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado financeiro.
23. Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
24. Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras da Porto Seguro.
25. Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.
26. Porto Serviço S.A., ("Porto Serviço") "holding" da vertical serviço, de empresas do Grupo Porto que atuam no mercado de assistência e serviço.
27. Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.
28. Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.
29. CDF S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.
30. Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Uruguay"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
31. Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Asset Management"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
32. Porto Seguro Gestora de Recursos Ltda. ("Porto Gestora"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.
33. Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
34. Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
35. Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.
36. Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:02:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
38. Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.
39. Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
40. Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.
41. PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), tem por finalidade o comércio varejista de animais vivos, de artigos e de alimentos para animais de estimação.
42. Onkos Oncologia e Participações Ltda. ("Oncoclínicas"), pioneira no país em gestão de serviços oncológicos, sendo um dos maiores centros de oncologia, hematologia e radioterapia da América Latina.

1.1 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONTROLADAS

1.1.1 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - INCORPORAÇÕES

Em 29 de fevereiro de 2024, a CDF Ltda. incorporou a Porto Assistência. A partir de então, todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela Porto Assistência passaram a ser desenvolvidos pela CDF Ltda.

Em 31 de agosto de 2024, a CDF S.A. incorporou a CDF Ltda., e todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela CDF Ltda., passaram a ser desenvolvidos pela CDF S.A..

Em razão destas incorporações, as subsidiárias Porto Assistência e CDF Ltda. foram extintas. Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência

Ativo	Fevereiro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Fevereiro de 2024
Circulante	**325.869**	**Circulante**	**243.743**
Caixa e equivalentes de caixa	683	Obrigações a pagar	187.058
Aplicações financeiras	53.612	Impostos e contribuições a recolher	35.137
Créditos das operações	268.223	Outros passivos	21.548
Títulos e créditos a receber	1.619		
Despesas antecipadas	1.732	**Não circulante**	**20.605**
		Provisões judiciais	18.857
Não circulante	**94.272**	Outros passivos	1.748
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	81.655	**Patrimônio líquido**	**155.793**
Títulos e créditos a receber	10.941	Capital social	114.714
		Reservas de lucros	24.078
Imobilizado	1.285	Lucros acumulados	17.302
Intangível	391	Ajustes de avaliação patrimonial	(301)
Total do ativo	**420.141**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**420.141**

CDF Ltda.

Ativo	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Dezembro de 2024
Circulante	**430.273**	**Circulante**	**266.190**
Caixa e equivalentes de caixa	20.085	Obrigações a pagar	195.700
Aplicações financeiras	104.607	Impostos e contribuições a recolher	33.930
Créditos das operações	295.329	Outros passivos	36.560
Títulos e créditos a receber	5.799		
Despesas antecipadas	4.453	**Não circulante**	**36.320**
		Provisões judiciais	23.488
Não circulante	**215.554**	Outros passivos	12.832
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	174.103	**Patrimônio líquido**	**343.317**
Títulos e créditos a receber	36.333	Capital social	225.904
Despesas antecipadas	3.922	Reservas de lucros	5.014
		Lucros acumulados	112.700
Imobilizado	1.070	Ajustes de avaliação patrimonial	(301)
Intangível	126		
Total do ativo	**645.827**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**645.827**

1.2 APROVAÇÃO DO PEDIDO DE REGISTRO DE EMISSOR

Em 16 de agosto de 2024, as controladas Porto Serviço e Porto Saúde Participações tiveram os pedidos de registro como emissora de valores mobiliários na categoria "A" deferidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Este pedido de registro faz parte do processo de reestruturação iniciado em 2022, resultado na reorganização das atividades e nos negócios do Grupo Porto.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está, nesse momento, sem atividade operacional e a Mobitech que está em processo de encerramento de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COLIGADA E CONTROLADA EM CONJUNTO

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(c) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinação de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.6 MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

IFRS 18 - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O IASB concluiu em 09 de abril de 2024 o trabalho para melhorar a utilidade das informações apresentadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras. A nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, dará aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas, possibilitando assim melhores decisões de investimento. Ela afetará todas as empresas que utilizam as Normas de Contabilidade IFRS e entrará em vigor para exercícios iniciados em/após 1º de janeiro de 2027.

RESOLUÇÕES CVM 217 E 218

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS. Estas Resoluções entraram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 POLÍTICAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos detidos pela Companhia sob os quais transfere risco de seguro significativo relacionado com os contratos de seguro subjacentes são classificados como contratos de resseguro. Os contratos de seguro e resseguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos e os contratos de resseguro podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro e resseguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro ou resseguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos e embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividades nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na corte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Cia	
PAA	**BBA**
Seguro automóveis	Fiança
Seguro de pessoas	
Demais ramos	

Porto Vida e Previdência		
PAA	**BBA**	**VFA**
Vida Individual	Tradicional e Riscos	Previdência - PG/VG
Azul Seguros	**Itaú Auto e Residência**	
PAA	**PAA**	
Seguro automóveis	Seguro automóveis	
Demais ramos	Demais ramos	
Porto Saúde	**Portomed**	
PAA	**PAA**	
Saúde	Saúde	
Porto Seguro Uruguai		
PAA		
Demais ramos		

CONTRATO DE RESSEGURO

Para os grupos de contratos de resseguros, a Companhia reconhece o grupo/portfólio, onde na cobertura proporcional se os contratos de resseguros mantidos fornecem cobertura proporcional no início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro mantidos ou no reconhecimento inicial de qualquer contrato subjacente, o que ocorrer depois ou na cobertura não proporcional e a partir do início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguros mantidos. No entanto, se o grupo de contratos de resseguro reconhecer um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes em uma data anterior e o contrato de resseguro relacionado tiver sido celebrado antes dessa data anterior, o grupo de contratos de resseguro será reconhecido nessa data anterior, sendo aplicável aos contratos de resseguro de excesso de perda e "stop loss".

Destacamos os segmentos de reporte de resseguros por empresa onde:

Porto Cia	Itaú Auto e Residência	Porto Vida e Previdência
PAA	**PAA**	**PAA**
Demais ramos	Seguro automóveis	Previdência - PG/VG

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a contratos não vida, determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:03:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

Para o segmento de resseguro, a Companhia avalia se os fluxos de caixa estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período em que o grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem um direito substantivo de receber serviços do ressegurador, tendo a capacidade prática de reavaliar os riscos, preços e benefícios, que recebe e possui o direito de rescindir a cobertura. O limite do contrato é reavaliado a cada data de relatório para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e obrigações substantivas do grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

(f) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos e as carteiras de contratos de resseguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("Other Comprehensive Income" - OCI), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

A Companhia apresenta em seus contratos de resseguro as despesas e receitas separadas das receitas e despesas de contratos de seguro. As receitas e despesas de contratos de resseguro, exceto receitas ou despesas financeiras de seguros, são apresentadas pelo valor líquido como despesas líquidas de contratos de resseguro no resultado de serviços de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para "Liability for Remaining Coverage" - LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

COMPONENTES DE RECUPERAÇÃO DE PERDAS

A Companhia reconhece uma perda no reconhecimento inicial de um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes ou quando outros contratos de seguro subjacentes onerosos são adicionados a um grupo. A Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para o passivo de cobertura remanescente de um grupo de contratos de resseguro detidos que retratam a expectativa de recuperação das perdas.

Um componente de recuperação de perdas é subsequentemente reduzido a zero de acordo com as reduções no grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes, a fim de refletir que o componente de recuperação de perdas não deve exceder a parte do valor contábil do componente de perda do grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes que a entidade espera recuperar do grupo de contratos de resseguro detidos.

(i) CONTRATOS DE SEGURO - MODELO GERAL (BUILDING BLOCK APPROACH - BBA)

A Companhia segue as determinações, realizando no reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguros a mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que incluem estimativas de fluxos de caixas futuros, ajustados para refletir o valor no tempo e os riscos financeiros associados e um ajuste de risco para risco não financeiro, que representa a compensação exigida pela incerteza sobre o valor e a tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes do risco não financeiro. A margem de serviço contratual (MSC) representa o lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços sob esses contratos, estabelecido pelo total de: (a) fluxos de caixa de cumprimento; (b) quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data; e (c) valores resultantes da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo. Se o contrato não for oneroso, a MSC é mensurada com o valor igual da entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas decorrentes do reconhecimento inicial. Porém, se o total for uma saída líquida, logo o grupo é oneroso, então a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Desse modo, a Companhia estabelece um componente de perda para representar o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita de seguros.

CONTRATOS DE SEGURO - MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia tem uma quantia estruturada de grupos de contratos de seguros em cada data de reporte, essa quantia é a soma do passivo para cobertura remanescente ("Liability for Remaining Coverage" - LRC) e o passivo por sinistros incorridos ("Liability for Incurred Claims" - LIC). É adicionado ao LRC os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços que serão prestados de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data. O Passivo por Sinistro Incorrido inclui os fluxos de caixa de cumprimento de sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não reportados.

A Companhia segue a norma relacionado a atualização dos fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro, mensurados na data do balanço usando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais de ajuste de risco para risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como segue:

Alterações relacionadas a serviços futuros	Ajustado contra a MSC (ou reconhecido no serviço de seguro resultando em lucro ou prejuízo se o grupo for oneroso)
Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados	Reconhecido no resultado de serviços de seguros resultando em lucro ou prejuízo
Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas mudanças nos fluxos de caixa estimados	Reconhecido como receitas ou despesas financeira de seguros

RECEITA DE SEGUROS - CONTRATOS NÃO MENSURADOS NO PAA

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que cumpre suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços em grupos de contratos de seguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações da responsabilidade por coberturas remanescentes relacionadas aos serviços pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens: (i) uma liberação da MSC, medida com base nas unidades de cobertura fornecidas; (ii) alterações no ajuste do risco não financeiro relativo aos serviços correntes; e (iii) sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos montantes previstos no início do ano. Isso inclui valores decorrentes da baixa de quaisquer ativos para fluxos de caixa que não sejam fluxos de caixa de aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos que são reconhecidos como receita de seguros e despesas de serviços de seguros nessa data.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia realiza o ajuste do valor contábil da MSC, em novos contratos que sejam adicionados ao grupo durante o ano, juros acumulados sobre o valor contábil da MSC durante o ano, mensurados pelas taxas de desconto sobre os fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes, determinados no reconhecimento inicial. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros, exceto na medida em que ocorram aumentos nos fluxos de caixa de cumprimento excedem o valor contábil da MSC, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no lucro ou prejuízo e cria um componente de perda ou reduções nos fluxos de caixa de cumprimentos são alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado. O efeito de quaisquer diferenças cambiais na MSC e o valor reconhecido como receita de seguros em razão dos serviços prestados no exercício.

A Companhia considera mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros.

(ii) CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para a maior parte de seus contratos de seguro e resseguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos. Para os contratos com cobertura superior a um ano, a Companhia modelou possíveis cenários futuros e razoavelmente espera que a mensuração do LRC para o grupo que contém esses contratos sob o PAA não difere materialmente da mensuração que seria produzida aplicando o modelo geral BBA.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence. Com exceção da linha de produtos de seguros patrimoniais, para os quais a Companhia opta por contabilizar os fluxos de caixa de aquisição de seguros à medida que ocorrem, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para alocar Fluxos de caixa de aquisição de seguros que são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos de seguro a esse grupo; e a grupos que incluam contratos de seguro que se espera que surjam das renovações dos contratos de seguro desse grupo.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

CONTRATOS DE RESSEGUROS MANTIDOS

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro, a Companhia aplica as mesmas políticas contábeis que são aplicadas aos contratos de seguro sem características de participação direta, com as seguintes modificações, considerando como valor contábil de um grupo de contratos de resseguro, a soma do ativo para LRC e do ativo para sinistros incorridos. O ativo para cobertura LRC e os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços serão recebidos de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data.

A Companhia mensura as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros usando premissas consistentes com aquelas usadas para mensurar as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros para os contratos de seguro subjacentes, com um ajuste para qualquer risco de não desempenho por parte do ressegurador. O efeito do risco de descumprimento da resseguradora é avaliado em cada data de relato e o efeito das alterações do risco de descumprimento é reconhecido em resultados. O ajuste de risco para risco não financeiro é o valor do risco que está sendo transferido pelo grupo para o ressegurador.

A Companhia, reconhece no momento inicial, a MSC de um grupo de contratos de resseguro como um custo líquido ou ganho líquido na compra de resseguro. Mensurando a MSC, como o valor igual e oposto do total dos fluxos de caixa de cumprimento; qualquer valor decorrente da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo; qualquer valor de caixa fluxos que surjam nessa data e qualquer receita reconhecida nos lucros ou prejuízos devido a contratos onerosos subjacentes reconhecidos nessa data.

RESSEGURO DE CONTRATOS DE SEGURO SUBJACENTES ONEROSOS

A Companhia ajusta a MSC do grupo ao qual pertence um contrato de resseguro e como resultado reconhece receita quando reconhece uma perda no reconhecimento inicial de contratos onerosos, se o contrato de resseguro for celebrado antes ou ao mesmo tempo que o contrato subjacente onerosos contratos forem reconhecidos. O ajuste da MSC é determinado pela multiplicação: (i) do montante da perda relativa aos contratos subjacentes; e (ii) pela percentagem de sinistros sobre os contratos subjacentes que o grupo espera recuperar dos contratos de resseguro.

A Companhia trata os contratos de resseguro adquiridos em transferência de contratos ou combinação de negócios envolvendo contratos onerosos subjacentes, a MSC é determinada pela multiplicação do valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes na data de aquisição e da percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo espera na data de aquisição para recuperar dos contratos de resseguro.

Se o contrato de resseguro abranger apenas alguns dos contratos de seguro incluídos em um grupo de contratos onerosos, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para determinar a parcela das perdas reconhecidas no grupo de contratos onerosos que se refere aos contratos subjacentes cobertos pelo resseguro contrato. Um componente de recuperação de perdas é criado ou ajustado para o grupo de contratos de resseguro para retratar o ajuste da MSC, que determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de recuperações de perdas dos contratos de resseguro e são excluídos da alocação de prêmios de resseguro pagos.

(iii) CONTRATOS DE SEGURO - COM CARACTERÍSTICA DE PARTICIPAÇÃO DIRETA (VARIABLE FEE APPROACH - VFA)

São considerados contratos de seguro com característica de participação direta aqueles onde é obrigação da Companhia com os segurados: pagar ao tomador do seguro um montante igual ao valor justo dos ativos subjacentes e uma taxa variável em troca de serviços futuros prestados pelos contratos, sendo o valor da participação do grupo no valor justo dos itens subjacentes menos os fluxos de caixa de cumprimento que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes. São fornecido serviços de investimento sob esses contratos, prometendo um retorno de investimento com base em itens subjacentes, além da cobertura de seguros.

A Companhia ajusta o cumprimento dos fluxos de caixa para a totalidade das mudanças na obrigação de pagar aos segurados um valor igual ao valor justo dos itens subjacentes. Essas alterações não se referem a serviços futuros e são reconhecidas no resultado. A Companhia então ajusta qualquer MSC para mudanças no valor da participação, do grupo de contratos, no valor justo dos itens subjacentes, que se relacionam com serviços futuros.

DESPESAS E RECEITAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia reconhece o valor da MSC de um grupo de contratos de seguro como receita de seguro, determinando a identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a MSC remanescente no final do ano (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no exercício e com expectativa de prestação em exercícios futuros e reconhecendo no resultado o valor da MSC alocado às unidades de cobertura prestadas no exercício. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de reporte. O período de cobertura esperado reflete as expectativas de cancelamentos de contratos, bem como a probabilidade de ocorrência de eventos segurados na medida em que a cobertura de serviço de seguro futuro for prestada.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

DESPESAS LÍQUIDAS DE CONTRATOS DE RESSEGUROS

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos relativos aos serviços recebidos em cada período representa o total das variações do ativo para LRC referente aos serviços pelos quais o grupo espera pagar contraprestação. Para os contratos mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos em cada exercício é o valor dos pagamentos de prêmios esperados pelos serviços de recebimento no exercício.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras, a menos que tais alterações para grupos de contratos de participação direta sejam alocadas a uma perda componente e incluído nas despesas de serviços de seguros. Para contratos de risco de vida e previdência, a Companhia optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre lucros ou perdas e OCI. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

Para transferir ou baixar no OCI do resultado financeiro, a Companhia desclassifica um grupo de contratos de seguro, como resultado de uma transferência para um terceiro ou de uma modificação do contrato, já para quaisquer valores remanescentes de OCI acumulados para o contrato são reclassificados para o resultado como um ajuste de reclassificação.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros e resseguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LRC e LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro para amortização das receitas ou MSC e do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

	Taxa Anual				
Curva	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
Prefixada	13,93%	13,69%	13,31%	13,17%	13,17%
IGPM	5,89%	6,47%	6,60%	6,63%	6,63%
IPCA	5,43%	5,91%	5,67%	5,61%	5,61%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.(vide nota explicativa nº 3.2.4).

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:03:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.1 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";
- Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.2.5 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas. As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização.

3.2.8 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

3.2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.2.10 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 3.2.16), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.2.11 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do exercício.

Estas propriedades são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Na determinação do montante oriundo da baixa da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

3.2.12 CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

3.2.13 PASSIVOS FINANCEIROS

(a) DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

(b) PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(i) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(ii) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(iii) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

3.2.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.15 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.2.17 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.18 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 3.2.4) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

(b) RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.2.12 (b)).

(c) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços e de comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(d) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.19 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.2.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas cotistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais controladas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) das provisões técnicas;
(iii) da provisão para risco de créditos ("impairment");
(iv) da realização dos tributos diferidos; e
(v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:04:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 80,6% (77,5% em 31 de dezembro de 2023 das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados. Adicionalmente, do total das aplicações financeiras, 97,9% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Risco soberano - Brasil	87,2%	82,3%
Instituições financeiras	2,8%	7,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	0,5%	1,1%
Outros	9,5%	9,0%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(a) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer		
Até 30 dias	10.271.678	8.873.847
De 31 a 60 dias	35.717	31.340
Mais de 60 dias	22.431	4.970
Vencidas		
De 1 a 30 dias	3.450.419	3.188.891
De 31 a 60 dias	288.554	275.560
De 61 a 90 dias	467.944	383.825
De 91 a 180 dias	835.026	723.042
Acima de 180 dias	1.238.041	1.560.762
Provisão para risco de crédito	(1.753.180)	(1.904.224)
	14.856.630	13.138.013

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.	4.104.989	–	2.096.642	–
Fluxo de 1 a 30 dias	15.540.318	656.080	12.078.239	868.876
Fluxo de 2 a 6 meses	2.059.028	4.030.511	1.178.614	3.684.857
Fluxo de 7 a 12 meses	1.374.371	2.518.494	1.131.213	2.029.735
Fluxo acima de 1 ano	17.727.612	7.769.661	16.934.611	5.149.946
Total	40.806.318	14.974.747	33.419.319	11.733.414

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM)	38,5%	41,6%
Prefixados	38,1%	37,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	16,1%	16,1%
Ações	2,3%	1,8%
Outros	5,0%	3,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(1.019.799)
	+ 25 b.p.	(561.075)
	+ 10 b.p.	(239.063)
	– 10 b.p.	239.063
	– 25 b.p.	561.075
	– 50 b.p.	1.019.799
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(547.577)
	+ 25 b.p.	(288.537)
	+ 10 b.p.	(118.955)
	– 10 b.p.	118.955
	– 25 b.p.	288.537
	– 50 b.p.	547.577
Ações	± 34%	(181.188)
	± 17%	(90.594)
	± 9%	(45.297)
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(17.402)
	+ 25 b.p.	(14.613)
	+ 10 b.p.	(11.690)
	– 10 b.p.	11.690
	– 25 b.p.	14.613
	– 50 b.p.	17.402

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

5.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado e o patrimônio líquido na data do relatório. Este tipo de análise comumente se dá na condição "ceteris paribus", onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Dezembro de 2024	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	104.194	27.404	(3.413)
Despesas (redução de 5%)	94.805	29.470	(1.775)
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	35.690	1.467	4.847
Taxa de Lapso (redução de 5%)	(59.651)	1.393	(10.678)
Sinistralidade (aumento de 5%)	26.919	3.856	667
Sinistralidade (redução de 5%)	(12.147)	4.917	(301)
Despesa (aumento de 30,0 p.p.)	314.217	(7.355)	7.790
Sinistro (aumento de 50%)	202.717	(918)	5.025

Dezembro de 2023	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	(69.116)	(24.659)	9.456
Despesas (redução de 5%)	(33.559)	(19.190)	9.990
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	14.417	(4.166)	3.251
Taxa de Lapso (redução de 5%)	(136.413)	(42.418)	16.032
Sinistralidade (aumento de 5%)	(15.815)	(1.332)	(1.540)
Sinistralidade (redução de 5%)	30.992	1.445	3.018
Despesa (aumento de 30,0 p.p.)	(293.973)	(202.364)	(28.631)
Sinistro (aumento de 50%)	(97.484)	(140.256)	(9.494)

5.6 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.7 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666), pelo BACEN, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, demais empresas controladas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

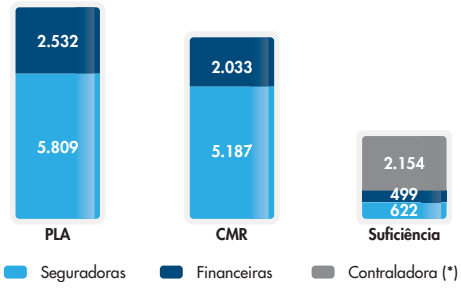
Segue abaixo o detalhamento dos requerimentos das parcelas de capital, conforme os requerimentos regulatórios estabelecidos, por parcela de capital assim como negócio.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Seguros		
Capital de risco de subscrição	3.764.073	4.096.214
Capital de risco de crédito	209.998	293.165
Capital de risco de mercado	452.554	583.221
Capital de risco operacional	151.346	286.579
Benefício da correlação entre riscos	(351.270)	(478.423)
Capital requerido - seguros (i)	4.226.701	4.780.756
Capital requerido - financeiras (ii)	2.033.257	1.726.965
Suficiência de capital (iii)	960.040	91.148

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da PortoSeg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2024 das seguradoras e operadoras de saúde face às variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	14,9%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	15,4%
Aumento nas receitas líquidas de capitalização	22,8%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	11,5%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	17,4%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	15,5%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face aos cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência Atual	0,13
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	0,12
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	0,10
Como consequência da inadimplência do sistema financeiro nacional em 17%	0,07

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

O Grupo Porto oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento que são administrados através de quatro verticais de negócios. Composição dos negócios reportados em cada vertical:

- Vertical Seguro: compreendem os negócios de Automóveis, Patrimonial, Vida, Previdência e Uruguai.
- Vertical Saúde: compreendem os negócios de Saúde, Odonto e Serviços em Saúde.
- Vertical Bank: compreendem os negócios de Cartão de Crédito, Financiamento, Riscos Financeiros, Capitalização e Consórcio.
- Vertical Serviço: compreendem os negócios da Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e B2C.
- Demais negócios: compreendem os negócios de Atendimento, Mobitech, Porto Seguro Serviços e Comércio, Tech Fácil, Renova, Gestão de Recursos e Holding.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2024, 98,1% (98,3% em 31 de dezembro de 2023) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:04:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde 1º de janeiro de 2023, os resultados societários da Companhia passaram a ser divulgados de acordo com a norma da IFRS 17 - CPC 50 , em substituição a IFRS 4 - CPC 11. A adoção inicial foi realizada em conformidade com os procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Vale observar que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ainda não adotaram esta norma, de modo que, para as entidades reguladas por estas autarquias, ainda estão vigentes as disposições do CPC 11. Dessa forma, a Companhia continuará divulgando em seus resultados, de forma complementar, o acompanhamento gerencial, mantendo a comparabilidade com o desempenho reportado nos anos anteriores. Com o objetivo de assegurar a representação fidedigna do saldo total exibido no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado, foi incluída uma linha, a qual detalha o impacto decorrente da norma da IFRS 17.

	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmio retido	21.279.090	6.504.031	–	–	17.393	27.800.514	25.066.016
Prêmio ganho	21.106.391	6.362.901	–	–	9.294	27.478.586	24.051.539
Receitas não seguros	109.096	144.064	5.836.179	2.509.689	530.159	9.129.187	7.554.998
Sinistros líquidos retidos	(10.842.228)	(4.842.246)	–	–	8.628	(15.675.846)	(13.146.864)
Perdas de crédito	–	–	(1.818.369)	–	1.768	(1.816.601)	(1.725.128)
Despesa de comercialização	(4.904.575)	(529.889)	(798.502)	(205.210)	10.950	(6.427.226)	(5.565.647)
Despesas com tributos	(600.901)	(81.704)	(374.955)	(122.813)	(110.549)	(1.290.922)	(1.140.983)
Despesas operacionais	(296.742)	(163.229)	(978.304)	(1.478.748)	(197.608)	(3.114.631)	(2.860.616)
Despesas administrativas	(2.263.113)	(349.362)	(744.983)	(225.671)	(611.467)	(4.194.596)	(3.819.443)
Resultado operacional	**2.307.928**	**540.535**	**1.121.066**	**477.247**	**(358.824)**	**4.087.951**	**3.347.856**
Resultado financeiro e patrimonial	709.571	182.806	–	(9.836)	36.842	919.383	1.019.567
Resultado antes dos impostos	**3.017.499**	**723.341**	**1.121.066**	**467.411**	**(321.982)**	**5.007.334**	**4.367.423**
Imposto de renda e contribuição social	(869.983)	(223.507)	(334.834)	(147.389)	256.433	(1.319.280)	(1.262.612)
Participação nos resultados	(503.758)	(106.283)	(166.379)	(69.494)	(129.713)	(975.627)	(766.444)
Acionistas não controladores em controladas	–	–	–	(45.937)	–	(45.937)	(48.708)
Resultado investidas e controladas	(350)	–	12.328	–	(24.522)	(12.544)	(23.232)
Lucro líquido - dezembro de 2024	**1.643.408**	**393.551**	**632.181**	**204.591**	**(219.784)**	**2.653.946**	**2.266.427**
Lucro líquido - dezembro de 2023	1.894.573	**200.391**	**412.616**	**–**	**(241.153)**		
Impactos do CPC 50/IFRS 17						**(9.101)**	**(278)**
Lucro líquido do exercício						**2.644.845**	**2.266.149**

	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativos financeiros	13.586.777	1.703.359	2.698.470	271.936	2.519.363	20.779.905	19.207.752
Prêmios a receber (i)	8.344.075	471.184	1.253.722	–	–	10.068.981	8.925.628
Custos de aquisição diferidos	2.167.965	700.090	1.719.761	43.662	–	4.631.478	3.721.196
Impostos diferidos	738.095	145.339	747.799	42.105	11.408	1.684.746	1.307.580
Imobilizado e intangível	2.020.691	583.537	39.225	33.041	30.494	2.706.988	3.313.790
Combinação de negócios	970.415	23.980	94.001	627.546	325.503	2.041.445	2.071.699
Demais ativos (ii)	3.653.061	390.349	14.069.837	563.590	702.895	19.379.732	17.687.876
	31.481.079	**4.017.838**	**20.622.815**	**1.581.880**	**3.589.663**	**61.293.275**	**56.235.521**
Provisões técnicas (i)	19.404.277	1.719.409	1.457.106	–	–	22.580.792	21.351.681
Passivos financeiros (iii)	166.970	–	16.802.298	1.356	253.554	17.224.178	15.847.530
Provisões judiciais (iv)	1.074.028	248.314	73.821	25.500	9.787	1.431.450	1.513.154
Demais passivos	4.237.931	174.165	117.661	419.286	1.214.491	6.163.534	5.206.023
	24.883.206	**2.141.888**	**18.450.886**	**446.142**	**1.477.832**	**47.399.954**	**43.918.388**
Patrimônio líquido						**13.893.321**	**12.317.133**
Impactos do CPC 50/IFRS 17						**(13.379.539)**	**(11.995.922)**
Total de passivos e patrimônio líquido						**47.913.736**	**44.239.599**

(i) Na vertical Bank, considera-se os riscos financeiros.
(ii) Na vertical Bank, refere-se principalmente a Empréstimos e recebíveis.
(iii) Vide nota explicativa nº 23.
(iv) Vide nota explicativa nº 24.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	65.760	8.095	1.687.601	386.355
Depósitos bancários	76	99	503.893	719.048
	65.836	**8.194**	**2.191.494**	**1.105.403**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora		Consolidado				
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos abertos							
Cotas de fundos de investimentos	608.239	176.687	381.702	22.505	524	1.012.970	524.396
Outras	–	–	2.556	–	–	2.556	2.305
	608.239	**176.687**	**384.258**	**22.505**	**524**	**1.015.526**	**526.701**
Fundos exclusivos							
LFTs	–	295.261	1.356.054	1.426.545	209.565	2.992.164	2.699.665
Cotas de fundos de investimentos	234.993	236.087	265.866	696.886	37.775	1.235.520	1.032.037
NTNs - B	–	36.239	–	734.400	–	734.400	1.286.825
Debêntures	18.167	96.504	61.189	433.627	9.867	522.850	1.174.268
Letras financeiras - privadas	3.293	69.845	6.630	446.323	1.788	458.034	921.847
Ações de companhias abertas	96.426	66.107	30.954	109.806	–	237.186	292.819
LTNs	–	205.199	123.937	–	615	124.552	2.870.993
CDBs	391	284	601	65.020	211	66.223	84.750
Nota comercial	20.010	–	–	10.698	–	30.708	18.494
	373.280	**1.005.526**	**1.845.231**	**3.923.305**	**259.821**	**6.401.637**	**10.381.698**
Total	**981.519**	**1.182.213**	**2.229.489**	**3.945.810**	**260.345**	**7.417.163**	**10.908.399**
Circulante	981.519	1.182.213				7.414.555	10.905.996
Não circulante						2.608	2.403

9.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Seguros	Previdência	Dezembro de 2024 Total	Dezembro de 2023 Total
Carteira própria (*)				
NTNs - B	1.455.264	165.332	1.620.596	2.917.886
NTNs - F	334.792	–	334.792	368.677
LTNs	69.232	–	69.232	71.912
Total - não circulante	**1.859.288**	**165.332**	**2.024.620**	**3.358.475**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.537.882 (R$ 3.583.614 em 31 de dezembro de 2023), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ (275.360) (R$ 195.485 em 31 de dezembro de 2023).

9.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2024 Total	Dezembro de 2023 Total
Fundos exclusivos	3.851.115	2.550.522	6.401.637	10.381.698
Carteira própria	1.689.828	334.792	2.024.620	3.358.475
Fundos abertos	1.015.526	–	1.015.526	526.701
Total	**6.556.469**	**2.885.314**	**9.441.783**	**14.266.874**
Circulante			7.414.555	10.905.996
Não circulante			2.027.228	3.360.878

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora		Consolidado				
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)							
NTNs - B	699.124	249.813	2.468.631	988.066	379.777	4.535.598	2.333.596
LTNs	407.208	–	3.209.715	–	221.201	3.838.124	380.609
NTNs - F	–	–	433.844	–	–	433.844	439.983
NTNs - C	–	–	–	178.676	–	178.676	558.697
Outros investimentos							
Outros	–	–	–	–	192	192	190
Total - não circulante	**1.106.332**	**249.813**	**6.112.190**	**1.166.742**	**601.170**	**8.986.434**	**3.713.075**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 8.417.669 (R$ 3.749.159 em 31 de dezembro de 2023).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no exercício estão apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**17.979.949**	**13.635.789**
Aplicações	34.838.396	26.793.344
Resgates	(35.533.750)	(24.530.255)
Rendimentos	1.418.982	1.885.586
Ajuste a valor de mercado	(275.360)	195.485
Saldo final	**18.428.217**	**17.979.949**

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63	12,20	11,87
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	–	127,44	107,86	123,51
LTNs	12,77	10,80	13,13	11,05
NTNs - B - IPCA	5,76	5,15	5,99	5,19
Debêntures (DI+)	1,92	1,94	1,74	2,00
LFTs	–	0,14	0,09	0,14
NTNs - C - IGPM	–	–	6,26	6,27
NTNs - F - PRÉ	–	–	7,98	7,98
Carteira própria				
LTNs	–	–	11,02	11,02
NTNs - F - PRÉ	–	–	6,99	6,99
NTNs - B - IPCA	–	–	4,13	4,00

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (AO CUSTO AMORTIZADO) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	10.329.827	(94.479)	10.235.348	8.910.155	(85.110)	8.825.045
Financiamentos (ii)	1.286.594	(64.518)	1.222.076	1.606.175	(123.382)	1.482.793
Operações de cartão de crédito (iii)	3.716.312	(1.513.732)	2.202.580	3.482.712	(1.616.800)	1.865.912
Empréstimos	1.277.077	(80.451)	1.196.626	1.043.195	(78.932)	964.263
	16.609.810	**(1.753.180)**	**14.856.630**	**15.042.237**	**(1.904.224)**	**13.138.013**
Provisão sobre o total da carteira			**10,56%**			**12,66%**
Circulante			13.829.746			12.108.173
Não circulante			1.026.884			1.029.840

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22 (e)).
(ii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
(iii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS - CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no exercício estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**190.336**	**167.669**	**1.871.685**	**2.229.690**
Novas entradas	431.237	551.430	1.093.420	2.076.087
Melhora de estágio	23.589	17.269	(40.858)	–
Piora de estágio	(164.926)	(375.761)	540.687	–
Liquidações (total ou parcial)	(392.306)	(189.183)	(1.820.064)	(2.401.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**87.930**	**171.424**	**1.644.870**	**1.904.224**
Novas entradas	364.049	536.374	1.141.099	2.041.522
Melhora de estágio	19.484	30.989	(50.473)	–
Piora de estágio	(141.268)	(364.263)	505.531	–
Liquidações (total ou parcial)	(226.123)	(171.071)	(1.795.372)	(2.192.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**104.072**	**203.453**	**1.445.655**	**1.753.180**

(*) Em agosto/23, foram implantados novos modelos de provisionamento de perdas de crédito (IFRS), com redução do prazo de write-off para 540 dias (os modelos vigentes até então tinham prazos de write-off de 1.890 dias para Cartão e 1.620 dias para CDC).

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ	45.272	43.974	149.616	131.043
PIS e COFINS	–	2	55.312	8.531
CSLL	885	4.083	36.909	34.544
Impostos Uruguai	–	–	29.219	21.787
INSS	–	–	23.738	23.021
Outros	–	6	2.272	2.873
	46.157	**48.065**	**297.066**	**221.799**
Circulante	46.157	48.065	295.594	220.327
Não circulante	–	–	1.472	1.472

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	14.263	10.781	131.196	113.050
INSS e FGTS	4.014	127	88.801	52.546
IRRF	18.479	31.980	86.373	85.661
IRPJ	–	–	70.787	11.994
CSLL	–	–	59.496	23.289
Uruguai	–	–	46.552	33.268
ISS	–	–	46.029	27.198
Outros	4	5	16.103	20.000
	36.760	**42.893**	**545.337**	**367.006**
Circulante	36.760	42.893	545.337	366.932
Não circulante	–	–	–	74

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	210.228	859.677	(856.787)	213.118
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	578.178	355.538	(181.322)	752.394
Provisão para obrigações legais	445.836	156.049	(164.048)	437.837
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	118.792	147.529	(46.767)	219.554
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	166.701	28.959	(13.347)	182.313
Provisão de participação de lucros	140.283	276.135	(255.284)	161.134
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	45.911	47.815	(35.314)	58.412
IR e CS sobre IFRS 17	18.376	–	(1)	18.375
Lei do Bem	–	45.797	(45.797)	–
Outras provisões	149.319	367.170	(291.800)	224.689
	1.873.624	**2.284.669**	**(1.890.467)**	**2.267.826**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(661.131)			(714.422)
	1.212.493			**1.553.404**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	1.025.012	302.956	173.540	161.283	115.890	489.145	2.267.826

11.3.3 PASSIVO

	Controladora		
	Dezembro de 2023	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa			
Outros	8.102	–	8.102
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	621	(110)	511
	8.723	**(110)**	**8.613**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	–		(259)
	8.723		**8.354**

	Consolidado		
	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre diferido do CPC 47	230.198	239.941	(59.631)	410.508
IR e CS sobre combinação de negócios	355.035	–	(5.049)	349.986
IR e CS sobre o IFRS 17	113.157	36.052	–	149.209
Pis e Cofins Diferidos	35.568	90.472	(35.407)	90.633
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	68.304	18.917	(12.720)	74.501
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	16.473	179.424	(125.711)	70.186
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	6.591	1	(1.284)	5.308
Outros	44.028	2.554	(22.371)	24.211
	869.354	**567.361**	**(262.173)**	**1.174.542**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(540.120)			(640.123)
	329.234			**534.419**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533940000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:04:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta – CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco B – 11º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	2.644.845	2.266.267	3.944.566	3.543.031
Alíquota vigente	34%	34%	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(899.247)**	**(770.531)**	**(1.577.826)**	**(1.417.212)**
Equivalência patrimonial	878.923	776.493	–	–
Juros sobre capital próprio	139.584	153.592	347.210	330.010
Inovação tecnológica	–	–	66.280	71.088
Depósitos judiciais	–	–	25.167	30.477
Doações/incentivos	–	–	63.960	27.081
Participação nos lucros - administradores	(10.979)	(3.935)	(76.619)	(54.259)
Outros	(108.281)	(155.737)	(101.956)	(215.359)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**899.247**	**770.413**	**324.042**	**189.038**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**–**	**(118)**	**(1.253.784)**	**(1.228.174)**
Taxa efetiva (D/-A)	**–**	**–**	**31,8%**	**34,7%**

12. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Salvados (i)	212.193	285.193
Veículos desativados de locações (ii)	23.220	60.505
Veículos recuperados de financiamentos	5.371	5.719
Provisão para redução ao valor recuperável	(50.741)	(54.159)
	190.043	**297.258**

(i) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

(ii) Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. O saldo de bens a venda diminuiu expressivamente em decorrência do encerramento das operações da Mobitech.

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O montante de R$ 1.542.387 refere-se principalmente a: (i) R$ 1.434.575 da Porto Consórcio, sendo suas receitas de taxa de adesão dos grupos de consórcios e despesas com comissionamento, dos quais são reconhecidas com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio; (ii) R$ 48.894 da Portocap, referente às comissões sobre os títulos de capitalização emitidos; (iii) R$ 43.432 da CDF, sendo principalmente os valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços; e (iv) R$ 15.255 da Porto Saúde, referente às comissões de agenciamento, comissão vitalícia e comissões relacionadas às campanhas.

A movimentação está demonstrada abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1.007.400**	**545.428**
Constituição	1.047.245	792.329
Apropriação para despesa	(512.258)	(330.357)
Saldo final	**1.542.387**	**1.007.400**
Circulante	508.959	311.620
Não circulante	1.033.428	695.780

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As controladas Portoseg e Mobitech possuem "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62), demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Portoseg		
Parcela efetiva - valor justo		
Contrato de "swap"	(2.142.434)	(2.819.863)
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	2.302.626	2.789.203
Total (A)	**160.192**	**(30.660)**
Parcela Inefetiva (B)	**(1.212)**	**–**
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	(2.637.123)	(2.754.873)
"Hedge" de captações	2.625.839	2.765.410
Total (C)	**(11.284)**	**10.537**
Mobitech		
Valor justo		
Contrato de "swap"	(255.047)	(423.753)
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	254.792	410.618
Total (A)	**(255)**	**(13.135)**
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	(254.014)	(405.959)
"Hedge" de captações	253.551	405.614
Total (C)	**(463)**	**(345)**
Controladora		
Opções de futuros	–	(3.734)
Total (C)	**–**	**(3.734)**
Instrumentos financeiros (A+C)	148.190	(37.337)
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	158.725	(43.795)
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	95.142	(32.329)

15. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas antecipadas (i)	394	566	369.923	442.660
Outros créditos a receber de cartão de crédito	–	–	247.471	163.582
Adiantamentos a funcionários (ii)	–	–	64.054	64.054
Adiantamentos administrativos	995	4.334	41.400	88.733
Contas a receber - financeiro	–	–	34.757	58.103
Contas a receber - Oncoclínicas	–	–	34.134	30.386
Valores a receber - seguro	–	–	50.401	21.786
Comissões em processamento	–	–	13.280	23.213
Almoxarifado	–	–	15.153	10.214
Cheques a depositar	–	–	10.915	4.253
Convênio DPVAT	–	–	176	7.904
Bloqueios judiciais	34	35	7.773	7.118
Partes relacionadas (iii)	2.656	141.975	–	–
Outros	6.179	874	216.942	88.380
	119.408	**150.456**	**1.106.379**	**1.010.386**
Circulante	112.999	122.946	1.001.333	907.438
Não circulante	6.409	27.510	105.046	102.948

(i) Valor refere-se principalmente, aos grupos de manutenção de sistemas, diferimento de comissão de parceiros comerciais e diferimento de despesas com pessoal da Porto Consócio, referente aos salários e benefícios pagos à equipe de vendas de cotas de consórcio.

(ii) O aumento refere-se, principalmente, às ações outorgadas de administradores, que serão reconhecidas após o período de "Lock-up" (período, no qual os administradores não podem vender suas ações).

(iii) A redução refere-se ao encerramento do mútuo com a Mobitech. Vide nota explicativa nº 38 .

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS (i)	–	163.724	891.963	1.018.514
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	–	–	548.589	524.291
Sinistros judiciais	–	–	37.375	35.664
Outros	296	231	41.615	44.147
	296	**163.955**	**1.519.542**	**1.622.616**

(i) Vide nota explicativa nº 24 (a).

17. INVESTIMENTOS

17.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Ajustes de Instrumentos Financeiros	Remuneração em ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Cia	**6.696.153**	1.573.678	(1.381.535)	175.500	(165.216)	16.699	67.984	**6.983.263**
Porto Bank	**1.728.616**	464.680	(509.744)	3.719	113.784	(1)	(1.441)	**1.799.613**
Porto Saúde Participações	**1.241.301**	353.418	(83.937)	233.000	–	5.950	4.965	**1.754.697**
Porto Serviço	**988.721**	175.263	(83.000)	–	–	2.617	(304)	**1.083.297**
Porto Serviços e Comércio	**459.219**	(18.449)	–	30.000	13.687	2.717	(331)	**486.843**
Porto Uruguay	**177.395**	53.987	–	–	–	–	(17.195)	**214.187**
Porto Asset Management	**5.317**	(12.018)	–	8.500	–	(859)	171	**1.111**
Porto Seguro Gestora de Recursos	**10**	16.463	–	–	–	744	–	**17.217**
	11.296.732	**2.607.022**	**(2.058.216)**	**450.719**	**(37.745)**	**27.867**	**53.849**	**12.340.228**

17.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2024			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.832.873	5.809.938	16.763.354	1.268.708
Porto Saúde	3.230.163	1.566.004	6.535.634	341.436
Azul Seguros (ii)	2.172.616	1.039.929	5.242.323	264.335
Porto Consórcio	1.663.831	1.141.265	1.127.768	258.695
CDF	909.167	447.125	2.124.946	227.375
Portoseg (ii)	19.277.705	18.174.505	3.752.081	181.288
Porto Serviços e Comércio (ii)	646.655	159.812	21.573	59.763
Porto Uruguay	511.694	297.508	654.958	53.981
Porto Capitalização	2.160.999	1.891.711	265.805	36.565
Porto Assistência Participações (ii)	556.513	42.363	105.516	22.282
Portopar	39.390	7.989	33.834	13.637
Serviços Médicos (ii)	92.175	7.943	72.466	11.339
Itaú Auto e Residência	230.087	153.601	136.329	10.977
Porto Atendimento	71.037	51.430	347.341	452
Porto Vida e Previdência	6.186.256	5.660.808	(2.822)	(6.226)
Porto Asset Management	38.561	37.450	53.607	(12.018)
Porto Serviço (ii)	1.086.192	2.893	5.086	(30.650)
Mobitech	244.296	268.887	98.132	(93.591)
Demais	7.440.147	277.200	328.372	44.611
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(45.937)
Equivalência patrimonial	**59.390.357**	**37.038.361**	**37.666.303**	**2.607.022**

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.702.454	5.954.717	16.217.237	1.236.351
Azul Seguros (ii)	2.521.742	1.251.635	5.394.803	427.037
Porto Consórcio	1.227.682	732.710	804.006	239.906
Porto Saúde	2.343.404	1.189.076	4.460.819	113.632
Portoseg (ii)	17.081.097	16.061.381	3.341.506	74.263
Itaú Auto e Residência	366.747	264.349	434.026	62.742
Porto Uruguay	422.343	244.947	569.906	37.143
Porto Capitalização	1.739.463	1.566.996	231.648	34.619
Serviços Médicos (ii)	86.927	8.425	71.396	15.302
Porto Serviços e Comércio (ii)	623.263	164.044	38.465	12.142
Porto Conecta	2.230	296	253	(125)
Proteção e Monitoramento	9.758	4.890	13.946	(174)
Porto Vida e Previdência	6.000.360	5.570.539	1.378.082	(2.750)
Demais empresas	9.498.855	1.535.159	2.893.863	130.478
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(48.708)
Equivalência patrimonial	**54.626.325**	**34.549.164**	**35.849.956**	**2.331.858**

(i) Considera-se receitas financeiras.

(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.

17.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2024
ConectCar	**114.600**	14.588	**129.188**
Petlove	**72.962**	(14.052)	**58.910**
Oncoclínicas	**6.012**	32.741	**38.753**
	193.574	**33.277**	**226.851**

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes de R$ 322.390 (Controladora) (R$ 353.404 em 31 de dezembro de 2023) e R$ 273.535 (Consolidado) (R$ 307.018 em 31 de dezembro de 2023), referem-se principalmente ao valor de venda dos imóveis que estão sob posse do Fundo Imobiliário, conforme detalhado na nota explicativa abaixo.

18.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre as controladas Porto Cia, Porto Saúde, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros, na qualidade de vendedoras e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora e a Porto S.A., controladora, como interveniente a operação.

O objeto do acordo foi a venda de 45 imóveis ao Fundo, sendo 17 vendidos até 31 de dezembro de 2024, considerando condições do mercado imobiliário à época, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata às controladas, segregada em duas tranches.

O Fundo busca oportunidades de venda dos imóveis em um prazo de 48 meses, da data da assinatura do referido acordo de compra e venda dos imóveis, tendo como premissas: a obtenção de autorização da Porto S.A. e a maximização do valor de venda. Caso haja excedente entre o valor de compra e venda à terceiros, a Porto S.A. participa de 70% do excedente, caso contrário há a reposição do capital ao Fundo até o limite do preço de compra, realizado pela Porto S.A. Adicionalmente, a Porto S.A. tem o direito de veto na venda dos imóveis e, ao final do prazo contratual, tem a opção de compra dos imóveis remanescentes pelo valor negociado na data da assinatura do referido acordo, corrigido à IPCA.

A Porto S.A. também paga ao Fundo uma Indenização por vacância de IPCA + 0,5654% ao mês, aplicados ao preço dos imóveis transferidos e não vendidos, suprindo as despesas de manutenção dos imóveis, para que estejam vazios e disponíveis à venda.

Observado os aspectos de controle e acordo de recompra estabelecidos pelas normas IFRS, a Porto S.A. mantém o registro dos imóveis em suas informações financeiras individuais e reconheceu um passivo do montante recebido em caixa.

A Porto S.A. está atualizando monetariamente o montante alocado no passivo de transação com fundo de investimento imobiliário, através do índice IPCA, sendo a contrapartida registrada na despesa financeira (nota explicativa nº 36).

19. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

19.1 COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações	2,0	518.800	(42.906)	**475.894**	524.878	(33.432)	**491.446**
Terrenos	–	122.775	–	**122.775**	126.743	–	**126.743**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	208.537	(80.047)	**128.490**	199.227	(72.145)	**127.082**
Informática	20,0 a 33,3	634.962	(468.329)	**166.633**	557.503	(416.406)	**141.097**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	68.936	(67.370)	**1.566**	76.239	(74.733)	**(1.506)**
Rastreadores	100,0	3.249	(1.813)	**1.436**	4.699	(2.648)	**2.051**
Equipamentos	10,0 a 14,3	35.409	(32.382)	**3.027**	36.880	(35.641)	**1.239**
Veículos	20,0 a 25,0	15.298	(12.856)	**2.442**	15.253	(11.313)	**3.940**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	32.154	(3.917)	**28.237**	728.271	(54.950)	**673.321**
		1.640.120	**(709.620)**	**930.500**	**2.269.693**	**(701.268)**	**1.568.425**

19.2 MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	**491.446**	323	(5.505)	(10.645)	275	**475.894**
Terrenos	**126.743**	–	(4.756)	–	788	**122.775**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**127.082**	15.982	(889)	(13.702)	17	**128.490**
Informática	**141.097**	83.270	(280)	(53.277)	(7.442)	**163.368**
Móveis, máquinas e utensílios	**1.506**	183	(45)	(2.163)	4.340	**382**
Rastreadores	**2.051**	2.727	(161)	(3.069)	(112)	**1.436**
Equipamentos	**1.239**	265	(13)	(2.097)	4.643	**4.037**
Veículos	**3.940**	240	(150)	(1.666)	78	**2.442**
Veículos e equipamentos locados a terceiros (i)	**673.321**	131	(732.287)	(27.023)	114.095	**28.237**
	1.568.425	**103.121**	**(744.086)**	**(113.642)**	**116.682**	**930.500**

(i)Refere-se substancialmente às baixas do imobilizado (vendas e perdas) que tem como contrapartida o imobilizado e o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável dos veículos, bem como às transferência de veículos no exercício, cuja contrapartida ocorreu entre as rubricas patrimoniais de imobilizado e bens à venda.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:04:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

20.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	2.815.315	(1.073.329)	**1.741.986**	2.562.389	(901.562)	**1.660.827**
Contratos "sign" bônus		127.232	(109.806)	**17.426**	122.931	(70.219)	**52.712**
Outros Intangíveis	20,0	60.667	(43.590)	**17.077**	83.675	(51.849)	**31.826**
		3.003.214	**(1.226.725)**	**1.776.489**	**2.768.995**	**(1.023.630)**	**1.745.365**
Marca	2,2	246.000	–	**246.000**	246.000	–	**246.000**
Canal de distribuição		568.000	(190.385)	**377.615**	568.000	(177.762)	**390.238**
Ágio na aquisição de investimentos		346.800	–	**346.800**	346.800	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência		**1.160.800**	**(190.385)**	**970.415**	**1.160.800**	**(177.762)**	**983.038**
Contratos de Parceria - Mais-Valia		100.491	(34.018)	**66.473**	100.491	(4.860)	**95.631**
Combinação de negócios - Software	6,67 a 20,0	7.226	(2.023)	**5.203**	7.225	(288)	**6.937**
Ágio		538.327	–	**538.327**	538.327	–	**538.327**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		**646.044**	**(36.041)**	**610.003**	**646.043**	**(5.148)**	**640.895**
Marca		78.715	–	**78.715**	78.715	–	**78.715**
"Software"	13,3	15.975	(7.455)	**8.520**	15.975	(5.325)	**10.650**
Ágio		237.092	–	**237.092**	237.092	–	**237.092**
Demais	18,4	8.553	(7.377)	**1.176**	8.553	(5.603)	**2.950**
Combinações de negócios - Petlove		**340.335**	**(14.832)**	**325.503**	**340.335**	**(10.928)**	**329.407**
Marca		34.488	–	**34.488**	34.488	–	**34.488**
Parceria		1.900	–	**1.900**	1.900	–	**1.900**
Ágio		43.974	–	**43.974**	43.974	–	**43.974**
Combinações de negócios - ConectCar		**80.362**	**–**	**80.362**	**80.362**	**–**	**80.362**
Ágio (Unigás)		3.776	–	**3.776**	–	–	**–**
Parceria		15.400	(1.633)	**13.767**	–	–	**–**
Outras combinações de negócios - Unigás		**19.176**	**(1.633)**	**17.543**	**–**	**–**	**–**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional		23.980	–	**23.980**	23.981	–	**23.981**
Carteira Cliente Nido		4.494	(835)	**3.659**	4.494	(457)	**4.037**
Ágio Nido		9.979	–	**9.979**	9.979	–	**9.979**
Outras combinações de negócios		**38.453**	**(835)**	**37.618**	**38.454**	**(457)**	**37.997**
		5.288.384	**(1.470.451)**	**3.817.933**	**5.034.989**	**(1.217.925)**	**3.817.064**

20.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações Aquisições	Baixas/ vendas	Despesa de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	**1.660.827**	264.283	(5.182)	(178.684)	742	**1.741.986**
Contratos "sign" bônus CDF	**52.712**	–	–	(48.212)	12.926	**17.426**
Outros Intangíveis	**31.826**	–	–	(1.823)	(12.927)	**17.076**
	1.745.365	**264.283**	**(5.182)**	**(228.719)**	**741**	**1.776.488**
Marca	**246.000**	–	–	–	–	**246.000**
Canal de distribuição	**390.238**	–	–	(12.623)	–	**377.615**
Ágio na aquisição de investimentos	**346.800**	–	–	–	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	**983.038**	**–**	**–**	**(12.623)**	**–**	**970.415**
Parceria	**95.631**	–	–	(29.158)	–	66.473
Combinação de negócios - Software	**6.937**	–	–	(1.734)	–	5.203
Ágio	**538.327**	–	–	–	–	538.327
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações	**640.895**	**–**	**–**	**(30.892)**	**–**	**610.003**
Marca	**78.715**	–	–	–	–	**78.715**
"Software"	**10.650**	–	–	(2.130)	–	**8.520**
Ágio	**237.092**	–	–	–	–	**237.092**
Demais	**2.950**	–	–	(1.774)	–	**1.176**
Combinações de negócios - Petlove	**329.407**	**–**	**–**	**(3.904)**	**–**	**325.503**
Marca	**34.488**	–	–	–	–	**34.488**
Parceria	**1.900**	–	–	–	–	**1.900**
Ágio	**43.974**	–	–	–	–	**43.974**
Combinações de negócios - Conectcar	**80.362**	**–**	**–**	**–**	**–**	**80.362**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	**23.981**	–	–	–	–	**23.981**
Carteira Cliente Nido	**4.037**	–	–	(378)	–	**3.659**
Ágio Nido	**9.979**	–	–	–	–	**9.979**
Outras combinações de negócios	**37.997**	**–**	**–**	**(378)**	**–**	**37.619**
Ágio	**–**	3.776	–	–	–	**3.776**
Parceria	**–**	15.400	–	(1.633)	–	**13.767**
Combinações de negócios - Unigás	**–**	**19.176**	**–**	**(1.633)**	**–**	**17.543**
	3.817.064	**283.459**	**(5.182)**	**(278.149)**	**741**	**3.817.933**

20.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
UGCs	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento na perpetuidade**	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento na perpetuidade**
Itaú Auto e Residência	12,87%	3,60%	13,23%	3,51%
ConectCar	21,36%	3,60%	20,15%	3,54%
Petlove	12,42%	3,60%	13,04%	3,54%
Porto Seguro Saúde Ocupacional	11,75%	3,50%	13,79%	3,50%
CDF	13,28%	3,60%	11,93%	3,54%
Nido	13,10%	3,50%	19,71%	3,50%
Unigás	11,34%	3,50%	–%	–%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

20.4 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - UNIGÁS

A combinação de negócios teve a Porto Serviço S.A. como adquirente e a Unigás como adquirida, após o cumprimento das condições precedentes, tal operação foi concluída em 31 de outubro de 2023, sendo o valor da transação de R$ 20.074.

A seguir, a Companhia apresenta a evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes:

EVOLUÇÃO DOS EFEITOS DA TRANSAÇÃO

	Dezembro de 2024
Ativo	
Investimentos	
Ativos líquidos adquiridos	15.400
Ágio por expectativa de rentabilidade	3.776
Investimentos a valor de livros	898
Total do Ativo	**20.074**

CONTRAPRESTAÇÃO TRANSFERIDA E ATIVOS IDENTIFICADOS

	Dezembro de 2024
Total da contraprestação transferida (a) + (b)	**20.074**
Ativos identificados (a)	16.298
Ágio (b)	3.776
Ativo - mais valia/ativos identificados	**16.298**
Investimento	898
Contratos de parceria	15.400

21. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

21.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	179.419	(92.222)	**87.197**	183.696	(81.268)	**102.428**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

21.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Movimentações Constituições/ baixas de contratos	Despesas de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Direito de uso	**102.428**	6.043	(21.274)	**87.197**

22. CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Os saldos de contratos de seguros e resseguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

Dezembro de 2024				
Contratos de seguro e resseguro	**PAA**	**BBA**	**VFA**	**Total**
Saldo líquido de contratos de seguro	**(4.737.172)**	**(1.282.312)**	**(4.409.277)**	**(10.428.761)**
Passivos de contratos de seguro	(4.737.172)	(1.282.312)	(4.409.277)	(10.428.761)
Saldo líquido de contratos de resseguro	**100.961**	**–**	**–**	**100.961**
Ativos do contrato de resseguro	100.961	–	–	100.961

Dezembro de 2023				
Contratos de seguro e resseguro	**PAA**	**BBA**	**VFA**	**Total**
Saldo líquido de contratos de seguro	**(5.036.265)**	**(1.319.070)**	**(4.280.826)**	**(10.636.161)**
Passivos de contratos de seguro	(5.036.265)	(1.319.070)	(4.280.826)	(10.636.161)
Saldo líquido de contratos de resseguro	**115.479**	**–**	**–**	**115.479**
Ativos do contrato de resseguro	115.479	–	–	115.479

A) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros - nota nº 22 (b)	Dezembro de 2024 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.889.702)	(3.471.718)	(76.983)	402.138	(5.036.265)
Saldo inicial no exercício	**(1.889.702)**	**(3.471.718)**	**(76.983)**	**402.138**	**(5.036.265)**
Receita de seguro	27.657.852	–	–	–	**27.657.852**
Despesas de serviço de seguro	**(4.703.805)**	**(17.748.847)**	**(2.959)**	**–**	**(22.455.611)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	19.578	(17.748.847)	377.603	–	(17.351.666)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.723.383)	–	–	–	(4.723.383)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	(380.562)	–	(380.562)
Resultado do serviço de seguro	**22.954.047**	**(17.748.847)**	**(2.959)**	**–**	**5.202.241**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	–	32.718	(8.280)	–	24.438
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**22.954.047**	**(17.716.129)**	**(11.239)**	**–**	**5.226.679**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(27.289.461)	–	–	–	(27.289.461)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	91	17.323.945	–	–	17.324.036
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	4.587.255	–	–	450.584	5.037.839
Fluxos de caixa totais	**(22.702.115)**	**17.323.945**	**–**	**450.584**	**(4.927.586)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	271.457	–	–	(271.457)	–
Saldo final no exercício	**(1.366.313)**	**(3.863.902)**	**(88.222)**	**581.265**	**(4.737.172)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.366.313)	(3.863.902)	(88.222)	581.265	(4.737.172)
Saldo de fechamento líquido	**(1.366.313)**	**(3.863.902)**	**(88.222)**	**581.265**	**(4.737.172)**

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 22 b)	Dezembro de 2023 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(2.070.594)	(2.721.501)	(58.607)	182.356	(4.668.346)
Saldo inicial no exercício	**(2.070.594)**	**(2.721.501)**	**(58.607)**	**182.356**	**(4.668.346)**
Receita de seguro	**24.287.447**	**–**	**–**	**–**	**24.287.447**
Despesas de serviço de seguro	**(4.160.861)**	**(15.282.234)**	**(9.637)**	**–**	**(19.452.732)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	12.234	(15.282.234)	–	–	(15.270.000)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.173.095)	–	–	–	(4.173.095)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	(9.637)	–	(9.637)
Resultado do serviço de seguro	**20.126.586**	**(15.282.234)**	**(9.637)**	**–**	**4.834.715**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(22.410)	(201.668)	(8.739)	–	(232.817)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**20.104.176**	**(15.483.902)**	**(18.376)**	**–**	**4.601.898**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(24.252.088)	–	–	–	(24.252.088)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	14.733.685	–	–	14.733.685
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	4.215.136	–	–	333.450	4.548.586
Fluxos de caixa totais	**(20.036.952)**	**14.733.685**	**–**	**333.450**	**(4.969.817)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	113.668	–	–	(113.668)	–
Saldo final no exercício	**(1.889.702)**	**(3.471.718)**	**(76.983)**	**402.138**	**(5.036.265)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.889.702)	(3.471.718)	(76.983)	402.138	(5.036.265)
Saldo de fechamento líquido	**(1.889.702)**	**(3.471.718)**	**(76.983)**	**402.138**	**(5.036.265)**

B) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2024	130.681	450.584	581.265
	130.681	**450.584**	**581.265**
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2023	271.457	130.681	402.138
	271.457	**130.681**	**402.138**

C) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - BBA

Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Cobertura Remanescente: Componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Dezembro de 2024 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.141.829)	(87.821)	(88.405)	(1.015)	(1.319.070)
Saldo inicial no exercício	**(1.141.829)**	**(87.821)**	**(88.405)**	**(1.015)**	**(1.319.070)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI					
Receita de seguro	**880.325**	**–**	**–**	**–**	**880.325**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	717.858	–	–	–	717.858
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	162.467	–	–	–	162.467
Despesas de serviço de seguro	**82.472**	**–**	**(620.502)**	**(77)**	**(538.107)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	254.274	–	(634.361)	–	(380.087)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.	(151.178)	–	–	–	(151.178)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(20.624)	–	13.859	(77)	(6.842)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	–	(57.918)	–	–	**(57.918)**
Resultado do serviço de seguro	**962.797**	**(57.918)**	**(620.502)**	**(77)**	**284.300**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(7.913)	(7.912)	(921)	(116)	(16.862)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**954.884**	**(65.830)**	**(621.423)**	**(193)**	**267.438**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(967.009)	(20.302)	–	–	(987.311)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	–	602.834	–	602.834
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	151.179	2.618	–	–	153.797
Fluxos de caixa totais	**(815.830)**	**(17.684)**	**602.834**	**–**	**(230.680)**
Saldo final no exercício	**(1.002.775)**	**(171.335)**	**(106.994)**	**(1.208)**	**(1.282.312)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.002.775)	(171.335)	(106.994)	(1.208)	(1.282.312)
Saldo de fechamento líquido	**(1.002.775)**	**(171.335)**	**(106.994)**	**(1.208)**	**(1.282.312)**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:05:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Cobertura Remanescente: Componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Dezembro de 2023: Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.209.353)	(94.581)	(79.581)	(934)	(1.384.449)
Saldo inicial no exercício	**(1.209.353)**	**(94.581)**	**(79.581)**	**(934)**	**(1.384.449)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI					
Receita de seguro	**939.654**	**–**	**–**	**–**	**939.654**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	708.626	–	–	–	708.626
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	231.028	–	–	–	231.028
Despesas de serviço de seguro	**(203.564)**	**–**	**(440.486)**	**73**	**(643.977)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(116.298)	–	(440.486)	–	(556.784)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.	(87.266)	–	–	–	(87.266)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	–	73	73
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**–**	**6.760**	**–**	**–**	**6.760**
Resultado do serviço de seguro	**736.090**	**6.760**	**(440.486)**	**73**	**302.437**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	13.660	–	(13.659)	(154)	(153)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**749.750**	**6.760**	**(454.145)**	**(81)**	**302.284**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(820.366)	–	–	–	(820.366)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	–	445.321	–	445.321
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	138.140	–	–	–	138.140
Fluxos de caixa totais	**(682.226)**	**–**	**445.321**	**–**	**(236.905)**
Saldo final no exercício	**(1.141.829)**	**(87.821)**	**(88.405)**	**(1.015)**	**(1.319.070)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.141.829)	(87.821)	(88.405)	(1.015)	(1.319.070)
Saldo de fechamento líquido	**(1.141.829)**	**(87.821)**	**(88.405)**	**(1.015)**	**(1.319.070)**

D) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - VFA

Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Dezembro de 2024: Total
Saldo inicial dos ativos de seguro	–	–	–	–
Saldo inicial dos passivos de seguro	(4.277.432)	(3.390)	(4)	(4.280.826)
Saldo inicial no exercício	**(4.277.432)**	**(3.390)**	**(4)**	**(4.280.826)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI				
Receita de seguro	**(175.114)**	**–**	**–**	**(175.114)**
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(175.114)	–	–	(175.114)
Despesas de serviço de seguro	**1.199.296**	**(995.710)**	**1**	**203.587**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	1.210.432	(991.037)	(5)	219.390
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(12.171)	–	–	(12.171)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	1.035	(4.673)	6	(3.632)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**–**	**–**	**–**	**–**
Componentes de investimento e reembolsos de prêmio	**–**	**–**	**–**	**–**
Resultado do serviço de seguro	**1.024.182**	**(995.710)**	**1**	**28.473**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(10.945)	(181)	–	(11.126)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**1.013.237**	**(995.891)**	**1**	**17.347**
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos	(1.153.888)	–	–	(1.153.888)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	995.919	–	995.919
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	12.171	–	–	12.171
Fluxos de caixa totais	**(1.141.717)**	**995.919**	**–**	**(145.798)**
Saldo final no exercício	**(4.405.912)**	**(3.362)**	**(3)**	**(4.409.277)**
Saldo final dos passivos de seguro	(4.405.912)	(3.362)	(3)	(4.409.277)
Saldo de fechamento líquido	**(4.405.912)**	**(3.362)**	**(3)**	**(4.409.277)**

Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Dezembro de 2023: Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.893.281)	(4.834)	(6)	(3.898.121)
Saldo inicial no exercício	**(3.893.281)**	**(4.834)**	**(6)**	**(3.898.121)**
Receita de seguro	**1.125.204**	**–**	**–**	**1.125.204**
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	846.667	–	–	846.667
Despesas de serviço de seguro	**(9.269)**	**(912.603)**	**–**	**(921.872)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	–	(912.603)	–	(912.603)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(9.269)	–	–	(9.269)
Resultado do serviço de seguro	**1.115.935**	**(912.603)**	**–**	**203.332**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(166.485)	230.909	2	64.426
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**949.450**	**(681.694)**	**2**	**267.758**
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos	(1.342.870)	–	–	(1.342.870)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	683.138	–	683.138
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	9.269	–	–	9.269
Fluxos de caixa totais	**(1.333.601)**	**683.138**	**–**	**(650.463)**
Saldo final no exercício	**(4.277.432)**	**(3.390)**	**(4)**	**(4.280.826)**
Saldo final dos passivos de seguro	(4.277.432)	(3.390)	(4)	(4.280.826)
Saldo de fechamento líquido	**(4.277.432)**	**(3.390)**	**(4)**	**(4.280.826)**

E) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - BBA

Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual - nota nº 22 (g)	Dezembro de 2024: Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.202.793)	(54.839)	(61.438)	(1.319.070)
Saldo inicial no exercício	**(1.202.793)**	**(54.839)**	**(61.438)**	**(1.319.070)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI				
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**180.278**	**(211)**	**169.960**	**350.027**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	169.960	169.960
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	(211)	–	(211)
Ajustes de experiência	180.278	–	–	180.278
Alterações relacionadas a serviços futuros	**228.877**	**(13.989)**	**(273.773)**	**(58.885)**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 22 h)	16.590	(1.427)	(16.130)	(967)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	268.360	(10.717)	(257.643)	–
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	(56.073)	(1.845)	–	(57.918)
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(26.471)**	**19.629**	**–**	**(6.842)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(26.471)	19.629	–	(6.842)
Resultado de serviço de seguro	**382.684**	**5.429**	**(103.813)**	**284.300**
Resultado Financeiro	**7.283**	**(4.132)**	**(20.013)**	**(16.862)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	7.283	(4.132)	(20.013)	(16.862)
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	–	–	–	–
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**389.967**	**1.297**	**(123.826)**	**267.438**
Fluxos de caixa	**(230.680)**	**–**	**–**	**(230.680)**
Prêmios recebidos	(987.311)	–	–	(987.311)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	602.834	–	–	602.834
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	153.797	–	–	153.797
Saldo final no exercício	**(1.043.506)**	**(53.542)**	**(185.264)**	**(1.282.312)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.043.506)	(53.542)	(185.264)	(1.282.312)
Saldo de fechamento líquido	**(1.043.506)**	**(53.542)**	**(185.264)**	**(1.282.312)**

Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 22 g)	Dezembro de 2023: Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.307.541)	(45.904)	(31.004)	(1.384.449)
Saldo inicial no exercício	**(1.307.541)**	**(45.904)**	**(31.004)**	**(1.384.449)**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**734.469**	**10.581**	**48.751**	**793.801**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	48.751	48.751
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	10.581	–	10.581
Ajustes de experiência	734.469	–	–	734.469
Alterações relacionadas a serviços futuros	**103.502**	**(17.557)**	**(79.185)**	**6.760**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 22 h)	6.358	(1.348)	(5.010)	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	90.384	(16.209)	(74.175)	–
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	6.760	–	–	6.760
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(498.198)**	**74**	**–**	**(498.124)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(498.198)	74	–	(498.124)
Resultado de serviço de seguro	**339.773**	**(6.902)**	**(30.434)**	**302.437**
Resultado Financeiro	**1.880**	**(2.033)**	**–**	**(153)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	1.880	(2.033)	–	(153)
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**341.653**	**(8.935)**	**(30.434)**	**302.284**
Fluxos de caixa	**(236.905)**	**–**	**–**	**(236.905)**
Prêmios recebidos	(820.366)	–	–	(820.366)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	445.321	–	–	445.321
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	138.140	–	–	138.140
Saldo final no exercício	**(1.202.793)**	**(54.839)**	**(61.438)**	**(1.319.070)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.202.793)	(54.839)	(61.438)	(1.319.070)
Saldo de fechamento líquido	**(1.202.793)**	**(54.839)**	**(61.438)**	**(1.319.070)**

F) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - VFA

Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 22 g)	Dezembro de 2024: Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.859.672)	(20.381)	(400.773)	(4.280.826)
Saldo inicial no exercício	**(3.859.672)**	**(20.381)**	**(400.773)**	**(4.280.826)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI				
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**70.665**	**(2.791)**	**(35.770)**	**32.104**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	(35.770)	(35.770)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	(2.791)	–	(2.791)
Ajustes de experiência	70.665	–	–	70.665
Alterações relacionadas a serviços futuros	**(48.602)**	**8.401**	**40.202**	**1**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 22 h)	(31.908)	(115)	32.023	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(16.694)	8.516	8.179	1
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(4.673)**	**1.041**	**–**	**(3.632)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(4.673)	1.041	–	(3.632)
Resultado de serviço de seguro	**17.390**	**6.651**	**4.432**	**28.473**
Resultado Financeiro	**(193.027)**	**(1.283)**	**183.184**	**(11.126)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(193.027)	(1.283)	183.184	(11.126)
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**(175.637)**	**5.368**	**187.616**	**17.347**
Fluxos de caixa	**(145.798)**	**–**	**–**	**(145.798)**
Prêmios recebidos	(1.153.888)	–	–	(1.153.888)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	995.919	–	–	995.919
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	12.171	–	–	12.171
Transferência para outros itens do extrato da posição financeira				
Saldo final no exercício	**(4.181.107)**	**(15.013)**	**(213.157)**	**(4.409.277)**
Saldo final dos passivos de seguro	(4.181.107)	(15.013)	(213.157)	(4.409.277)
Saldo de fechamento líquido	**(4.181.107)**	**(15.013)**	**(213.157)**	**(4.409.277)**

Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 22 g)	Dezembro de 2023: Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.684.423)	(26.366)	(187.332)	(3.898.121)
Saldo inicial no exercício	**(3.684.423)**	**(26.366)**	**(187.332)**	**(3.898.121)**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**258.122**	**1.279**	**(49.946)**	**209.455**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	(49.946)	(49.946)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	1.279	–	1.279
Ajustes de experiência	258.122	–	–	258.122
Alterações relacionadas a serviços futuros	**158.791**	**4.704**	**(163.495)**	**–**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 22 h)	2.163	(243)	(1.920)	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	156.628	4.947	(161.575)	–
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(6.123)**	**–**	**–**	**(6.123)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(6.123)	–	–	(6.123)
Resultado de serviço de seguro	**410.790**	**5.983**	**(213.441)**	**203.332**
Resultado Financeiro	**64.424**	**2**	**–**	**64.426**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	64.424	2	–	64.426
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**475.214**	**5.985**	**(213.441)**	**267.758**
Fluxos de caixa	**(650.463)**	**–**	**–**	**(650.463)**
Prêmios recebidos	(1.342.870)	–	–	(1.342.870)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	683.138	–	–	683.138
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	9.269	–	–	9.269
Saldo final no exercício	**(3.859.672)**	**(20.381)**	**(400.773)**	**(4.280.826)**
Saldo final dos passivos de seguro	(3.859.672)	(20.381)	(400.773)	(4.280.826)
Saldo de fechamento líquido	**(3.859.672)**	**(20.381)**	**(400.773)**	**(4.280.826)**

G) REALIZAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL

Realização da Margem de Serviço Contratual	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2024	(80.223)	(103.091)	(735)	(1.215)	(185.264)
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2024	(25.768)	(80.143)	(52.297)	(54.949)	(213.157)
	(105.991)	**(183.234)**	**(53.032)**	**(56.164)**	**(398.421)**
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2023	(15.542)	(25.822)	(7.639)	(12.435)	(61.438)
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2023	(48.219)	(148.492)	(101.049)	(103.013)	(400.773)
	(63.761)	**(174.314)**	**(108.688)**	**(115.448)**	**(462.211)**

H) RENTABILIDADE DOS CONTRATOS DE SEGURO - BBA E VFA

Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	BBA: Contratos Rentáveis	BBA: Contratos Onerosos	VFA: Contratos Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	**17.553**	**(963)**	**(31.908)**	**(15.318)**
Prêmios emitidos líquidos	78.349	(37)	1.406.790	1.485.102
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	(46.962)	(833)	(1.409.092)	(1.456.887)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(13.834)	(93)	(29.606)	(43.533)
Ajuste de risco para risco não financeiro	**(1.423)**	**(4)**	**(115)**	**(1.542)**
CSM	**(16.130)**	**–**	**32.023**	**15.893**
Onerosidade em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(967)**	**–**	**(967)**

Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	BBA: Contratos Rentáveis	BBA: Contratos Onerosos	VFA: Contratos Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	**6.358**	**–**	**2.163**	**8.521**
Prêmios emitidos líquidos	61.727	–	38.952	100.679
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	(29.970)	–	(35.959)	(65.929)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(25.399)	–	(830)	(26.229)
Ajuste de risco para risco não financeiro	**(1.348)**	**–**	**(243)**	**(1.591)**
CSM	**(5.010)**	**–**	**(1.920)**	**(6.930)**
Onerosidade em 31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**–**	**–**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:05:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE RESSEGURO - PAA

	Ativo para cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		Dezembro de 2024
Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial dos ativos de resseguro	(46.794)	159.291	2.982	115.479
Saldo inicial no exercício	**(46.794)**	**159.291**	**2.982**	**115.479**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI				
Alocação de prêmios de resseguros	**29.523**	**–**	**–**	**29.523**
Valores recuperáveis da resseguradora	**(166.465)**	**82.164**	**(1.266)**	**(85.567)**
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(166.306)	82.164	(7.438)	(91.580)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	–	–	6.172	6.172
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(159)	–	–	(159)
Despesas líquidas de contratos de resseguro	**(136.942)**	**82.164**	**(1.266)**	**(56.044)**
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	–	2.420	249	2.669
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(136.942)**	**84.584**	**(1.017)**	**(53.375)**
Fluxos de caixa				
Prêmios pagos	185.212	–	–	185.212
Sinistros recebidos	–	(115.725)	–	(115.725)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(30.630)	–	–	(30.630)
Fluxos de caixa totais	**154.582**	**(115.725)**	**–**	**38.857**
Saldo final no exercício	**(29.154)**	**128.150**	**1.965**	**100.961**
Saldo final dos ativos de resseguro	(29.154)	128.150	1.965	100.961
Saldo de fechamento líquido	**(29.154)**	**128.150**	**1.965**	**100.961**

	Ativo para cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		Dezembro de 2023
Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial dos ativos de resseguro	(12.423)	147.659	2.330	137.566
Saldo inicial dos passivos de resseguro	(1.878)	530	–	(1.348)
Saldo inicial no exercício	**(14.301)**	**148.189**	**2.330**	**136.218**
Alocação de prêmios de resseguros	**101.803**	**–**	**–**	**101.803**
Valores recuperáveis da resseguradora	**(188.272)**	**13.005**	**394**	**(174.873)**
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(189.869)	13.005	–	(176.864)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	–	–	394	394
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	1.597	–	–	1.597
Despesas líquidas de contratos de resseguro	**(86.469)**	**13.005**	**394**	**(73.070)**
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	1.435	5.585	258	7.278
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(85.034)**	**18.590**	**652**	**(65.792)**
Fluxos de caixa				
Prêmios pagos	143.147	–	–	143.147
Sinistros recebidos	(71.445)	(7.488)	–	(78.933)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(19.161)	–	–	(19.161)
Fluxos de caixa totais	**52.541**	**(7.488)**	**–**	**45.053**
Saldo final no exercício	**(46.794)**	**159.291**	**2.982**	**115.479**
Saldo final dos ativos de resseguro	(46.794)	159.291	2.982	115.479
Saldo de fechamento líquido	**(46.794)**	**159.291**	**2.982**	**115.479**

J) COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento posteriores das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

								Dezembro			Total de
Montante de sinistros avisados até a data-base	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**sinistros avisados**
Até a data-base	6.099	6.755	6.629	6.544	7.165	6.170	7.929	10.295	9.534	16.789	16.789
Dois anos mais tarde	6.253	6.893	6.754	6.660	7.324	6.420	8.243	10.737	10.102	–	10.102
Três anos mais tarde	6.298	6.932	6.784	6.710	7.372	6.456	8.285	10.855	–	–	10.855
Quatro anos mais tarde	6.315	6.949	6.810	6.730	7.388	6.480	8.322	–	–	–	8.322
Cinco anos mais tarde	6.326	6.960	6.801	6.739	7.384	6.509	–	–	–	–	6.509
Seis anos mais tarde	6.337	6.968	6.804	6.751	7.401	–	–	–	–	–	7.401
Sete anos mais tarde	6.344	6.976	6.809	6.769	–	–	–	–	–	–	6.769
Oito anos mais tarde	6.347	6.970	6.814	–	–	–	–	–	–	–	6.814
Nove anos mais tarde	6.350	6.973	–	–	–	–	–	–	–	–	6.973
Dez anos mais tarde	6.355	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.355
Movimentações	6.355	6.973	6.814	6.769	7.401	6.509	8.322	10.855	10.102	16.789	86.890

											Total de
Montante de sinistros pagos até a data-base	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**sinistros pagos**
Até a data-base	5.407	6.065	5.869	5.752	6.372	5.366	6.770	9.085	8.140	13.539	13.539
Dois anos mais tarde	6.427	6.858	6.688	6.604	7.265	6.354	8.142	10.612	9.836	–	9.836
Três anos mais tarde	6.473	6.900	6.726	6.647	7.307	6.397	8.181	10.691	–	–	10.691
Quatro anos mais tarde	6.500	6.920	6.753	6.671	7.330	6.419	8.226	–	–	–	8.226
Cinco anos mais tarde	6.520	6.934	6.772	6.689	7.345	6.436	–	–	–	–	6.436
Seis anos mais tarde	6.542	6.945	6.778	6.699	7.347	–	–	–	–	–	7.347
Sete anos mais tarde	6.552	6.953	6.784	6.715	–	–	–	–	–	–	6.715
Oito anos mais tarde	6.557	6.960	6.776	–	–	–	–	–	–	–	6.776
Nove anos mais tarde	6.562	6.947	–	–	–	–	–	–	–	–	6.947
Dez anos mais tarde	6.327	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.327
Pagamentos	6.327	6.947	6.776	6.715	7.347	6.436	8.226	10.691	9.836	13.539	82.840
Passivo em dezembro/24	27	26	37	51	54	74	99	162	266	3.251	4.047
PSL Q377 anos anteriores											160
Demais estimativas											(142)
Efeito do desconto											(212)
Ajuste ao risco											96
Passivo Uruguai											115
Passivo total											4.064

23. PASSIVOS FINANCEIROS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Operações com cartão de crédito (i)	10.684.587	9.111.200
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	4.002.289	3.781.124
Passivos de capitalização (iii)	1.867.790	1.545.871
Debêntures, empréstimos e nota comercial	437.026	1.080.974
Captação de recursos - Depósitos (iv)	227.632	314.278
Passivos de arrendamento (v)	4.854	14.083
	17.224.178	**15.847.530**
Circulante	13.664.214	14.973.868
Não circulante	3.559.964	873.662

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg.

(v) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Os passivos financeiros mensurados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

23.1 DEBÊNTURES

Debêntures	Instituição	Empresa	Valor contratado	Contratação	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
1ª emissão..	Bradesco BBI e Itaú BBA	Mobitech	400.000	novembro 2021	novembro 2024	DI + 1,35%	–	101.415
2ª emissão..	Itaú BBA e Safra	Mobitech	400.000	maio 2022	maio 2025	DI + 1,31%	253.553	405.644
2ª emissão..	Itaú BBA e ABC Brasil	CDF	135.040	outubro 2022	outubro 2025	DI + 2,32%	–	68.764
							253.553	**575.823**

23.2 EMPRÉSTIMOS

Empréstimos	Empresa	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
CCB - Capital de giro - BRL	Porto Cia	jan e nov 2026/mai 2027	taxa média de CDI + 2%	163.473	155.290
CCB - Capital de giro - BRL	Mobitech	jan 2024 e abr 2028	Pré-fixado	–	249.656
Nota Comercial	Porto Consórcio	dezembro de 2025	taxa média de 0,593% + 100% CDI	20.000	–
Capital de giro garantido - EUR	CDF	março 2025	taxa média de 5,82% + variação cambial	–	10.505
Capital de giro garantido - BRL	CDF	jun 2024 e dez 2029	taxa média de 4,24% + 100% CDI	–	89.700
				183.473	**505.151**

23.3 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captação de recursos - Depósitos	Passivos de capitalização	Passivo de arrendamento	Empréstimos, debêntures e nota comercial	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.688.029**	**3.672.390**	**51.410**	**1.318.807**	**26.780**	**2.180.142**	**14.937.558**
Aquisição/constituição	43.072.597	49.800	5.262.975	2.157.628	–	60.525	50.603.525
Atualização monetária/juros	–	506.082	24.924	90.397	2.130	260.040	883.573
Liquidação/reversão	(41.649.426)	(447.148)	(5.025.031)	(2.020.961)	(14.827)	(1.419.733)	(50.577.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.111.200**	**3.781.124**	**314.278**	**1.545.871**	**14.083**	**1.080.974**	**15.847.530**
Aquisição/constituição	49.876.873	1.885.300	2.641.436	1.354.896	2.048	307.000	56.067.553
Atualização monetária	–	–	–	–	1.388	80.154	81.542
Juros	–	450.659	23.202	97.320	–	12.469	583.650
Liquidação/reversão	(48.303.486)	(2.114.794)	(2.751.284)	(1.130.297)	(12.665)	(1.043.571)	(55.356.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.684.587**	**4.002.289**	**227.632**	**1.867.790**	**4.854**	**437.026**	**17.224.178**

24. PROVISÕES JUDICIAIS

24.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	163.724	1.275.651	1.387.966
Cíveis (b)	–	105.179	81.419
Trabalhistas (c)	–	50.621	43.769
	163.724	**1.431.451**	**1.513.154**
Depósitos judiciais (*)	(163.724)	(1.263.490)	(1.383.312)
Provisão líquida	**–**	**167.961**	**129.842**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS	29.023	610.058	624.694
COFINS	134.701	238.758	352.362
Processos com adesão ao REFIS	–	321.636	305.780
Outros	–	105.199	105.130
	163.724	**1.275.651**	**1.387.966**
Depósitos judiciais (*)	(163.724)	(1.254.234)	(1.369.555)
Provisão líquida	**–**	**21.417**	**18.411**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS E COFINS SOBRE RECEITAS DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

Em março de 2024, houve encerramento da discussão na qual a Controladora discutia a legalidade e a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre capital próprio. Em novembro de 2024, os valores depositados foram convertidos em renda para a União, tendo havido as respectivas baixas contábeis nas contas patrimoniais.

(ii) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta.

Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Nas ações das referidas sociedades, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar questionam judicialmente essa tributação. Mencionadas ações, aguardam a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479 para as seguradoras e decisão final do Recurso Extraordinário - RE 609.096 para a financeira.

(iv) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(v) OUTROS

As controladas questionam a exigência de IRPJ e de CSLL sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos impetrados pelas sociedades.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

24.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Controladora	Consolidado			
	Fiscais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**163.724**	**1.387.966**	**43.769**	**81.419**	**1.513.154**
Constituições	–	6.819	32.511	103.588	142.918
Êxito/reversões	(171.210)	(182.806)	(21.400)	(80.798)	(285.004)
Pagamentos	–	–	(7.841)	(10.965)	(18.806)
Atualização monetária	7.486	63.672	3.582	11.935	79.189
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**1.275.651**	**50.621**	**105.179**	**1.431.451**
(–) Depósitos judiciais (*)	–	(1.254.234)	(1.808)	(7.448)	(1.263.490)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2024	**–**	**21.417**	**48.813**	**97.731**	**167.961**
Quantidade de processos	–	67	754	5.477	6.298

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

24.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	1.429.824	1.337.933
Cíveis	296.426	249.020
Trabalhistas	19.593	6.898
	1.745.843	**1.593.851**

(a) PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 564.028 (R$ 411.749 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 463.781 (R$ 322.866 de possível impacto no lucro líquido).

25. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**197.591**	**(52.069)**	**145.522**
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	5.870	–	5.870
Apropriação dos juros	–	15.844	15.844
Pagamentos	(32.722)	–	(32.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**170.739**	**(36.225)**	**134.514**
Circulante			20.197
Não circulante			114.317

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	33.785	50.741	956.970	919.405
Receitas a diferir	–	–	372.682	333.584
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário	251.488	291.101	251.488	291.101
Provisão de férias e encargos	–	–	188.263	169.609
Valores a pagar - cartão de crédito	–	–	160.106	124.491
Participações nos lucros	30.519	7.428	471.855	312.899
Benefícios pós emprego (i)	–	–	128.867	108.283
Cheques a depositar	–	–	25.979	17.763
Devolução a consorciados	–	–	8.111	8.058
Outros	–	–	286.621	45.501
	315.792	**349.270**	**2.850.942**	**2.330.694**
Circulante	64.304	58.169	2.230.949	1.704.469
Não circulante	251.488	291.101	619.993	626.225

(i) Vide nota explicativa nº 37.2.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:05:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta – CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco B – 11º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Qtde. de ações ordinárias	% participação	Qtde. de ações ordinárias	% participação
PSIUPAR	457.883.778	70,8%	457.883.778	70,8%
Ações em circulação	182.584.735	28,2%	183.207.758	28,4%
Ações em tesouraria	6.117.547	1,0%	5.494.524	0,8%
	646.586.060	**100,0%**	**646.586.060**	**100,0%**

(b) RESERVAS DE CAPITAL

A reserva de capital foi constituída decorrente da contraprestação transferida a valor justo resultante da combinação de negócios entre a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF, tendo como montante R$ 634.122. Em junho de 2023, o ajuste de preço de aquisição incrementou a contraprestação no montante de R$ 174.210 em Transação de capital com acionistas, totalizando R$ 808.332.

(c) RESERVAS DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 422.975 (R$ 290.732 em dezembro de 2023).

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 3.900.668 (R$ 2.736.391 em 31 dezembro de 2023).

(d) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: início em 22 de fevereiro de 2024 a 21 de fevereiro de 2025;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 18.725.623 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado das ações em tesouraria é de R$ 221.394 (R$ 157.913 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**123.192**	**5.495**	**23,18**	**605**
Alienadas	(168.409)	(5.886)	29,06	–
Recompradas	200.824	6.509	32,45	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**155.607**	**6.118**	**26,42**	**605**

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de março de 2024 aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio - JCP aos acionistas, no valor líquido de R$ 778.407 e da imputação de parcela desse montante, no valor de R$ 550.322 ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023. Ainda nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023 no montante de R$ 60.068. Os pagamentos foram realizados no dia 10 de abril de 2024 e 28 de novembro de 2024.

Conforme aviso aos acionistas de 25 de março de 2024, 25 de junho de 2024, 24 de setembro de 2024 e 24 de dezembro de 2024, a Companhia creditou contabilmente a distribuição de dividendos no montante de R$ 192.115, R$ 204.820, R$ 263.000 e R$ 269.670 (R$ 163.298, R$ 174.239, R$ 223.733 e R$ 232.243 líquido de imposto de renda) respectivamente, compostos por juros sobre capital próprio - JCP, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024. A data do pagamento será definida pela Administração em AGO que aprovará as contas do exercício social de 2024.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	**2.644.845**	**2.266.149**
(–) Reserva legal -5%	(132.242)	(113.307)
Ajustes de IFRS	10.779	48.446
Lucro básico para determinação do dividendo	**2.523.382**	**2.201.288**
Dividendos mínimos obrigatórios -25%	**630.845**	**550.332**
Dividendos/JCP complementares propostos	559.335	288.153
Total de dividendos/JCP complementares	**559.335**	**288.153**
Total de dividendos (B)	1.190.180	838.475
Total por ação (R$)	**1,83510**	**1,29584**
Distribuição total (B/A)	**45,00%**	**37,00%**

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**184.981**	**111.229**
Diferimento do exercício	195.149	149.577
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(168.409)	(75.825)
Saldo final	**211.721**	**184.981**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**31,95**	**23,30**

	Quantidade	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**6.993**	**3.599**
Diferimento do exercício	5.392	6.461
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(5.886)	(3.068)
Saldo final	**6.499**	**6.993**

28. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

A) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

Resultado dos contratos de seguro - PAA	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Alocação de prêmio	27.657.852	24.287.447
Receita de seguro total	**27.657.852**	**24.287.447**
Despesas com seguro	**(16.498.571)**	**(14.285.479)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(17.351.666)	(15.270.000)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(380.562)	(9.637)
(–) Recuperação de Salvados	1.233.657	994.158
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(4.723.383)**	**(4.173.095)**
Despesas de aquisição	(4.723.383)	(4.173.095)
Despesas totais de serviço de seguro	**(21.221.954)**	**(18.458.574)**
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	**6.435.898**	**5.828.873**

B) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGUROS - BBA E VFA

BBA

Resultado dos contratos de seguro - BBA	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(169.960)	(30.435)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	211	(6.976)
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	76.975	79.754
Emissão de prêmios e outros recebimentos	984.692	849.917
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	(11.593)	47.394
Receita total	**880.325**	**939.654**
Despesas incorridas	**(386.929)**	**(556.711)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(380.087)	(440.486)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(6.842)	73
Outras despesas incorridas	–	(116.298)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(151.178)**	**(87.266)**
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	–	–
Despesas de aquisição	(151.178)	(87.266)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**(57.918)**	**6.760**
Despesas totais de serviço de seguro	**(596.025)**	**(637.217)**
Resultado líquido	**284.300**	**302.437**

VFA

Resultado dos contratos de seguro - VFA	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	35.770	(213.441)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	2.791	5.983
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	(1.388.822)	(147.032)
Emissão de prêmios e outros recebimentos	1.153.888	1.430.326
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	21.259	49.368
Receita total	**(175.114)**	**1.125.204**
Despesas incorridas	**215.758**	**(912.603)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	219.390	(912.603)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(3.632)	–
Outras despesas incorridas	–	–
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(12.171)**	**(9.269)**
Despesas de aquisição	(12.171)	(9.269)
Despesas totais de serviço de seguro	**203.587**	**(921.872)**
Resultado líquido	**28.473**	**203.332**

28.1 DESPESAS LÍQUIDAS COM CONTRATOS DE RESSEGUROS/RETROCESSÕES

Uma análise da alocação dos prêmios de resseguro pagos e valores recuperados das resseguradoras é apresentada nas tabelas abaixo:

Resultado dos contratos de resseguro - PAA	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor esperado recuperável para sinistros e outras despesas de serviços de resseguros incorridas no exercício	(84.301)	(175.267)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	(1.266)	394
Alocação de prêmio	29.523	101.803
Receita ou despesa líquida de contratos de resseguro mantidos	**(56.044)**	**(73.070)**

29. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cartão de crédito	2.187.679	1.964.041
"Interchange" (*)	860.733	724.724
Financiamentos	404.178	419.568
Empréstimos	183.711	153.873
Outras	64.717	53.830
	3.701.018	**3.316.036**

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

30. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Consórcio (i)	1.118.950	764.415
CDF S.A.	506.073	263.781
Porto Atendimento	344.850	261.564
CDF Ltda. (ii)	322.258	43.492
Porto Assistência (ii)	113.213	654.358
Porto Assistência Participações (ii)	103.646	–
Mobitech	88.710	261.883
Portopar e Porto Asset Management	84.010	93.423
Serviços Médicos	69.907	68.660
Porto Seguro Saúde Ocupacional	64.060	65.643
Unigás (iii)	64.154	–
Crediporto	54.202	35.648
Porto Serviços e Comércio	12.118	36.702
Proteção e Monitoramento	11.621	13.348
Outras	126.344	83.731
	3.084.116	**2.646.648**

(i) Refere-se substancialmente às receitas com taxa de administração dos grupos de consórcio em andamento.
(ii) Refere-se à incorporação conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.
(iii) A Unigás passou a fazer parte do Grupo em 31 de outubro de 2023.

31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Investimentos - Oncoclínicas (i)	75.000	59.994
Outras receitas com cartão de crédito	68.064	42.790
Consórcio	31.453	37.395
Venda de veículos	4.033	–
Imóveis e Investimentos	–	48.502
Outras	39.925	21.787
	218.475	**210.468**

(i) Recebimento referente ao atingimento de metas de faturamento firmado em Acordo de Investimento entre Porto e Oncoclínicas.

32. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros	(43.914)	(11.362)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(13.325)	(8.775)
Serviços de terceiros	(9.126)	(4.617)
Localização e funcionamento	(2.156)	(2.610)
Publicidade	(1.592)	(829)
Outras	(1.098)	(1.266)
	(71.211)	**(29.459)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(2.498.770)	(2.276.929)
Serviços de terceiros	(1.340.439)	(1.162.664)
Participação nos lucros	(790.594)	(558.571)
Localização e funcionamento	(622.902)	(518.605)
Publicidade	(151.529)	(141.504)
Donativos e contribuições	(62.198)	(52.046)
Despesas recuperadas (i)	248.703	195.797
Outras	(104.968)	(147.616)
	(5.322.697)	**(4.662.138)**

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:06:00 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Controladora	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(38.537)	(34.605)
PIS	(8.367)	(7.513)
Outras	(1.265)	(1.305)
	(48.169)	**(43.423)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(749.359)	(700.532)
PIS	(126.753)	(117.837)
Imposto sobre serviços	(91.215)	(70.017)
Outros Tributos - Uruguay	(66.643)	(61.470)
Outras	(34.943)	(30.897)
	(1.068.913)	**(980.753)**

34. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora
	Dezembro de 2023
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios (i)	(40.249)
	(40.249)

(i) Decorrente da reorganização societária realizada em 2023, a combinação de negócios do Itaú Auto e Residência passou a ser contemplada nos investimentos da Porto Cia.

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão para riscos de créditos	(1.220.328)	(1.156.997)
Despesas operacionais - cartão de crédito	(1.130.866)	(997.591)
Captação de recursos	(496.983)	(520.042)
Cobranças e adm. de apólices e contratos	(113.180)	(99.418)
Encargos sociais de operações com seguros	(48.599)	(45.147)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	(40.798)	(40.248)
Serviços de assistência	(36.107)	(2)
Outras	(232.157)	(380.123)
	(3.319.018)	**(3.239.568)**

35. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	158.892	112.900
Variação cambial - empréstimos	13.335	3.174
Atualização monetária de depósitos judiciais	–	9.830
Outras	(997)	9.981
	171.230	**135.885**

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	976.654	1.064.569
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	216.808	284.053
Receitas de contratos de seguros emitidos	225.407	498.163
Variação cambial - empréstimos	13.431	3.173
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.793	74.016
Receitas de contratos de resseguros mantidos	10.624	10.308
Outras	210.820	105.932
	1.669.537	**2.040.214**

36. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas fundo imobiliário	(9.741)	–
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.350)	(7.381)
Despesas com empréstimos	–	(41.616)
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	–	(9.830)
Outras	(14.454)	(46.781)
	(27.545)	**(105.608)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas com contratos de seguros emitidos	(342.497)	(649.447)
Atualização monetária - passivos capitalização	(97.320)	(71.844)
Despesas com empréstimos	(87.614)	(316.938)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(72.095)	(48.921)
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	(38.056)	(61.014)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(9.932)	–
Despesas com contratos de resseguros mantidos	(4.707)	(3.030)
Atualização monetária - demais	(2.407)	(14.743)
Despesas fundo imobiliário	9.741	–
Outras	(179.570)	(137.937)
	(824.457)	**(1.303.874)**

37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

37.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos os termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 7.245 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 31.759 em 31 de dezembro de 2024.

37.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	108.283	83.104
Custo dos benefícios	6.337	4.659
Custo de juros	11.295	9.942
Benefícios pagos	(19.471)	(14.486)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(200)	26.002
Outros	22.623	(938)
Saldo final do passivo	128.867	108.283

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar no montante de R$ 603.824, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas repassadas conforme grade de rateio pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Serviços do seguro, plano de saúde, clínicas médicas e convênio prestados pela Porto Saúde, Portomed e Porto Saúde Ocupacional;

(iii) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management, Porto Gestora e Portopar;

(v) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(vi) Aquisições de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(vii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Assistência Participações e CDF S.A.;

(viii) Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio;

(ix) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;

(x) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância forçada no âmbito de contrato de venda de imóveis;

(xi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(xii) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech; e

(xiii) Serviços de desenvolvimento e assessoramento de negócios pela Crediporto.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Mobitech (i)	–	121.994
Outros (ii)	2.656	5.481
	2.656	**127.475**
Mútuo - Porto Serviço (iii)	–	14.500
	2.656	**141.975**

(i) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em maio de 2023 e liquidada no exercício de 2024.

(ii) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em outubro de 2023 para investimento.

(iii) O saldo referia-se a aquisição da Unigás por meio de mútuo, liquidado em outubro de 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 34.271 (R$ 38.221 em 31 de dezembro de 2023) e R$ 1.191.806 no passivo da Portoseg (R$ 1.223.311 em 31 de dezembro de 2023) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Controladora				
Porto Seguro S.A.	52.730	39.532	(4.291)	(1.027)
Controladas diretas e indiretas				
CDF S/A	1.773.059	1.691.965	(197.126)	(147.770)
Porto Cia	1.189.664	1.080.691	(1.693.415)	(1.438.414)
Porto Atendimento	331.106	235.696	(120.704)	(99.027)
Porto Saúde	238.880	214.397	(204.278)	(173.556)
Portoseg	70.226	41.741	(366.418)	(345.494)
Porto Consórcio	51.763	1.049	(171.754)	(126.755)
Crediporto	46.728	36.798	(9.301)	(9.722)
Demais	18.849	2.328	(20.558)	(14.217)
Porto Assistência Participações	13.124	–	(12.119)	(58)
Porto Capitalização	6.026	6.551	(23.958)	(16.931)
Porto Serviços e Comércio	5.495	5.055	(6.135)	(13.116)
Porto Asset Management	5.161	16.695	(9.675)	(7.835)
Mobitech	1.687	14.668	(22.148)	(25.807)
Itaú Auto e Residência	1.189	1.856	(44.832)	(107.475)
Portopar	636	1.277	(6.229)	(6.729)
Serviços Médicos	588	–	(39.102)	(32.107)
Proteção e Monitoramento	80	175	(6.981)	(8.301)
Porto Vida	–	–	(27.871)	(29.511)
Azul Seguros	–	–	(820.094)	(786.621)
	3.806.991	**3.390.474**	**(3.806.989)**	**(3.390.473)**

38.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	43.914	11.362	256.510	166.088
Honorários e encargos	5.601	5.481	59.730	40.859
	49.515	**16.843**	**316.240**	**206.947**

39. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro S.A. não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.644.845	2.266.149
Média ponderada do número de ações durante o exercício	648.563	647.050
Resultado por ação básico e diluído	4,0780	3,50228

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Presidente do Conselho de Administração

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
Conselheiro

LIE UEMA DO CARMO
Conselheira Independente

PEDRO LUIZ CERIZE
Conselheiro Independente

MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI
Vice-Presidente do Conselho de Administração

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT
Conselheira Independente

DIRETORIA

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Diretor Presidente

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Serviços

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente - Saúde

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Seguros

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor de Relações com Investidores

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:06:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

→ continuação

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2024

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "Comitê") foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro" ou "Companhia"), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria reúne-se com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do primeiro semestre de 2024 até a presente data.

No período compreendido entre 01 de julho de 2024 e 31 de dezembro de 2024, inclusive, ocorreram onze reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria supervisionou as atividades da área de Controles Internos da Porto Seguro durante o segundo semestre de 2024, mantendo diálogo constante com os gestores das diversas áreas de negócios e monitorando o progresso dos Planos de Ação voltados à resolução dos pontos destacados pela Auditoria Interna, assim como aqueles identificados pelos auditores externos. Além disso, o Comitê acompanhou de perto os painéis relacionados a riscos, controles internos, segurança cibernética e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD/FT).

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A Ernst & Young (EY) é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro, conduzindo o planejamento e a execução de seus trabalhos de acordo com as normas profissionais aplicáveis. O Comitê realizou reuniões trimestrais com os auditores externos, durante as quais foram discutidos os aspectos relevantes do trabalho realizado. O Comitê considera que a EY manteve sua independência ao longo do processo, conduzindo suas atividades com objetividade e qualidade, atendendo às expectativas estabelecidas.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou de perto as atividades da Auditoria Interna, avaliando aspectos relacionados à sua estrutura, recursos, responsabilidades e independência. Além disso, foi realizado um exame detalhado dos principais relatórios produzidos pela área durante este período.

Acompanhamento das demonstrações financeiras semestrais: A Controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, das empresas do Grupo Porto Seguro, relativas ao 2º semestre do exercício social de 2024. O Comitê também se reuniu com a Auditoria Independente e foi informado sobre o relatório referente às respectivas Demonstrações Financeiras das empresas do Grupo Porto Seguro para o 2º semestre de 2024. Considerando as limitações decorrentes da abrangência de sua atuação, o Comitê conclui que as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, estão devidamente preparadas para serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Parecer do Comitê de Auditoria: Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

Lie Uema do Carmo
Coordenadora

Cynthia Nesanovis Catlet
Membro Externo

Eduardo Rogatto Luque
Membro Externo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensuradas sob o Premium Allocation Approach (PAA), Building Block Approach (BAA) e Variable Fee Approach (VFA)

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.1 e 22, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, por meio de suas controladas, registrou passivos de contratos de seguros no montante de R$ 10.428.761 mil em seu balanço consolidado, dos quais respectivamente, R$ 4.737.172 mil referem-se ao valor do PAA, R$ 1.282.312 mil do BAA e R$ 4.409.277 mil do VFA. Adicionalmente, o montante total do PAA já inclui R$ 581.265 mil em ativos relacionados a fluxos de caixa de aquisição de seguros, conforme demonstrado na NE 22 (a). Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esses montantes incluem tanto o passivo de cobertura remanescente (LRC - Liability for Remaining Coverage) quanto o passivo por sinistros incorridos (LIC - Liability for Incurred Claims) e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros. Esses passivos são avaliados sob métodos PAA, BBA e VFA. Esses valores refletem estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro. Para o passivo de cobertura remanescente avaliado sob métodos BBA e VFA, as estimativas contemplam ainda a margem de serviço desses contratos de seguros.

No montante de passivo por sinistros incorridos (LIC) está contida a estimativa de IBNR (sinistros ocorridos e não avisados), um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria. Da mesma forma, essas técnicas também são aplicadas na estimativa dos fluxos de caixa relacionados ao passivo de cobertura remanescente (LRC) avaliados sob métodos BBA e VFA. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais. Este é especificamente o caso para linhas de negócios que são consideradas de longo prazo, como determinados tipos de seguros de vida e previdência e outras linhas especializadas onde certas suposições de longo prazo são necessárias como parte das técnicas de projeção. Essas técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação. Assim, identificamos os passivos por sinistros incorridos (LIC), os passivos por cobertura remanescente (LRC) avaliados pelos métodos de BBA e VFA e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros, em conjunto, como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros e resseguros, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros e resseguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos passivos dos contratos de seguros e resseguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (impairment) de empréstimos e recebíveis

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1, a Companhia, por meio de suas controladas, possui operações de empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado, no montante de R$ 1.753.180 mil, revisadas pela diretoria periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (impairment). Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as políticas e metodologias aplicadas determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da diretoria, que incluem, entre outros, os níveis de inadimplência dos tomadores desses empréstimos e recebíveis, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes, bem como o histórico da qualidade desses portfólios. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações, e dos possíveis impactos dos níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela diretoria para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e a avaliação das divulgações nas notas explicativas nº3.2.4 e 10.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:06:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 16.948,9 milhões, com aumento de R$ 1.120,7 milhões, 7,1% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,5%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior, o que indica o aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 415,4 milhões, uma redução de R$ 182,4 milhões, 30,5% em relação ao ano anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 88,6%, uma redução de 1% em relação aos 89,6% do exercício anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no semestre foi de 86,4%, com redução de 0,3 p.p. em relação ao exercício anterior. Estas variações decorrem principalmente da redução do índice de sinistralidade.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 1.566,9 milhões, uma redução de R$ 144,8 milhões, 8,5% em relação ao ano anterior. O resultado por ação não apresentou variação relevante entre os exercícios, sendo R$ 2,24 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R$ 2,41 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   1.1: Temas materiais associados:
   - Desenvolvimento das Comunidades Locais
   - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
   - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   2.1: Temas materiais associados:
   - Descarbonização e emissões de GEE
   - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   3.1: Temas materiais associados:
   - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
   - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
   - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   4.1: Temas materiais associados:
   - Comportamento ético, integridade e compliance
   - Gestão da cadeia de valor
   - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
   - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de Política Monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**10.809.765**	**11.396.934**
Disponível		95.613	59.484
Caixa e bancos	7	95.613	59.484
Equivalentes de caixa	7	317.176	51.171
Aplicações financeiras	8.1.1	726.157	2.519.269
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.081.287	6.146.871
Prêmios a receber	9.1	7.017.067	6.012.216
Operações com seguradoras		31.890	100.495
Operações com resseguradoras	5.1	32.330	34.160
Outros créditos operacionais		79.974	251.162
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	149.990	178.339
Títulos e créditos a receber		330.687	233.013
Títulos e créditos a receber	10	71.684	81.021
Créditos tributários e previdenciários	11	98.328	43.458
Outros créditos		160.675	108.534
Outros valores e bens	12	103.913	179.891
Bens à venda		3.016	80.092
Outros valores		100.897	99.799
Despesas antecipadas		92.816	110.132
Custos de aquisição diferidos	13	1.832.152	1.667.602
Seguros		1.832.152	1.667.602
Não Circulante		**11.676.180**	**9.778.895**
Realizável a longo prazo		6.972.912	5.138.392
Aplicações financeiras	8	3.972.860	2.537.059
Créditos das operações com seguros e resseguros		608.166	502.474
Prêmios a receber	9.1	608.166	502.474
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	14.834	12.557
Títulos e créditos a receber		1.989.850	1.792.771
Títulos e créditos a receber	10	185	6.070
Créditos tributários e previdenciários	11	867.331	710.554
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.119.449	1.072.890
Outros créditos		2.885	3.257
Outros valores e bens	12	217.471	195.143
Despesas antecipadas		11.681	-
Custos de aquisição diferidos	13	127.073	98.388
Seguros		127.073	98.388
Investimentos		2.825.529	2.860.059
Participações societárias	15	2.825.529	2.860.059
Imobilizado	16	305.794	277.156
Imóveis de uso próprio		11.881	12.094
Bens móveis		166.185	140.371
Outras imobilizações		127.728	124.691
Intangível	17	1.571.945	1.503.288
Outros intangíveis		1.571.945	1.503.288
Total do ativo		**22.485.945**	**21.175.829**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**12.936.844**	**12.129.542**
Contas a pagar		1.358.420	1.327.200
Obrigações a pagar	18.1	542.750	562.803
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	543.363	443.404
Encargos trabalhistas		121.017	107.106
Empréstimos e financiamentos	19	99.777	158.711
Impostos e contribuições		36.448	50.908
Outras contas a pagar		15.065	4.268
Débitos das operações com seguros e resseguros	21	821.430	680.254
Prêmios a restituir		21.780	10.989
Operações com seguradoras		21.768	12.885
Operações com resseguradoras		90.843	83.819
Corretores de seguros e resseguros	21.1	631.192	530.814
Outros débitos operacionais		55.847	41.747
Depósitos de terceiros	20	50.500	54.532
Provisões técnicas - seguros	22	10.692.524	10.036.959
Danos		9.882.344	9.239.859
Pessoas		423.278	426.197
Vida individual		386.902	370.903
Outros débitos		13.970	30.597
Débitos diversos	24	13.970	30.597
Não Circulante		**2.792.549**	**2.491.559**
Contas a pagar		507.538	434.672
Obrigações a pagar	18.1	140.727	122.735
Tributos diferidos	11.1.3	299.618	301.409
Empréstimos e financiamentos	19	67.193	10.528
Provisões técnicas - seguros	22	1.194.581	1.022.036
Danos		1.068.716	888.515
Pessoas		90.551	100.996
Vida individual		35.314	32.525
Outros débitos		1.090.430	1.034.851
Provisões judiciais	23.1	976.112	928.403
Débitos diversos	24	114.318	106.448
Patrimônio líquido	25	**6.756.552**	**6.554.728**
Capital social		3.634.799	2.210.885
Aumento/redução de capital (em aprovação)		175.500	1.423.914
Reservas de reavaliação		(223)	1.650
Reservas de lucros		3.226.723	3.021.679
Ajustes de avaliação patrimonial		(280.247)	(103.400)
Total do passivo e patrimônio líquido		**22.485.945**	**21.175.829**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos	26	16.948.941	15.828.220
Variações das provisões técnicas de prêmios	27	(690.278)	(959.444)
Prêmios ganhos	26	**16.258.663**	**14.868.776**
Sinistros ocorridos	28	**(7.923.977)**	**(7.450.013)**
Custos de aquisição	29	**(3.787.225)**	**(3.304.487)**
Outras receitas e despesas operacionais	30	**(217.357)**	**(215.833)**
Resultado com resseguro		**(64.340)**	**(53.096)**
Receitas com resseguro		70.515	114.411
Despesas com resseguro		(134.855)	(167.507)
Despesas administrativas	31	**(2.037.060)**	**(1.919.310)**
Despesas com tributos	32	**(437.998)**	**(426.537)**
Resultado financeiro	33	**415.352**	**597.710**
Resultado patrimonial		**288.475**	**511.450**
Resultado operacional		**2.494.533**	**2.608.660**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**(1.761)**	**(1.442)**
Resultado antes dos impostos e participações		**2.492.772**	**2.607.218**
Imposto de renda	11.2	(287.259)	(305.093)
Contribuição social	11.2	(164.320)	(179.467)
Participações sobre o lucro		**(474.276)**	**(410.986)**
Resultado do exercício		**1.566.917**	**1.711.672**
Quantidade de ações		699.236	709.063
Resultado por ação básico e diluído	36	2,2409	2,4140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**1.566.917**	**1.711.672**
Outros resultados abrangentes	**(176.847)**	**100.119**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(188.787)	101.613
Efeitos tributários	75.515	(40.645)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	(86.574)	83.962
Efeitos tributários - controladas	34.630	(33.585)
Ajustes acumulados de conversão/outros	(12.440)	(11.226)
Ganhos e perdas atuariais	1.348	–
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais	(539)	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**1.390.070**	**1.811.791**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:06:48 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**2.914.266**	**391.579**	**20.256**	**2.466.025**	**(203.519)**	**-**	**5.588.607**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(577.789)	–	–	(577.789)
Aumento/redução de capital:								
PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 1.288		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.324		213.965	(213.965)	–	–	–	–	–
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.330		135.614	(135.614)	–	–	–	–	–
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.446		22.000	(22.000)	–	–	–	–	–
AGE de 30 de maio de 2023		–	877.473	–	–	–	–	877.473
AGE de 31 de outubro de 2023		–	733.591	–	–	–	–	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023		–	(187.150)	–	–	–	–	(187.150)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 119		(1.094.960)	–	–	–	–	–	(1.094.960)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(28.141)	–	–	28.141	–
Outros		–	–	9.535	–	–	–	9.535
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		–	–	–	125.878	–	–	125.878
Ações outorgadas controladora/controladas		–	–	–	(73.298)	–	–	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	100.119	–	100.119
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	1.711.672	1.711.672
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	30.583	–	(30.583)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	1.050.280	–	(1.050.280)	–
JCP (R$ 0,53 por ação)		–	–	–	–	–	(366.950)	(366.950)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,42 por ação)		–	–	–	–	–	(292.000)	(292.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.210.885**	**1.423.914**	**1.650**	**3.021.679**	**(103.400)**	**-**	**6.554.728**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 e	–	–	–	(822.000)	–	–	(822.000)
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.082		1.611.064	(1.611.064)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.094		(187.150)	187.150	–	–	–	–	–
AGE de 31 de outubro de 2024		–	35.000	–	–	–	–	35.000
AGE de 27 de dezembro de 2024		–	140.500	–	–	–	–	140.500
Reserva de reavaliação:								
Realização	25 c	–	–	(2.963)	–	–	2.963	–
Outros		–	–	1.090	–	–	–	1.090
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	25 f	–	–	–	133.270	–	–	133.270
Ações outorgadas controladora/controladas	25 f	–	–	–	(116.571)	–	–	(116.571)
Ajustes de avaliação patrimonial	25 b	–	–	–	–	(176.847)	–	(176.847)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	1.566.917	1.566.917
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	78.346	–	(78.346)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	931.999	–	(931.999)	–
JCP intercalares (0,21 por ação)	25 e	–	–	–	–	–	(459.535)	(459.535)
Dividendos mínimos e complementares (0,42 por ação)	25 e	–	–	–	–	–	(100.000)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**3.634.799**	**175.500**	**(223)**	**3.226.723**	**(280.247)**	**-**	**6.756.552**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.566.917	1.711.672
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	243.569	196.336
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(12.348)	(4.454)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	1.761	1.442
Provisões técnicas - seguros e resseguros	774.424	1.139.345
Resultado de equivalência patrimonial	(301.098)	(519.865)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	357.311	(1.394.904)
Créditos das operações com seguros	(1.044.474)	(1.029.358)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	26.072	(20.707)
Créditos tributários e previdenciários	(54.870)	39.811
Ativo fiscal diferido	(156.777)	(42.915)
Despesas antecipadas	5.635	(42.967)
Depósitos judiciais e fiscais	(46.559)	(58.017)
Custos de aquisição diferidos	(193.235)	(248.793)
Outros ativos	240.298	(908.566)
Impostos e contribuições	535.888	519.657
Outras contas a pagar	148.674	793.337
Débitos das operações com seguros e resseguros	141.176	82.474
Depósitos de terceiros	(4.032)	45.349
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	53.686	250.813
Provisões judiciais	47.709	62.183
Passivos de arrendamento	(8.757)	(1.217)
Outros passivos	(52.488)	384.146
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e JCP	400.000	423.231
Imposto de renda e contribuição social pagos	(550.348)	(534.659)
Juros sobre captação de recursos pagos	(42.926)	(22.852)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.075.208**	**820.522**
Atividades de investimento		
Aumento/redução de capital - controladas	(147.158)	–
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	842	30.533
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(99.870)	(97.019)
Intangível	(227.081)	(196.262)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(473.267)**	**(262.748)**
Atividades de financiamento		
Captação de recursos	120.000	–
Distribuição de dividendos e JCP	(1.312.605)	(1.129.697)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(107.202)	(14.827)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(1.299.807)**	**(1.144.524)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**302.134**	**(586.750)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	110.655	697.405
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	412.789	110.655

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo o território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,90%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreend. Participações S.A.	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados às provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções, a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação à classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);

(ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e

(iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	Nova classificação - CPC 48 vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrentes da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.13.2 e 3.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:07:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados sejam impactados por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.6). Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 49,1% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 48,8%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2024

Grupo de Contratos	Automóvel	Riscos Financeiros	Vida Patrimonial	Vida Individual	Responsabilidades	Vida Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.120.287	451.606	373.841	155.112	47.889	7.558	4.141	9.463	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	–	–	19.708	23.477	–	–

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos	Automóvel	Riscos Financeiros	Vida Patrimonial	Vida Individual	Responsabilidades	Vida Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.045.128	268.680	298.101	159.140	40.710	7.665	3.096	4.369	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	–	–	22.589	13.064	–	–

3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros
(ii) da realização dos tributos diferidos
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais
(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment")
(v) das provisões técnicas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis , incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 80422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:07:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação é composta por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 95,2% (86,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	A-	–	2.887
	AA-	–	14.243
	BB-	–	5.366
Local	brAAA	2.470	–
	AA+	6.056	–
	A+	7.409	2.935
	brAA-	3.553	–
	A+	1.132	597
Admitida	AA+	34	–
	AA-	3.035	8.132
Total de recebíveis de resseguro		**32.330**	**34.160**

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	829.174	107.151	1.569.787	43.354
Fluxo de 1 a 30 dias	1.908.114	680.592	3.567.401	844.726
Fluxo de 2 a 6 meses	3.947.644	3.641.515	1.185.308	3.464.340
Fluxo de 7 a 12 meses	1.487.799	2.342.857	581.390	2.152.092
Fluxo acima de 1 ano	5.472.851	1.431.025	10.941.571	1.106.577
Total	**13.645.582**	**8.203.140**	**17.845.457**	**7.611.089**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM)	54,2%	51,5%
Prefixados	34,5%	29,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	7,5%	15,0%
Ações	0,4%	1,2%
Outros	3,3%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros prefixado	+ 50 b.p.	(138.243)
	+ 25 b.p.	(72.354)
	+ 10 b.p.	(29.718)
	- 10 b.p.	29.718
	- 25 b.p.	72.354
	- 50 b.p.	138.243
Índices de preço	- 50 b.p.	(365.858)
	+ 25 b.p.	(200.907)
	+ 10 b.p.	(85.492)
	- 10 b.p.	85.492
	- 25 b.p.	200.907
	- 50 b.p.	365.858
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(2.528)
	+ 25 b.p.	(2.107)
	+ 10 b.p.	(1.686)
	- 10 b.p.	1.686
	- 25 b.p.	2.107
	- 50 b.p.	2.528
Ações	± 34%	27.282
	± 17%	13.641
	± 9%	6.821

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que vista a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Bruto de Resseguro (*) — Dezembro de 2024

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	7.975.574	72,3%	2.117.444	77,4%	625.350	70,6%	855.991	80,6%	1.017.256	79,5%	12.591.615	74,1%
Sul	1.363.134	12,4%	359.293	13,1%	135.359	15,3%	156.105	14,7%	140.102	11,0%	2.153.993	12,7%
Nordeste	796.383	7,2%	117.958	4,3%	57.250	6,5%	17.109	1,6%	47.045	3,7%	1.035.745	6,1%
Centro-Oeste	711.209	6,5%	107.432	3,9%	49.896	5,6%	31.394	3,0%	54.648	4,3%	954.579	5,6%
Norte	177.828	1,6%	34.828	1,3%	18.315	2,1%	1.364	0,1%	19.872	1,6%	252.207	1,5%
Total Geral	**11.024.128**	**100,0%**	**2.736.955**	**100,0%**	**886.170**	**100,0%**	**1.061.963**	**100,0%**	**1.278.923**	**100,0%**	**16.988.139**	**100,0%**

(*) Não incluem os valores de RVNEs e cosseguros aceitos/cedidos nos montantes líquidos de R$ (39.198) (R$ 147.788 em 31 de dezembro de 2023).

Líquido de Resseguro — Dezembro de 2024

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	7.969.100	72,5%	2.096.728	77,5%	608.044	70,5%	853.801	80,6%	948.859	79,4%	12.476.532	74,2%
Sul	1.351.780	12,3%	352.274	13,0%	132.568	15,4%	155.593	14,7%	130.546	10,9%	2.122.761	12,6%
Nordeste	792.479	7,2%	116.205	4,3%	55.487	6,4%	16.962	1,6%	44.713	3,7%	1.025.846	6,1%
Centro-Oeste	707.331	6,4%	105.781	3,9%	48.374	5,6%	31.276	3,0%	51.811	4,3%	944.573	5,6%
Norte	176.805	1,6%	34.206	1,3%	17.797	2,1%	1.308	0,1%	19.217	1,6%	249.333	1,5%
Total Geral	**10.997.495**	**100,0%**	**2.705.194**	**100,0%**	**862.270**	**100,0%**	**1.058.940**	**100,0%**	**1.195.146**	**100,0%**	**16.819.045**	**100,0%**

Bruto de Resseguro — Dezembro de 2023

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	685.384	6,5%	100.314	4,4%	48.091	5,5%	25.073	3,0%	49.253	4,5%	908.115	5,8%
Nordeste	782.918	7,4%	104.422	4,6%	54.579	6,3%	13.010	1,6%	39.885	3,7%	994.814	6,3%
Norte	174.321	1,6%	30.142	1,3%	18.357	2,1%	974	0,1%	16.007	1,5%	239.801	1,5%
Sudeste	7.637.416	72,0%	1.739.364	76,0%	617.626	71,2%	666.795	80,6%	856.103	78,7%	11.517.304	73,5%
Sul	1.328.908	12,5%	314.222	13,7%	129.152	14,9%	121.870	14,7%	126.245	11,6%	2.020.397	12,9%
Total Geral	**10.608.947**	**100,0%**	**2.288.464**	**100,0%**	**867.805**	**100,0%**	**827.722**	**100,0%**	**1.087.493**	**100,0%**	**15.680.431**	**100,0%**

Líquido de Resseguro — Dezembro de 2023

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	685.384	6,5%	98.209	4,4%	46.026	5,5%	24.992	3,0%	46.016	4,6%	900.627	5,8%
Nordeste	782.918	7,4%	102.183	4,6%	52.043	6,2%	12.814	1,6%	37.544	3,8%	987.502	6,4%
Norte	174.321	1,6%	29.421	1,3%	17.601	2,1%	909	0,1%	15.426	1,5%	237.678	1,5%
Sudeste	7.637.416	72,0%	1.712.357	76,2%	594.087	71,1%	664.127	80,6%	786.364	78,5%	11.394.351	73,4%
Sul	1.328.908	12,5%	305.442	13,6%	125.376	15,0%	121.280	14,7%	115.834	11,6%	1.996.840	12,9%
Total Geral	**10.608.947**	**100,0%**	**2.247.612**	**100,0%**	**835.133**	**100,0%**	**824.122**	**100,0%**	**1.001.184**	**100,0%**	**15.516.998**	**100,0%**

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(562.253)	(596.787)
Sinistros - aumento de 50,0%	(353.298)	(412.513)

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem, além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	70.615	(92.074)
Sinistros - aumento de 50,0%	415.719	165.357

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de antisseleção, em que o Grupo Porto segurado é diferente do Grupo Porto da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.178	4.190
Sinistros - aumento de 50,0%	76.670	82.881

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que se tratam de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666) e alinhada aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chaves ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:07:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	**6.756.552**	**6.554.728**
(+/–) Ajustes contábeis	**(4.638.739)**	**(4.468.644)**
Participações societárias	(2.576.083)	(2.605.564)
Despesas antecipadas	(104.497)	(110.132)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(329.483)	(195.702)
Ativos intangíveis	(1.571.945)	(1.503.288)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(56.731)	(53.958)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(70.406)**	**(6.213)**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	(70.406)	(6.213)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(437.579)**	**(432.436)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(425.698)	(420.342)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(11.881)	(12.094)
PLA de nível 1	**1.609.828**	**1.647.435**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.297.102	1.093.075
PLA de nível 2	**1.297.102**	**1.093.075**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	425.698	420.342
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.881	12.094
PLA de nível 3	**437.579**	**432.436**
Excesso de Nível 2 (–)	(303.808)	(112.277)
Excesso de Nível 3 (–)	(11.881)	(12.094)
Excesso de níveis 2 e 3	**(315.689)**	**(124.371)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**3.028.820**	**3.048.575**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**2.837.984**	**2.802.281**
Capital de risco de subscrição	2.587.188	2.521.609
Capital de risco de mercado	209.226	244.873
Capital de risco de crédito	166.553	191.587
Capital de risco operacional	102.287	105.898
Benefício da correlação entre riscos	(227.270)	(261.686)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**2.837.984**	**2.802.281**
Suficiência de capital	**190.836**	**246.294**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	317.176	51.171
Depósitos bancários	95.613	59.484
	412.789	**110.655**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.557	–	1.557	1.409	–	1.409
Outras	2.349	–	2.349	2.116	–	2.116
	3.906	**–**	**3.906**	**3.525**	**–**	**3.525**
Fundos exclusivos						
LFTs	357.395	–	357.395	739.967	–	739.967
Cotas de fundos de investimentos	212.171	–	212.171	186.851	–	186.851
LTNs	77.589	–	77.589	1.022.725	–	1.022.725
Ações de companhias abertas	23.522	–	23.522	63.040	–	63.040
Letras Financeiras - privadas	–	5.329	5.329	–	214.729	214.729
NTNs - B	–	–	–	3.265	–	3.265
Outros	–	48.594	48.594	–	287.283	287.283
	670.677	**53.923**	**724.600**	**2.015.848**	**502.012**	**2.517.860**
Total	**674.583**	**53.923**	**728.506**	**2.019.373**	**502.012**	**2.521.385**
Circulante			726.157			2.519.269
Não circulante			2.349			2.116
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**15%**			**49%**
Total das aplicações			**4.699.017**			**5.056.328**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2024 Nível 1	Dezembro de 2023 Nível 1
Carteira própria (*)		
NTNs - B	1.076.218	1.746.737
Total	**1.076.218**	**1.746.737**
Não circulante	1.076.218	1.746.737
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**23%**	**35%**
Total das aplicações	**4.699.017**	**3.661.424**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.451.898 (R$ 1.933.629 em 31 de dezembro de 2023).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos		
NTNs - B	1.469.687	788.206
LTNs	1.424.606	–
Total	**2.894.293**	**788.206**
Não circulante	2.894.293	788.206
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**62%**	**16%**
Total das aplicações	**4.699.017**	**5.056.328**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 2.776.950 (R$ 777.850 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**5.107.499**	**4.277.486**
Aplicações	5.042.844	4.783.111
Resgates	(5.327.264)	(4.623.756)
Rendimentos	381.901	569.045
Ajuste a valor de mercado	(188.787)	101.613
Saldo final	**5.016.193**	**5.107.499**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*)	14.780.276	13.160.644
Passivo circulante	12.936.844	12.129.542
Índice de liquidez corrente	**1,14**	**1,09**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocado em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTN	14,04	10,99
NTNs B - IPCA	5,74	4,45
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,09	0,14
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	4,07	3,79

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	4.505.880	(2.303)	4.503.577	3.843.775	(6.103)	3.837.672
Riscos financeiros	1.258.776	(5.054)	1.253.722	1.024.912	(1.178)	1.023.734
Patrimonial	1.144.444	(3.528)	1.140.916	937.670	(3.819)	933.851
Pessoas	635.698	(10.725)	624.973	654.982	(12.240)	642.742
Transportes	44.086	(614)	43.472	34.863	(3.354)	31.509
Responsabilidade	41.669	(356)	41.313	37.217	(245)	36.972
Animal/rural	17.674	(414)	17.260	8.631	(421)	8.210
	7.648.227	**(22.994)**	**7.625.233**	**6.542.050**	**(27.360)**	**6.514.690**
Circulante			7.017.067			6.012.216
Não circulante			608.166			502.474

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	7.450.620	(5.146)	7.445.474	6.188.274	(1.223)	6.187.051
Vencidos até 30 dias	135.254	(1.450)	133.804	187.346	(633)	186.713
Vencidos 31 a 60 dias	22.480	(1.039)	21.441	29.638	(1.370)	28.268
Vencidos 61 a 90 dias	10.404	(1.120)	9.284	28.698	(1.745)	26.953
Vencidos 91 a 120 dias	5.478	(652)	4.826	12.346	(2.385)	9.961
Vencidos 121 a 180 dias	5.109	(1.729)	3.380	36.624	(5.933)	30.691
Vencidos 181 a 365 dias	5.396	(4.066)	1.330	21.785	(9.579)	12.206
Vencidos acima de 365 dias	13.486	(7.792)	5.694	37.339	(4.492)	32.847
	7.648.227	**(22.994)**	**7.625.233**	**6.542.050**	**(27.360)**	**6.514.690**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**6.514.690**	**5.445.380**
(+) Prêmios emitidos	18.931.162	17.374.536
(+) IOF	1.055.280	954.461
(+) Adicional de fracionamento	114.633	83.721
(–) Prêmios cancelados	(1.852.550)	(1.537.058)
(–) Recebimentos	(17.142.348)	(15.792.433)
(Constituição)/reversão de provisão para perda	4.366	(13.917)
Saldo final	**7.625.233**	**6.514.690**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**(27.360)**	**(13.443)**
Provisões constituídas	(9.752)	(22.593)
Provisões revertidas	12.851	4.182
Baixas para prejuízo (incobráveis)	1.267	4.494
Saldo final	**(22.994)**	**(27.360)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel	1 a 5	33,5%	43,7%
	6 a 11	51,0%	47,7%
	12	15,5%	8,6%
Ramos Elementares	1 a 5	27,0%	62,4%
	6 a 11	33,6%	31,7%
	12	39,5%	5,9%
Vida	1 a 5	47,7%	27,9%
	6 a 11	11,1%	6,9%
	12	41,2%	65,2%

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Contas a receber - diversos	31.460	50.688
Direito a ressarcimento (i)	37.436	35.822
Dividendos e JCP	2.684	–
Outros	289	581
	71.869	**87.091**
Circulante	71.684	81.021
Não circulante	185	6.070

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	3.668	56,1%	4.665	57,4%
2º mês	2.581	13,7%	2.804	17,1%
3º mês	2.107	7,3%	2.184	5,9%
4º mês	1.846	4,1%	1.861	3,3%
5º mês	1.692	2,4%	1.707	2,2%
6º mês	1.562	1,5%	1.584	1,7%
7º mês	1.526	1,1%	1.493	1,2%
8º mês	1.453	0,7%	1.441	0,7%
9º mês	1.408	0,6%	1.387	0,8%
10º mês	1.342	0,8%	1.335	0,6%
11º mês	1.337	0,8%	1.273	0,4%
12º mês	1.258	0,6%	1.266	0,4%
13º ao 18º mês	6.298	0,6%	6.532	0,5%
19º ao 24º mês	4.501	2,6%	4.206	1,6%
25º ao 30º mês	2.909	2,3%	1.716	1,3%
Após o 30º mês	1.948	4,8%	368	4,9%
	37.436	**99,99%**	**35.822**	**100%**
Circulante	21.780		29.752	
Não circulante	15.656		6.070	

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**35.822**	**35.848**
Constituições	1.614	1.275
Reversão	-	(1.301)
Saldo final	**37.436**	**35.822**

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	867.331	710.555
IRPJ	45.321	23.342
CSLL	16.790	5.888
PIS e COFINS	22.293	221
INSS	13.924	13.698
Outros	–	308
	965.659	**754.012**
Circulante	98.328	43.458
Não circulante	867.331	710.554

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	310.086	19.704	(4.133)	325.657
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	74.760	93.548	(18.034)	150.274
Provisão de participação de lucros	102.909	169.263	(142.212)	129.960
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.	94.509	11.743	(4.700)	101.552
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	22.922	8.125	(4.612)	26.435
Provisão para riscos de créditos	8.190	8.112	(7.696)	8.606
Outras provisões	97.178	47.061	(19.392)	124.847
	710.555	**403.352**	**(246.576)**	**867.331**

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	598.046	101.894	37.652	45.263	3.729	80.747	867.331

11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre combinação de negócios	254.495	–	(5.049)	249.446
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	37.803	5.268	(2.451)	40.620
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.981	–	(1.155)	3.826
Outros	4.130	1.596	–	5.726
	301.409	**6.864**	**(8.655)**	**299.618**

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	2.018.496	2.196.232
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(807.398)**	**(878.493)**
Juros sobre capital próprio	183.814	146.780
Equivalência patrimonial	120.439	212.569
Inovação tecnológica	56.926	65.286
Doações/incentivos	33.763	15.007
Depósitos judiciais	18.439	-
Participação nos lucros - administradores	(41.146)	-
Outros	(16.416)	(45.709)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**355.819**	**393.933**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(451.579)**	**(484.560)**
Taxa efetiva (D/-A)	**22,4%**	**22,1%**

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Bens à venda - salvados (i)	132.661	175.883
Direito a salvados - estimados (ii)	104.981	102.380
Ativo de direito de uso (iii)	81.990	95.408
Outros	1.752	1.363
	321.384	**375.034**
Circulante	103.913	179.891
Não circulante	217.471	195.143

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 12.3.

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Até 30 dias	62.120	61.925
De 31 a 60 dias	32.980	42.652
De 61 a 120 dias	25.265	42.939
De 121 a 365 dias	27.387	35.971
Acima de 365 dias	19.309	18.672
	167.061	**202.159**
Redução ao valor recuperável (*)	(34.400)	(26.276)
	132.661	**175.883**

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:07:46 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	27.138	13,7%	33.062	18,6%
2º mês	14.559	42,3%	15.548	43,1%
3º mês	9.065	19,4%	8.501	17,8%
4º mês	6.947	7,1%	6.252	4,9%
5º mês	5.735	3,4%	4.884	3,2%
6º mês	4.764	2,6%	3.986	2,2%
7º mês	3.983	1,5%	3.564	1,4%
8º mês	3.519	1,1%	3.182	0,9%
9º mês	3.091	1,0%	2.781	0,8%
10º mês	2.711	0,8%	2.441	0,6%
11º mês	2.488	0,5%	2.164	0,8%
12º mês	2.333	0,5%	1.878	0,5%
13º ao 18º mês	9.604	0,4%	7.987	0,4%
19º ao 24º mês	5.655	1,9%	3.958	1,8%
25º ao 30º mês	2.778	1,2%	1.672	0,8%
Após o 30º mês	611	2,6%	520	2,2%
Total	**104.981**	**100%**	**102.380**	**100%**
Circulante	86.333		88.242	
Não circulante	18.648		14.138	

12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**102.380**	**98.155**
Constituições	6.317	4.225
Reversões	(3.716)	–
Saldo final	**104.981**	**102.380**

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

		Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	158.976	(76.986)	**81.990**	160.005	(64.597)	**95.408**

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Direito de uso	**95.408**	3.098	(16.516)	**81.990**

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel	1.143.599	1.052.874
Patrimonial	396.534	343.314
Riscos financeiros	236.293	190.557
Pessoas	158.697	157.314
Outros	24.102	21.931
	1.959.225	**1.765.990**
Circulante	1.832.152	1.667.602
Não circulante	127.073	98.388

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1.765.990**	**1.517.197**
Constituição	3.404.419	3.065.532
Apropriação para despesa	(3.211.184)	(2.816.739)
Saldo final	**1.959.225**	**1.765.990**

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS (*)	610.906	584.962
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	424.208	407.524
Sinistros	23.591	20.126
INSS	2.368	2.221
Outros	58.376	58.057
	1.119.449	**1.072.890**

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/ redução de capital	Ajuste TVM controladas	Amortização	Remuneração em ações	Outros (ii)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Vida	**348.450**	(15.098)	–	99.500	(24.799)	–	66	(12.454)	**395.665**
Azul Seguros	**1.256.564**	267.629	(338.000)	(59.842)	(5.570)	–	(2.618)	(330)	**1.117.833**
Porto Capitalização	**172.469**	36.565	(25.684)	107.500	(21.577)	–	15	–	**269.288**
Itaú Auto e Residência	**99.541**	12.002	(39.000)	–	–	–	(136)	(79)	**72.328**
Combinação de negócios (i)	**983.035**	–	–	–	–	(12.620)	–	–	**970.415**
	2.860.059	**301.098**	**(402.684)**	**147.158**	**(51.946)**	**(12.620)**	**(2.673)**	**(12.863)**	**2.825.529**

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A.. Decorrente da reorganização societária em 2023, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

(ii) Refere-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2022, adotada a partir de janeiro de 2024 conforme indicado na nota explicativa nº 2.6.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS DEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos “impairment” referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros (“Capex”) e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Itaú Auto e Residência	12,87%	3,60%	13,23%	3,51%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

				Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Vida	6.234.044	5.838.380	879.737	(15.098)	31.899
Azul Seguros (i)	4.395.576	3.277.742	4.954.365	267.629	350.991
Porto Capitalização	2.160.999	1.891.711	265.805	36.565	34.619
Itaú Auto e Residência (i)	254.259	181.931	101.539	12.002	35.869
Equivalência patrimonial	**13.044.878**	**11.189.764**	**6.201.446**	**301.098**	**453.378**

(i) Para 2023 os saldos da Azul Seguros e Itaú Auto e Residência estão demonstrados a partir de maio de 2023, data em que passaram a ser controladas pela Porto Cia.

16. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Dezembro de 2024 Depreciação acumulada	Dezembro de 2024 Valor Líquido	Dezembro de 2023 Custo	Dezembro de 2023 Depreciação acumulada	Dezembro de 2023 Valor Líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(425)	10.200	10.625	(213)	10.412
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	203.715	(75.987)	127.728	191.775	(67.084)	124.691
Terrenos	–	1.682	–	1.682	1.682	–	1.682
Informática	20,0 a 33,3	607.923	(446.040)	161.883	533.453	(396.070)	137.383
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	62.506	(62.483)	23	70.551	(70.551)	–
Rastreadores	100,0	3.249	(1.813)	1.436	4.699	(2.648)	2.051
Equipamentos	10 a 14,3	31.638	(29.446)	2.192	32.011	(32.011)	–
Veículos	20 a 25,0	8.255	(7.605)	650	8.279	(7.342)	937
		929.593	**(623.799)**	**305.794**	**853.075**	**(575.919)**	**277.156**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

		Movimentações				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	10.412	–	–	(212)	–	10.200
Benefícios em imóveis de terceiros	124.691	15.947	(286)	(12.625)	1	127.728
Terrenos	1.682	–	–	–	–	1.682
Informática	137.383	81.196	(291)	(51.630)	(8.040)	158.618
Móveis, máquinas e utensílios	–	–	(13)	(1.749)	4.040	2.278
Rastreadores	2.051	2.727	(161)	(3.069)	(112)	1.436
Equipamentos	–	–	(7)	(902)	4.111	3.202
Veículos	937	–	(18)	(269)	–	650
	277.156	**99.870**	**(776)**	**(70.456)**	**–**	**305.794**

17. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Dezembro de 2024 Amortização acumulada	Dezembro de 2024 Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Dezembro de 2023 Amortização acumulada	Dezembro de 2023 Valor líquido
“Software”	6,67 a 25,0	2.505.869	(945.089)	1.560.780	2.281.373	(791.073)	1.490.300
Outros intangíveis	20	54.755	(43.590)	11.165	54.755	(41.767)	12.988
		2.560.624	**(988.679)**	**1.571.945**	**2.336.128**	**(832.840)**	**1.503.288**

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

		Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
“Software”	1.490.300	227.081	(1.827)	(154.774)	1.560.780
Outros intangíveis	12.988	–	–	(1.823)	11.165
	1.503.288	**227.081**	**(1.827)**	**(156.597)**	**1.571.945**

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	250.714	327.353
Participação nos lucros a pagar (i)	238.064	206.663
Provisão de benefícios a empregados	100.928	90.578
IOF a recolher	39.801	32.157
Honorários a pagar	2.522	2.608
Outros	51.448	26.179
	683.477	**685.538**
Circulante	542.750	562.803
Não circulante	140.727	122.735

(i) Os pagamentos são efetuados em fevereiro e abril.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IOF	432.780	362.106
INSS e FGTS	53.579	32.683
IRRF	44.628	35.924
ISS	6.845	7.055
Outros	5.531	5.636
Total	**543.363**	**443.404**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Empréstimos bancários (i)	163.473	155.290
Arrendamentos (ii)	3.497	13.949
	166.970	**169.239**
Circulante	99.777	158.711
Não circulante	67.193	10.528

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

(ii) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração (a.a.)	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
120.000	ITAÚ	2024	2027	1,37% CDI (*)	128.825	114.453
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%	11.994	10.615
9.000	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 1,24%	11.869	10.462
8.135	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	10.785	9.507
7.537	BRADESCO	2021	2024	100% CDI + 2,10%	–	10.253
				Total	**163.473**	**155.290**

(*) A Companhia recontratou o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R$ 2,4% do CDI.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13.949**	**155.290**	**169.239**
Aquisição/constituição	–	120.000	120.000
Atualização monetária	1.335	19.322	20.657
Liquidação/reversão	(11.787)	(131.139)	(142.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.497**	**163.473**	**166.970**

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Vencidos de 1 a 30 dias	Total	Vencidos 1 a 30 dias	Total
Outros depósitos	50.500	**50.500**	54.532	**54.532**
Total	**50.500**	**50.500**	**54.532**	**54.532**

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Corretores de seguros e resseguros	631.192	530.814
Operações com resseguradoras	90.843	83.819
Operações com seguradoras	21.768	12.885
Prêmios a restituir	21.780	10.989
Outros débitos operacionais	55.847	41.747
	821.430	**680.254**

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - “AGING”

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer	614.884	506.631
Vencidos até 30 dias	11.162	15.201
Vencidos 31 a 60 dias	1.855	2.405
Vencidos 61 a 120 dias	1.280	3.330
Vencidos acima de 120 dias	2.011	3.247
	631.192	**530.814**

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	9.463.312	9.401.308	8.773.035	8.717.436
Sinistros e benefícios a liquidar	1.897.654	1.830.785	1.814.830	1.716.531
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	384.483	348.532	348.530	311.531
Demais provisões	141.656	141.656	122.600	122.599
Total	**11.887.105**	**11.722.281**	**11.058.995**	**10.868.097**
Circulante	10.692.524		10.036.959	
Não circulante	1.194.581		1.022.036	

22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.668.837**	**170.189**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.828.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(198.585)
Aviso de sinistros	7.261.638	98.350
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.583.763)	(39.218)
Atualização monetária e juros	31.734	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.058.995**	**190.896**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.948.941	141.024
Diferimento pelo risco decorrido	(16.258.663)	(134.618)
Aviso de sinistros	8.360.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.286.392)	(111.465)
Atualização monetária e juros	63.484	5.815
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**11.887.105**	**164.824**

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:08:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A)	**11.887.105**	**11.058.995**
Direitos creditórios (i)	6.465.603	5.456.687
Custos de aquisição diferidos pagos	1.426.852	1.270.572
Operações com resseguradoras	131.072	136.750
Depósitos judiciais de PSL	7.596	3.853
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**8.032.674**	**6.869.413**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**3.854.431**	**4.189.582**
Títulos de renda fixa - públicos	1.076.218	1.746.737
Quotas de fundos de investimento	3.585.527	3.254.788
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**4.661.745**	**5.001.525**
Excedente (D - C)	**807.314**	**811.943**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas redutoras de salvados e ressarcimento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

Bruto de resseguro

Administrativo - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.226	3.450	4.000	4.164	4.653	4.005	5.118	6.794	6.441	8.123	
Dois anos mais tarde	3.289	3.493	4.057	4.211	4.732	4.139	5.285	7.076	6.789	–	
Três anos mais tarde	3.296	3.499	4.063	4.227	4.750	4.154	5.309	7.130	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.297	3.501	4.068	4.232	4.754	4.174	5.325	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.298	3.503	4.058	4.234	4.735	4.182	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.301	3.504	4.059	4.235	4.739	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.301	3.505	4.060	4.244	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.301	3.504	4.063	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.301	3.505	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.301	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Movimentações	**3.301**	**3.505**	**4.063**	**4.244**	**4.739**	**4.182**	**5.325**	**7.130**	**6.789**	**8.123**	**51.401**

Bruto de resseguro

Administrativo - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.878	3.105	3.529	3.694	4.164	3.496	4.388	5.967	5.445	6.569	
Dois anos mais tarde	3.292	3.493	4.041	4.209	4.728	4.158	5.281	7.037	6.684	–	
Três anos mais tarde	3.303	3.504	4.054	4.226	4.751	4.179	5.293	7.077	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.307	3.506	4.060	4.232	4.757	4.185	5.303	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.308	3.509	4.063	4.233	4.760	4.175	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.314	3.510	4.063	4.234	4.735	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.315	3.510	4.065	4.235	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.315	3.513	4.060	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.315	3.505	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.301	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	**3.301**	**3.505**	**4.060**	**4.235**	**4.735**	**4.175**	**5.303**	**7.077**	**6.684**	**6.569**	**49.644**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**1**	**3**	**9**	**4**	**7**	**21**	**53**	**105**	**1.555**	**1.758**
PSL anos anteriores											**–**
Provisão de sinistros											**1.758**

Bruto de resseguro

Judicial - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	30	30	32	35	38	48	76	65	59	177	
Dois anos mais tarde	36	48	63	65	69	94	118	97	141	–	
Três anos mais tarde	57	66	76	84	86	107	125	124	–	–	
Quatro anos mais tarde	63	74	88	92	92	108	136	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	69	80	85	97	109	116	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	73	84	86	104	117	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	76	88	89	107	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	77	83	87	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	77	82	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	80	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Movimentações	**80**	**82**	**87**	**107**	**117**	**116**	**136**	**124**	**141**	**177**	**1.167**

Bruto de resseguro

Judicial - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16	
Dois anos mais tarde	28	24	29	33	35	37	51	39	40	–	
Três anos mais tarde	35	38	43	49	45	47	66	58	–	–	
Quatro anos mais tarde	43	48	54	58	55	59	86	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	50	55	62	72	65	76	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	58	60	65	78	84	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	61	66	68	85	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	63	67	67	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	64	70	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	68	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	**68**	**70**	**67**	**85**	**84**	**76**	**86**	**58**	**40**	**16**	**650**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**12**	**12**	**20**	**22**	**33**	**41**	**50**	**66**	**101**	**162**	**519**
PSL anos anteriores											**103**
Provisão de sinistros											**622**

Líquido de resseguro

Administrativo - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.135	3.383	3.956	4.163	4.652	4.005	5.117	6.794	6.441	8.086	
Dois anos mais tarde	3.202	3.429	4.011	4.209	4.730	4.139	5.285	7.076	6.783	–	
Três anos mais tarde	3.207	3.436	4.018	4.225	4.749	4.154	5.308	7.127	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.209	3.440	4.022	4.230	4.752	4.174	5.323	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.210	3.441	4.010	4.232	4.733	4.181	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.211	3.442	4.011	4.233	4.737	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.211	3.443	4.012	4.241	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.211	3.443	4.015	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.211	3.444	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.212	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Movimentações	**3.212**	**3.444**	**4.015**	**4.241**	**4.737**	**4.181**	**5.323**	**7.127**	**6.783**	**8.086**	**51.149**

Líquido de resseguro

Administrativo - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.861	3.071	3.520	3.681	4.148	3.476	4.357	5.951	5.433	6.580	
Dois anos mais tarde	3.254	3.445	3.992	4.175	4.690	4.075	5.208	6.990	6.691	–	
Três anos mais tarde	3.266	3.456	4.005	4.190	4.709	4.089	5.218	7.080	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.269	3.458	4.011	4.195	4.715	4.094	5.303	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.271	3.460	4.013	4.196	4.717	4.175	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.277	3.461	4.014	4.197	4.733	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.277	3.461	4.015	4.233	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.277	3.464	4.012	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.278	3.442	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.211	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	**3.211**	**3.442**	**4.012**	**4.233**	**4.733**	**4.175**	**5.303**	**7.080**	**6.691**	**6.580**	**49.460**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**1**	**3**	**9**	**3**	**7**	**20**	**47**	**92**	**1.506**	**1.688**
PSL anos anteriores											**–**
Provisão de sinistros											**1.688**

Líquido de resseguro

Judicial - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	–	
Três anos mais tarde	45	58	75	79	83	101	124	126	–	–	
Quatro anos mais tarde	52	64	86	88	89	102	136	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	57	69	83	91	106	110	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	62	74	84	100	115	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	65	80	88	102	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	66	77	85	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	66	77	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	70	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Movimentações	**70**	**77**	**85**	**102**	**115**	**110**	**136**	**126**	**146**	**177**	**1.144**

Líquido de resseguro

Judicial - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	8	15	11	16	17	20	30	18	14	25	
Dois anos mais tarde	27	24	28	33	35	37	51	38	49	–	
Três anos mais tarde	34	38	41	49	45	46	66	64	–	–	
Quatro anos mais tarde	42	47	53	58	54	57	90	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	49	54	61	71	65	71	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	57	59	64	75	79	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	60	65	67	81	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	62	67	65	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	63	65	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	58	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	**58**	**65**	**65**	**81**	**79**	**71**	**90**	**64**	**49**	**25**	**647**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**12**	**12**	**20**	**21**	**36**	**40**	**46**	**63**	**96**	**151**	**497**
PSL anos anteriores											**90**
Provisão de sinistros											**587**

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**439.992**	**402.151**	**414.081**	**366.631**
Pagamentos no exercício	(141.660)	(122.412)	(101.381)	(91.300)
Novas constituições no exercício	221.311	203.606	114.849	110.043
Baixas da provisão por êxito	(126.859)	(116.710)	(65.947)	(57.331)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	35.659	32.806	47.109	45.955
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	58.926	52.538	31.281	28.153
Saldo final	**487.369**	**451.979**	**439.992**	**402.151**
Quantidade de processos	10.674		10.546	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	910.021	871.095
Cíveis	40.925	36.176
Trabalhistas	25.166	21.132
	976.112	**928.403**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS (i)	570.215	545.873
Processos com adesão ao REFIS (ii)	305.120	293.004
Outros (iii)	34.686	32.218
	910.021	**871.095**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Companhia um crédito a recuperar perante a Receita Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questiona a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Companhia.

23.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**871.095**	**21.132**	**36.176**	**928.403**
Constituições	–	12.798	41.947	54.745
Êxito/reversões	–	(6.076)	(40.252)	(46.328)
Pagamentos	–	(4.410)	(2.136)	(6.546)
Atualização monetária	38.926	1.722	5.190	45.838
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**910.021**	**25.166**	**40.925**	**976.112**
Quantidade de processos	16	370	935	1.321

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais e previdenciárias (a)	930.698	850.598
Cíveis	249.258	196.283
Trabalhistas	3.760	2.716
	1.183.716	**1.049.597**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 434.058 (R$ 303.585 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 230.042 (R$ 170.535 de possível impacto no lucro líquido).

24. DÉBITOS DIVERSOS

Refere-se aos passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**189.408**	**(52.363)**	**137.045**
Novos contratos	3.099	-	3.099
Apropriação dos juros	-	15.272	15.272
Pagamentos	(27.128)	-	(27.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**165.379**	**(37.091)**	**128.288**
Circulante			13.970
Não circulante			114.318

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 3.810.299 divididos em 717.468.149 (unidades) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 3.634.799 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 698.592.826 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Do montante acima citado, as aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo, sendo que esses valores estão registrados em aumento de capital em aprovação.

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2024	35.000	3.860.175
27 de dezembro de 2024	140.500	15.015.148
Total	**175.500**	**18.875.323**

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R$ 2.963 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 28.141 em 31 de dezembro de 2023). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:08:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 520.523 (R$ 442.177 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 2.551.363 (R$ 2.441.364 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2024, a Administração da Companhia aprovou nas Reuniões de Diretoria as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros, todos os valores foram pagos na data de sua aprovação.

Para o resultado de 2024 também foram aprovados e pagos dividendos e JCP, conforme detalhamento abaixo.

Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado
30 de janeiro de 2024	122.000
29 de fevereiro de 2024	240.000
28 de março de 2024	120.000
28 de maio de 2024	50.000
28 de junho de 2024	20.000
30 de julho de 2024	150.000
29 de agosto de 2024	120.000
Total	**822.000**
JCP (destinação lucro 2024)	**Valor Aprovado**
28 de março de 2024	63.431
28 de junho de 2024	63.138
27 de setembro de 2024	151.470
28 de dezembro de 2024	112.566
Total	**390.605**
Dividendos (destinação lucro 2024)	**Valor Aprovado**
29 de agosto de 2024	100.000

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**1.566.917**	**1.711.672**
(–) Reserva legal - 5%	(78.346)	(30.583)
Realização da reserva de reavaliação	2.963	28.141
Resultado básico para determinação do dividendo	**1.491.534**	**1.709.230**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**372.884**	**427.308**
JCP distribuído - líquido (*) (a)	390.605	311.908
Dividendos complementares (b)	100.000	292.000
Total de dividendos e JCP (a + b)	**490.605**	**603.908**
Total por ação (R$)	**0,7016**	**0,8517**
Quantidade de ações	699.236	709.063

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquidos de imposto (15% de IR).

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**139.905**	**87.325**
Diferimento do exercício	133.270	125.878
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(116.571)	(73.298)
Saldo final	**156.604**	**139.905**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**30,93**	**28,92**

	Quantidade	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**4.314**	**2.005**
Diferimento do exercício	3.682	4.380
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(4.007)	(2.071)
Saldo final	**3.989**	**4.314**

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	7.351.860	7.357.790	57,5	22,9
Resp. civil facultativa veículos	2.093.540	2.050.990	55,4	19,1
Demais - automóveis	1.547.080	1.369.524	46,3	19,0
Compreensivo empresarial	1.088.628	1.021.211	33,4	27,4
Vida individual e grupo	788.512	783.652	44,0	28,9
Fiança locatícia	1.017.521	808.007	38,3	19,7
Demais - vida	637.744	631.920	31,6	30,5
Compreensivo residencial	1.180.789	1.026.723	38,6	32,9
Demais - patrimonial	436.920	420.198	29,0	19,0
Demais - transportes	263.117	263.192	35,0	23,1
Demais - rural	67.296	63.361	34,9	12,1
Demais ramos	475.934	462.095	21,8	23,1
	16.948.941	**16.258.663**	**48,7**	**23,3**

	Dezembro de 2023			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	7.504.370	7.377.536	56,2	21,7
Resp. civil facultativa veículos	1.997.561	1.858.915	55,3	18,2
Demais - automóveis	1.250.660	1.132.990	50,6	18,3
Compreensivo empresarial	968.933	866.355	42,2	27,7
Vida individual e grupo	775.043	727.170	39,2	29,7
Fiança locatícia	777.112	677.942	44,9	19,6
Compreensivo residencial	904.756	602.466	47,4	30,6
Demais - vida	539.963	531.500	28,4	29,4
Demais - patrimonial	402.424	377.350	34,2	19,8
Demais - transportes	207.273	247.703	33,8	22,8
Demais - rural	64.200	60.535	40,7	12,2
Demais ramos	435.925	408.314	17,8	22,3
	15.828.220	**14.868.776**	**50,1**	**22,2**

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(734.715)	(728.423)	(955.380)	(958.930)
Provisão de riscos não expirados	(8.634)	(8.634)	(26.709)	(26.709)
Outras provisões	53.071	53.071	22.645	22.644
	(690.278)	**(683.986)**	**(959.444)**	**(962.995)**

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Sinistros avisados - administrativo	(6.893.931)	(6.539.368)
Porto Socorro	(1.506.033)	(1.332.272)
Sinistros avisados - judicial	(140.648)	(66.377)
Salvados	791.921	638.290
Ressarcimentos	287.004	269.276
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(46.037)	(54.795)
Outras despesas com sinistros (i)	(416.253)	(364.767)
	(7.923.977)	**(7.450.013)**

(i) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc.).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Comissões sobre prêmios retidos	(3.841.878)	(3.442.868)
Outras despesas de comercialização (**)	(140.296)	(110.412)
Variação das despesas de comercialização diferidas	194.949	248.793
	(3.787.225)	**(3.304.487)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

(**) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cobrança	(89.370)	(72.485)
Encargos sociais	(33.076)	(31.123)
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.544)	(12.871)
Benefícios concedidos a segurados	(18.129)	(18.613)
Assistência	(19.932)	(14.587)
Dispositivo anti-furto	(10.936)	(13.342)
Provisões cíveis	(15.191)	(20.366)
Honorários advocatícios	(9.405)	(7.224)
Outras	(11.774)	(25.222)
	(217.357)	**(215.833)**

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.649.797)	(1.603.378)
Serviços de terceiros	(975.634)	(647.213)
Localização e funcionamento	(418.569)	(368.975)
Publicidade	(133.403)	(121.344)
Donativos e contribuições	(37.090)	(32.889)
Despesas recuperadas	1.177.738	915.002
Outras	(305)	(60.513)
	(2.037.060)	**(1.919.310)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(360.516)	(354.639)
PIS	(58.584)	(57.630)
Outras	(18.898)	(14.268)
	(437.998)	**(426.537)**

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	308.065	429.213
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	129.955	165.765
Operações de seguros	114.633	83.721
Variações monetárias dos depósitos judiciais	46.512	57.420
Outras	84.409	47.819
Total de receitas financeiras	**683.574**	**783.938**
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(69.412)	(48.112)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(51.703)	(25.933)
Operações de seguros	(63.565)	(31.734)
Despesas com empréstimos bancários	(22.647)	(22.293)
Juros de arrendamento	(15.271)	(15.466)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(4.416)	-
Outras	(41.208)	(42.690)
Total de despesas financeiras	**(268.222)**	**(186.228)**
Resultado financeiro	**415.352**	**597.710**

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 4.844 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 23.605 em 31 de dezembro de 2024.

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	90.578	71.178
Custo dos benefícios	5.109	3.834
Custo de juros	9.483	8.532
Benefícios pagos	(14.706)	(12.837)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(2.050)	20.732
Outros	12.514	(861)
Saldo final do passivo	**100.928**	**90.578**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do Grupo Porto;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito e arranjo de pagamento pela Portoseg;

(v) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(vi) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(vii) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech; e

(viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo		
Portoseg (i)	1.716.808	1.501.464
Azul Seguros	38.834	38.936
Porto Saúde	15.309	13.463
Porto Consórcio	10.234	9.094
Porto Atendimento	7.234	5.666
CDF S.A.	6.697	-
Porto Vida e Previdência	2.267	1.596
Itaú Auto e Residência	2.079	3.611
Porto Capitalização	1.758	1.281
Porto Assistência (ii)	-	6.507
Demais	6.786	6.064
	1.808.006	**1.587.682**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Passivo		
Porto Seguro S.A.	994	2.048
	994	**2.048**

(i) O saldo esta contido no montante de prêmios a receber.

(ii) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF S.A. em fevereiro de 2024.

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Azul Seguros	348.993	319.062	-	-
Portoseg	239.823	235.097	(36.604)	(16.110)
Porto Saúde	171.818	142.691	(146.516)	(134.863)
Porto Consórcio	120.331	86.422	(51.281)	(20)
CDF S.A.	96.473	-	(1.314.591)	-
Porto Atendimento	84.572	71.253	(100.335)	(43.951)
Itaú Auto e Residência	26.470	41.020	-	-
Porto Vida	24.506	25.759	-	-
Porto Capitalização	18.471	13.115	(5.962)	(6.503)
Serviços Médicos	9.269	6.517	-	-
Porto Assistência Participações	7.982	58	(169)	-
Porto Saúde Ocupacional	6.602	6.197	(3.491)	(817)
Proteção e Monitoramento	6.449	6.996	(80)	(69)
Porto Asset Management	6.151	6.477	(1.511)	(5.201)
Porto Serviços e Comércio	4.914	8.863	(2.688)	(2.213)
Portopar	4.261	6.039	-	-
Porto Renova	4.011	2.504	(495)	-
Porto Seguro S.A.	2.851	68	(15.994)	(13.240)
Mobitech	2.368	10.838	(1.455)	(13.577)
Porto Assistência (i)	-	90.228	-	(1.193.537)
CDF Ltda. (i)	-	17	-	-
Demais	3.349	1.469	(12.244)	(8.314)
	1.189.664	**1.080.690**	**(1.693.416)**	**(1.438.415)**

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente.

35.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	(129.400)	(104.862)
Honorários de diretoria e encargos	(39.587)	(29.503)
	(168.987)	**(134.365)**

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	1.566.917	1.711.672
Média ponderada do número de ações durante o exercício	699.236	709.063
Resultado por ação básico e diluído	2,2409	2,4140

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Comitê de Auditoria aprovou estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de fevereiro de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:08:35 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

→ continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
CEO Seguros

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Produto Automóvel

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Seguros de Pessoas

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Ramos Elementares

PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA
Diretor de Gente e Cultura

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor

IZAK RAFAEL BENADERET
Diretor

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 22, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 11.887.105 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:08:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 4.773,2 milhões, com uma diminuição de R$ 180,1 milhões, 3,6% em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1%, com um aumento de 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R$ 128,2 milhões, uma diminuição de R$ 94,0 milhões, 42,3% em relação ao exercício anterior.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de (93,8)%, apresentando uma diminuição de 3,7 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2024 foi de (91,4)%, uma diminuição de 5,3 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado por ação
O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 267,6 milhões, uma diminuição de R$ 157,1 milhões em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R$ 122,8 em 2024, uma redução comparada ao exercício anterior que foi R$ 198,1.

• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Para mais informações sobre os membros do Comitê, consulte o site de Relação com Investidores.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   1.1: Temas materiais associados:
   - Desenvolvimento das Comunidades Locais
   - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
   - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   2.1: Temas materiais associados:
   - Descarbonização e emissões de GEE
   - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   3.1: Temas materiais associados:
   - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
   - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
   - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   4.1: Temas materiais associados:
   - Comportamento ético, integridade e compliance
   - Gestão da cadeia de valor
   - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
   - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia. O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas-Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária. A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**2.671.144**	**3.238.586**
Disponível		57.272	65.711
Caixa e bancos	7	57.272	65.711
Equivalentes de caixa	7	124.932	17.218
Aplicações financeiras	8	185.711	776.393
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.765.156	1.820.690
Prêmios a receber	9.1	1.765.156	1.820.690
Outros créditos operacionais		29.363	26.362
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.1	1.107	1.073
Títulos e créditos a receber		4.071	3.859
Títulos e créditos a receber		47	–
Créditos tributários e previdenciários	10	1.824	627
Outros créditos		2.200	3.232
Outros valores e bens	12	71.677	70.743
Bens à venda	12.1	39.739	42.344
Outros valores		31.938	28.399
Despesas antecipadas		5.825	5.076
Custos de aquisição diferidos	13	426.030	451.461
Seguros		426.030	451.461
Não circulante		**1.724.432**	**1.582.792**
Realizável a longo prazo		1.618.624	1.455.894
Aplicações financeiras	8	1.426.764	1.265.158
Títulos e créditos a receber		186.252	177.592
Créditos tributários e previdenciários	10	96.679	86.041
Depósitos judiciais e fiscais	11	88.554	90.184
Outros créditos		1.019	1.367
Outros valores e bens	12.1	4.813	12.807
Despesas antecipadas		792	328
Custos de aquisição diferidos	13	3	9
Seguros		3	9
Investimentos		184	82
Participações societárias		184	82
Imobilizado	14	52.729	59.591
Imóveis de uso próprio		51.428	56.653
Bens móveis		1.301	2.938
Intangível	15	52.895	67.225
Outros intangíveis		52.895	67.225
Total ativo		**4.395.576**	**4.821.378**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**3.077.946**	**3.365.234**
Contas a pagar		211.809	242.664
Obrigações a pagar	16.1	58.292	59.672
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	134.841	139.434
Encargos trabalhistas		5.619	8.770
Impostos e contribuições		11.915	33.371
Outras contas a pagar		1.142	1.417
Débitos das operações com seguros e resseguros	17	72.644	76.087
Prêmios a restituir		725	542
Corretores de seguros e resseguros		55.782	65.911
Outros débitos operacionais		16.137	9.634
Depósitos de terceiros	18	27.272	9.144
Provisões técnicas - seguros	19	2.766.221	3.037.339
Danos		2.765.929	3.037.059
Pessoas		292	280
Não circulante		**199.796**	**199.582**
Contas a pagar		23.607	25.583
Obrigações a pagar	16.1	4.820	3.616
Tributos diferidos	10.1.3	18.787	21.967
Provisões técnicas - seguros	19	94.986	99.384
Danos		94.070	98.476
Pessoas		916	908
Outros débitos		81.203	74.615
Provisões judiciais	20.1	81.203	74.615
Patrimônio líquido	21	**1.117.834**	**1.256.562**
Capital social		862.489	922.331
Reservas de reavaliação		200	242
Reservas de lucros		283.831	356.775
Ajustes de avaliação patrimonial		(28.686)	(22.786)
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.395.576**	**4.821.378**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos	22	4.773.155	4.953.208
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	288.002	(140.682)
Prêmios ganhos	22	**5.061.157**	**4.812.526**
Sinistros ocorridos	24	**(3.068.954)**	**(2.794.390)**
Custos de aquisição	25	**(1.049.414)**	**(943.166)**
Outras receitas e despesas operacionais	26	**(51.102)**	**(55.535)**
Resultado com resseguro		**(1.162)**	**(1.131)**
Despesa com resseguro		(1.162)	(1.131)
Despesas administrativas	27	**(461.450)**	**(428.178)**
Despesas com tributos	28	**(114.753)**	**(114.365)**
Resultado financeiro	29	**128.228**	**222.252**
Resultado patrimonial		**(98)**	**(131)**
Resultado operacional		**442.452**	**697.942**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**6.350**	**3.126**
Resultado antes dos impostos e participações		**448.802**	**701.068**
Imposto de renda	10.2	(100.171)	(161.619)
Contribuição social	10.2	(63.892)	(102.214)
Participações sobre o lucro		**(17.110)**	**(12.509)**
Resultado do exercício		**267.629**	**424.726**
Quantidade de ações		2.180	2.200
Resultado por ação básico e diluído		122,7468	198,0767

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**267.629**	**424.726**
Outros resultados abrangentes	**(5.900)**	**20.427**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(9.283)	34.768
Efeitos tributários	3.713	(13.907)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(551)	(723)
Efeitos tributários	220	289
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**261.729**	**445.153**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital (em aprovação)	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**847.578**	**128.050**	**2.251**	**226.718**	**(43.213)**	**–**	**1.161.384**
Dividendos pagos exercícios anteriores		–	–	–	(122.343)	–	–	(122.343)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		–	–	–	4.711	–	–	4.711
Ações outorgadas controladora/controladas		–	–	–	(4.046)	–	–	(4.046)
Aumento/redução de capital em aprovação								
Redução de capital em aprovação		–	(53.297)	–	–	–	–	(53.297)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1380		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1385		62.050	(62.050)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1392		46.000	(46.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1548		(53.297)	53.297	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação		–	–	(2.009)	–	–	2.009	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	20.427	–	20.427
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	424.726	424.726
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	21.236	–	(21.236)	–
Reservas estatuárias		–	–	–	230.499	–	(230.499)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares		–	–	–	–	–	(175.000)	(175.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**922.331**	**–**	**242**	**356.775**	**(22.786)**	**–**	**1.256.562**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(231.000)	–	–	(231.000)
Reconhecimento pagamento em ações	21 f	–	–	–	3.493	–	–	3.493
Ações outorgadas	21 f	–	–	–	(6.108)	–	–	(6.108)
Redução de capital - AGE de 18 de outubro de 2024		(59.842)		–	–	–	–	(59.842)
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(42)	–	–	42	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(5.900)	–	(5.900)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	267.629	267.629
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	13.382	–	(13.382)	–
Reservas estatuárias		–	–	–	147.289	–	(147.289)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares		–	–	–	–	–	(107.000)	(107.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**862.489**	**–**	**200**	**283.831**	**(28.686)**	**–**	**1.117.834**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:09:04 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	267.629	424.726
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	16.953	11.311
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(10.342)	(2.138)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(6.350)	(3.126)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(42.609)	155.563
Equivalência patrimonial	98	85
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	429.076	(373.965)
Créditos das operações com seguros e resseguros	55.560	(156.831)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(34)	903
Créditos tributários e previdenciários	(1.197)	(144)
Ativo fiscal diferido	(10.638)	71.036
Depósitos judiciais e fiscais	1.630	(3.882)
Despesas antecipadas	(1.213)	(223)
Custos de aquisição diferidos	25.437	(56.971)
Outros ativos	15.508	7.396
Impostos e contribuições	137.737	207.733
Outras contas a pagar	(11.375)	21.683
Débitos das operações com seguros e resseguros	(3.443)	(5.322)
Depósitos de terceiros	18.128	2.441
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(232.907)	59.258
Provisões judiciais	6.588	2.596
Outros passivos	(8.515)	24.749
Caixa líquido gerado pelas operações	**645.721**	**386.878**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(159.193)	(197.100)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**486.528**	**189.778**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	10.592	58.790
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3)	(506)
Intangível	–	(18.159)
Caixa líquido gerado nas atividades investimento	**10.589**	**40.125**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(59.842)	(53.297)
Distribuição de dividendos e JCP	(338.000)	(301.000)
Caixa líquido consumido nas atividades financiamento	**(397.842)**	**(354.297)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**99.275**	**(124.394)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.929	207.323
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	182.204	82.929

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 20º andar - Rio de Janeiro - RJ, e tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Azul Companhia de Seguros Gerais	2024
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0 %
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1 %
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100 %
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
Jayme Brasil Garfinkel	0,2 %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados as provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
(ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
(iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	Nova classificação - CPC 48 vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.2 e 3.12.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(b) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(c) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(d) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(e) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do exercício.

3.9 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:09:19 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.6). Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando aos grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando à consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade apurada no TAP foi de 61%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Grupo de Contratos	Automóvel	Dezembro de 2024 PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	357.716	–

Grupo de Contratos	Automóvel	Dezembro de 2023 PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	426.379	–

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício na medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment"); e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 96,2% (91,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA"e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(i) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(ii) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	236.401	–	125.841	–
Fluxo de 1 a 30 dias	467.603	219.652	509.972	313.916
Fluxo de 2 a 6 meses	992.902	1.259.112	1.021.855	1.247.971
Fluxo de 7 a 12 meses	277.914	569.791	300.481	638.061
Fluxo acima de 1 ano	1.606.299	177.367	1.911.890	179.739
Total	**3.581.118**	**2.225.922**	**3.870.039**	**2.379.687**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM)	53,6%	62,2%
Prefixados	38,8%	25,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	4,5%	9,9%
Ações	0,4%	0,8%
Outros	2,7%	2,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	50 b.p.	(88.916)
	25 b.p.	(46.193)
	10 b.p.	(18.915)
	- 10 b.p.	18.915
	- 25 b.p.	46.193
	- 50 b.p.	88.916
Juros prefixados	50 b.p.	(48.880)
	25 b.p.	(25.575)
	10 b.p.	(10.502)
	- 10 b.p.	10.502
	- 25 b.p.	25.575
	- 50 b.p.	48.880
Juros pós-fixados	50 b.p.	(759)
	25 b.p.	(633)
	10 b.p.	(506)
	- 10 b.p.	506
	- 25 b.p.	633
	- 50 b.p.	759
Ações	± 34%	7.504
	± 17%	3.752
	± 9%	1.876

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:09:34 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e no segmento Automóvel baseado no prêmio emitido bruto de resseguro:

Região	Automóvel	%	Automóvel	%
	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
Região Sudeste	3.439.691	72,0 %	3.502.162	70,7 %
Região Sul	595.201	12,5 %	640.940	12,9 %
Região Nordeste	449.908	9,4 %	476.684	9,6 %
Região Centro-Oeste	250.242	5,2 %	285.593	5,8 %
Região Norte	41.419	0,9 %	46.825	1,0 %
Total Geral	**4.776.461**	**100 %**	**4.952.204**	**100 %**

(*) Não incluem os valores de RVNEs no montante líquido de R$ 3.306 (R$ (1.004) em 31 de dezembro de 2023).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(291.232)	(286.753)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(270.836)	(312.805)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos gerados pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI, que trata-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666), e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Previdência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	**1.117.834**	**1.256.562**
(+/-) Ajustes contábeis	**(59.696)**	**(72.711)**
Participações societárias	(184)	(82)
Despesas antecipadas	(6.617)	(5.404)
Ativos intangíveis	(52.895)	(67.225)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(25.745)**	**(3.110)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(25.745)	(3.110)
(+/–) Ajustes do PLA de nível 1	**(117.517)**	**(113.461)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(66.089)	(56.807)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(51.428)	(56.654)
PLA de nível 1	**914.876**	**1.067.280**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	214.630	255.828
PLA de nível 2	**214.630**	**255.828**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	66.089	56.807
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	51.428	56.654
PLA de nível 3	**117.517**	**113.461**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.247.023**	**1.436.569**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**1.061.665**	**1.058.057**
Capital de risco de subscrição	998.537	990.077
Capital de risco de mercado	47.605	54.411
Capital de risco de crédito	31.476	36.087
Capital de risco operacional	33.910	34.259
Benefício da correlação entre riscos	(49.863)	(56.777)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**1.061.665**	**1.058.057**
Suficiência de capital	**185.358**	**378.512**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Depósitos bancários	57.272	65.711
Equivalentes de caixa (*)	124.932	17.218
	182.204	82.929

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	207	–	207	189	–	189
	207	–	**207**	**189**	–	**189**
Fundos exclusivos						
LFTs	77.592	–	77.592	201.302	–	201.302
Cotas de fundos de investimento	47.727	–	47.727	42.522	–	42.522
LTNs	40.508	–	40.508	395.175	–	395.175
Debêntures	–	12.053	12.053	–	–	–
Ações de companhias abertas	6.470	–	6.470	16.536	–	16.536
Letras Financeiras - privadas	–	1.252	1.252	–	51.430	51.430
NTNs - B	–	–	–	856	–	856
Outros	–	109	109	–	68.627	68.627
	172.297	**13.414**	**185.711**	**656.391**	**120.057**	**776.448**
Total	**172.504**	**13.414**	**185.918**	**656.580**	**120.057**	**776.637**
Circulante			185.711			776.393
Não circulante			207			244
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**12%**			**38%**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2024 Nível 1	Dezembro de 2023 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	379.046	973.406
Total - não circulante	**379.046**	**973.406**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**24%**	**48%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 438.155 (R$ 1.010.467 em 31 de dezembro de 2023).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	524.642	291.508
LTN	522.869	–
Total - não circulante	**1.047.511**	**291.508**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**65%**	**14%**
Total das aplicações	**1.612.475**	**2.041.551**

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.004.602 (R$ 286.325 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**2.058.769**	**1.810.610**
Aplicações	1.953.486	1.599.137
Resgates	(2.404.091)	(1.597.412)
Rendimentos	138.526	211.666
Ajuste a valor de mercado	(9.283)	34.768
Saldo final	**1.737.407**	**2.058.769**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE CONTA CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos, sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*)	4.097.701	4.503.500
Passivo circulante	3.077.946	3.365.234
Índice de liquidez corrente	**1,33**	**1,34**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTNs	14,07	11,05
NTNs - B - IPCA	5,73	4,09
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,08	0,14
Carteira própria		
NTNs - B - IPCA	3,37	3,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	1.124.303	(1.478)	1.122.825	1.207.978	(1.532)	1.206.446
Resp. Civil facultativa - RCF	418.549	(374)	418.175	403.721	(380)	403.341
Assistência e outras coberturas - Auto	224.196	(40)	224.156	210.910	(7)	210.903
	1.767.048	**(1.892)**	**1.765.156**	**1.822.609**	**(1.919)**	**1.820.690**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer	1.587.581	(76)	1.587.504	1.641.527	–	1.641.527
Vencidos até 30 dias	153.528	(257)	153.271	155.096	(158)	154.938
Vencidos 31 a 60 dias	23.358	(434)	22.924	23.088	(180)	22.908
Vencidos 61 a 90 dias	1.192	(74)	1.118	1.118	(123)	995
Vencidos 91 a 120 dias	214	(28)	186	231	(77)	154
Vencidos 121 a 180 dias	88	(29)	59	82	(40)	42
Vencidos 181 a 365 dias	113	(87)	26	687	(618)	69
Vencidos acima de 365 dias	975	(907)	68	780	(723)	57
	1.767.049	**(1.892)**	**1.765.156**	**1.822.609**	**(1.919)**	**1.820.690**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1.820.690**	**1.661.261**
(+) Prêmios emitidos	5.093.828	5.250.435
(+) IOF	354.949	369.612
(+) Adicional de fracionamento	23.283	35.752
(–) Prêmios cancelados	(296.652)	(271.417)
(–) Recebimentos	(5.230.967)	(5.226.838)
(Constituição)/reversão de provisão para perda	25	1.885
Saldo final	**1.765.156**	**1.820.690**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**(1.919)**	**(3.804)**
(+) Provisões constituídas	(19.101)	(45.933)
(–) Reversão	19.128	47.818
Saldo final	**(1.892)**	**(1.919)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	1 a 5	31%	41%
Automóvel	6 a 11	48%	45%
	12	22%	14%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	96.679	86.041
IRPJ	634	27
CSLL	1.190	511
Outros	–	89
	98.503	**86.668**
Circulante	1.824	627
Não circulante	96.679	86.041

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	571	256	(248)	579
Provisão para obrigações legais	8.922	668	(2.360)	7.230
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	29.233	(1.196)	(3.756)	24.281
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	22.552	16.720	(1.379)	37.893
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.582	1.769	(751)	2.600
Provisão de participação de lucros	6.069	9.997	(14.333)	1.733
Outras provisões	17.112	9.400	(4.147)	22.363
	86.041	**37.614**	**(26.974)**	**96.679**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	36.365	21.401	7.782	10.890	154	20.087	96.679

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	13.318	2.519	(4.547)	11.290
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	7.728	2.350	(3.484)	6.594
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	921	1	(19)	903
	21.967	**4.870**	**(8.050)**	**18.787**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:09:50 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	431.692	688.559
Alíquota vigente	40 %	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(172.677)	(275.424)
Equivalência patrimonial	(36)	–
Inovação tecnológica	–	2.135
Depósitos judiciais	1.144	–
Doações/ incentivos	7.146	1.373
Participação nos lucros - administradores	(689)	–
Outros	1.049	8.083
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	8.614	11.591
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(164.063)	(263.833)
Taxa efetiva (D/-A)	38,0 %	38,3 %

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (i)	35.232	34.216
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	16.365	15.849
PIS (i)	14.605	14.225
IRPJ	7.637	7.223
ICMS	7.534	7.170
INSS - autônomos (i)	2.798	2.662
Outros	4.383	8.839
	88.554	90.184

(i) Vide nota explicativa nº 20.1(a)

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Bens à venda - salvados (i)	44.552	55.151
Direito a salvados - estimado (ii)	31.938	28.090
Almoxarifado	–	309
	76.490	83.550
Circulante	71.677	70.743
Não circulante	4.813	12.807

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Até 30 dias	11.502	8.700
De 31 a 60 dias	19.537	22.487
De 61 a 120 dias	13.456	16.834
De 121 a 365 dias	6.062	16.167
Acima de 365 dias	9.798	17.082
	60.355	81.270
Redução ao valor recuperável (*)	(15.803)	(26.119)
	44.552	55.151
Circulante	39.738	42.344
Não circulante	4.813	12.807

(*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	9.206	8,3 %	9.073	11,9 %
2º mês	4.638	54,7 %	4.576	52,2 %
3º mês	2.515	24,8 %	2.519	23,3 %
4º mês	1.821	6,2 %	1.805	6,2 %
5º mês	1.457	3,0 %	1.395	3 %
6º mês	1.270	1,4 %	1.146	1,6 %
7º mês	1.112	0,8 %	1.004	0,8 %
8º mês	987	0,4 %	870	0,5 %
9º mês	891	0,3 %	747	0,3 %
10º mês	830	0,1 %	670	0,1 %
11º mês	765	0,0 %	583	0,1 %
12º mês	682	0,0 %	513	0,0 %
13º ao 18º mês	2.952	0,0 %	1.977	0,0 %
19º ao 24º mês	1.637	0,0 %	861	0,0 %
25º ao 30º mês	939	0,0 %	305	0,0 %
31º ao 36º mês	235	0,0 %	46	0,0 %
	31.938	100 %	28.090	100 %

12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	28.090	25.164
(+) Constituições	5.197	4.910
(–) Reversões	(1.349)	(1.984)
Saldo final	31.938	28.090

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel	426.033	451.470
	426.033	451.470
Circulante	426.030	451.461
Não circulante	3	9

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	451.470	394.499
(+) Constituição	922.582	891.012
(–) Apropriação para despesa	(948.019)	(834.041)
Saldo final	426.033	451.470

14. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,1 a 3,33	45.269	(11.405)	**33.864**	49.078	(11.545)	**37.533**
Terrenos	–	17.564	–	**17.564**	19.120	–	**19.120**
Informática	25,0	13.081	(12.196)	**885**	16.471	(14.199)	**2.272**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0	2.272	(1.897)	**375**	1.926	(1.537)	**389**
Equipamentos	10,0	366	(325)	**41**	1.160	(883)	**277**
		78.552	(25.823)	52.729	87.755	(28.164)	59.591

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações: Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	**37.533**	–	(2.679)	(997)	7	**33.864**
Terrenos	**19.120**	–	(1.556)	–	–	**17.564**
Informática	**2.272**	2	11	(627)	(773)	**885**
Móveis, máquinas e utensílios	**389**	1	(12)	(107)	104	**375**
Equipamentos	**277**	–	(6)	(929)	699	**41**
	59.591	3	(4.242)	(2.660)	37	52.729

15. INTANGÍVEL

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	95.989	(43.474)	**52.515**	96.020	(29.175)	**66.845**
Outros Intangíveis		380	–	**380**	380	–	**380**
		96.369	(43.474)	52.895	96.400	(29.175)	67.225

15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Despesa de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	**66.845**	(14.293)	(37)	**52.515**
Outros Intangíveis	**380**	–	–	**380**
	67.225	(14.293)	(37)	52.895

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Transações com partes relacionadas (i)	39.559	39.697
Participação nos lucros a pagar	17.481	18.709
Provisão de benefícios a empregados	4.820	3.616
Outras obrigações	1.252	1.266
	63.112	63.288
Circulante	58.292	59.672
Não circulante	4.820	3.616

(i) Vide nota explicativa nº 31.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IOF	119.058	123.266
IRRF	1.665	3.444
INSS e FGTS	3.519	3.034
ISS retidos	4.760	1.227
Outros	5.839	8.463
	134.841	139.434

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Refere-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	27.177	–	27.177
Cobrança antecipada de prêmios	90	5	95
Total 31 de dezembro de 2024	27.267	5	27.272
Total 31 de dezembro de 2023	9.116	28	9.144

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2023 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.272.621	2.272.621	2.560.624	2.560.624
Sinistros e benefícios a liquidar	520.424	519.317	513.244	512.171
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	49.336	49.336	44.969	44.969
Demais provisões	18.826	18.826	17.886	17.886
	2.861.207	2.860.100	3.136.723	3.135.650
Circulante	2.766.221		3.037.339	
Não circulante	94.986		99.384	

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.921.902	1.976
Constituições decorrentes de prêmios	4.953.208	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.812.526)	–
Aviso de sinistros	2.898.176	(1.131)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.842.209)	–
Atualização monetária e juros	18.172	228
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.136.723	1.073
Constituições decorrentes de prêmios	4.773.155	–
Diferimento pelo risco decorrido	(5.054.975)	–
Aviso de sinistros	3.249.320	(1.162)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.258.597)	121
Atualização monetária e juros	15.581	1.075
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.861.207	1.107

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A)	2.861.207	3.136.723
Direitos creditórios (*)	1.446.873	1.497.801
Custos de aquisição diferidos pagos	374.293	392.454
Operações com resseguradoras	1.107	1.073
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	1.822.273	1.891.328
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	1.038.934	1.245.395
Quotas de fundos de investimento	1.174.290	973.406
Títulos de renda fixa - públicos	379.046	590.827
Títulos de renda fixa - privados	–	54
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	1.553.336	1.564.287
Excedente (E - C)	514.402	318.892

(*) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas de salvados e ressarcimento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

Administrativo - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Dezembro 2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.490	1.766	1.736	1.861	2.141	1.861	2.479	3.142	2.731	3.237	
Dois anos mais tarde	1.502	1.781	1.745	1.877	2.171	1.906	2.555	3.239	2.827	–	
Três anos mais tarde	1.505	1.783	1.747	1.880	2.174	1.910	2.562	3.250	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.506	1.784	1.748	1.881	2.176	1.912	2.566	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.506	1.784	1.748	1.881	2.177	1.914	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.506	1.784	1.748	1.882	2.178	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.506	1.785	1.749	1.884	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.506	1.785	1.749	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.507	1.785	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.507	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	1.507	1.785	1.749	1.884	2.178	1.914	2.566	3.250	2.827	3.237	22.897

Administrativo - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.304	1.573	1.539	1.640	1.897	1.631	2.129	2.840	2.404	2.807	
Dois anos mais tarde	1.505	1.784	1.749	1.882	2.172	1.907	2.554	3.238	2.812	–	
Três anos mais tarde	1.513	1.788	1.751	1.885	2.176	1.912	2.561	3.244	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.518	1.789	1.752	1.886	2.178	1.913	2.564	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.521	1.789	1.753	1.886	2.178	1.912	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.522	1.789	1.753	1.887	2.177	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.524	1.789	1.753	1.882	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.524	1.789	1.748	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.525	1.785	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.507	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	1.507	1.785	1.748	1.882	2.177	1.912	2.564	3.244	2.812	2.807	22.438
Passivo em 31 de dezembro de 2024	–	–	1	2	1	1	2	6	15	431	459
										PSL anos anteriores	–
										Provisão de sinistros	459

Judicial - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	5	9	11	8	9	12	15	19	19	55	
Dois anos mais tarde	11	18	19	15	20	23	27	32	37	–	
Três anos mais tarde	18	21	23	19	24	26	30	36	–	–	
Quatro anos mais tarde	19	23	27	22	26	27	33	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	20	25	28	23	26	28	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	21	26	28	23	26	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	21	27	28	24	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	22	27	27	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	21	27	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	22	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	22	27	27	24	26	28	33	36	37	55	315

Judicial - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2	3	3	4	3	3	4	6	6	5	
Dois anos mais tarde	203	7	10	9	10	8	11	14	15	–	
Três anos mais tarde	211	13	14	12	13	12	15	18	–	–	
Quatro anos mais tarde	217	16	18	14	16	14	19	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	219	18	20	16	18	17	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	221	20	21	17	19	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	222	21	22	17	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	222	23	23	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	223	23	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	19	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	19	23	23	17	19	17	19	18	15	5	175
Passivo em 31 de dezembro de 2024	2	3	4	5	7	11	18	17	22	49	138
										PSL anos anteriores	15
										Provisão de sinistros	153

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:10:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**104.243**	**103.170**	**97.396**	**95.419**
Pagamentos no período	(33.575)	(36.078)	(31.378)	(31.378)
Novas constituições no período	1.100	1.100	1.518	1.518
Baixas da provisão por êxito	(6.976)	(6.976)	(18.780)	(18.780)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	31.091	33.560	37.733	38.637
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	15.392	15.393	17.754	17.754
Saldo final	**111.276**	**110.169**	**104.243**	**103.170**
Quantidade de processos	3.683		3.302	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	73.397	70.942
Cíveis	7.352	3.139
Trabalhistas	454	534
	81.203	**74.615**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (i)	47.479	34.475
PIS (ii)	2.668	14.181
REFIS (iii)	12.909	12.001
INSS - autônomos (iv)	2.799	2.662
Outras	7.542	7.623
	73.397	**70.942**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(iv) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 599.309.

20.1.1 MOVIMENTAÇÕES PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70.942**	**534**	**3.139**	**74.615**
Constituições	–	35	5.192	5.227
Êxito/reversões	–	(47)	(1.752)	(1.799)
Pagamentos	–	(114)	(461)	(575)
Atualização monetária	2.455	46	1.234	3.735
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**73.397**	**454**	**7.352**	**81.203**
Quantidade de processos	17	1	120	138

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	177.140	171.471
Cíveis	11.191	11.583
Trabalhistas	2	17
	188.333	**183.071**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS/COFINS R$ 119.175 (R$ 85.189 de possível impacto); (ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado R$ 28.678 (R$ 18.599 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 862.489 divididos em 2.082 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 922.331 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 2.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R$ 42 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.009 em 31 de dezembro de 2023). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 129.740 (R$ 116.358 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 147.324 (R$ 231.036 em 31 de dezembro de 2023).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2024, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R$ 231.000 em 28 de fevereiro de 2024. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**267.629**	**424.726**
(–) Reserva legal - 5%	(13.382)	(21.236)
Lucro básico para determinação do dividendo	**254.289**	**405.499**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**63.572**	**2.671**
Dividendos complementares	107.000	–
Total de dividendos	**107.000**	**2.671**
Total por ação (R$)	**49,0751**	**1,2457**
Quantidade de ações	2.180	2.144

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**9.381**	**8.716**
Diferimento do exercício	3.493	4.711
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(6.108)	(4.046)
Saldo final	**6.766**	**9.381**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**27,04**	**25,59**

	Quantidade	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**363**	**327**
Diferimento do exercício	97	164
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(283)	(128)
Saldo final	**177**	**363**

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	3.075.940	3.327.591	51,3 %	21,7 %
Resp. civil facultativa	1.130.197	1.151.626	60,5 %	18,7 %
Assistência e outras coberturas auto	567.018	581.940	114,4 %	19,3 %
	4.773.155	**5.061.157**	**60,6 %**	**20,7 %**

	Dezembro de 2023			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	3.308.631	3.251.203	50,4 %	20,6 %
Resp. civil facultativa	1.089.535	1.062.194	56,9 %	17,3 %
Assistência e outras coberturas auto	555.042	499.129	110,2 %	17,9 %
	4.953.208	**4.812.526**	**58,1 %**	**19,6 %**

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão de prêmios não ganhos	284.742	(139.576)
Provisão de riscos não expirados	3.260	(1.106)
	288.002	**(140.682)**

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Sinistros avisados - ADM	(3.080.205)	(2.674.723)
Porto Socorro	(386.653)	(452.998)
Sinistros avisados - JUD	(25.257)	(17.578)
Salvados	456.008	368.651
Ressarcimentos	55.189	47.375
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(5.120)	6.447
Outras despesas com sinistros (*)	(82.916)	(71.564)
	(3.068.954)	**(2.794.390)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Comissões sobre prêmios retidos	(922.018)	(891.183)
Outras despesas de comercialização (i)	(101.959)	(108.954)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(25.437)	56.971
	(1.049.414)	**(943.166)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12.1 e as despesas de comercialização não diferidas.

(i) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas com operações de seguros	6.026	13.374
Total de outras receitas	**6.026**	**13.374**
Despesas com encargos sociais	(8.060)	(8.215)
Provisão de desvalorização de salvados	10.316	713
Despesas com cobrança	(40.646)	(34.963)
Despesas com serviços de assistência	(3.031)	(8.208)
Despesas com sistema de riscos	(13.386)	(18.785)
Outras	(2.321)	549
Total de outras despesas	**(57.128)**	**(68.909)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(51.102)**	**(55.535)**

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(77.290)	(76.936)
Serviços de terceiros	(37.791)	(37.122)
Localização e funcionamento	(34.815)	(27.536)
Publicidade	(374)	(463)
Donativos e contribuições	(5.181)	(6.741)
Despesas administrativas diversas	(305.999)	(279.320)
	(461.450)	**(428.118)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 31.

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(93.410)	(93.945)
PIS	(15.179)	(15.196)
Outras	(6.164)	(5.224)
	(114.753)	**(114.365)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	106.581	119.445
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	51.777	92.221
Operações de seguros	23.177	35.752
Outras	1.166	9.422
Total de receitas financeiras	**182.701**	**256.840**
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(14.315)	–
Operações de seguros	(16.582)	(18.259)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(5.517)	–
Outras	(18.059)	(16.329)
Total de despesas financeiras	**(54.473)**	**(34.588)**
Resultado financeiro	**128.228**	**222.252**

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.616	2.881
Custo dos benefícios	274	199
Custo de juros	379	336
Benefícios pagos	–	(523)
Ganho atuarial sobre a obrigação	551	722
Saldo final do passivo	**4.820**	**3.615**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente, e em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74 %	5,63 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,10 %	3,92 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10 %	3,92 %

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e

(iv) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Portoseg (i)	821.257	851.407	–	–
Itaú Auto e Residência	–	–	1	1
Porto Seguro S.A.	–	–	725	760
Porto Cia.	–	–	38.833	38.936
	821.257	**851.407**	**39.559**	**39.697**

	Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
CDF	(435.681)	–
Porto Cia.	(348.993)	(319.062)
Porto Seguro S.A.	(11.602)	(11.727)
PortoSeg	(10.279)	(12.804)
Porto Atendimento	(9.592)	(9.094)
Porto Saúde	(2.510)	(6.440)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(862)	–
Porto Asset Management	(567)	(2.098)
Itaú Auto e Residência	(8)	(38)
Porto Assistência (ii)	–	(425.360)
	(820.094)	**(786.621)**

(i) O saldo esta contido no montante de prêmios a receber.

(ii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF em fevereiro e agosto de 2024, respectivamente.

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	1.637	6.508
Honorários de diretoria e encargos	1.550	919
	3.187	**7.427**

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41" Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	267.629	424.726
Média ponderada do número de ações durante o exercício	2.180	2.144
Resultado por ação básico e diluído	122,7468	198,0767

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria aprovou estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de fevereiro de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:10:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Azul Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 19, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 2.861.207 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

EY Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 33.448.150/0001-11

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - **SUSEP** e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:10:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 67,0 milhões, com redução de R$ 162,6 milhões, 70,8% em relação ao exercício anterior.

• Sinistralidade

O índice de sinistralidade da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 35,2%, uma redução de -1,3 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 29,2%, com aumento de 15,5 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 28,0 milhões, com diminuição de R$ 38,7 milhões, 58% em relação ao exercício anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 105,7%, com aumento de 15,2 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 86,6%, com aumento de 9,0 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado do exercício do período totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 12,0 milhões, com redução de R$ 50,3 milhões, 81% em relação ao exercício anterior. O lucro por ação foi de R$ 0,20 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R$ 1,04 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, Social e Governamental (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   - 1.1: Temas materiais associados:
     - Desenvolvimento das Comunidades Locais
     - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
     - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   - 2.1: Temas materiais associados:
     - Descarbonização e emissões de GEE
     - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   - 3.1: Temas materiais associados:
     - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
     - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
     - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   - 4.1: Temas materiais associados:
     - Comportamento ético, integridade e compliance
     - Gestão da cadeia de valor
     - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
     - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo à transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**121.102**	**370.255**
Disponível		2.611	18.146
Caixa e bancos	7	2.611	18.146
Equivalentes de caixa	7	23.928	17.743
Aplicações financeiras	8	43.888	197.895
Créditos das operações com seguros e resseguros		18.063	70.882
Prêmios a receber	9.1	18.063	70.882
Outros créditos operacionais		465	14.727
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	–	3
Títulos e créditos a receber		25.637	26.700
Títulos e créditos a receber		–	3.167
Créditos tributários e previdenciários	10	25.445	23.255
Outros créditos		192	278
Despesas antecipadas		834	1.221
Custos de aquisição diferidos	11	5.676	22.938
Seguros		5.676	22.938
Não circulante		**133.157**	**90.703**
Realizável a longo prazo		133.157	90.703
Aplicações financeiras	8	106.495	61.578
Títulos e créditos a receber		26.662	29.125
Créditos tributários e previdenciários	10	9.686	11.104
Depósitos judiciais e fiscais	12	12.775	14.246
Outros créditos		4.201	3.775
Total do ativo		**254.259**	**460.958**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**82.553**	**255.402**
Contas a pagar		17.362	66.580
Obrigações a pagar	13.1	11.285	33.490
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	1.577	5.670
Encargos trabalhistas		221	238
Impostos e contribuições		200	13.582
Outras contas a pagar		4.079	13.600
Débitos das operações com seguros e resseguros	14	4.245	31.578
Prêmios a restituir		527	419
Operações com resseguradoras		230	441
Corretores de seguros e resseguros		2.961	29.162
Outros débitos operacionais		527	1.556
Depósitos de terceiros	15	507	141
Provisões técnicas - seguros	16	58.284	157.103
Danos		58.284	157.103
Débitos diversos		2.155	–
Outros débitos		2.155	–
Não circulante		**99.378**	**106.014**
Contas a pagar		5.519	5.323
Obrigações a pagar	13.1	1.202	181
Tributos diferidos	10.1.3	4.317	5.142
Provisões técnicas - seguros	16	89.273	95.731
Danos		89.273	95.731
Outros débitos		4.586	4.960
Provisões judiciais	17.1	4.586	4.960
Patrimônio líquido	18	**72.328**	**99.542**
Capital social		57.500	57.500
Reservas de lucros		11.948	39.082
Ajustes de avaliação patrimonial		2.880	2.960
Lucros acumulados		–	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**254.259**	**460.958**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**57.500**	**27.008**	**2.998**	**–**	**87.506**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	(15.000)	–	–	(15.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	322	–	–	322
Ações outorgadas		–	(527)	–	–	(527)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	(38)	–	(38)
Resultado do exercício		–	–	–	62.279	62.279
Destinação do resultado:						–
Reserva legal		–	–	–	–	–
Reservas estatutárias		–	27.279	–	(27.279)	–
Dividendos mínimos e intermediários		–	–	–	(35.000)	(35.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**57.500**	**39.082**	**2.960**	**–**	**99.542**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	(27.000)	–	–	(27.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	656	–	–	656
Ações outorgadas		–	(792)	–	–	(792)
Resultado do exercício		–	–	–	12.002	12.002
Destinação do resultado:						
Reservas estatutárias	18 (c) (i)	–	2	–	(2)	–
Dividendos mínimos e intermediários	18 (d)	–	–	–	(12.000)	(12.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**57.500**	**11.948**	**2.880**	**–**	**72.328**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de Julho de 2006, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo - SP e tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos	19	67.004	229.621
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	59.475	169.837
Prêmios ganhos	19	**126.479**	**399.458**
Sinistros ocorridos	21	**(44.477)**	**(145.765)**
Custos de aquisição	22	**(39.960)**	**(132.840)**
Outras receitas e despesas operacionais	23	**(5.168)**	**(8.879)**
Resultado com resseguro		47	(1.057)
Despesa com resseguro		47	(1.057)
Despesas administrativas	24	**(36.967)**	**(54.824)**
Despesas com tributos		**(7.175)**	**(19.242)**
Resultado financeiro	25	**27.983**	**66.639**
Resultado operacional		**20.762**	**103.490**
Resultado antes dos impostos e participações		**20.762**	**103.490**
Imposto de renda	10.2	(4.889)	(25.027)
Contribuição social	10.2	(2.980)	(15.629)
Participações sobre o lucro		(891)	(555)
Resultado do exercício		**12.002**	**62.279**
Quantidade de ações		60.160	60.160
Resultado por ação básico e diluído	27	0,1995	1,0352

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**12.002**	**62.279**
Outros resultados abrangentes	**(80)**	**(38)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:		
Ganhos e perdas atuariais	(133)	(63)
Efeitos tributários	53	25
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**11.922**	**62.241**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	12.002	62.279
Ajustes para:		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.102	(6)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(198.474)	(73.421)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	109.090	(8.875)
Créditos das operações com seguros e resseguros	51.717	153.547
Ativos de resseguro - provisões técnicas	3	493
Créditos tributários e previdenciários	(2.190)	1.853
Ativo fiscal diferido	1.418	1.314
Depósitos judiciais e fiscais	1.471	1.588
Despesas antecipadas	387	148
Custos de aquisição diferidos	17.262	49.003
Outros ativos	17.089	31.140
Impostos e contribuições	(2.032)	24.522
Outras contas a pagar	(35.640)	(6.754)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(27.333)	(50.152)
Depósitos de terceiros	366	(4.013)
Provisões judiciais	(374)	78
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	93.197	(130.673)
Outros passivos	1.939	(243)
Caixa consumido pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.350)	(28.502)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**29.650**	**23.326**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(39.000)	(50.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(39.000)**	**(50.000)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(9.350)**	**(26.674)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.889	62.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.539	35.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:10:53 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.5 NOVAS NORMAS E INTEPRETAÇÕES ADOTADAS CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados as provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);

(ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e

(iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1° de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38	Nova classificação - CPC 48
vigente até 31/12/2023	vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.8.2 e 3.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.5). Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 30,1%, e o impacto do resseguro foi imaterial.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:11:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2024

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.708	–

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	29.865	–

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment"); e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 95,4% (85,6% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve cessão de resseguro.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	33.935	230	37.460	–
Fluxo de 1 a 30 dias	20.821	29.685	51.209	40.779
Fluxo de 2 a 6 meses	22.496	53.307	53.107	72.904
Fluxo de 7 a 12 meses	10.486	18.850	13.516	35.455
Fluxo acima de 1 ano	145.978	45.411	225.381	74.043
Total	**233.716**	**147.483**	**380.673**	**223.181**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prefixados	46,5%	45,0%
Inflação (IPCA/IGPM)	27,1%	22,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	22,4%	25,6%
Ações	0,5%	2,0%
Outros	3,5%	5,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(5.424)
	+ 25 b.p.	(2.840)
	+ 10 b.p.	(1.167)
	- 10 b.p.	1.167
	- 25 b.p.	2.840
	- 50 b.p.	5.424
Índices de preços	+ 50 b.p.	(4.336)
	+ 25 b.p.	(2.250)
	+ 10 b.p.	(921)
	- 10 b.p.	921
	- 25 b.p.	2.250
	- 50 b.p.	4.336
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(202)
	+ 25 b.p.	(168)
	+ 10 b.p.	(135)
	- 10 b.p.	135
	- 25 b.p.	168
	- 50 b.p.	202
Ações	± 34%	1.116
	± 17%	558
	± 9%	279

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:11:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Região	Residencial	Dezembro de 2024 %
Sudeste	46.797	65,3%
Sul	11.177	15,6%
Centro Oeste	4.390	6,1%
Nordeste	8.023	11,2%
Norte	1.233	1,7%
Total Geral	**71.620**	**100,0%**

Região	Residencial	Dezembro de 2023 %
Sudeste	174.077	75,1%
Sul	33.535	14,5%
Centro Oeste	12.688	5,5%
Nordeste	8.752	3,8%
Norte	2.672	1,1%
Total Geral	**231.724**	**100,0%**

(*) Não incluem os valores de RVNEs cedidos nos montantes líquidos de R$ (4.616) (R$ 2.103 em 31 e dezembro de 2023).

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	(1.795)	7.166
Sinistros - aumento de 50,0%	1.132	22.631

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666) , e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	**72.328**	**99.542**
(+/-) Ajustes contábeis	**(6.804)**	**(1.495)**
Despesas antecipadas	(834)	(1.220)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(5.970)	(275)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(2.398)**	**(919)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(2.398)	(919)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1	**(3.716)**	**(10.828)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(3.716)	(10.828)
PLA de nível 1	**59.410**	**86.300**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	2.225	17.919
PLA de nível 2	**2.225**	**17.919**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	3.716	10.828
PLA de nível 3	**3.716**	**10.828**
Excesso de Nível 2 (–)	–	–
Excesso de níveis 2 e 3	**–**	**–**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**65.351**	**115.047**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**24.775**	**72.201**
Capital de risco de subscrição	16.826	60.443
Capital de risco de mercado	6.030	8.845
Capital de risco de crédito	7.422	11.002
Capital de risco operacional	847	2.676
Benefício da correlação entre riscos	(6.350)	(10.765)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**24.775**	**72.201**
Suficiência de capital	**40.576**	**42.846**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	23.928	17.743
Depósitos bancários	2.611	18.146
	26.539	**35.889**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024 Nível 1	Nível 2	Total	Dezembro de 2023 Nível 1	Nível 2	Total
LFTs	30.035	–	30.035	55.670	–	55.670
Cotas de fundos de investimentos	5.968	–	5.968	14.162	–	14.162
LTNs	5.840	–	5.840	104.459	–	104.459
Debêntures	–	1.033	1.033	–	10.191	10.191
Ações de companhias abertas	962	–	962	5.555	–	5.555
NTNs - B	–	–	–	288	–	288
Outros	–	50	50	–	7.570	7.570
Total - circulante	**42.805**	**1.083**	**43.888**	**180.134**	**17.761**	**197.895**
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**29%**			**76%**
Total das aplicações			**150.383**			**259.473**

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024 Nível 1	Dezembro de 2023 Nível 1
Fundos exclusivos		
LTNs	59.246	–
NTNs - B	47.249	61.578
Total (*)	**106.495**	**61.578**
Não circulante	106.495	61.578
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**71%**	**24%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 102.498 (R$ 60.047 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**277.216**	**307.162**
Aplicações	134.980	214.362
Rendimentos	14.145	37.232
Resgates	(252.030)	(281.540)
Saldo final	**174.311**	**277.216**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTN	14,41	11,09
NTNs - B - IPCA	5,71	3,54
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,08	0,14

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024 Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Dezembro de 2023 Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
Patrimonial	19.523	(1.462)	18.061	71.240	(360)	70.880
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	19.533	**(1.470)**	**18.063**	**71.250**	**(368)**	**70.882**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2024 Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Dezembro de 2023 Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
A vencer	17.597	–	17.597	66.700	–	66.700
Vencidos até 30 dias	370	–	370	1.374	–	1.374
Vencidos 31 a 60 dias	52	–	52	159	–	159
Vencidos 61 a 90 dias	–	–	–	1	–	(1)
Vencidos 91 a 120 dias	–	–	–	94	(58)	36
Vencidos 121 a 180 dias	–	–	–	1.410	(2)	1.408
Vencidos 181 a 365 dias	2	(1)	1	103	(1)	102
Vencidos acima de 365 dias	1.512	(1.469)	43	1.409	(307)	1.102
Total	**19.533**	**(1.470)**	**18.063**	**71.250**	**(368)**	**70.882**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**70.882**	**224.423**
Prêmios emitidos	94.862	286.089
Adicional de fracionamento	16.489	46.754
IOF	1.386	22.796
Redução ao valor recuperável	1.102	7
Prêmios cancelados	(25.878)	(51.636)
Recebimentos	(140.780)	(457.551)
Saldo final	**18.063**	**70.882**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**(368)**	**(375)**
Reversões	53	110
Provisões constituídas	(1.155)	(103)
Saldo final	**(1.470)**	**(368)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	1 a 5	5,8%	15,9%
Patrimonial	6 a 11	0,4%	1,1%
	12	93,9%	83,0%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ	14.453	12.608
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	9.686	11.104
CSLL	9.149	8.888
INSS	1.843	1.758
PIS e COFINS	–	1
	35.131	**34.359**
Circulante	25.445	23.255
Não circulante	9.686	11.104

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	7.856	19	(2.082)	5.793
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.781	821	(990)	1.612
Provisão de participação de lucros	200	260	(331)	129
Provisão para obrigações legais	185	13	(1)	197
Provisão para riscos de créditos	18	368	(94)	292
Outras provisões	1.064	695	(96)	1.663
	11.104	**2.176**	**(3.594)**	**9.686**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	6.924	994	373	43	39	1.313	**9.686**

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	3.142	5	(830)	2.317
Outros	2.000	–	–	2.000
	5.142	**5**	**(830)**	**4.317**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	19.871	102.935
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(7.948)	(41.174)
Inovação tecnológica	–	30
Doações/ incentivos	203	552
Participação nos lucros - administradores	(131)	–
Outros	7	(64)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**79**	**518**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(7.869)**	**(40.656)**
Taxa efetiva (D/-A)	**39,6%**	**39,5%**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 referem-se integralmente ao ramo patrimonial. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**22.938**	**71.941**
Constituição	19.831	67.039
Apropriação para despesa	(37.093)	(116.042)
Saldo final	**5.676**	**22.938**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Sinistros	11.560	12.699
Cíveis	1.121	1.405
Trabalhistas	94	142
	12.775	**14.246**

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão de "profit sharing"	8.424	27.768
Transações com partes relacionadas (*)	2.079	3.611
Provisão de benefícios a empregados	1.202	181
Fornecedores	395	1.627
Participação nos lucros	387	484
	12.487	**33.671**
Circulante	11.285	33.490
Não circulante	1.202	181

(*) Vide nota explicativa nº 26 (a).

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IOF	1.386	5.070
IRRF	92	181
INSS e FGTS	42	–
ISS	34	–
Outros	23	419
	1.577	**5.670**

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Dezembro de 2024 Prêmios e emolumentos recebidos	Dezembro de 2023 Prêmios e emolumentos recebidos
Vencidos 1 a 60 dias	–	141
Vencidos 61 a 365 dias	382	–
Vencidos acima de 365 dias	125	–
	507	**141**

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:11:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	120.921	120.921	160.991	160.991
Provisão de prêmios não ganhos	19.191	19.191	78.667	78.664
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.677	3.677	7.964	7.964
Demais provisões	3.768	3.768	5.212	5.212
	147.557	147.557	252.834	252.831
Circulante	58.284		157.103	
Não circulante	89.273		95.731	

16.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	456.928	496
Constituições decorrentes de prêmios	288.192	565
Diferimento pelo risco decorrido	(458.028)	(1.058)
Aviso de sinistros	68.416	–
Pagamento de sinistros	(115.858)	–
Atualização monetária e juros	13.184	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	252.834	3
Constituições decorrentes de prêmios	67.004	50
Diferimento pelo risco decorrido	(126.479)	(53)
Aviso de sinistros	32.869	–
Pagamento de sinistros	(77.385)	–
Atualização monetária e juros	(1.286)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147.557	–

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A)	147.557	252.834
Direitos creditórios (i)	15.722	61.788
Custos de aquisição diferidos pagos	933	4.363
Outros	2.610	2.580
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	19.265	68.731
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	128.292	184.103
Cotas de fundos de investimento	148.087	271.846
Garantias das provisões técnicas (D)	148.087	271.846
Excedente (D - C)	19.795	87.743

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

								Dezembro		
Administrativo - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.273	1.407	756	348	202	81	81	87	75	20
Dois anos mais tarde	1.326	1.447	763	355	204	84	84	89	81	–
Três anos mais tarde	1.328	1.449	764	356	205	84	84	91	–	–
Quatro anos mais tarde	1.329	1.450	765	357	204	84	84	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.329	1.451	765	357	204	85	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.329	1.451	766	357	205	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.329	1.451	766	358	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.329	1.451	767	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.330	1.452	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.330	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**1.330**	**1.452**	**767**	**358**	**205**	**85**	**84**	**91**	**81**	**20**

									Dezembro		
Administrativo - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.155	1.291	711	297	195	77	78	83	73	18	
Dois anos mais tarde	1.323	1.453	765	356	204	84	84	89	80	–	
Três anos mais tarde	1.329	1.455	766	358	204	84	84	90	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.329	1.456	767	358	204	84	84	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.330	1.456	767	359	204	84	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.330	1.457	768	359	205	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.330	1.457	768	357	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.330	1.457	766	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.331	1.452	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.330	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	**1.330**	**1.452**	**766**	**357**	**205**	**84**	**84**	**90**	**80**	**18**	**4.465**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	–	–	–	–	–	–	–	**1**	**1**	**1**	**3**
										PSL anos anteriores	–
										Provisão de sinistros	3

								Dezembro		
Judicial - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros avisados até a data-base	17	14	14	17	18	8	10	4	3	10
Dois anos mais tarde	26	22	23	20	20	11	12	6	9	–
Três anos mais tarde	31	29	25	26	24	11	12	9	–	–
Quatro anos mais tarde	38	32	27	28	26	11	13	–	–	–
Cinco anos mais tarde	40	32	30	30	23	13	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	43	34	30	33	26	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	47	35	30	35	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	48	35	34	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	50	37	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	51	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**51**	**37**	**34**	**35**	**26**	**13**	**13**	**9**	**9**	**10**

									Dezembro		
Judicial - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	6	5	3	4	5	3	2	3	–	–	
Dois anos mais tarde	11	12	11	9	10	4	5	4	1	–	
Três anos mais tarde	17	16	14	11	11	7	5	4	–	–	
Quatro anos mais tarde	21	19	18	17	13	7	8	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	27	21	22	17	13	9	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	31	23	23	18	17	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	34	24	23	23	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	36	25	26	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	37	27	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	38	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	**38**	**27**	**26**	**23**	**17**	**9**	**8**	**4**	**1**	–	**153**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**13**	**10**	**8**	**12**	**9**	**5**	**5**	5	8	10	**85**
										PSL anos anteriores	**36**
										Provisão de sinistros	**121**

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	123.988	129.802
Pagamentos no período	(43.684)	(30.564)
Novas constituições no período	626	61.181
Baixas da provisão por êxito	(2.916)	(26.374)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	20.460	(15.132)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	(1.144)	5.075
Saldo final	97.330	123.988
Quantidade de processos	2.768	2.119

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	2.839	2.679
Trabalhistas	1.191	1.775
Fiscais	556	506
	4.586	4.960

17.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	506	1.775	2.679	4.960
Constituições	22	1.547	1.197	2.766
Êxito/reversões	(3)	(2.221)	(920)	(3.144)
Pagamentos	–	–	(350)	(350)
Atualização monetária	31	90	233	354
Saldo em 31 de dezembro de 2024	556	1.191	2.839	4.586
Quantidade de processos	2	3	39	44

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	90.602	92.728
Cíveis	11.072	11.219
Trabalhistas	1.671	1.671
	103.345	105.618

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 72.500 (R$ 49.526 de possível impacto no lucro líquido).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 57.500, dividido em 60.160.116 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu constituição de reserva legal, pois o saldo constituído em 31 de dezembro de 2023, de R$ 11.500, está no limite de 20% do capital social conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 351 (R$ 27.349 em 31 de dezembro de 2023).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de fevereiro de 2024 a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R$ 27.000. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	12.002	62.279
(–) Reserva legal - 5% (i)	–	–
Lucro básico para determinação do dividendo	12.002	62.279
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.000	14.611
Dividendos complementares	9.000	35.000
Total de dividendos	12.000	35.000
Total por ação (R$)	0,1995	0,5818
Quantidade de ações	60.160	60.160

(i) Para o exercício de 31 de dezembro de 2024 a reserva legal não foi constituída devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

19. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

				Dezembro de 2024
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Compreensivo residencial	67.004	126.479	35,2%	31,6%
	67.004	126.479	35,2%	31,6%

				Dezembro de 2023
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Compreensivo residencial	229.621	399.458	36,5%	33,3%
	229.621	399.458	36,5%	33,3%

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	59.475	59.472	169.837	169.344
	59.475	59.472	169.837	169.344

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Salvados e ressarcimentos	7.313	10.252
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	5.701	4.852
Sinistros avisados - judicial	(18.170)	1.361
Sinistros avisados - administrativo	(12.637)	(58.476)
Assistências	(18.921)	(94.532)
Outras despesas com sinistros	(7.763)	(9.222)
	(44.477)	(145.765)

22. CUSTO DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Comissões sobre prêmios retidos	(20.353)	(67.898)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(17.262)	(49.004)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(2.345)	(15.938)
	(39.960)	(132.840)

Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cobrança	(1.427)	(4.419)
Contingências	(1.373)	(665)
Provisão para risco de crédito	(1.176)	(307)
Administração de apólices e contratos	–	(147)
Benefícios e cortesias para clientes	(421)	(3.272)
Outras	(771)	(69)
	(5.168)	(8.879)

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:11:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas compartilhadas	(25.353)	(41.802)
Serviços de terceiros	(6.531)	(4.919)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(2.849)	(2.704)
Localização e funcionamento	(1.768)	(2.457)
Outras	(466)	(2.942)
Total	**(36.967)**	**(54.824)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 26.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	17.245	39.521
Adicional de fracionamento de prêmios	16.489	46.754
Variações monetárias dos depósitos judiciais	460	712
Outras	321	806
Total de receitas financeiras	**34.515**	**87.793**
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.100)	(2.288)
Operações de seguros (*)	(2.997)	(17.986)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(30)	(34)
Outras	(405)	(846)
Total de despesas financeiras	**(6.532)**	**(21.154)**
Resultado financeiro	**27.983**	**66.639**

(*) Anualmente a Companhia revisa os fatores de provisão aplicados nos processos ativos. Em 2024 essa revisão reduziu o percentual aplicado, impactando nas despesas financeiras do exercício.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia.

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde

(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Porto Gestora e Porto Asset Management

(iv) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF S.A..

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Atendimento	88	153	–	–
Azul Seguros	1	1	–	–
Porto Cia	–	–	2.079	3.611
	89	**154**	**2.079**	**3.611**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Demonstração do resultado				
Porto Atendimento	1.181	1.817	–	–
Azul Seguros	8	38	–	–
Porto Assistência				
Participações	–	–	(3.893)	(65.493)
Porto Cia	–	–	(26.470)	(41.020)
Itaú Unibanco	–	–	–	–
Porto Saúde	–	–	(690)	(637)
CDF (i)	–	–	(13.201)	–
Porto Asset Management	–	–	(64)	(309)
Porto Gestora	–	–	(514)	–
Mobitech	–	–	–	(16)
	1.189	**1.855**	**(44.832)**	**(107.475)**

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024, respectivamente.

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	12.002	62.279
Média ponderada do número de ações durante o exercício	60.160	60.160
Resultado por ação básico e diluído	0,1995	1,0352

28. OUTRAS INFORMAÇÕES COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria aprovou estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de fevereiro de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Residência

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.8 e 16, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 147.557 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:12:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 08.816.067/0001-00

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

EY Shape the future with confidence

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:12:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 441,8 milhões, com redução de R$ 29,7 milhões, 7,2% em relação ao mesmo exercício anterior.

• Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 36,9 milhões, com uma redução de R$ 0,1 milhão, 0,3% em relação ao exercício anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 45,4 milhões, com redução de R$ 66,0 milhões em relação ao exercício anterior.

• Resultado por ação

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ (15,1) milhões, uma redução de R$ 47,0 milhões, 147,3% comparado ao mesmo exercício anterior. O resultado por ação foi de R$ (0,78) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R$ 2,19 no mesmo exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governamental (ASG)

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
1.1: Temas materiais associados:
   - Desenvolvimento das Comunidades Locais
   - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
   - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
2.1: Temas materiais associados:
   - Descarbonização e emissões de GEE
   - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
3.1: Temas materiais associados:
   - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
   - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
   - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
4.1: Temas materiais associados:
   - Comportamento ético, integridade e compliance
   - Gestão da cadeia de valor
   - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
   - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e Way Carbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas- Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altistas.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**4.753.159**	**4.569.608**
Disponível		4.554	5.712
Caixa e bancos	7	4.554	5.712
Equivalentes de caixa	7	749.017	220.321
Aplicações financeiras	8	3.945.810	4.292.472
Créditos das operações com seguros e resseguros		28.537	18.297
Prêmios a receber	9.1	28.537	17.857
Operações com resseguradoras		–	440
Créditos das operações com previdência complementar		4.675	2.852
Valores a receber		4.675	2.852
Outros créditos operacionais		5.564	7.110
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.891	1.352
Títulos e créditos a receber		8.886	15.220
Títulos e créditos a receber		8.733	15.079
Créditos tributários e previdenciários	10	147	139
Outros créditos		6	2
Despesas antecipadas		3	2
Custos de aquisição diferidos	11	4.222	6.270
Seguros		3.504	4.285
Previdência		718	1.985
Não circulante		**1.480.886**	**1.441.289**
Realizável a longo prazo		1.480.886	1.441.289
Aplicações financeiras	8	1.332.074	1.319.184
Títulos e créditos a receber		139.710	120.519
Créditos tributários e previdenciários	10	124.662	106.218
Depósitos judiciais e fiscais	12	15.048	14.301
Custos de aquisição diferidos	11	9.102	1.586
Seguros		7.212	1.117
Previdência		1.890	469
Total do ativo		**6.234.045**	**6.010.897**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**1.282.569**	**1.321.378**
Contas a pagar		14.827	9.706
Obrigações a pagar		3.163	3.618
Impostos e encargos sociais a recolher		9.810	3.731
Encargos trabalhistas		597	518
Impostos e contribuições		265	443
Outras contas a pagar		992	1.396
Débitos das operações com seguros e resseguros		6.314	4.310
Prêmios a restituir		13	–
Operações com resseguradoras		1.622	1.145
Corretores de seguros e resseguros		4.679	3.165
Depósitos de terceiros		1.191	1.109
Provisões técnicas - seguros	13	630.599	680.504
Danos		69	69
Pessoas		3.470	2.042
Vida individual		15.977	13.777
Vida com cobertura por sobrevivência		611.083	664.616
Provisões técnicas - previdência complementar	14	629.638	625.749
Planos não bloqueados		220.768	187.120
PGBL/PRGP		408.870	438.629
Não circulante		**4.555.812**	**4.341.068**
Contas a pagar		2.579	33.571
Obrigações a pagar		457	395
Tributos diferidos	10.1.3	2.122	33.176
Provisões técnicas - seguros	13	2.094.886	1.900.145
Vida individual		32.887	29.044
Vida com cobertura por sobrevivência		2.061.999	1.871.101
Outros débitos	15	12.127	11.709
Provisões judiciais		12.127	11.709
Provisões técnicas - previdência complementar	14	2.446.220	2.395.643
Planos não bloqueados		908.259	885.174
Patrimônio líquido	**16**	**395.664**	**348.451**
Capital social		366.308	366.308
Aumento de capital - em aprovação		99.500	–
Reservas de lucros		362	297
Ajustes de avaliação patrimonial		(24.171)	13.082
Prejuízos acumulados		(46.335)	(31.236)
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.234.045**	**6.010.897**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Rendas de contribuições e prêmios	17	441.754	412.008
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(440.921)	(411.096)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**833**	**912**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	18	**53.078**	**51.564**
Variação de outras provisões técnicas		**(2.891)**	**18.845**
Benefícios retidos		**(3.025)**	**(4.790)**
Custos de aquisição		**(5.908)**	**(5.241)**
Prêmios emitidos		35.427	18.745
Contribuições para cobertura de riscos		14.252	15.023
Variações das provisões técnicas de prêmios		500	224
Prêmios ganhos	19	**50.179**	**33.992**
Sinistros ocorridos	20	**(3.989)**	**(862)**
Custos de aquisição		**(16.664)**	**(12.175)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(3.445)**	**(1.421)**
Resultado com operações de resseguro (–) VGBL		**2.541**	**(2.982)**
Receita com resseguro		5.570	1.067
Despesas com resseguro		(3.029)	(4.049)
Resultado com operações de resseguro VGBL		**–**	**(262)**
Despesas com resseguro		–	(262)
Despesas administrativas	21	**(36.896)**	**(37.007)**
Despesas com tributos		**(12.809)**	**(7.689)**
Resultado financeiro	22	**(45.440)**	**20.584**
Resultado operacional		**(24.436)**	**53.468**
Resultado antes dos impostos e participações		**(24.436)**	**53.468**
Imposto de renda	10.2	6.654	(12.610)
Contribuição social	10.2	3.993	(7.922)
Participações sobre o resultado		**(1.310)**	**(1.038)**
Resultado do exercício		**(15.099)**	**31.898**
Quantidade de ações		19.343	14.568
Resultado por ação básico e diluído	24	(0,7806)	2,1896

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**359.578**	**19.000**	**4.543**	**137**	**935**	**(70.517)**	**313.676**
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.314		19.000	(19.000)	–	–	–	–	–
AGE de 30 maio de 2023		–	(12.270)	–	–	–	–	(12.270)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.659		(12.270)	12.270	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(7.383)	–	–	7.383	–
Outros		–	–	2.840	–	–	–	2.840
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	316	–	–	316
Ações outorgadas		–	–	–	(156)	–	–	(156)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	12.147	–	12.147
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	31.898	31.898
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**366.308**	**–**	**–**	**297**	**13.082**	**(31.236)**	**348.451**
Aumento de capital - AGE de 31 de dezembro de 2024		–	99.500	–	–	–	–	99.500
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	342	–	–	342
Ações outorgadas		–	–	–	(277)	–	–	(277)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(37.253)	–	(37.253)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	(15.099)	(15.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**366.308**	**99.500**	**–**	**362**	**(24.171)**	**(46.335)**	**395.664**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**(15.099)**	**31.898**
Outros resultados abrangentes	**(37.253)**	**12.147**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(41.330)	20.330
Efeitos tributários	16.532	(8.132)
Ajustes patrimoniais - provisão complementar de cobertura	–	(85)
Efeitos tributários	–	34
Ajustes acumulados de conversão/outros	(12.440)	–
Ganhos e perdas atuariais	(25)	–
Efeitos tributários	10	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**(52.352)**	**44.045**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:12:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(15.099)	31.898
Ajustes para:		
Depreciação	–	112
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	11	154
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	198.683	275.297
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	333.772	(603.797)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(10.247)	(10.174)
Créditos das operações com previdência complementar	(1.827)	(445)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(539)	459
Créditos tributários e previdenciários	(7)	1.503
Ativo fiscal diferido	(18.445)	6.431
Depósitos judiciais e fiscais	(747)	(894)
Despesas antecipadas	(1)	5
Custos de aquisição diferidos	(5.468)	(3.191)
Outros ativos	7.888	(3.995)
Impostos e contribuições	(178)	442
Outras contas a pagar	(25.693)	4.681
Débitos das operações com seguros e resseguros	2.004	1.178
Depósitos de terceiros	82	576
Provisões judiciais	418	574
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	619	1.737
Outros passivos	(37.188)	2.877
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**428.038**	**(294.572)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	–	12.270
Caixa líquido consumido nas atividades investimento	**–**	**12.270**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	99.500	–
Caixa líquido gerado nas atividades financiamento	**99.500**	**–**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**527.538**	**(282.302)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	226.033	508.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	753.571	226.033

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 3° andar, Lado A, Campos Elíseos, São Paulo - SP, e tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreend. Participações S.A.	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Jaime Brasil Garfinkel	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados as provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);

(ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e

(iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	**Nova classificação - CPC 48** vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.2 e 3.7.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(iii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES/TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 CONTRATOS DE SEGURO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.7 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.7.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:12:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

3.7.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com o valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.5).

Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 10,4%, e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 6,0%.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o resultado do TAP apresentou necessidade de constituição de PCC no montante de R$ 78.899 (R$ 44.169 em 31 de dezembro de 2023) após aplicada a compensação parcial dentro das segregações definidas na política contábil da Companhia e no artigo 43, §3º da Circular SUSEP nº 648/2021, e este valor foi reconhecido como despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Grupo de Contratos	Previdência	Tradicional	Dotal	Riscos	Dezembro de 2024 PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	–	–	–	5.625.295	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	12.264	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Registrados	255.104	(7.414)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Não Registrados	60.765	(3.921)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC BD	–	–	157	29.868	–
PMBC	–	(58.000)	–	(20.899)	(78.899)

Grupo de Contratos	Previdência	Tradicional	Dotal	Riscos	Dezembro de 2023 PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	–	–	–	3.048.175	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	6.686	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Registrados	368.128	(26.443)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Não Registrados	64.853	(2.662)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC BD	–	–	(81)	19.544	–
PMBC	–	(69.989)	–	(29.955)	(99.944)

Em dezembro 2023 a PCC efetivamente contabilizada foi de R$ 44.169, devido à compensação com a mais-valia apurada nos ativos financeiros, conforme previsto pela circular SUSEP 648/2021.

3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina a determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.10.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1(b).

3.10.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) das provisões e contingências para processos judiciais;
(v) da provisão para risco de créditos ("impairment");
(vi) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 78,8% (64,5% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	982.119	6.314	649.149	–
Fluxo de 1 a 30 dias	776.530	57.471	261.442	66.913
Fluxo de 2 a 6 meses	195.700	402.980	163.690	423.442
Fluxo de 7 a 12 meses	254.228	389.039	307.416	393.089
Fluxo acima de 1 ano	4.973.413	7.577.372	4.893.544	6.660.043
Total	**7.181.990**	**8.433.176**	**6.275.241**	**7.543.487**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM)	39,0%	49,0%
Prefixados	29,3%	35,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	28,1%	13,4%
Ações	2,0%	3,0%
Outros	1,6%	(0,6)%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(37.437)
	+ 25 b.p.	(19.815)
	+ 10 b.p.	(8.189)
	- 10 b.p.	8.189
	- 25 b.p.	19.815
	- 50 b.p.	37.437
Índices de preços	+ 50 b.p.	(424.551)
	+ 25 b.p.	(241.090)
	+ 10 b.p.	(104.833)
	- 10 b.p.	104.833
	- 25 b.p.	241.090
	- 50 b.p.	424.551
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(8.017)
	+ 25 b.p.	(6.791)
	+ 10 b.p.	(5.433)
	- 10 b.p.	5.433
	- 25 b.p.	6.791
	- 50 b.p.	8.017

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:13:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.7.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes,atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 3.328 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2024, de R$ 722.379, apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	12.695.306	10.894.540
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(80.674)	(90.200)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666), e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	**395.664**	**348.451**
(+/–) Ajustes contábeis	**(123.015)**	**(107.960)**
Despesas antecipadas	(3)	(2)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (–)	(111.505)	(101.139)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(11.507)	(6.819)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(77.302)**	**–**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(77.302)	33.465
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (–)	–	(33.465)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(13.157)**	**(5.079)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(13.157)	(5.079)
PLA de nível 1	**182.190**	**235.412**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	51.331	97.482
PLA de nível 2	**51.331**	**97.482**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	13.157	5.079
PLA de nível 3	**13.157**	**5.079**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**246.678**	**337.973**
Capital-base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**230.521**	**207.764**
Capital de risco de subscrição	152.106	147.637
Capital de risco de mercado	130.968	104.704
Capital de risco de crédito	3.498	4.095
Capital de risco operacional	4.639	4.480
Benefício da correlação entre riscos	(60.690)	(53.152)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**230.521**	**207.764**
Suficiência de capital	**16.157**	**130.209**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	749.017	220.321
Depósitos bancários	4.554	5.712
	753.571	226.033

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	22.505	–	22.505	22.771	–	22.771
	22.505	–	22.505	22.771	–	22.771
Fundos exclusivos						
LFTs	1.426.545	–	1.426.545	621.588	–	621.588
NTNs - B	734.400	–	734.400	1.246.089	–	1.246.089
Cotas de fundos de investimento	696.886	–	696.886	543.160	–	543.160
Letras Financeiras - privadas	–	446.323	446.323	–	535.599	535.599
Debêntures	–	433.627	433.627	–	650.239	650.239
Ações de companhias abertas	109.806	–	109.806	139.885	–	139.885
CDBs	–	65.020	65.020	–	83.677	83.677
Nota Comercial	–	10.698	10.698	–	18.491	18.491
LTNs	–	–	–	430.973	–	430.973
	2.967.637	955.668	3.923.305	2.981.695	1.288.006	4.269.701
Total - circulante	2.990.142	955.668	3.945.810	3.004.466	1.288.006	4.292.472
% das aplicações classificadas nesta categoria:			75%			76%
Total das aplicações			5.277.884			5.611.656

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2024 Nível 1	Dezembro de 2023 Nível 1
Carteira própria		
NTN - B	165.332	197.744
Total - não circulante	**165.332**	**197.744**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**3%**	**4%**
Total das aplicações	**5.277.884**	**5.611.656**

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos		
NTN - B	988.066	562.743
NTN - C	178.676	558.697
Total - não circulante	**1.166.742**	**1.121.440**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**22%**	**20%**
Total das aplicações	**5.277.884**	**5.611.656**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.026.100 (R$ 1.180.971 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**5.831.977**	**5.508.788**
Aplicações	1.160.912	1.154.275
Resgates	(1.228.892)	(1.434.285)
Rendimentos	304.234	582.869
Ajuste a valor de mercado	(41.330)	20.330
Saldo final	**6.026.901**	**5.831.977**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,12	11,62
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM	6,26	6,27
NTNs B - IPCA	6,43	5,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,13
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	6,44	6,44

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Pessoas	28.580	(43)	28.537	17.893	(36)	17.857
	28.580	**(43)**	**28.537**	**17.893**	**(36)**	**17.857**
Circulante			28.537			17.857

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	28.222	(1)	28.221	17.569	–	17.569
Vencidos até 30 dias	148	(1)	147	159	–	159
Vencidos 31 a 60 dias	81	(1)	80	53	–	53
Vencidos 61 a 90 dias	54	(1)	53	39	–	39
Vencidos 91 a 120 dias	20	(2)	18	16	–	16
Vencidos 121 a 180 dias	4	(1)	3	8	(2)	6
Vencidos 181 a 365 dias	4	(2)	2	11	(6)	5
Vencidos acima de 365 dias	47	(34)	13	38	(28)	10
	28.580	**(43)**	**28.537**	**17.893**	**(36)**	**17.857**

9.1.2 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**(36)**	**(115)**
Provisões constituídas	(46)	(53)
Reversões e baixas	39	132
Saldo final	**(43)**	**(36)**

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	124.662	106.218
INSS	147	139
	124.809	**106.357**
Circulante	147	139
Não circulante	124.662	106.218

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	101.139	96.974	(86.607)	111.506
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	4	11	(10)	5
Provisão para obrigações legais	4.066	1.226	(890)	4.402
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	9.406	(1.619)	7.787
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	130	130	(232)	28
Provisão de participação de lucros	439	602	(581)	460
Outras provisões	440	40	(6)	474
	106.218	**108.389**	**(89.945)**	**124.662**

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou prováveis lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	4.944	5.059	7.016	10.284	14.842	82.517	124.662

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	8.745	2.820	(11.565)	–
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores (*)	24.413	–	(22.310)	2.103
Outros	18	1	–	19
	33.176	**2.821**	**(33.875)**	**2.122**

(*) Refere-se às variações da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, decorrente das alterações advindas da Circular SUSEP nº 678/2022, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024. Vide nota explicativa nº 2.5.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 80423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:13:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	(25.746)	52.430
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**10.298**	**(20.972)**
Depósitos judiciais	302	–
Doações/incentivos	–	248
Outros	47	515
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**349**	**440**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**10.647**	**(20.532)**
Taxa efetiva (D/-A)	**41,4%**	**39,2%**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoas	13.324	7.856
	13.324	7.856
Circulante	4.222	6.270
Não circulante	9.102	1.586

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 68 meses para os produtos de sobrevivência e 25 meses para os produtos de riscos.

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Constituição	Amortização	Dezembro de 2024
Comissões seguros	5.447	23.841	(18.572)	10.716
Comissões previdência	2.409	3.387	(3.188)	2.608
	7.856	27.228	(21.760)	13.324

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS (i)	8.154	7.784
CSLL	5.274	4.962
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	1.620	1.555
	15.048	14.301

(i) Vide nota explicativa nº 15.1 (a).

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	2.708.698	2.708.698	2.572.694	2.572.694
Sinistros e benefícios a liquidar	1.956	1.956	2.239	2.239
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.357	1.357	633	633
Provisão complementar de cobertura	671	671	380	380
Provisão de excedente financeiro	19	19	590	590
Outras provisões	12.784	12.784	4.113	4.071
	2.725.485	2.725.485	2.580.649	2.580.607
Circulante	630.599		680.504	
Não circulante	2.094.886		1.900.145	

13.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**2.580.649**	**2.339.962**
Constituições decorrentes de prêmios	350.044	303.742
Atualização monetária e juros	122.926	285.261
Aviso de sinistros	4.924	2.714
Reversão/constituição de provisão complementar	220	(71)
Pagamento de sinistros	(4.779)	(5.235)
Resgates	(265.581)	(273.751)
Portabilidades líquidas	(18.764)	(50.322)
Diferimento pelo risco decorrido	(47.995)	(24.544)
Outras (constituição/reversão)	3.841	2.893
Saldo final	**2.725.485**	**2.580.649**

13.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**2.413**	**1.936**
Novas constituições no período	–	584
Baixas por pagamentos	(937)	–
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros	324	326
Baixa da provisão por êxito	–	(433)
Saldo final	**1.800**	**2.413**
Quantidade de processos	6	8

13.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros (seguros e previdência) da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

								Dezembro		
Administrativo - avisados	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Montante de sinistros avisados até a data-base	2	3	4	4	4	4	4	3	4	3
Dois anos mais tarde	2	3	4	4	3	5	4	3	6	–
Três anos mais tarde	2	3	4	4	3	5	4	4	–	–
Quatro anos mais tarde	2	3	4	4	3	5	4	–	–	–
Cinco anos mais tarde	2	3	4	4	3	5	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	2	3	4	4	3	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	2	3	4	4	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	2	3	4	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	2	3	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**2**	**3**	**4**	**4**	**3**	**5**	**4**	**4**	**6**	**3**

									Dezembro		
Administrativo - pagos	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2	3	3	4	4	3	4	2	3	–	
Dois anos mais tarde	3	4	4	4	4	4	5	3	6	–	
Três anos mais tarde	3	4	4	4	4	4	5	3	–	–	
Quatro anos mais tarde	3	4	4	4	4	4	4	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3	4	4	4	4	5	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3	4	4	4	3	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3	4	4	4	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3	4	4	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3	3	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**2**	**3**	**4**	**4**	**3**	**–**	**4**	**3**	**6**	**–**	**34**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**–**	**3**	**4**
									PSL anos anteriores		**–**
									Provisão de sinistros		**4**

								Dezembro		
Judicial - avisados	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Montante de sinistros avisados até a data-base	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–
Dois anos mais tarde	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–
Três anos mais tarde	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–
Quatro anos mais tarde	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**–**	**–**	**1**	**–**	**–**

									Dezembro		
Judicial - pagos	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dois anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Três anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Quatro anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**–**	**–**	**1**	**1**	**1**	**2**
									PSL anos anteriores		**–**
									Provisão de sinistros		**2**

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.944.752	1.944.186
PMBC e PMBaC - previdência	1.025.091	1.021.667
Provisão complementar de cobertura (*)	78.228	43.789
Sinistros e benefícios a liquidar	2.265	2.481
Provisão de despesas relacionadas	1.826	2.191
Provisão de excedente financeiro	845	3.095
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	781	833
Outras Provisões	22.070	3.150
	3.075.858	3.021.392
Circulante	629.638	625.749
Não circulante	2.446.220	2.395.643

(*) Provisão constituída em atendimento às exigências da Circular SUSEP nº 678/2022, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

14.1 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**3.021.392**	**2.985.045**
Atualização monetária e juros	213.791	259.898
Constituições	141.389	142.033
Constituição/ reversão de provisão complementar	34.439	(17.043)
Aviso de sinistros/benefícios	5.469	6.186
Resgates	(176.883)	(196.403)
Portabilidades líquidas	(88.552)	(84.186)
Pagamento de benefícios	(42.397)	(44.047)
Diferimento pelo risco decorrido	(29.428)	(17.638)
Outras (constituição/reversão)	(3.362)	(12.453)
	3.075.858	3.021.392

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A)	**5.801.343**	**5.602.041**
(–) Operações com resseguradoras	1.432	652
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.432**	**652**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**5.799.911**	**5.601.389**
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.628.370	4.527.474
Cotas de fundos de investimento	1.209.855	1.075.950
Títulos de renda fixa - públicos	165.331	197.745
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**6.003.556**	**5.801.169**
Excedente (D - C)	**203.645**	**199.780**

15. PROVISÕES JUDICIAIS

15.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	12.058	11.385
Cíveis	69	324
	12.127	11.709

(a) FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS (i)	9.148	8.751
Juros moratórios (ii)	862	1.807
Processos com adesão ao REFIS (iii)	2.048	827
	12.058	11.385

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) JUROS MORATÓRIOS

A Companhia questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Companhia.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

15.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.385**	**324**	**11.709**
Constituições	–	26	26
Êxito/reversões	–	(13)	(13)
Pagamentos	–	(302)	(302)
Atualização monetária	673	34	707
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12.058**	**69**	**12.127**
Quantidade de processos	12	1	13

15.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária e cível que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	67.080	71.985
Cíveis	1.358	1.142
	68.438	73.127

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil questionando a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 64.071(R$ 47.556 possível impacto no LL)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 465.808 divididos em 19.342.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 366.308 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 14.567.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Do montante citado acima, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R$ 99.500, mediante a emissão de 4.774.959 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, esse valor está registrado em aumento de capital em aprovação.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**299**	**137**
Diferimento do exercício	342	317
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(277)	(155)
Saldo final	**364**	**299**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**30,98**	**27,06**
		Quantidade
Saldo inicial	**12**	**6**
Diferimento do exercício	9	11
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(16)	(5)
Saldo final	**5**	**12**

17. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
VGBL e VRGP	314.616	284.998
PGBL	112.366	109.771
Tradicional	14.772	17.239
	441.754	412.008

18. RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa de gestão	52.913	51.141
Outras taxas	165	423
	53.078	51.564

19. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios diretos	35.427	18.745
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	14.252	15.023
Variações das provisões técnicas	500	224
	50.179	33.992

20. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas	(3.989)	7,9	(862)	2,5
	(3.989)	7,9	(862)	2,5

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:13:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas diversas	(21.211)	(25.388)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(8.081)	(7.772)
Localização e funcionamento	(5.451)	(1.349)
Serviços de terceiros	(1.682)	(1.492)
Publicações	(266)	(205)
Donativos e contribuições	(205)	(801)
	(36.896)	**(37.007)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 23.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Operações de PGBL e VGBL - fundos de investimentos	271.068	545.413
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	96.320	71.630
Juros de títulos disponíveis para a venda	19.948	16.926
Outras	2.086	1.205
Total de receitas financeiras	**389.422**	**635.174**
Atualização das provisões técnicas - previdência	(213.791)	(259.898)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(122.926)	(285.261)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(83.102)	(51.100)
Outras	(15.043)	(18.331)
Total de despesas financeiras	**(434.862)**	**(614.590)**
Resultado financeiro	**(45.440)**	**20.584**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.
As principais transações são:
(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;
(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar, Porto Asset Management e Porto Gestora;
(iv) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(v) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento.

	Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia	2.267	1.596
Porto Seguro S.A.	11	12
Portopar	–	102
	2.278	**1.710**

	Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(24.506)	(25.759)
Porto Saúde	(966)	(827)
Porto Gestora	(668)	–
Portopar	(636)	(1.277)
Porto Atendimento	(557)	(16)
Porto Asset Management	(374)	(1.439)
Porto Seguro S.A.	(164)	(155)
Porto Capitalização	–	(38)
	(27.871)	**(29.511)**

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.
A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(15.099)	31.898
Média ponderada do número de ações durante o exercício	19.343	14.568
Resultado por ação básico e diluído	(0,7806)	2,1896

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria aprovou estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de fevereiro de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Vida

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

JAIME SOARES BATISTA
Diretor

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Previdência

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRAÚLIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$ 2.725.485 mil e R$ 3.075.858 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Shape the future with confidence

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:13:55 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 58.768.284/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Porto Seguro

Imprevistos fazem parte do negócio.

Seguro faz parte da empresa.

Soluções com coberturas para todos os tipos de segmentos.

Transportes
Empresa
Eventos
Resp. Civil
Agronegócio
Auto Frota
Vida Empresarial
Condomínio
Máquinas e Equipamentos

Cote agora e fale com seu Corretor.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:14:10 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:14:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Capitalização S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Receita com títulos de capitalização

A receita com títulos de capitalização totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em R$ 1.459,2 milhões, com aumento de R$ 242,5 milhões, 19,9% em relação ao mesmo exercício anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 71,7 milhões, com aumento de R$ 12,3 milhões, 20,8% em relação ao exercício anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas receitas com aplicações financeiras.

• Resultado por ação

O resultado totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R$ 36,6 milhões, com aumento de 5,6% em relação ao exercício anterior. O resultado por ação se manteve no mesmo patamar, comparado ao exercício anterior, sendo R$ 0,60 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 0,58 em 31 de dezembro de 2023.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social

1.1: Temas materiais associados:
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas

2. Estratégia Climática e Circularidade

2.1: Temas materiais associados:
- Descarbonização e emissões de GEE
- Gestão de Resíduos

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

3.1: Temas materiais associados:
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
- Investimentos Sustentáveis

4. Engajamento da Cadeia de Valor

4.1: Temas materiais associados:
- Comportamento ético, integridade e compliance
- Gestão da cadeia de valor
- Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
- Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo à transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões, alinhados com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrados em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil, a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

À Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**296.973**	**453.087**
Disponível		1.397	3.781
Caixa e bancos		1.397	3.781
Equivalentes de caixa	7	90.688	2.134
Aplicações financeiras	8	163.314	412.707
Outros créditos operacionais		685	559
Títulos e créditos a receber		20	5
Créditos tributários e previdenciários		20	5
Custos de aquisição diferidos	9	40.792	33.901
Capitalização		40.792	33.901
Despesas antecipadas		77	–
Não circulante		**1.864.026**	**1.286.376**
Realizável a longo prazo		1.864.026	1.286.376
Aplicações financeiras	8	1.831.925	1.269.324
Títulos e créditos a receber		24.000	9.640
Créditos tributários e previdenciários	10.1	23.978	9.623
Depósitos judiciais e fiscais		22	17
Custos de aquisição diferidos	9	8.101	7.412
Capitalização		8.101	7.412
Total do ativo		**2.160.999**	**1.739.463**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**1.457.466**	**1.217.472**
Contas a pagar		8.932	5.223
Obrigações a pagar		6.662	2.614
Impostos e encargos sociais a recolher		267	284
Encargos trabalhistas		78	77
Impostos e contribuições		1.885	2.117
Outras contas a pagar		40	131
Débitos das operações com capitalização		13.683	14.734
Agentes e correspondentes		2.078	715
Outros débitos operacionais		11.605	14.019
Depósitos de terceiros	12	504	272
Provisões técnicas - capitalização	11.1	1.434.347	1.197.243
Provisão para resgates		1.366.458	1.140.479
Provisão para sorteio		6.944	6.253
Provisão para receitas diferidas		60.945	50.511
Não circulante		**434.245**	**349.523**
Contas a pagar		39	36
Obrigações a pagar		29	26
Tributos diferidos		10	10
Provisões técnicas - capitalização	11.1	433.444	348.628
Provisão para resgates		422.613	338.764
Provisão para receitas diferidas		10.831	9.864
Outros débitos		762	859
Provisões judiciais	13.1	762	859
Patrimônio líquido	14	**269.288**	**172.468**
Capital social		160.000	160.000
Aumento de capital (em aprovação)		107.500	–
Ajustes de avaliação patrimonial		(35.404)	(13.827)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.160.999**	**1.739.463**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**125.000**	**35.000**	**62.649**	**(37.077)**	**–**	**185.572**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(56.000)	–	–	(56.000)
Aumento de capital:							
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.273		10.000	(10.000)	–	–	–	–
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.370		25.000	(25.000)	–	–	–	–
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	34	–	–	34
Ações outorgadas		–	–	(7)	–	–	(7)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	23.250	–	23.250
Resultado do exercício		–	–	–	–	34.619	34.619
Destinação do resultado:							
Reserva legal		–	–	1.731	–	(1.731)	–
Reservas estatutárias		–	–	17.888	–	(17.888)	–
Dividendos mínimos e complementares		–	–	–	–	(15.000)	(15.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**160.000**	**–**	**26.295**	**(13.827)**	**–**	**172.468**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(17.000)	–	–	(17.000)
Aumento de capital:	14 (a)						
AGE de 31 de outubro de 2024		–	5.000	–	–	–	5.000
AGE de 29 de novembro de 2024		–	37.500	–	–	–	37.500
AGE de 27 de dezembro de 2024		–	65.000	–	–	–	65.000
Reconhecimento pagamento em ações	14 (d)	–	–	52	–	–	52
Ações outorgadas	14 (d)	–	–	(36)	–	–	(36)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(21.577)	–	(21.577)
Resultado do exercício		–	–	–	–	36.565	36.565
Destinação do resultado:							
Reserva legal	14 b (i)	–	–	1.828	–	(1.828)	–
Reservas estatutárias	14 b (ii)	–	–	26.053	–	(26.053)	–
Dividendos mínimos e complementares	14 (c)	–	–	–	–	(8.684)	(8.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**160.000**	**107.500**	**37.192**	**(35.404)**	**–**	**269.288**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita com títulos de capitalização		**1.459.157**	**1.216.629**
Contribuição com títulos de capitalização		**1.459.157**	**1.216.629**
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	15	1.354.896	1.129.580
Contribuição - quotas de carregamento		104.261	87.049
Variação da provisão para receita diferida		**(11.400)**	**(10.119)**
Variação das provisões de resgates		**(1.352.488)**	**(1.126.422)**
Variação da provisão de sorteios		**(2.634)**	**(2.914)**
Custos de aquisição	16	**(63.895)**	**(50.754)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(4.368)**	**(4.257)**
Outras receitas operacionais		11	11
Outras despesas operacionais		(4.379)	(4.268)
Despesas administrativas		**(29.274)**	**(19.123)**
Pessoal próprio		(816)	(797)
Serviços de terceiros		(7.616)	(4.638)
Localização e funcionamento		(468)	(351)
Publicidade e propaganda		–	(19)
Publicações		(174)	(161)
Donativos e contribuições		(785)	(1.002)
Despesas administrativas diversas	17	(19.415)	(12.155)
Despesas com tributos		**(6.162)**	**(5.032)**
Resultado financeiro	18	**71.657**	**59.319**
Receitas financeiras		170.539	151.561
Despesas financeiras		(98.882)	(92.242)
Resultado operacional		**60.593**	**57.327**
Resultado antes dos impostos e participações		**60.593**	**57.327**
Imposto de renda	10.2	(14.688)	(13.847)
Contribuição social	10.2	(9.130)	(8.701)
Participações sobre o lucro		**(210)**	**(160)**
Resultado do exercício		**36.565**	**34.619**
Quantidade de ações		61.235	59.832
Resultado por ação básico e diluído	20	0,5971	0,5786

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**36.565**	**34.619**
Outros resultados abrangentes	**(21.577)**	**23.250**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(35.961)	38.774
Efeitos tributários	14.384	(15.510)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	–	(23)
Efeitos tributários	–	9
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**14.988**	**57.869**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:14:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	36.565	34.619
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(313.208)	(622.227)
Créditos tributários e previdenciários	(15)	13
Ativo fiscal diferido	(14.355)	15.374
Despesas antecipadas	(77)	35
Custos de aquisição diferidos	(7.580)	(8.517)
Impostos e contribuições	22.083	21.155
Outros ativos	(131)	(231)
Outras contas a pagar	2.893	301
Depósitos de terceiros	232	(1.981)
Provisões técnicas - capitalização	321.920	227.063
Provisões judiciais	(97)	187
Outros passivos	(24.245)	28.715
Caixa consumido pelas operações:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.315)	(20.872)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**1.670**	**(326.366)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(23.000)	(71.000)
Aumento de capital	107.500	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**84.500**	**(71.000)**
Aumento/ (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**86.170**	**(397.366)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.915	403.281
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	92.085	5.915

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar, em São Paulo - SP, e tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Capitalização S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	99,99%
Porto Seguro S.A.	0,01%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados as provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);

(ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e

(iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38	Nova classificação - CPC 48
vigente até 31/12/2023	vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos títulos e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas na nota explicativa nº 3.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

(b) Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

(c) Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

(d) Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

(e) Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para o diferimento da receita das cotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados, disponibilizados no site da SUSEP:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,8%
15414.901713/2019-16	PU	6,3%
15414.900181/2019-08	PU	20,1%
15414.902267/2019-67	PU	6,3%
15414.601011/2020-79	PU	8,8%
15414.601323/2020-82	PU	7,8%
15414.601325/2020-71	PU	5,9%
15414.601326/2020-16	PU	6,9%
15414.601327/2020-61	PU	7,0%
15414.606126/2020-50	PU	9,7%
15414.606128/2020-49	PU	7,8%
15414.612744/2020-39	PU	7,8%
15414.628604/2023-25	PU	6,4%
15414.628614/2023-61	PU	9,9%
15414.628612/2023-71	PU	6,1%
15414.628605/2023-70	PU	7,9%
15414.628613/2023-16	PU	8,0%

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:14:56 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

As receitas com títulos de capitalização estão registradas de forma segregada em receitas das cotas de capitalização e de sorteio das cotas de carregamento, tendo como fato gerador: (i) o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as cotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e (ii) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a cota de carregamento.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment"); e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação é composta por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 100,0% (99,7% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	92.085	5.231	5.945	–
Fluxo de 1 a 30 dias	133.593	193.905	290.513	50.637
Fluxo de 2 a 6 meses	–	557.723	447	456.202
Fluxo de 7 a 12 meses	38.913	702.972	37.142	549.138
Fluxo acima de 1 ano	2.059.499	542.126	1.417.830	588.634
	2.324.090	**2.001.957**	**1.751.877**	**1.644.611**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.
(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prefixados	92,4%	91,8%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	7,6%	7,7%
Inflação (IPCA/IGPM)	–	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(235.378)
	+ 25 b.p.	(125.001)
	+ 10 b.p.	(51.755)
	– 10 b.p.	51.755
	– 25 b.p.	125.001
	– 50 b.p.	235.378
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(954)
	+ 25 b.p.	(795)
	+ 10 b.p.	(636)
	– 10 b.p.	636
	– 25 b.p.	795
	– 50 b.p.	954

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666) , e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chaves ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	**269.288**	**172.468**
(+/–) Ajustes contábeis	**(62.185)**	**(41.313)**
Despesas antecipadas	(77)	–
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(13.215)	–
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(48.893)	(41.313)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(87.156)**	**(2.260)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(87.156)	(2.260)
(+/–) Ajustes do PLA de nível 1	**(10.763)**	**(9.623)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(10.763)	(9.623)
PLA de nível 1	**109.184**	**119.272**
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	3.097	2.496
PLA de nível 2	**3.097**	**2.496**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	10.763	9.623
PLA de nível 3	**10.763**	**9.623**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**123.044**	**131.391**
Capital base (I)	**10.800**	**10.800**
Capital de risco (II)	**71.756**	**71.821**
Capital de risco de subscrição	9.416	7.918
Capital de risco de crédito	1.049	1.019
Capital de risco de mercado	58.725	61.163
Capital de risco operacional	9.663	7.898
Benefício da correlação entre riscos	(7.097)	(6.177)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**71.756**	**71.821**
Suficiência de capital	**51.288**	**59.570**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	90.688	2.134
Depósitos bancários	1.397	3.781
	92.085	**5.915**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023		
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2	Total
LTNs	–	–	275.697	–	275.697
LFTs	163.314	163.314	131.548	–	131.548
Cotas de fundos de investimento	–	–	30	–	30
Debêntures	–	–	–	3.146	3.146
Letras financeiras - privadas	–	–	–	2.277	2.277
CDBs	–	–	–	9	9
Total - circulante	**163.314**	**163.314**	**407.275**	**5.432**	**412.707**
% das aplicações classificadas nesta categoria:		**8%**			**25%**
Total das aplicações		**1.995.239**			**1.682.031**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA) (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTNs - F	334.792	368.677
LTNs	69.232	71.912
Total - não circulante	**404.024**	**440.589**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**20%**	**26%**
Total das aplicações	**1.995.239**	**1.682.031**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 463.030 (R$ 463.634 em 31 de dezembro de 2023).

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:15:10 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos		
LTN	994.057	380.609
NTNs - F	433.844	439.983
NTNs - B	–	8.143
Total - não circulante	**1.427.901**	**828.735**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**72%**	**49%**
Total das aplicações	**1.995.239**	**1.682.031**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.282.641 (R$ 824.969 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1.684.165**	**1.461.986**
Aplicações	355.083	283.976
Resgates	(87.889)	(252.116)
Rendimentos	170.529	151.545
Ajuste a valor de mercado	(35.961)	38.774
Saldo final	**2.085.927**	**1.684.165**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,10	11,60
Fundos exclusivos		
NTNs F	7,98	7,98
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,15
LTN	11,42	–
NTNs - B	–	5,13
Carteira própria		
LTN	11,02	11,02
NTNs F	6,99	6,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.

9.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**41.313**	**32.796**
Constituição	71.280	59.212
Apropriação para despesa	(63.700)	(50.695)
Saldo final	**48.893**	**41.313**
Circulante	40.792	33.901
Não circulante	8.101	7.412

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	9.218	15.423	(1.039)	23.602
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	334	102	(149)	287
Provisão de participação de lucros	49	90	(74)	65
Provisão para obrigações legais	2	–	–	2
Outras provisões	20	2	–	22
	9.623	**15.617**	**(1.262)**	**23.978**

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em..	187	117	23.661	2	2	9	23.978

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	60.383	57.167
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(24.153)**	**(22.867)**
Doações/incentivos	519	633
Outros	(184)	(314)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**335**	**319**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(23.818)**	**(22.548)**
Taxa efetiva (D/-A)	**39,4%**	**39,4%**

11. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Capitalização PMC	Provisão para Resgate PR	Provisão para sorteios a realizar PSR	Provisão para sorteios a pagar PSP	Provisão de receita diferida PRD (*)	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**1.428.514**	**50.729**	**1.168**	**5.085**	**60.375**	**1.545.871**
Constituição de provisão	1.369.891	–	2.847	2.659	–	1.375.397
Atualização monetária e juros	96.521	611	178	10	–	97.320
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(1.894)	–	(1.894)
Pagamento de resgates	–	(1.140.000)	–	–	–	(1.140.000)
Títulos cancelados	(17.420)	–	–	–	–	(17.420)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	71.776	71.776
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(60.375)	(60.375)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.109)	–	–	(3.109)
Transferência PRA	(263.394)	263.631	–	–	–	237
Transferência PRV	(882.950)	882.950	–	–	–	–
Receita com penalidades	(12)	–	–	–	–	(12)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**1.731.150**	**57.921**	**1.084**	**5.860**	**71.776**	**1.867.791**
Circulante						1.434.347
Não circulante						433.444

	Provisão Matemática para Capitalização PMC	Provisão para Resgate PR	Provisão para sorteios a realizar PSR	Provisão para sorteios a pagar PSP	Provisão de receita diferida PRD (*)	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**1.209.986**	**53.940**	**1.254**	**3.372**	**50.256**	**1.318.808**
Constituição de provisão	1.141.086	–	3.436	3.035	–	1.147.557
Atualização monetária e juros	89.538	585	269	4	–	90.396
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(1.326)	–	(1.326)
Pagamento de resgates	–	(1.001.479)	–	–	–	(1.001.479)
Títulos cancelados	(14.361)	–	–	–	–	(14.361)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	10.860	10.860
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(741)	(741)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.791)	–	–	(3.791)
Transferência PRA	(238.381)	238.345	–	–	–	(36)
Transferência PRV	(759.338)	759.338	–	–	–	–
Receita com penalidades	(16)	–	–	–	–	(16)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**1.428.514**	**50.729**	**1.168**	**5.085**	**60.375**	**1.545.871**
Circulante						1.197.243
Não circulante						348.628

(*) Em atendimento as novas exigências da Circular SUSEP nº 678/2022, a provisão administrativa (PDA) foi substituída pela provisão de receita diferida (PRD).

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	**1.867.791**	**1.545.871**
Cotas de fundos de investimento	1.590.554	1.217.303
Títulos de renda fixa - públicos	404.024	440.589
Total de ativos oferecidos em garantia (B)	**1.994.578**	**1.657.892**
Excedente (B - A)	**126.787**	**112.021**

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

13. PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	716	834
Fiscais	46	25
	762	**859**

13.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS:

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**25**	**834**	**859**
Constituições	18	381	399
Êxito/reversões	–	(553)	(553)
Pagamentos	–	(42)	(42)
Atualização monetária	3	96	99
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**46**	**716**	**762**
Quantidade de processos	1	21	22

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza cíveis e fiscais que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais	49.488	39.050
Cíveis	658	402
	658	**39.452**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessa provisão refere-se integralmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 49.488 (R$ 37.267 de possível impacto no lucro líquido).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 267.500 divididos em 97.992.474 (unidades) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 160.000 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 59.831.612 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas AGEs ocorridas no exercício de 2024 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2024	5.000	1.776.614
29 de novembro de 2024	37.500	13.283.726
27 de dezembro de 2024	65.000	23.100.522
Total	**107.500**	**38.160.862**

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 10.162 (R$ 8.333 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 26.978 (R$ 17.925 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de fevereiro de 2024 a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R$ 17.000. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**36.565**	**34.619**
(–) Reserva legal - 5%	(1.828)	(1.731)
Lucro básico para determinação do dividendo	**34.737**	**32.888**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**8.684**	**8.222**
Dividendos complementares	–	6.778
Total de dividendos	**8.684**	**15.000**
Total por ação	**0,1418**	**0,2507**
Quantidade de ações	61.235	59.832

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**36**	**9**
Diferimento do período	52	34
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(36)	(7)
Saldo final	**52**	**36**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**32,29**	**27,59**

	Quantidade Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1**	**–**
Diferimento do período	1	1
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(1)	–
Saldo final	**1**	**1**

15. CONTRIBUIÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Instrumento de garantia	1.350.027	1.210.078
Incentivo	4.869	6.551
	1.354.896	**1.216.629**

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas de comercialização	(71.475)	(59.270)
Variação das despesas diferidas	7.580	8.516
	(63.895)	**(50.754)**

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

As despesas administrativas diversas referem-se aos custos repassados pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	136.967	123.681
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	33.562	27.864
Outras receitas financeiras	10	16
Total de receitas financeiras	**170.539**	**151.561**
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(97.320)	(90.397)
Outras despesas financeiras	(1.562)	(1.845)
Total de despesas financeiras	**(98.882)**	**(92.242)**
Resultado financeiro	**71.657**	**59.319**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.;

(ii) Comercialização de títulos de capitalização da Companhia para as empresas do Grupo Porto;

(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Asset Management;

(iv) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento; e

(v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Passivo Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia.	1.758	1.281
Portoseg	225	122
Porto Consórcio	21	19
Porto Seguro S.A.	6	–
	2.010	**1.422**

	Receitas Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Despesas Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia.	5.963	6.503	(18.470)	(13.115)
Portoseg	53	–	(2.950)	(1.225)
Porto Asset Management	–	–	(523)	(1.670)
Outras	10	49	(2.015)	(922)
	6.026	**6.552**	**(23.958)**	**(16.932)**

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	36.565	34.619
Média ponderada do número de ações durante o exercício	61.235	59.832
Resultado por ação básico e diluído	0,5971	0,5786

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria aprovou estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de fevereiro de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:15:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Capitalização S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 3.5 e 11, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 1.867.791 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de capitalização, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda. CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:15:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Saúde Participações S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

No ano de 2024, a Companhia obteve resultados consistentes, com crescimento relevante de prêmios, beneficiários e lucro.

A Companhia apresentou crescimento em seu faturamento em comparação ao ano de 2023, decorrente do aumento de vidas e ajuste de preços no seguro saúde comercializado pela controlada Porto Saúde. O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto de seguro saúde, de investimentos em tecnologia e da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca.

Beneficiários

No quarto trimestre de 2024, atingimos 675 mil vidas em saúde, com crescimento de 132 mil vidas em relação ao quarto trimestre de 2023.

Já no seguro Odonto, atingimos 995 mil vidas, aumentando 210 mil vidas em relação ao ano de 2023 e 49 mil vidas quando comparado ao 3T24.

Lançamento Porto Bairro: Nova linha de Produtos para São Paulo (capital), com rede de qualidade, com hospital e laboratório do bairro de preferência e Time Médico Porto a um preço acessível.

Foram lançados 10 planos em julho/24: Centro, Ipiranga, Itaquera, Lapa, Moema, Morumbi, Paulista, Pirituba, Santana e Tatuapé.

Receitas

As receitas seguem com crescimento expressivo, atingindo R$ 6,6 bilhões no ano, sendo o seguro saúde o principal responsável.

Resultado

Vendas novas bem precificadas, combate a fraudes, resultado da nova família de produtos e avanço na verticalização virtual (Time Médico Porto Saúde e Parcerias), continuam sendo principais contribuidores para uma forte performance.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   - 1.1: Temas materiais associados:
     - Desenvolvimento das Comunidades Locais
     - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
     - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   - 2.1: Temas materiais associados:
     - Descarbonização e emissões de GEE
     - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   - 3.1: Temas materiais associados:
     - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
     - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
     - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   - 4.1: Temas materiais associados:
     - Comportamento ético, integridade e compliance
     - Gestão da cadeia de valor
     - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
     - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025

À Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Circulante		**84.065**	**29**	**1.189.160**	**791.676**
Caixa e equivalentes de caixa	8	60	29	299.627	25.456
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	729.411	665.755
Recebíveis de prestação de serviços	10	–	–	16.532	18.828
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	–	–	13.124	13.023
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	4.996	545
Outros ativos	13	84.005	–	125.470	68.069
Não circulante		**1.754.856**	**1.241.273**	**2.128.197**	**1.360.810**
Realizável a longo prazo .					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	–	–	674.321	247.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	–	–	157.914	147.353
Ativos de contratos de seguros	18	–	–	450.230	122.949
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	10.259	17.581
Depósitos judiciais	19	–	–	227.340	215.927
Outros ativos	13	28	–	616	27
Investimentos					
Participações em controladas	15	1.754.828	1.241.273	–	–
Imobilizado	16	–	–	515.316	530.463
Intangível	17	–	–	92.201	79.284
Total do Ativo		**1.838.921**	**1.241.302**	**3.317.357**	**2.152.486**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Circulante		**84.221**	**–**	**1.304.354**	**671.460**
Passivos do contrato de seguros	18	–	–	1.059.713	562.180
Impostos e contribuições a recolher	12.2	–	–	68.173	30.199
Dividendos a pagar		83.937	–	83.937	–
Outros passivos	20	284	–	92.531	79.081
Não circulante		**–**	**–**	**258.303**	**239.724**
Provisões judiciais	19	–	–	248.314	227.662
Outros passivos	20	–	–	9.989	12.062
Patrimônio líquido		**1.754.700**	**1.241.302**	**1.754.700**	**1.241.302**
Capital social	21	1.409.557	1.176.557	1.409.557	1.176.557
Reservas de lucros	21	342.740	67.307	342.740	67.307
Outros resultados abrangentes		2.403	(2.562)	2.403	(2.562)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**1.838.921**	**1.241.302**	**3.317.357**	**2.152.486**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**50**	**1**	**–**	**–**	**51**
Aumento de capital						
AGE em 10 de fevereiro de 2023 (retificada em 25 de maio de 2023)		82.426	–	–	–	**82.426**
AGE em 10 de maio de 2023		1.094.081	–	–	–	**1.094.081**
Efeitos de reorganização societária - controladas		–	(7.122)	–	–	**(7.122)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	10.672	–	–	**10.672**
Ações outorgadas - controladas		–	(32)	–	–	**(32)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	(1.498)	–	**(1.498)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas (resultado abrangente)		–	–	(1.064)	–	**(1.064)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	88.782	**88.782**
Destinações:						
Reserva legal		–	4.439	–	(4.439)	**–**
Reservas estatutárias		–	59.349	–	(59.349)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(21.086)	**(21.086)**
Dividendos adicionais		–	–	–	(3.908)	**(3.908)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.176.557**	**67.307**	**(2.562)**	**–**	**1.241.302**
Aumento de capital	21. (a)	233.000	–	–	–	**233.000**
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	21. (d)	–	15.014	–	–	**15.014**
Ações outorgadas - controladas		–	(9.061)	–	–	**(9.061)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	4.250	–	**4.250**
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas (resultado abrangente)		–	–	715	–	**715**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	353.417	**353.417**
Destinações:						
Reserva legal	21. (b) (i)	–	17.671	–	(17.671)	**–**
Reservas estatutárias	21. (b) (ii)	–	251.809	–	(251.809)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	21. (c)	–	–	–	(83.937)	**(83.937)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.409.557**	**342.740**	**2.403**	**–**	**1.754.700**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Receitas					
Receita de contrato de seguro	22	–	–	6.398.196	3.428.055
Receita de prestação de serviços	23	–	–	133.967	122.958
Outras receitas operacionais		–	–	12.776	4.955
Equivalência patrimonial	15.1	353.702	88.782	–	1
Total das receitas		**353.702**	**88.782**	**6.544.939**	**3.555.969**
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	22	–	–	(5.485.963)	(3.054.664)
Custos de aquisição - outros		–	–	(1.467)	(14.868)
Despesa administrativa	24	(285)	–	(466.020)	(302.449)
Despesa com tributos	25	–	–	(72.435)	(34.295)
Custo dos serviços prestados	26	–	–	(45.088)	(40.381)
Outras despesas operacionais	27	–	–	(23.262)	(39.473)
Total das despesas		**(285)**	**–**	**(6.094.235)**	**(3.486.130)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**353.417**	**88.782**	**450.704**	**69.839**
Receita financeira	28	–	–	154.718	91.117
Despesa financeira	29	–	–	(22.020)	(24.299)
Lucro operacional		**353.417**	**88.782**	**583.402**	**136.657**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**353.417**	**88.782**	**583.402**	**136.657**
Imposto de renda e contribuição social.	12	**–**	**–**	**(229.985)**	**(47.875)**
Corrente		–	–	(225.591)	(195.227)
Diferido		–	–	(4.394)	147.352
Lucro líquido do exercício		**353.417**	**88.782**	**353.417**	**88.782**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		353.417	88.782	353.417	88.782
Resultado por ação:	32				
- Básico e diluído		0,3165	0,0820	0,3165	0,0820

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**353.417**	**88.782**	**353.417**	**88.782**
Outros resultados abrangentes	**4.965**	**(2.562)**	**4.965**	**(2.562)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas	4.250	(1.498)	4.250	(1.498)
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas	715	(1.064)	715	(1.064)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**358.382**	**86.220**	**358.382**	**86.220**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	358.382	86.220	358.382	86.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:15:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**(42.462)**	**–**	**10.059**	**(502.963)**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(285)**	**–**	**366.436**	**110.496**
Lucro líquido do exercício	353.417	88.782	353.417	88.782
Depreciações	–	–	9.122	8.952
Amortizações	–	–	4.429	4.429
Equivalência patrimonial	(353.702)	(88.782)	–	–
Provisões judiciais	–	–	(532)	8.333
Variações nos ativos e passivos	**(42.177)**	**–**	**(152.710)**	**(537.804)**
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	–	–	(63.656)	(665.741)
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	–	–	(427.095)	(247.219)
Ativos de contratos de seguros	–	–	(327.281)	–
Recebíveis de prestação de serviços	–	–	2.296	(18.825)
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	(101)	(13.020)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(10.561)	(147.352)
Custos de aquisição diferidos	–	–	2.871	(18.126)
Depósitos judiciais	–	–	(11.413)	(215.927)
Outros ativos	(84.033)	–	(57.990)	(68.091)
Passivo do contrato de seguro	–	–	518.185	439.230
Impostos e contribuições a recolher	–	–	241.641	103.282
Provisões judiciais	–	–	(1.541)	219.328
Outros passivos	41.856	–	(18.065)	94.657
Outros	**–**	**–**	**(203.667)**	**(75.655)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(2.562)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(10)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(203.667)	(73.083)
Caixa líquido atividades de investimento	**(232.940)**	**(1.151.514)**	**(11.321)**	**(623.124)**
Alienação de imobilizado	–	–	6.025	(91.483)
Aquisição de imobilizado	–	–	–	(447.932)
Aquisição de intangível	–	–	(17.346)	(83.709)
Dividendos recebidos	7.630	39.493	–	–
Aumento de capital em controladas	(240.570)	(1.191.007)	–	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**275.433**	**1.151.513**	**275.433**	**1.151.513**
Aumento de capital	275.433	1.176.507	275.433	1.176.507
Dividendos pagos	–	(24.994)	–	(24.994)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**31**	**(1)**	**274.171**	**25.426**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	29	30	25.456	30
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	60	29	299.627	25.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas	**–**	**–**	**6.547.291**	**3.555.968**
Receita de contrato de seguro	–	–	6.398.196	3.428.055
Receita de prestação de serviços	–	–	144.766	122.958
Outras	–	–	4.329	4.955
Receita operacional	**–**	**–**	**6.547.291**	**3.555.968**
Despesas de seguros	**–**	**–**	**(5.485.963)**	**(3.054.664)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(285)**	**–**	**(297.710)**	**(272.631)**
Materiais, energia e outros	(1)	–	(168.600)	(166.198)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(45.088)	(40.381)
Serviços de terceiros e comissões	(284)	–	(92.001)	(66.052)
Recuperação de valores ativos	–	–	7.979	–
Valor adicionado bruto	**(285)**	**–**	**763.618**	**228.673**
Depreciação e amortização	**–**	**–**	**(13.551)**	**(13.381)**
Valor adicionado líquido produzido	**(285)**	**–**	**750.067**	**215.292**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**353.702**	**88.782**	**132.971**	**80.623**
Resultado financeiro	–	–	132.971	80.623
Equivalência patrimonial	353.702	88.782	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**353.417**	**88.782**	**883.038**	**295.915**
Distribuição do valor adicionado	**353.417**	**88.782**	**883.038**	**295.915**
Pessoal	**–**	**–**	**187.655**	**113.587**
Remuneração direta	–	–	92.511	64.953
Benefícios	–	–	88.437	44.178
F.G.T.S	–	–	6.707	4.456
Impostos, taxas e contribuições	**–**	**–**	**337.888**	**82.170**
Federais	–	–	334.053	78.554
Municipais	–	–	3.835	3.616
Remuneração de capitais de terceiros	**–**	**–**	**4.078**	**11.376**
Juros	–	–	89	8.576
Aluguéis	–	–	3.989	2.800
Remuneração de capitais próprios	**353.417**	**88.782**	**353.417**	**88.782**
Dividendos	83.937	24.994	83.937	24.994
Lucros retidos do exercício	269.480	63.788	269.480	63.788

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma companhia aberta, mas sem ações em circulação no mercado, com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar sala 2, Campos Elíseos, São Paulo - SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas:

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
		Participação			Participação	
	Consolidação	Direta	Indireta	Consolidação	Direta	Indireta
Porto Saúde Operações	Integral	100,0	–	Integral	100,0	–
Porto Saúde	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Portomed	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Porto Odonto	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Porto Saúde Serviços	Integral	100,0	–	Integral	100,0	–
Serviços Médicos	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.
2. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
3. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
4. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
5. Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do grupo não reguladas no mercado de saúde.
6. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
7. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

1.1 APROVAÇÃO DO PEDIDO DE REGISTRO DE EMISSOR

Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base em uma única linha de operação, no setor de saúde. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados a um único segmento, sendo este de saúde.

A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

IFRS 18 - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O IASB concluiu em 09 de abril de 2024 o trabalho para melhorar a utilidade das informações apresentadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras. A nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, dará aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas, possibilitando assim melhores decisões de investimento. Ela afetará todas as empresas que utilizam as Normas de Contabilidade IFRS e entrará em vigor para exercícios iniciados em/após 1º de janeiro de 2027.

RESOLUÇÕES CVM 217 E 218

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS. Estas Resoluções entraram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48- Instrumentos Financeiros.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos e embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividades nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO

CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na corte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA	PAA
Saúde	Saúde

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(f) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("Other Comprehensive Income" - OCI), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para "Liability for Remaining Coverage" - LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para contratos de seguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:16:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente à liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

	Taxa Anual				
Curva	**1 Ano**	**5 Anos**	**10 Anos**	**20 Anos**	**30 Anos**
Prefixada	13,93%	13,69%	13,31%	13,17%	13,17%
IGPM	5,89%	6,47%	6,60%	6,63%	6,63%
IPCA	5,43%	5,91%	5,67%	5,61%	5,61%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(b) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: do valor justo de ativos e passivos financeiros da realização dos tributos diferidos das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais da provisão para risco de créditos ("impairment"). A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo uso das estimativas e julgamentos relacionados ao IFRS 17, consolidados na nota explicativa nº 3.1.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

• Unidades operacionais;

• Funções de controle; e

• Auditoria interna.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:16:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, , não houve mudanças relevantes nos riscos : (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(1) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 99,9% (77,5% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Risco soberano - Brasil	99,9%	82,3%
Instituições financeiras	–	7,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	–	1,1%
Outros	0,1%	9,0%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção do seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	316.009	554	68.255	–
Fluxo de 1 a 30 dias	645.078	307.877	576.437	195.909
Fluxo de 2 a 6 meses	21.320	891.507	33.229	221.768
Fluxo de 7 a 12 meses	14.627	33.583	32.118	14.120
Fluxo acima de 1 ano	1.759.167	18.712	247.226	7.434
Total	**2.756.201**	**1.252.233**	**957.265**	**439.231**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera equivalentes de caixa e ativos financeiros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos às parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pós-fixados (SELIC/CDI)	43,7%	16,1%
Prefixados	29,2%	37,1%
Inflação (IPCA/IGPM)	27,1%	41,6%
Ações	–	1,8%
Outros	–	3,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	50 b.p.	(46.495)
	25 b.p.	(24.199)
	10 b.p.	(9.920)
	- 10 b.p.	9.920
	- 25 b.p.	24.199
	- 50 b.p.	46.495
Juros pré-fixados	50 b.p.	(20.228)
	25 b.p.	(10.586)
	10 b.p.	(4.347)
	- 10 b.p.	4.347
	- 25 b.p.	10.586
	- 50 b.p.	20.228
Juros pós-fixados	50 b.p.	(3.713)
	25 b.p.	(3.094)
	10 b.p.	(2.476)
	- 10 b.p.	3.713
	- 25 b.p.	3.094
	- 50 b.p.	2.476

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI, que trata-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que, devido a eventos e mudanças climáticas, podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente das controladas reguladas pela ANS, estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	1.690.933	1.178.992
Despesas diferidas	(700.089)	(483.667)
Intangível	(68.221)	(55.304)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.115)
Patrimônio líquido ajustado	**920.957**	**638.906**
Capital base (I)	3.398	3.250
Capital baseado em risco (II)	850.367	568.634
Capital regulatório (I + II)	**853.765**	**571.884**
Suficiência de capital	**67.192**	**67.022**

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	–	–	262.179	5.899
Depósitos bancários	60	29	37.448	19.557
	60	**29**	**299.627**	**25.456**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR) - CONSOLIDADO

Fundos exclusivos	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2024 Total	Dezembro de 2023 Total
LFTs	727.717	–	727.717	356.968
Cotas de fundos de investimentos	–	938	938	4.363
Debêntures	–	630	630	7.252
Letras financeiras - privadas	–	113	113	5.388
CDBs	–	13	13	12
LTNs	–	–	–	289.988
Ações de companhias abertas	–	–	–	1.696
NTNs - B	–	–	–	88
Total - circulante	**727.717**	**1.694**	**729.411**	**665.755**

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	451.274	247.226
LTNs	223.047	–
Total - não circulante	**674.321**	**247.226**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 637.170 (R$ 246.431 em 31 de dezembro de 2023).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**938.437**	**–**
Aquisição Investidas	–	737.831
Aplicações	3.044.167	1.735.993
Rendimentos	132.964	74.224
Resgates	(2.412.209)	(1.609.611)
Saldo final	**1.703.359**	**938.437**
Circulante	1.029.038	691.211
Não circulante	674.321	247.226

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTNs	12,81	10,97
NTNs - B - IPCA	5,94	5,19
Debêntures (DI+)	1,92	1,98
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,14
LFS % CDI	–	134,30
Letras financeiras % CDI	–	127,44

(*) Vide nota explicativa nº 3.

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prestação de serviços médicos	18.531	24.024
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.999)	(5.196)
	16.532	**18.828**

10.1 "AGING" RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	13.367	–	13.367	13.494	–	13.494
De 1 a 30	2.328	–	2.328	4.612	–	4.612
De 31 a 60	664	–	664	722	–	722
De 61 a 90	246	(137)	109	1.195	(1.195)	–
De 91 a 120	147	(83)	64	1.195	(1.195)	–
De 121 a 180	476	(476)	–	1.294	(1.294)	–
De 181 a 365	1.303	(1.303)	–	1.512	(1.512)	–
	18.531	**(1.999)**	**16.532**	**24.024**	**(5.196)**	**18.828**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**18.126**	**–**
Aquisição Investidas	–	8.304
Constituição	5.580	9.822
Apropriação para despesa	(8.451)	–
Saldo final	**15.255**	**18.126**

12. TRIBUTOS - CONSOLIDADO

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
INSS a recuperar	4.829	5.145
PIS e COFINS	4.709	5.216
IRPJ (i)	2.334	642
CSLL (i)	795	1.565
Outros	457	455
	13.124	**13.023**

(i) Refere-se ao aumento na prestação dos serviços sujeitos a retenção fonte que serão compensados no final do exercício.

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	18.835	8.608
IRPJ	13.108	3.952
ISS	11.605	3.267
INSS e FGTS	9.100	4.759
CSLL	6.943	3.841
IRRF	6.357	2.546
Outros	2.225	64
IOF	–	3.162
	68.173	**30.199**

12.3 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.203	11.908	(12.443)	2.668
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	87.493	109.820	(105.987)	91.326
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.	35.101	18.393	(2.809)	50.685
IR e CS sobre IFRS 17	10.591	–	–	10.591
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	6.154	7.087	(3.299)	9.942
Provisão para riscos de créditos	6.427	16.373	(16.592)	6.208
Provisão de participação de lucros	9.486	23.926	(31.766)	1.646
Outras provisões	3.353	4.026	(3.366)	4.013
	161.808	**191.533**	**(176.262)**	**177.079**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(14.455)			(19.165)
	147.353			**157.914**

(i) O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:16:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em.....	171.095	3.519	412	395	477	1.181	177.079

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)...	353.417	88.782	583.401	136.657
Alíquota vigente.....	34%	34%	40%	40%
**IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)..... **	**(120.162)**	**(30.186)**	**(233.360)**	**(54.663)**
Equivalência patrimonial.....	122.714	30.186	–	(2.548)
Participação nos lucros - administradores.....	–	–	(7.951)	1.078
Inovação tecnológica.....	–	–	2.692	–
Depósitos judiciais.....	–	–	3.847	4.645
Doações/ incentivos	–	–	9.534	2.690
Outros.....	(2.552)	–	(4.747)	923
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**120.162**	**30.186**	**3.375**	**6.788**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**–**	**–**	**(229.985)**	**(47.875)**
**Taxa efetiva (D/-A)..... **	**–**	**–**	**39,4%**	**35,0%**

13. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Dividendos a receber, adiantamentos e outros créditos (iii).....	84.033	87.219	51.024
Contas a receber - Fundação Itaú (ii).....	–	37.192	13.726
Contas a receber - Financeiro (i).....	–	1.675	3.346
	84.033	**126.086**	**68.096**
Circulante	84.005	125.470	68.069
Não circulante.....	28	616	27

(i) Trata-se de valores em caixa de parcelas que entraram no último dia do mês e serão compensados no dia subsequente.

(ii) Refere-se ao montante a receber da Fundação Itaú decorrente das liquidações de sinistros realizadas pela Porto Saúde. A variação está relacionada com o aumento dos sinistros avisados na Fundação Itaú.

(iii) Dividendos a receber compõe R$ 85.719.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	222.542	213.100
IRPJ e CSLL.....	1.152	1.070
Outros.....	3.646	1.757
	227.340	**215.927**

15. INVESTIMENTOS

Em conformidade com os processos de reorganização societária detalhados na nota explicativa nº 1, as seguintes informações abordam as alterações nas participações societárias das entidades diretamente investidas pela Companhia, além de fornecer um resumo das informações financeiras relevantes, tanto de investidas diretas quanto indiretas.

É importante salientar que as demonstrações financeiras individuais do ano de 2024 das investidas indiretas, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda., foram elaboradas e divulgadas conforme as exigências regulatórias específicas da ANS. Em contrapartida, os dados financeiros incluídos nesta demonstração estão preparados de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros, especificamente o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro, que proporciona uma base de comparação e análise uniforme para a avaliação de contratos de seguro.

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos	Remuneração em ações	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Saúde Operações.	1.162.761	340.490	240.570	(80.867)	5.845	4.875	**1.673.674**
Porto Saúde Serviços	78.512	13.212	–	(10.768)	108	90	**81.154**
	1.241.273	**353.702**	**240.570**	**(91.635)**	**5.953**	**4.965**	**1.754.828**

15.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2024			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido do exercício
Porto Saúde.....	3.360.844	1.696.685	6.535.634	341.435
Serviços Médicos (ii)	92.175	7.943	72.466	11.339
Porto Seguro Saúde Ocupacional.	36.392	8.133	65.461	1.874
Porto Saúde Serviços (ii).....	84.291	3.138	–	(1)
Porto Saúde Operações (ii).....	1.754.613	80.940	–	(74)
Porto Odonto	533	–	67	(287)
Portomed.....	8.320	1.294	2.094	(584)
	5.337.168	**1.798.133**	**6.675.722**	**353.702**

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido do exercício
Porto Saúde.....	2.343.404	1.189.076	3.518.880	71.149
Porto Saúde Operações (ii).....	1.162.759	–	–	–
Serviços Médicos (ii)	86.927	8.425	65.563	13.947
Porto Saúde Serviços (ii).....	78.512	–	–	–
Porto Seguro Saúde Ocupacional.	32.170	5.905	61.083	3.423
Portomed.....	9.016	1.413	1.510	249
Porto Odonto	830	10	86	14
	3.713.618	**1.204.829**	**3.647.122**	**88.782**

(i) Considera-se as receitas financeiras.

(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.

16. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	2,0	450.928	(26.701)	**424.227**	454.060	(17.962)	**436.098**
Terrenos.....	–	90.903	–	**90.903**	94.103	–	**94.103**
Veículos	20,0 a 25,0	370	(185)	**185**	370	(111)	**259**
Equipamentos.....	10,0 a 14,3	49	(49)	**–**	49	(48)	**1**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	5	(4)	**1**	5	(3)	**2**
		542.255	**(26.939)**	**515.316**	**548.587**	**(18.124)**	**530.463**

16.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações: Baixas/ vendas	Movimentações: Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	**436.098**	(2.825)	(9.046)	**424.227**
Terrenos.....	**94.103**	(3.200)	–	**90.903**
Veículos	**259**	–	(74)	**185**
Móveis, máquinas e utensílios	**2**	–	(1)	**1**
Equipamentos.....	**1**	–	(1)	**–**
	530.463	**(6.025)**	**(9.122)**	**515.316**

17. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

17.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software".....	6,67 a 20,0	118.934	(50.713)	**68.221**	101.588	(46.284)	**55.304**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional		23.980	–	**23.980**	23.980	–	**23.980**
		142.914	**(50.713)**	**92.201**	**125.568**	**(46.284)**	**79.284**

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Despesa de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software".....	**55.304**	17.346	(4.429)	**68.221**
Ágio na aquisição de investimentos..	**23.980**	–	–	**23.980**
	79.284	**17.346**	**(4.429)**	**92.201**

17.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Porto Seguro Saúde Ocupacional.....	11,75%	3,50%	13,79%	3,50%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

18. CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO (*)

Os saldos de contratos de seguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

Contratos de seguro e resseguro	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023 PAA
**Saldo líquido de contratos de seguro ..... **	**(609.483)**	**(439.231)**
Passivos de contratos de seguro.....	(609.483)	(439.231)

A) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGUROS

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por cobertura remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por sinistros incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por sinistros incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18. (b)	Dezembro de 2024 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro.....	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)
**Saldo inicial no exercício..... **	**(67.874)**	**(740.164)**	**(33.331)**	**402.138**	**(439.231)**
**Receita de seguro..... **	**6.398.196**	**–**	**–**	**–**	**6.398.196**
**Despesas de serviço de seguro..... **	**(496.575)**	**(4.979.309)**	**(10.079)**	**–**	**(5.485.963)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(4.896)	(4.979.309)	184.281	–	(4.799.924)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(491.679)	–	–	–	(491.679)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	–	–	(194.360)	–	(194.360)
**Resultado do serviço de seguro..... **	**5.901.621**	**(4.979.309)**	**(10.079)**	**–**	**912.233**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros.....	–	8.650	(3.663)	–	4.987
**Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI ..... **	**5.901.621**	**(4.970.659)**	**(13.742)**	**–**	**917.220**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos.....	(6.438.818)	–	–	–	(6.438.818)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	91	4.644.154	–	–	4.644.245
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	256.517	–	–	450.584	707.101
**Fluxos de caixa totais ..... **	**(6.182.210)**	**4.644.154**	**–**	**450.584**	**(1.087.472)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira.....	271.457	–	–	(271.457)	–
**Saldo final no exercício..... **	**(77.006)**	**(1.066.669)**	**(47.073)**	**581.265**	**(609.483)**
Saldo final dos passivos de seguro	(77.006)	(1.066.669)	(47.073)	581.265	(609.483)
**Saldo de fechamento líquido..... **	**(77.006)**	**(1.066.669)**	**(47.073)**	**581.265**	**(609.483)**

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por sinistros incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por sinistros incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18. (b)	Dezembro de 2023 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro.....	–	(1)	–	–	(1)
**Saldo inicial no exercício..... **	**–**	**(1)**	**–**	**–**	**(1)**
**Aquisição investidas..... **	**78.489**	**(506.302)**	**(23.524)**	**120.462**	**(330.875)**
**Receita de seguro..... **	**3.428.055**	**–**	**–**	**–**	**3.428.055**
**Despesas de serviço de seguro..... **	**(277.473)**	**(2.769.936)**	**(7.255)**	**–**	**(3.054.664)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	19.600	(2.769.936)	–	–	(2.750.336)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(297.073)	–	–	–	(297.073)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	–	–	(7.255)	–	(7.255)
**Resultado do serviço de seguro..... **	**3.150.582**	**(2.769.936)**	**(7.255)**	**–**	**373.391**
Resultado financeiro líquidos de contratos de seguros.....	(21.072)	18.397	(2.552)	–	(5.227)
**Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI ..... **	**3.129.511**	**(2.751.540)**	**(9.807)**	**–**	**368.164**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos.....	(3.449.598)	–	–	–	(3.449.598)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	–	2.517.679	–	–	2.517.679
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	173.724	–	–	281.676	455.400
**Fluxos de caixa totais ..... **	**(3.275.874)**	**2.517.679**	**–**	**281.676**	**(476.519)**
**Saldo final no exercício..... **	**(67.874)**	**(740.164)**	**(33.331)**	**402.138**	**(439.231)**
Saldo final dos passivos de seguro	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)
**Saldo de fechamento líquido..... **	**(67.874)**	**(740.164)**	**(33.331)**	**402.138**	**(439.231)**

B) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2024	130.681	450.584	581.265
	130.681	**450.584**	**581.265**
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2023	271.457	130.681	402.138
	271.457	**130.681**	**402.138**

C) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento posterior das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Montante de sinistros avisados até a data-base	Dezembro 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total de sinistros avisados
Até a data-base	56	76	76	107	99	151	146	180	202	5.164	5.164
Dois anos mais tarde.....	61	81	80	113	104	158	158	194	212	–	212
Três anos mais tarde	61	82	82	114	105	159	159	210	–	–	210
Quatro anos mais tarde.....	61	82	83	114	106	159	161	–	–	–	161
Cinco anos mais tarde.....	62	82	83	113	106	166	–	–	–	–	166
Seis anos mais tarde	62	82	83	113	106	–	–	–	–	–	106
Sete anos mais tarde.....	62	82	83	113	–	–	–	–	–	–	113
Oito anos mais tarde	62	82	83	–	–	–	–	–	–	–	83
Nove anos mais tarde.....	62	82	–	–	–	–	–	–	–	–	82
Dez anos mais tarde.....	62	–	–	–	–	–	–	–	–	–	62
**Movimentações..... **	62	82	83	113	106	166	161	210	212	5.164	6.359

Montante de sinistros pagos até a data-base	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total de sinistros pagos
Até a data-base	52	70	69	93	87	132	134	165	195	4.124	4.124
Dois anos mais tarde.....	62	82	79	102	100	151	151	187	198	–	198
Três anos mais tarde	62	82	81	102	101	152	151	197	–	–	197
Quatro anos mais tarde.....	62	82	81	102	101	152	157	–	–	–	157
Cinco anos mais tarde.....	62	82	81	102	101	158	–	–	–	–	158
Seis anos mais tarde	63	82	81	102	106	–	–	–	–	–	106
Sete anos mais tarde.....	63	82	81	112	–	–	–	–	–	–	112
Oito anos mais tarde	63	82	81	–	–	–	–	–	–	–	81
Nove anos mais tarde.....	63	83	–	–	–	–	–	–	–	–	83
Dez anos mais tarde.....	62	–	–	–	–	–	–	–	–	–	62
**Pagamentos ..... **	62	83	81	112	106	158	157	197	198	4.124	5.278
**Passivo em dezembro/24..... **	0	0	1	1	0	7	4	13	15	1.040	1.081
PSL anos anteriores											6
Passivo total											1.087
Demais estimativas											3
Efeito do desconto											(23)
Ajuste ao risco											47
Passivo total											1.114

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração aprimorou a forma de apresentação das informações contábeis relacionadas ao IFRS 17, especialmente no que se refere à rubrica de Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição, que estavam alocados em conjunto com os passivos de contratos de seguros em 2023. Nesse sentido, para melhor apresentação das demonstrações financeiras e comparabilidade com os saldos de 2024, os saldos a serem realizados no período em até 12 meses permanecerão classificados no Passivo Circulante, enquanto os montantes com realização prevista entre 1 e 5 anos serão reclassificados para o Ativo Não Circulante.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:16:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

19.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	223.329	212.149
Cíveis (b)	23.699	14.328
Trabalhistas (c)	1.286	1.185
	248.314	227.662
Depósitos judiciais (*)	(220.973)	(211.561)
Provisão líquida	27.341	16.101

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	190.276	26.868
PIS	28.027	182.228
Outros	5.026	3.053
	223.329	212.149

(i) PIS

A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 400.470.

(ii) COFINS

A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 400.479.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela sociedade Porto Saúde.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

19.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	212.149	1.185	14.328	227.662
Constituições	1.838	837	32.046	34.721
Êxito/reversões	(240)	(434)	(23.133)	(23.807)
Pagamentos	–	(390)	(1.151)	(1.541)
Atualização monetária	9.582	88	1.609	11.279
Saldo em 31 de dezembro de 2024	223.329	1.286	23.699	248.314
(–) Depósitos judiciais (*)	(219.455)	(91)	(1.427)	(220.973)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2024	3.874	1.195	22.272	27.341
Quantidade de processos	8	18	1.300	1.326

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

19.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (i)	36.398	–
Cíveis	9.033	5.906
Trabalhistas	161	140
	45.592	6.046

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 28.419 (R$ 21.418 de possível impacto no lucro líquido).

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Débitos a pagar	–	–	–
Transações com partes relacionadas (i)	284	18.101	17.211
Encargos trabalhistas	–	13.189	10.931
Depósitos de terceiros	–	10.315	8.633
Participações nos lucros	–	40.206	17.853
Provisão para recessão	–	–	–
Benefícios pós emprego	–	6.420	7.124
Outros	–	14.289	29.391
	284	102.520	91.143
Circulante	284	92.531	79.081
Não circulante	–	–	12.062

(i) Vide nota explicativa nº 31.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, é de R$ 1.409.557 (R$ 1.176.557 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 1.246.832.885 ações (1.076.245.175 ações em 31 de dezembro de 2023) ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorridas no exercício de 2024 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de fevereiro de 2024	10.000	8.315.647
28 de junho de 2024	24.000	18.540.925
30 de julho de 2024	24.000	18.297.159
20 de agosto de 2024	27.000	20.244.521
30 de setembro de 2024	20.000	14.732.316
31 de outubro de 2024	50.000	36.161.352
27 de dezembro de 2024	78.000	54.295.790
Total	233.000	170.587.710

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 22.110 (R$ 4.439 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 304.036 (R$ 59.349 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	353.417	88.782
(–) Reserva legal -5%	(17.671)	(4.439)
Lucro básico para determinação de dividendo	335.746	84.343
Dividendos mínimos obrigatórios -25%	83.937	21.086
Dividendos pagos antecipadamente	–	24.994
Total por ação (R$)	0,0752	0,0339
Quantidade de ações	1.116.527	737.690

Em 30 de outubro de 2023, foi aprovado em Reunião da Diretoria R$ 15.000 para a sua controladora Porto Seguro S.A.. Em 29 de novembro de 2023, foi aprovado em Reunião da Diretoria R$ 9.994 para a sua controladora Porto Seguro S.A.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Embora a Companhia não possua atualmente plano de remuneração em ações de sua própria emissão, os administradores e empregados da Companhia e de suas controladas são elegíveis ao plano de remuneração em ações ("Plano") aprovado no âmbito da Porto Seguro S.A. ("PSSA"), que é a controladora da Companhia. O Plano estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações de emissão da PSSA a administradores e empregados da PSSA e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, das empresas do Grupo Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para o Grupo Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento das empresas do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. A partir de 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações atribuídas aos beneficiários passou a considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data de atribuição aos beneficiários. Antes dessa data, a avaliação das ações considerava seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data de atribuição aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado dos contratos de seguro - PAA		
Alocação de prêmio	6.398.196	3.428.055
Receita de seguro	6.398.196	3.428.055
Despesas com seguro	(4.994.284)	(2.757.591)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(4.799.924)	(2.750.336)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(194.360)	(7.255)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(491.679)	(297.073)
Despesas de aquisição	(491.679)	(297.073)
Despesas totais de serviço de seguro	(5.485.963)	(3.054.664)
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	912.233	373.391

23. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita de serviços	144.767	133.190
PIS/COFINS	(6.989)	(6.623)
ISS	(3.811)	(3.609)
	133.967	122.958

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(155.135)	(104.466)
Despesas recuperadas (i)	(143.044)	(100.239)
Serviços de terceiros	(72.181)	(51.151)
Participação nos lucros	(56.552)	(22.833)
Localização e funcionamento	(25.498)	(18.270)
Donativos e contribuições	(7.259)	(4.379)
Publicidade	(252)	(40)
Outras	(6.099)	(1.071)
	(466.020)	(302.449)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

25. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(60.965)	(27.906)
PIS	(9.921)	(4.536)
ISS	(19)	(6)
Outros	(1.530)	(1.848)
	(72.435)	(34.296)

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Serviços de terceiros	(21.113)	(21.299)
Salários e encargos	(16.057)	(18.442)
Outros	(7.918)	(640)
	(45.088)	(40.381)

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cobranças e adm. de apólices e contratos	(7.713)	(21.446)
Provisão para devedores duvidosos	(7.263)	(392)
Encargos sociais de operações com seguros	(6.933)	(6.292)
Provisão para contingências	–	(5.862)
Outras	(1.353)	(5.481)
	(23.262)	(39.473)

28. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	133.907	74.224
Receitas de contrato de seguros emitidos	3.639	223
Outras	17.172	16.670
	154.718	91.117

29. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas com contratos de seguros emitidos	(5.735)	(5.227)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(943)	(9.033)
Despesa com atualização de contingências	(89)	(8.764)
Outras	(15.253)	(1.275)
	(22.020)	(24.299)

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 388 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 1.934 em 31 de dezembro de 2024.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	7.124	4.773
Custo dos benefícios	430	298
Custo de juros	718	552
Benefícios pagos	(1.411)	(439)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(1.207)	2.017
Outros	767	(77)
Saldo final do passivo	6.421	7.124

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas repassadas conforme grade de rateio pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Gestora e Porto Asset Management;

(iv) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto;

(vi) Serviços do seguro, plano de saúde, clínicas médicas e convênio prestados pela Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed.

	Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia	17.379	14.810
Porto S.A.	722	1.513
Portoseg	–	888
	18.101	17.211

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Controladora				
Porto Saúde Participações	–	–	(284)	–
Controladas diretas e indiretas				
Porto Cia	150.007	103.156	(187.862)	(122.121)
Porto Atendimento	34.928	20.004	(23.687)	(16.129)
Porto Consórcio	10.239	6.832	–	–
Portoseg	5.792	3.521	–	–
CDF S.A.	5.072	–	–	–
Azul Seguros	2.510	4.661	–	–
Porto Asset Management	1.176	1.052	(338)	(647)
Mobitech	1.088	1.151	–	–
Porto Vida e Previdência	966	630	–	–
Crediporto	691	389	–	–
Itaú Auto e Residência	690	501	–	–
Porto Renova Nova	528	405	–	–
Porto Renova	320	–	–	–
Portopar	287	206	–	–
Porto Gestora	281	–	(595)	–
Porto Serviços e Comércio	228	226	–	–
Porto Assistência Participações	160	–	–	–
Porto Capitalização	58	30	–	–
Porto Assistência (i)	–	2.037	–	–
Porto Seguro S.A.	–	–	(11.923)	(9.691)
Proteção e Monitoramento	–	–	–	–
	215.021	144.801	(224.689)	(148.588)

(i) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF S.A. em fevereiro de 2024.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:17:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos a diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	25.713	5.159
Honorários e encargos	6.711	3.372
	32.424	**8.531**

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	353.417	88.782
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.116.527	737.690
Resultado por ação básico e diluído	0,3165	0,1204

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

CELSO DAMADI
Conselheiro

BRUNO LEMOS FERRARI
Conselheiro

SAMI FOGUEL
Conselheiro

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor de Relações com Investidores

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Saúde Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Saúde Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensuradas sob o *Premium Allocation Approach* (PAA)

Conforme divulgado nas notas explicativas n°s. 3.1 e 18, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, por meio de suas controladas, registrou ativos e passivos de contratos de seguros no montante de, respectivamente, R$ 450.230 mil e R$ 1.059.713 mil. Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esse montante inclui tanto o passivo por sinistros incorridos (LIC), que reflete estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro, quanto o passivo de cobertura remanescente (LRC). O montante do passivo de cobertura remanescente é composto pelo cálculo do método PAA, bem como pelo ativo para fluxo de caixa de aquisição de seguros.

O passivo por contratos de seguros inclui a estimativa dos sinistros ocorridos e não avisados - PEONA, sendo um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais que podem estar configuradas incorretamente, e para as quais dados de entrada imprecisos ou incompletos podem ser utilizados. As técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação.

Como parte do processo de determinação dos valores relativos a esses contratos de seguros, é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: classificação dos contratos, taxas de retenção, custo de aquisição e manutenção, sinistralidade esperada e glosas, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, entre outros. Em decorrência da subjetividade e alto grau de julgamento profissional da administração, classificamos os contratos de seguros como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros quanto da sua existência e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos ativos e passivos dos contratos de seguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos passivos por sinistros incorridos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimentos - Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2024, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R$ 1.754.828 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R$ 353.702 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia; e (v) avaliação da adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentações e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações individuais e consolidadas estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidados ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:17:26 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde – Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Sala 2 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer as autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Reapresentado Dezembro de 2023
Circulante		**82.895**	**8**
Caixa e equivalentes de caixa		88	8
Títulos e créditos a receber	5	82.807	—
Não circulante		**1.671.718**	**1.162.751**
Investimentos	5	1.671.718	1.162.751
Total do ativo		**1.754.613**	**1.162.759**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Reapresentado Dezembro de 2023
Circulante		**80.940**	**—**
Obrigações a Pagar	6 (c)	80.940	—
Patrimônio líquido	6	**1.673.673**	**1.162.759**
Capital social		1.357.851	1.117.281
Reservas de lucros		313.515	48.046
Ajustes de avaliação patrimonial		2.307	(2.568)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.754.613**	**1.162.759**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado - Reapresentado		**7.822**	**8**	**7**	**–**	**7.837**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(16)	–	–	(16)
Aumento de capital		1.109.459	–	–	–	1.109.459
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	7.373	–	–	7.373
Efeitos de reorganização societária - controladas	1.1.1	–	(7.121)	–	–	(7.121)
Ganhos e perdas atuariais - controladas (resultado abrangente)		–	–	(1.077)	–	(1.077)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)	1.1.1	–	–	(1.498)	–	(1.498)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	72.780	72.780
Destinações:						
Reserva legal		–	3.640	–	(3.640)	–
Reservas estatutárias		–	44.162	–	(44.162)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(19.095)	(19.095)
Dividendos complementares		–	–	–	(5.883)	(5.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado		**1.117.281**	**48.046**	**(2.568)**	**–**	**1.162.759**
Aumento de capital	6 (a)	240.570	–	–	–	240.570
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	13.574	–	–	13.574
Ações outorgadas		–	(7.729)	–	–	(7.729)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	625	–	625
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	4.250	–	4.250
Lucro líquido do exercício		–	–	–	340.491	340.491
Destinações:						
Reserva legal	6 (b) (i)	–	17.025	–	(17.025)	–
Reservas estatutárias	6 (b) (ii)	–	242.599	–	(242.599)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	–	–	–	(80.867)	(80.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.357.851**	**313.515**	**2.307**	**–**	**1.673.673**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Reapresentado Dezembro de 2023
Receitas			
Equivalência patrimonial	5	340.565	72.780
Total das receitas		**340.565**	**72.780**
Despesas			
Despesas administrativas		(74)	—
Total das despesas		**(74)**	**—**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**340.491**	**72.780**
Lucro operacional		**340.491**	**72.780**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**340.491**	**72.780**
Lucro líquido do exercício		**340.491**	**72.780**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		340.491	72.780
Resultado por ação:			
- Básico e diluído	7	0,3026	0,0905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Reapresentado Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**340.491**	**72.780**
Outros resultados abrangentes	**4.875**	**(2.575)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas	4.250	(1.498)
Ganhos e perdas atuariais em controladas	1.041	(1.795)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais em controladas	(416)	718
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**345.366**	**70.205**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	345.366	70.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Reapresentado Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	340.491	72.780
Equivalência patrimonial	(340.565)	(72.780)
Caixa líquido atividades de investimento	**(240.490)**	**(1.084.483)**
Aumento de capital em controladas	(240.490)	(1.109.461)
Dividendos recebidos	—	24.978
Caixa líquido atividades de financiamento	**240.570**	**1.084.481**
Aumento de capital	240.570	1.109.459
Dividendos pagos	—	(24.978)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**80**	**(2)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8	10
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	88	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 13 de junho de 2022, localizada na Avenida Rio Branco, 1.475, sala 02, Campos Elíseos, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades correlatas ou complementares ao mercado de saúde. A Companhia faz parte da Vertical Saúde, sendo uma controlada direta Porto Saúde Participações S.A.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2024 Participação direta (%)	Dezembro de 2023 Participação direta (%)
Porto Saúde	Controlada	Integral	100,0	100,0
Portomed	Controlada	Integral	100,0	100,0
Porto Odonto	Controlada	Integral	100,0	100,0

(i) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
(ii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
(iii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

1.1.1 ADOÇÃO NORMA IFRS 17/CPC 50 - CONTRATOS DE SEGURO

A partir de 1º de janeiro de 2023 entrou em vigor a IFRS 17 que trouxe a mudança nas práticas contábeis dos contratos de seguros. Os ajustes referentes à essa adoção, anteriormente apresentados em IFRS 4, para fins de comparação com o exercício atual, estão apresentados abaixo, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro:

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Publicado Dezembro de 2023	Ajustes	Reapresentado Dezembro de 2023
Circulante	**8**	**–**	**8**
Não circulante	**1.178.993**	**(16.242)**	**1.162.751**
Investimentos	1.178.993	(16.242)	1.162.751
Total do ativo	**1.179.001**	**(16.242)**	**1.162.759**

Passivo e Patrimônio Líquido6	Publicado Dezembro de 2023	Ajustes	Reapresentado Dezembro de 2023
Circulante	**–**	**–**	**–**
Patrimônio líquido	**1.179.001**	**(16.242)**	**1.162.759**
Capital social	1.117.281	–	1.117.281
Reservas de lucros (a) / (b)	62.797	(14.751)	48.046
Ajustes de avaliação patrimonial (a)	(1.077)	(1.491)	(2.568)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.179.001**	**(16.242)**	**1.162.759**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Publicado Dezembro de 2023	Ajustes	Reapresentado Dezembro de 2023
Receitas			
Equivalência patrimonial (b)	80.401	(7.621)	72.780
Total das receitas	**80.401**	**(7.621)**	**72.780**
Total das despesas	**–**	**–**	**–**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**80.401**	**(7.621)**	**72.780**
Lucro operacional	**80.401**	**(7.621)**	**72.780**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**80.401**	**(7.621)**	**72.780**
Lucro líquido do exercício	**80.401**	**(7.621)**	**72.780**

(a) Contém o saldo de adoção inicial da mudança entre as normas IFRS4 e IFRS17.
(b) Refere-se ao saldo em IFRS17 oriundo de suas controladas.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A Companhia é uma "holding" e, portanto, as principais políticas contábeis de suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia é uma "holding" e, portanto, por meio de suas controladas apresenta exposição aos riscos advindos de crédito, liquidez, mercado, capital, operacional e socioambiental.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

5. INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Remuneração em ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Saúde	**1.154.328**	341.436	(82.807)	240.490	5.845	4.866	**1.664.158**
Portomed	**7.603**	(584)		–	–	8	**7.027**
Porto Odonto	**820**	(287)	–	–	–	–	**533**
	1.162.751	**340.565**	**(82.807)**	**240.490**	**5.845**	**4.874**	**1.671.718**

O saldo de dividendos a receber de suas controladas, representado por R$ 82.807 está registrado em Títulos e Créditos a receber no ativo circulante.

5.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2024 Lucro líquido do exercício	Dezembro de 2023 Lucro líquido do exercício
Porto Saúde	3.360.844	1.696.685	6.535.634	341.436	72.171
Portomed	8.320	1.294	2.094	(584)	606
Porto Odonto	533	–	67	(287)	3
Equivalência patrimonial	**3.369.697**	**1.697.979**	**6.537.795**	**340.565**	**72.780**

(i) Incluem receitas financeiras.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 1.357.851 divididos em 1.266.558.931 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.117.281 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 1.078.563.891 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias - AGEs ocorridas no exercício de 2024 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de fevereiro de 2024	10.000	8.877.728
28 de maio de 2024	7.500	6.240.257
28 de junho de 2024	23.990	19.741.893
30 de julho de 2024	24.080	19.560.994
30 de agosto de 2024	27.000	21.545.990
27 de setembro de 2024	20.000	15.687.614
31 de outubro de 2024	50.000	38.510.936
27 de dezembro de 2024	78.000	57.829.628
Total	**240.570**	**187.995.040**

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 20.665 (R$ 4.021 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 279.631 (R$ 51.402 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**340.491**	**80.401**
(–) Reserva legal - 5%	(17.025)	(4.020)
Lucro básico para determinação do dividendo	**323.466**	**76.381**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**80.867**	**19.095**
Dividendos complementares	–	5.883
Total de dividendos	**80.867**	**24.978**
Total por ação	**0,0719**	**0,0311**
Quantidade de ações	1.125.146	804.053

O saldo de dividendos a pagar à sua Controladora representa R$ 82.582 do saldo registrado na linha de obrigações a pagar no passivo circulante.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo que a totalidade das

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:17:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Saúde – Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Sala 2 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas de Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Operadora.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

7. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	340.491	72.780
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.125.146	804.053
Resultado por ação básico e diluído	0,3026	0,0905

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1.1, em virtude da correção de erro na apuração dos saldos de equivalência patrimonial de suas controladas, em decorrência da adoção do CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguros, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

Portomed™

Porto Saúde
Linha Porto Bairro

O porto seguro para a saúde da sua empresa e do seu bairro.

Plano de saúde para empresas de 3 a 99 vidas com hospital e laboratório de referência perto de casa ou do trabalho.

São 15 opções
segmentados por bairro

Plano	Hospital	Plano	Hospital	Plano	Hospital	Plano	Hospital
Alphaville	9 de Julho	Ipiranga	Dom Alvarenga	Morumbi	Leforte	Santana	HSANP
Centro	Leforte	Itaquera	Santa Marcelina	Paulista	Santa Catarina	Tatuapé	Sagrada Família
Centro Osasco	HSF	Lapa	Albert Sabin	Pirituba	Saint Patrick	Vila Maria	HNIPO
Centro Santo André	Christóvão Da Gama	Moema	Santa Paula	Pompéia	São Camilo		

Planos a partir de R$ 110/mês*

Fale com seu Corretor e contrate agora.

ANS - nº 41749-1
ANS - nº 000582

Produto da operadora Portomed – rede Porto Saúde.
*Preço referente ao plano de saúde Portomed Pirituba Copar E, com 20% de copar no módulo 30 a 99 vidas, de 0 a 18 anos (Malha K154). Preço válido até 28/02/2025.

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:17:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Receita com operações de assistência à saúde

Os prêmios da Operadora totalizaram, em 2024, R$ 6.398,8 milhões, um aumento de R$ 2.044,9 milhões ou 47,0% em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas

Em 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 5,4%, uma diminuição de (1,28) ponto percentual em relação exercício anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou, em 2024, R$ 129,4 milhões, um aumento de R$ 43,6 milhões, ou 50,8% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2024, foi de 92,2%, uma diminuição de -0,05 ponto percentual em relação ao exercício anterior. Esta variação decorre principalmente de uma diminuição de -0,02 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2024, foi de 90,4%, uma diminuição de -0,05 ponto percentual em relação ao exercício anterior, também justificado pela redução da sinistralidade.

• Resultado líquido e por ação

Em 2024, o Resultado totalizou, em 2024, R$ 348,7 milhões, registrando um aumento de R$ 231,3 milhões ou 197,1% em relação ao exercício anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   - 1.1: Temas materiais associados:
     - Desenvolvimento das Comunidades Locais
     - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
     - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   - 2.1: Temas materiais associados:
     - Descarbonização e emissões de GEE
     - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   - 3.1: Temas materiais associados:
     - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
     - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
     - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   - 4.1: Temas materiais associados:
     - Comportamento ético, integridade e compliance
     - Gestão da cadeia de valor
     - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
     - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**1.408.472**	**859.302**
Disponível	7	293.798	24.065
Realizável		1.114.674	835.237
Aplicações financeiras	8.1	724.507	638.011
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		463.645	561.669
Aplicações livres		260.862	76.342
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		94.480	65.203
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	9.1	86.263	60.616
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		6.473	3.842
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.744	745
Despesas diferidas	10	166.570	59.229
Créditos tributários e previdenciários	12	2.270	1.240
Bens e títulos a receber	11	125.181	70.439
Despesas antecipadas		1.666	1.115
Não circulante		2.138.024	1.605.801
Realizável a longo prazo		**1.554.488**	**1.020.037**
Aplicações financeiras	8.1	633.184	234.258
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		633.184	234.258
Créditos tributários e previdenciários	12	160.795	145.475
Despesas diferidas	10	532.645	424.438
Depósitos judiciais e fiscais	13	227.279	215.842
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		585	24
Imobilizado	14	515.315	530.460
Imóveis de uso próprio		515.130	530.201
Imóveis - não hospitalares		515.130	530.201
Imobilizado de uso próprio		185	259
Imobilizado - hospitalares		185	259
Intangível	15	68.221	55.304
Total do ativo		**3.546.496**	**2.465.103**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**1.585.196**	**1.041.938**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	1.329.133	925.858
Provisão de prêmios/contraprestações		239.692	171.445
Provisão de contraprestação/prêmio não ganho - PPCNG		236.504	167.704
Provisão para remissão		3.188	3.741
Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.895	1.455
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		538.665	378.577
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		548.881	374.381
Débitos de operações de assistência à saúde		26.477	22.811
Prêmios a restituir		363	77
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		12.020	9.555
Comercialização sobre operações		14.094	13.179
Provisões		19.541	7.476
Provisão para IR e CSLL		19.541	7.476
Tributos e encargos sociais a recolher		47.055	20.845
Débitos diversos	17	162.990	64.948
Não circulante		**277.926**	**252.604**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	3.861	5.120
Provisão para remissão		3.568	4.938
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		293	182
Provisões		268.421	241.134
Provisões para tributos diferidos	12.2.3	20.967	14.328
Provisões para ações judiciais	18.1	247.454	226.806
Débitos diversos	17	5.644	6.350
Patrimônio líquido		**1.683.374**	**1.170.561**
Capital social	19 (a)	1.282.243	1.041.753
Reservas		401.435	129.736
Reservas de lucros	19 (b)	401.435	129.736
Ajustes de avaliação patrimonial		(304)	(928)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.546.496**	**2.465.103**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**935.770**	**65.794**	**149**	**–**	**1.001.713**
Pagamento de dividendos - exercício anterior		–	(19.000)	–	–	(19.000)
Aumento de capital - AGE de 31 de março de 2023		91.483	–	–	–	91.483
Aumento de capital - AGE de 28 de setembro de 2023		14.500	–	–	–	14.500
Reconhecimento pagamento em ações		–	4.605	–	–	4.605
Outros resultados abrangentes		–	–	(1.077)	–	(1.077)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	117.337	117.337
Destinação dos resultados:						
Reserva legal		–	5.867	–	(5.867)	–
Reservas estatutárias		–	72.470	–	(72.470)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares		–	–	–	(39.000)	(39.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.041.753**	**129.736**	**(928)**	**–**	**1.170.561**
Aumento de capital	19 (a)	240.490	–	–	–	240.490
Reconhecimento pagamento em ações		–	13.574	–	–	13.574
Ações outorgadas		–	(7.728)	–	–	(7.728)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	624	–	624
Resultado líquido do exercício		–	–	–	348.660	348.660
Destinação do lucro:						
Reserva legal	19 (b) (i)	–	17.433	–	(17.433)	–
Reservas estatutárias	19 (b) (ii)	–	248.420	–	(248.420)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (c)	–	–	–	(82.807)	(82.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.282.243**	**401.435**	**(304)**	**–**	**1.683.374**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**6.327.971**	**4.310.110**
Receitas com operações de assistência à saúde		6.398.825	4.353.898
Prêmios retidos	20	6.396.901	4.353.960
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		1.924	(62)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(70.854)	(43.788)
Sinistros retidos		**(4.889.691)**	**(3.428.795)**
Sinistros conhecidos ou avisados	21	(4.715.192)	(3.295.033)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(174.499)	(133.762)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**1.438.280**	**881.315**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**4.793**	**3.174**
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		**(94.393)**	**(78.031)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(81.757)	(78.331)
Provisão para perdas sobre créditos		(12.635)	300
Resultado bruto		**1.348.681**	**806.458**
Despesa de comercialização		**(514.371)**	**(394.552)**
Despesa administrativa	22	(342.772)	(288.715)
Resultado financeiro líquido	23	129.379	85.811
Receita financeira		155.592	114.043
Despesa financeira		(26.213)	(28.232)
Resultado patrimonial		**7.979**	**–**
Receita patrimonial		7.979	–
Resultado antes dos impostos e participações		**628.896**	**209.002**
Imposto de renda	12.3	(138.840)	(46.874)
Contribuição social	12.3	(82.049)	(28.593)
Impostos diferidos	12.3	(7.347)	7.539
Participações sobre o lucro		**(52.000)**	**(23.737)**
Resultado líquido do exercício		**348.660**	**117.337**
Quantidade de ações	26	32.220	30.371
Resultado líquido por ação básico e diluído	26	10,8212	3,8635

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado líquido do exercício	**348.660**	**117.337**
Outros resultados abrangentes	**624**	**(1.077)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	1.041	(1.795)
Efeitos tributários	(417)	718
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**349.284**	**116.260**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:18:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, Torre B, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo - SP, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Operadora foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Operadora faz parte da vertical de saúde, sendo uma controlada direta da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A..

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa da ANS nº 528/2022 e alterações posteriores, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela ANS.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Operadora opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, contraprestações a receber) de segurados, títulos e créditos a receber que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Operadora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Operadora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Operadora utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre contraprestações/prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVOS IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Operadora. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.5 CONTRATOS DE SEGUROS E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Operadora emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais de Provisão (NTAPs), salvo as provisões que seguem as regras básicas dispostas na Resolução Normativa nº 574/2023 da ANS, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPCNG) é calculada "pro rata" dia, com base nas contraprestações/prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de contraprestações/prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Operadora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/2023. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Operadora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 76,9%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Operadora e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Operadora dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de obrigação legal (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de contraprestação/prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPCNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment"); e
(v) das provisões técnicas.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de plano de saúde	6.546.216	4.469.582
(+) Resgates de aplicações financeiras	2.555.633	1.947.580
(–) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(4.590.709)	(3.168.288)
(–) Pagamentos de comissões	(709.006)	(546.695)
(–) Pagamentos de pessoal	(108.112)	(85.197)
(–) Pagamentos de serviços de terceiros	(66.407)	(43.493)
(–) Pagamentos de tributos	(491.169)	(279.347)
(–) Pagamentos de processos judiciais	–	(42)
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(26)	(36)
(–) Aplicações financeiras	(2.927.122)	(2.049.098)
(–) Outros pagamentos operacionais	(422.168)	(164.988)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(212.870)**	**79.978**
Atividades de investimentos		
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	269.445	–
(–) Pagamentos relativos ao ativo intangível	(6.978)	(5.457)
(–) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(41.123)	–
Caixa líquido das atividades de investimentos	**221.344**	**(5.457)**
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	240.490	14.500
(+/–) Recebimentos/pagamentos da atividade de financiamento	20.769	(65.109)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**261.259**	**(50.609)**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**269.733**	**23.912**
Caixa - saldo inicial	24.065	153
Caixa - saldo final	293.798	24.065
Ativos livres no início do exercício	95.090	100.695
Ativos livres no final do exercício	554.660	95.090
Aumento/(redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	**459.570**	**(5.605)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Operadora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo contraprestações a receber. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Operadora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Operadora adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Operadora para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o apetite ao risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Operadora não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 100,0% (98,7% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nas contraprestações/prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento das contraprestações dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Operadora, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Operadora possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:18:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Operadora está exposta (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	296.228	547	335.822	–
Fluxo de 1 a 30 dias	638.708	307.627	145.669	439.256
Fluxo de 2 a 6 meses	18.887	891.499	11.762	456.970
Fluxo de 7 a 12 meses	12.518	33.583	6.958	29.365
Fluxo acima de 1 ano	1.713.646	18.712	834.176	15.231
	2.679.987	**1.251.968**	**1.334.387**	**940.822**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pós-fixados (SELIC/CDI)	44,8%	39,6%
Prefixados	28,9%	33,0%
Inflação (IPCA/IGPM)	26,3%	26,7%
Ações	–	0,2%
Outros	–	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(44.240)
	+ 25 b.p.	(23.030)
	+ 10 b.p.	(9.443)
	- 10 b.p.	9.443
	- 25 b.p.	23.030
	- 50 b.p.	44.240
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(18.722)
	+ 25 b.p.	(9.799)
	+ 10 b.p.	(4.025)
	- 10 b.p.	4.025
	- 25 b.p.	9.799
	- 50 b.p.	18.722
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(3.689)
	+ 25 b.p.	(3.074)
	+ 10 b.p.	(2.459)
	- 10 b.p.	2.459
	- 25 b.p.	3.074
	- 50 b.p.	3.689

(i) B.P. = "basis points"
O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Operadora já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Operadora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.
Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.
A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:
Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.
Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.
Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.
Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.
O principal risco da Operadora está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).
Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.
Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.
A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(22.593)	(44.865)
Sinistros - aumento de 50,0%	(39.116)	(60.333)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios , Resolução Normativa ANS nº 569/22, e de solvência.
O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.
Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.
O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.
A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.
As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	1.683.374	1.170.561
Despesas diferidas	(699.215)	(483.667)
Intangível	(68.221)	(55.304)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.115)
Patrimônio líquido ajustado	**914.272**	**630.475**
Capital base (I)	11.702	10.883
Capital baseado em risco (II) (*)	850.367	568.634
Capital regulatório (maior entre I e II)	**850.367**	**568.634**
Suficiência de capital (**)	**63.905**	**61.841**

(*) Foi aprovada pela ANS a partir do 2º trimestre de 2023 a utilização de fatores reduzidos para o cálculo do Capital Regulatório, uma vez que a Operadora está em conformidade com todos os requisitos constantes no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 518/2022.
(**) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. DISPONÍVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	258.817	5.317
Depósitos bancários	34.981	18.748
	293.798	**24.065**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024				Dezembro de 2023
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos					
LFTs	724.507	724.507	346.985	–	346.985
LTNs	–	–	279.495	–	279.495
Letras financeiras - privadas	–	–	–	2.389	2.389
Ações de companhias abertas	–	–	1.696	–	1.696
NTNs-B	–	–	88	–	88
Outros	–	–	–	7.358	7.358
Total - circulante	**724.507**	**724.507**	**628.264**	**9.747**	**638.011**
Aplicações financeiras em garantia		**463.645**			**561.669**
Aplicações financeiras livres		**260.862**			**76.342**

8.2 MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos		
NTN-B (*)	425.168	234.258
LTN	208.016	–
Total - não circulante	**633.184**	**234.258**
Aplicações financeiras em garantia	**633.184**	**234.258**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 598.056 (R$ 233.517 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**896.334**	**662.620**
Aplicações	2.930.439	2.073.163
Resgates	(2.303.738)	(1.931.481)
Rendimentos	128.454	92.032
Saldo final	**1.651.489**	**896.334**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

A Operadora possui saldo de aplicações financeiras classificados no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para garantia das provisões técnicas, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*)	2.041.656	1.093.560
Passivo circulante	1.585.196	1.041.938
Índice de liquidez corrente	**1,29**	**1,05**

(*) Total do ativo circulante, somando aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados no longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

9. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

9.1 CONTRAPRESTAÇÕES/PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2024			Dezembro de2023		
	Prêmios a receber	Provisão para perdas	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber	Provisão para perdas	Prêmios a receber - líquido
A vencer	45.176	(42)	45.134	22.225	(7)	22.218
Vencidos de 1 a 30 dias	32.223	(991)	31.232	28.092	(210)	27.882
Vencidos de 31 a 60 dias	6.374	(629)	5.745	3.869	(146)	3.723
Vencidos de 61 a 90 dias	2.460	(573)	1.887	1.911	(143)	1.768
Vencidos de 91 a 120 dias	2.159	(840)	1.319	1.890	(231)	1.659
Vencidos de 121 a 180 dias	2.422	(1.594)	828	2.566	(545)	2.021
Vencidos de 181 a 365 dias	2.860	(2.742)	118	2.054	(709)	1.345
	93.674	**(7.411)**	**86.263**	**62.607**	**(1.991)**	**60.616**

10. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**483.667**	**296.475**
Constituição	578.952	564.536
Apropriação para despesa	(363.404)	(377.344)
Saldo final	**699.215**	**483.667**
Circulante	166.570	59.229
Não circulante	532.645	424.438

O prazo médio de amortização é de 53 meses (34 meses em 2023), o estudo foi atualizado em setembro de 2024.

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Adiantamentos para despesas e outros créditos	44.196	40.022
Indenização de sinistros	41.112	14.768
Contas a receber - Fundação Itaú	37.191	13.726
Transações com partes relacionadas (*)	2.682	1.923
	125.181	**70.439**

(*) Vide nota explicativa nº 25.

12. TRIBUTOS

12.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos (*)	160.795	145.475
CSLL	22	85
IRPJ	1.295	28
Outros	953	1.127
	163.065	**146.715**
Circulante	2.270	1.240
Não circulante	160.795	145.475

(*) Vide nota explicativa nº 12.2.1.

12.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

12.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	87.493	109.820	(105.987)	91.326
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	35.089	18.383	(2.799)	50.673
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	5.863	6.910	(3.123)	9.650
Provisão para riscos de créditos	5.139	14.737	(15.188)	4.688
Provisão de participação de lucros	8.328	19.908	(27.910)	326
Outras provisões	3.563	3.805	(3.236)	4.132
	145.475	**173.563**	**(158.243)**	**160.795**

12.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	149.758	7.059	2.218	245	220	1.295	**160.795**

12.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	14.035	11.115	(4.882)	20.268
Outros	293	406	–	699
	14.328	**11.521**	**(4.882)**	**20.967**

12.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL e após as participações (A)	576.896	185.265
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(230.758)**	**(74.106)**
Doações/incentivos	9.183	2.261
Depósitos judiciais	3.826	–
Inovação tecnológica	2.692	1.078
Participação nos lucros - administradores	(7.951)	–
Outros	(5.229)	2.839
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**2.521**	**6.178**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(228.237)**	**(67.928)**
Taxa efetiva (D/-A)	**39,6%**	**36,7%**

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (*)	194.515	186.232
PIS (*)	28.027	26.868
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	1.152	1.070
Sinistros	293	182
Outros	3.292	1.490
	227.279	**215.842**

(*) Vide nota explicativa nº 18.1(a).

14. IMOBILIZADO

		Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2%	450.928	(26.701)	424.227	444.969	(8.871)	436.098
Terrenos	–	90.903	–	90.903	94.103	–	94.103
Veículos	10%	370	(185)	185	333	(74)	259
		542.201	**(26.886)**	**515.315**	**539.405**	**(8.945)**	**530.460**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações: Despesas de depreciação	Movimentações: Baixas/ vendas	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	**436.098**	(9.045)	(2.826)	**424.227**
Terrenos	**94.103**	–	(3.200)	**90.903**
Veículos	**259**	(74)	–	**185**
	530.460	**(9.119)**	**(6.026)**	**515.315**

15. INTANGÍVEL

		Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,57 a 20,0	118.934	(50.713)	**68.221**	59.733	(4.429)	**55.304**
		118.934	**(50.713)**	**68.221**	**59.733**	**(4.429)**	**55.304**

15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	**55.304**	17.346	(4.429)	**68.221**
	55.304	**17.346**	**(4.429)**	**68.221**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:18:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhas	Provisão para Remissão	Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar	Provisão de Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo Inicial	**167.704**	**8.679**	**380.214**	**374.381**	**930.978**	**588.664**
Constituições decorrentes de prêmios/contraprestações	6.396.473	1.469	–	–	6.397.942	4.414.300
Amortização pela vigência decorrida	(6.327.673)	(3.392)	–	–	(6.331.065)	(4.355.639)
Aviso de sinistros/eventos	–	–	4.778.458	–	4.778.458	3.341.719
Atualização monetária e juros	–	–	583	–	583	345
Pagamento de sinistros/eventos	–	–	(4.618.402)	–	(4.618.402)	(3.192.173)
Constituições de provisões	–	–	–	300.044	300.044	148.860
Reversões de provisões	–	–	–	(125.544)	(125.544)	(15.098)
	236.504	**6.756**	**540.853**	**548.881**	**1.332.994**	**930.978**
Circulante					1.329.133	925.858
Não circulante					3.861	5.120

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2024, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6)

16.1 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

Bruto de resseguro Administrativo - avisados	Dezembro										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	56	76	76	107	99	151	145	179	201	5.165	
Dois anos mais tarde	60	81	79	112	103	157	157	193	211	–	
Três anos mais tarde	60	82	79	113	104	158	158	209	–	–	
Quatro anos mais tarde	60	82	80	113	105	158	160	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	61	82	80	112	105	165	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	61	82	80	112	105	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	61	82	80	112	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	61	82	80	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	61	82	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	61	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**61**	**82**	**80**	**112**	**105**	**165**	**160**	**209**	**211**	**5.165**	**6.350**

Bruto de resseguro Administrativo - pagos	Dezembro										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	52	70	69	93	86	132	134	165	195	4.124	
Dois anos mais tarde	62	81	79	102	100	151	150	187	198	–	
Três anos mais tarde	62	82	79	102	101	151	151	196	–	–	
Quatro anos mais tarde	62	82	79	102	101	152	157	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	62	82	80	102	101	158	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	62	82	80	102	105	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	62	82	80	112	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	63	82	80	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	63	82	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	61	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**61**	**82**	**80**	**112**	**105**	**158**	**157**	**196**	**198**	**4.124**	**5.273**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	–	–	–	–	–	7	3	13	13	1.041	1.077
										PSL anos anteriores	–
										Provisão de sinistros	1.077

Bruto de resseguro Judicial - avisados	Dezembro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros avisados até a data-base	–	–	–	–	–	–	1	1	1	2
Dois anos mais tarde	1	–	1	1	1	1	1	1	1	–
Três anos mais tarde	1	–	3	1	1	1	1	1	–	–
Quatro anos mais tarde	1	–	3	1	1	1	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1	–	3	1	1	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1	–	3	1	1	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1	–	3	1	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1	–	3	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**1**	**–**	**3**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**2**

Bruto de resseguro Judicial - pagos	Dezembro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros pagos até a data-base	–	–	–	–	1	1	1	–	–	–
Dois anos mais tarde	–	–	–	–	1	1	1	–	–	–
Três anos mais tarde	–	–	1	–	1	1	1	–	–	–
Quatro anos mais tarde	–	–	1	–	1	1	1	–	–	–
Cinco anos mais tarde	–	–	1	–	1	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1	–	1	–	1	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1	–	2	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**1**	**–**	**2**	**–**	**1**	**–**	**1**	**–**	**–**	**–**
Passivo em 31 de dezembro de 2024	–	–	1	1	–	1	–	1	1	2
									PSL anos anteriores	6
									Provisão de sinistros	13

17. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Dividendos	82.807	–
Participação nos lucros a pagar	37.909	16.035
Débitos a pagar	16.132	26.918
Transações com partes relacionadas (i)	16.031	15.307
Encargos trabalhistas	10.074	6.645
Benefícios pós emprego (ii)	5.643	6.351
Outros	38	42
	168.634	**71.298**
Circulante	162.990	64.948
Não circulante	5.644	6.350

(i) Vide nota explicativa nº 25.
(ii) Vide nota explicativa nº 24.2.

18. PROVISÕES JUDICIAIS

18.1 PROVÁVEIS

A Operadora é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	223.329	212.149
Cíveis	23.650	14.164
Trabalhistas	475	493
	247.454	**226.806**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (i)	190.276	182.228
PIS (ii)	28.027	26.868
Outros (iii)	5.026	3.053
	223.329	**212.149**

(i) COFINS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a decisão no Recurso Extraordinário 609.096.

(ii) PIS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 609.096.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Operadora.

18.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**212.149**	**493**	**14.164**	**226.806**
Constituições	1.838	603	32.008	34.449
Êxito/reversões	(240)	(266)	(22.967)	(23.473)
Pagamentos	–	(390)	(1.151)	(1.541)
Atualização monetária	9.582	35	1.596	11.213
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**223.329**	**475**	**23.650**	**247.454**
Quantidade de processos	8	9	1.298	1.315

18.2 POSSÍVEIS

A Operadora é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (i)	36.398	28.243
Cíveis	8.926	5.813
Trabalhistas	15	1
	45.339	**34.057**

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 28.419 (R$ 21.418 de possível impacto no lucro líquido).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 1.282.243, divididos em 36.287.351 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.041.753 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 30.879.681 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas no exercício de 2024 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de fevereiro de 2024	10.000	255.968
28 de maio de 2024	7.500	179.802
28 de junho de 2024	23.990	568.865
30 de julho de 2024	24.000	561.524
30 de agosto de 2024	27.000	616.931
27 de setembro de 2024	20.000	451.654
31 de outubro de 2024	50.000	1.108.658
27 de dezembro de 2024	78.000	1.664.268
	240.490	**5.407.670**

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 63.702 (R$ 46.268 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS E OUTRAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessas reservas será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 337.733 (R$ 83.468 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido	**348.660**	**117.337**
(–) Reserva legal - 5%	(17.433)	(5.867)
Lucro básico para determinação do dividendo	**331.227**	**111.470**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**82.807**	**27.868**
Dividendos complementares	–	11.132
Total de dividendos	**82.807**	**39.000**
Total por ação (R$)	**2,5700**	**1,2841**
Quantidade de ações	32.220	30.371

O saldo de dividendos a pagar à sua Controladora representado por R$ 82.807 está registrado em Débitos diversos no passivo circulante (vide nota explicativa nº 17).

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Operadora.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

20. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saúde	6.197.348	4.184.162
Odonto	199.553	169.798
	6.396.901	**4.353.960**

21. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odonto-lógicos	Dezembro de 2024
Rede contratada	(470.449)	(756.007)	(148.698)	(1.988.086)	(854.640)	(64.549)	**(4.282.429)**
Reembolso	(159.717)	(20.973)	(3.253)	(91.186)	(157.455)	(179)	**(432.763)**
	(630.166)	**(776.980)**	**(151.951)**	**(2.079.272)**	**(1.012.095)**	**(64.728)**	**(4.715.192)**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odonto-lógicos	Dezembro de 2023
Rede contratada	(224.510)	(346.203)	(98.252)	(1.348.516)	(806.173)	(75.913)	**(2.899.567)**
Reembolso	(143.865)	(29.107)	(4.211)	(86.812)	(130.956)	(515)	**(395.466)**
	(368.375)	**(375.310)**	**(102.463)**	**(1.435.328)**	**(937.129)**	**(76.428)**	**(3.295.033)**

21.1 SINISTROS - TIPO DE COBERTURA

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cobertura assistencial com preço preestabelecido	4.629.715	3.212.909
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	77.243	74.362
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	6.257	5.699
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.977	2.063
	4.715.192	**3.295.033**

22. DESPESA ADMINISTRATIVA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal	(140.505)	(119.080)
Despesas compartilhadas (*)	(113.211)	(95.795)
Serviços de terceiros	(58.312)	(48.327)
Localização e funcionamento	(22.738)	(22.044)
Outros	(8.006)	(3.469)
	(342.772)	**(288.715)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do Grupo Porto, o detalhamento está demonstrado na NE 25.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiros	129.398	92.731
Variações monetárias dos depósitos judiciais	9.503	11.689
Outras	16.691	9.623
Total de receitas financeiras	**155.592**	**114.043**
Indenizações por vacância - Fundo de Investimento	(12.642)	(13.752)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(9.582)	(11.415)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(944)	(699)
Outras	(3.045)	(2.366)
Total de despesas financeiras	**(26.213)**	**(28.232)**
Resultado financeiro	**129.379**	**85.811**

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 352 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 1.838 em 31 de dezembro de 2024.

24.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	6.350	4.212
Custo dos benefícios	364	226
Custo de juros	641	487
Benefícios pagos	(1.315)	(410)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(1.070)	1.913
Outros	673	(77)
Saldo final do passivo	5.643	6.351

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Operadora e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Serviços do seguro e plano de saúde prestados pela Porto Saúde e Portomed;
(ii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Gestora e Portopar;
(iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância forçada no âmbito de contrato de venda de imóveis; e
(v) Despesas repassadas conforme grade de rateio pela utilização da estrutura física e de pessoal.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:19:00 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Serviços Médicos	2.473	1.674	–	–
Porto Seguro Saúde Ocupacional	144	241	–	–
Portomed	65	7	–	–
Porto Cia	–	–	15.309	13.463
Porto Seguro S.A.	–	–	722	1.513
	2.682	**1.922**	**16.031**	**14.976**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia	146.516	134.863	(171.818)	(142.691)
Porto Atendimento	34.923	25.933	(17.885)	(13.982)
Serviços Médicos	24.322	20.220	–	–
Porto Consórcio	10.239	9.021	–	–
Portoseg	5.792	4.656	–	(204)
CDF	5.072	–	–	–
Porto Saúde Ocupacional	2.671	3.820	(1.754)	(1.439)
Azul Seguros	2.510	6.440	–	–

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Asset Management	1.176	1.358	(325)	(829)
Mobitech	1.088	1.595	–	–
Porto Vida	966	827	–	–
Crediporto	691	530		
Itaú Auto e Residência	690	637	–	–
Porto Renova Nova	528	–		
Portomed	362	681	–	–
Porto Renova	320	529		
Portopar	287	292		
Porto Gestora	281	–	(572)	–
Porto Serviços	228	292		
Porto Assistência Participações	160	–	–	–
Porto Capitalização	58	40		
Porto Assistência (i)	–	2.647	–	–
Proteção e Monitoramento	–	17	–	–
Porto S.A.	–	–	(11.923)	(14.410)
	238.880	**214.398**	**(204.277)**	**(173.555)**

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF em fevereiro e agosto de 2024, respectivamente.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Operadora é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício

A Operadora não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC - 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado aos acionistas da Operadora	348.660	117.337
Média ponderada do número de ações durante o exercício...	32.220	30.371
Resultado por ação básico e diluído	10,8212	3,8635

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Produto

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA
Diretora de Gente e Cultura

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

INSTITUTO Porto

O cuidado que transforma o futuro

O Programa Jovem Aprendiz do Instituto Porto oferece oportunidades de trabalho para jovens de 17 a 22 anos em situação de vulnerabilidade social. O programa desenvolve competências técnicas e comportamentais por meio de atividades práticas e teóricas nas áreas Administrativa e de Atendimento.

213 aprendizes em 2024

37% dos participantes foram efetivados

Todo cuidado é Porto.

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:19:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Seu cartão com IOF ZERO e benefícios exclusivos

Para sua viagem
- IOF ZERO em compras internacionais
- Até 3,5 pontos para cada dólar gasto
- Acesso a salas VIPs ao redor do mundo

Para seu carro
- Desconto em combustível Shell Box
- Tag Porto Bank grátis
- Pontos que viram desconto no Seguro Auto

Para seu dia a dia
- Parcelamento de compras à vista
- Desconto no Seguro Auto e outros produtos Porto

Baixe o app e fale com seu Corretor.
Consulte condições

Isso é PortoBank

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:19:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Bank S.A.

CNPJ nº 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel) - 4º andar - Lado B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Bank S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**20.947**	**675**
Caixa e equivalentes de caixa		83	43
Dividendos a receber		20.864	632
Não circulante		**1.741.101**	**1.687.805**
Realizável a longo prazo		–	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	13
Investimentos	5	1.741.101	1.687.792
Total do ativo		**1.762.048**	**1.688.480**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**20.933**	**38**
Obrigações a Pagar	6 (c)	20.933	38
Patrimônio líquido		**1.741.115**	**1.688.442**
Capital social	6 (a)	1.497.096	1.493.377
Reservas de lucros	6 (b)	245.304	195.538
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.285)	(473)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.762.048**	**1.688.480**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		**14.217**	**154**	**(109)**	**–**	**14.262**
Constituição de capital social		1.479.160	–	–	–	1.479.160
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	4.711	–	–	4.711
Ganhos e perdas - controladas		–	–	(364)	–	(364)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	255.885	255.885
Destinações:						
Reserva legal		–	12.794	–	(12.794)	–
Reservas estatutárias		–	177.879	–	(177.879)	–
Distribuição de dividendos (R$ 0,01 por ação)		–	–	–	(65.212)	(65.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.493.377**	**195.538**	**(473)**	**–**	**1.688.442**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(177.632)	–	–	(177.632)
Aumento de Capital - AGE 15 de janeiro de 2024	6 (a)	3.719	–	–	–	3.719
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	19.322	–	–	19.322
Ações Outorgadas		–	(19.340)	–	–	(19.340)
Ganhos e perdas - controladas		–	–	(557)	–	(557)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	(255)	–	(255)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	298.250	298.250
Destinações:						
Reserva legal	6 (b) (i)	–	14.913	–	(14.913)	–
Reservas estatutárias	6 (b) (ii)	–	212.503	–	(212.503)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	–	–	–	(70.834)	(70.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.497.096**	**245.304**	**(1.285)**	**–**	**1.741.115**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas			
Equivalência patrimonial	5	298.362	255.911
Total das receitas		**298.362**	**255.911**
Despesas			
Despesas administrativas		(99)	(39)
Total das despesas		**(99)**	**(39)**
Lucro operacional		**298.263**	**255.872**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**298.263**	**255.872**
Imposto de renda e contribuição social		**(13)**	**13**
Diferido		(13)	13
Lucro líquido do exercício		**298.250**	**255.885**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		298.250	255.885
Resultado por ação:			
- Básico e diluído	7	0,4678	0,4390

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**298.250**	**255.885**
Outros resultados abrangentes	**(812)**	**(364)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas em controladas	(844)	(607)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	287	243
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	(386)	–
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa	131	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**297.438**	**255.521**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	297.438	255.521

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**582**	**(661)**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(112)**	**(26)**
Lucro líquido do exercício	298.250	255.885
Resultado de equivalência patrimonial	(298.362)	(255.911)
Variação nos ativos e passivos	**694**	**(635)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(13)
Outros ativos e passivos	681	(622)
Caixa líquido atividades de investimento	**223.371**	**(1.413.266)**
Aumento de capital em controladas	(3.839)	(1.479.160)
Recebimento de dividendos	227.210	65.894
Caixa líquido atividades de financiamento	**(223.913)**	**1.413.948**
Aumento de capital	3.719	1.479.160
Dividendos pagos	(227.632)	(65.212)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**40**	**21**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	43	22
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	83	43

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Bank S.A. ("Porto Bank", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 11 de maio de 2022, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar, Campos Elíseos, São Paulo - SP. Seu objeto social é a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. A Companhia é uma "holding" e faz parte da vertical financeira, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2024 Participação (%) Direta	Dezembro de 2024 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2023 Participação (%) Direta	Dezembro de 2023 Participação (%) Indireta
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Portopar	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,0	–	50,0
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Olho Mágico	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Nido	Controlada	Integral	–	100,0	–	100,0
Porto Seguro Financeiros	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto, reguladas pelo BACEN.

(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

(iii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

(iv) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

(v) ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na instituição de arranjos de pagamento próprios, prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo ou de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos, que incluem, mas não se limitam, a prestação de serviços de pagamento, e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos em geral.

(vi) Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), *subholding* da vertical financeira de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado financeiro.

(vii) Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras da Porto Seguro.

(viii) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.

(ix) Nido Tecnologia Ltda ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.

(x) Porto Seguro Financeiros S.A. ("Porto Seguro Financeiros"), *subholding* da vertical financeira do Grupo Porto.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A Companhia é uma "holding" e, portanto, as principais políticas contábeis de suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

(b) CONTROLADAS EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia é uma "holding" e, portanto, por meio de suas controladas apresenta exposição aos riscos advindos de crédito, liquidez, mercado, capital, operacional e socioambiental.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

5. INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Remuneração em ações	Usufruto	"Swap" / Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Negócios Financeiros	**1.666.064**	519.147	(245.318)	120	(118)	(345.394)	112.968	**1.707.469**
Porto Serviços Financeiros	**21.719**	10.722	(2.756)	3.719	214	–	6	**33.624**
Porto Seguro Financeiros	**9**	(1)	–	–	–	–	–	**8**
	1.687.792	**529.868**	**(248.074)**	**3.839**	**96**	**(345.394)**	**112.974**	**1.741.101**

Em 29 de novembro de 2023 foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens sub-rogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.

5.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2024 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Dezembro de 2023 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Portoseg	19.277.705	18.174.505	3.752.081	231.494	(1.001)
Porto Consórcio	1.663.831	1.141.265	1.127.768	274.136	264.866
Portopar	39.390	7.989	33.834	13.637	6.047
Porto Negócios Financeiros (ii)	1.748.405	18.415	–	(120)	(42)
Porto Serviços Financeiros (ii)	36.169	2.546	–	(1)	(1)
Olho Mágico	16.289	–	–	(1.854)	711
Nido	690	580	3.579	117	(948)
Crediporto	27.925	8.102	54.729	12.460	3.063
Porto Seguro Financeiros	8	–	–	(1)	(1)
Equivalência patrimonial	**22.810.412**	**19.353.402**	**4.971.991**	**529.868**	**272.694**

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui resultado de equivalência patrimonial.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 1.497.096 divididos em 637.497.410 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.493.377 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 636.096.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

A AGE realizada em 15 de fevereiro de 2024, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 3.719, mediante a emissão de 1.401.156 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 27.715 (R$ 12.802 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 217.589 (R$ 178.001 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**298.250**	**255.885**
(–) Reserva legal - 5%	(14.913)	(12.794)
Lucro básico para determinação do dividendo	**283.337**	**243.091**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**70.834**	**60.773**
Dividendos complementares	–	4.439
Total de dividendos	**70.834**	**65.212**
Total por ação	**0,1111**	**0,1119**
Quantidade de ações	637.497	582.855

A Reunião da Diretoria realizada em 29 de agosto de 2024, deliberou aprovação da distribuição de dividendos intermediários no valor total de R$ 50.000, com pagamento realizado na mesma data.

O saldo de dividendos a pagar à sua Controladora representado por R$ 20.834 está registrado em Obrigações a pagar no passivo circulante.

7. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	298.250	255.885
Média ponderada do número de ações durante o exercício	637.497	582.855
Resultado por ação básico e diluído	0,4678	0,4390

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:19:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Bank S.A.

CNPJ n° 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel) - 4° andar - Lado B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Bank S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Bank S.A**. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:20:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.009/0001-14

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 2 - Bloco B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Negócios Financeiros S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**18.600**	**973**
Caixa e equivalentes de caixa		65	9
Títulos e créditos a receber	5	18.535	964
Não circulante		**1.729.805**	**1.687.612**
Realizável a longo prazo		—	22
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	22
Investimentos	5	1.729.805	1.687.590
Total do ativo		**1.748.405**	**1.688.585**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**18.416**	**63**
Obrigações a pagar	6 (c)	18.416	63
Patrimônio líquido		**1.729.989**	**1.688.522**
Capital social	6 (a)	1.461.206	1.461.086
Reservas de lucros	6 (b)	269.950	227.847
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.167)	(411)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.748.405**	**1.688.585**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.461.086**	**19.123**	**(29)**	**–**	**1.480.180**
Constituição de capital social		–	(1.487)	–	–	(1.487)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	4.591	–	–	4.591
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(382)	–	(382)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	270.872	270.872
Destinações:						
Reserva legal		–	13.544	–	(13.544)	–
Reservas estatutárias		–	192.076	–	(192.076)	–
Distribuição de dividendos		–	—	–	(65.252)	(65.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.461.086**	**227.847**	**(411)**	**—**	**1.688.522**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(177.000)	–	–	(177.000)
Aumento de Capital - AGE de 31 de julho de 2024	6 (a)	120	—	–	–	120
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	18.850	–	–	18.850
Ações outorgadas		–	(19.083)	–	–	(19.083)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(501)	–	(501)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	(255)	–	(255)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	287.653	287.653
Destinações:						
Reserva legal	6 (b) (i)	–	14.383	–	(14.383)	–
Reservas estatutárias	6 (b) (ii)	–	204.953	–	(204.953)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	–	–	–	(68.317)	(68.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.461.206**	**269.950**	**(1.167)**	**–**	**1.729.989**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas			
Equivalência patrimonial	5	287.773	270.914
Total das receitas		**287.773**	**270.914**
Despesas			
Despesas administrativas		(98)	(64)
Total das despesas		**(98)**	**(64)**
Lucro operacional		**287.675**	**270.850**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**287.675**	**270.850**
Imposto de renda e contribuição social		**(22)**	**22**
Diferido		(22)	22
Lucro líquido do exercício		**287.653**	**270.872**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		287.653	270.872
Resultado por ação:			
- Básico e diluído	7	0,2123	0,1999

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**287.653**	**270.872**
Outros resultados abrangentes	**(756)**	**(382)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas em controladas	(759)	(1.062)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	258	425
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	(386)	425
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa	131	(170)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**286.897**	**270.490**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	286.897	270.490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**(64)**	**(966)**
Caixa consumido nas operações	**(120)**	**(42)**
Lucro líquido do exercício	287.653	270.872
Resultado de equivalência patrimonial	(287.773)	(270.914)
Variação nos ativos e passivos	**56**	**(924)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(22)
Outros ativos e passivos	34	(902)
Caixa líquido atividades de investimento	**227.000**	**66.217**
Recebimento de dividendos	227.000	66.217
Caixa líquido atividades de financiamento	**(226.880)**	**(65.252)**
Aumento de capital	120	—
Dividendos pagos	(227.000)	(65.252)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**56**	**(1)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9	10
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	65	9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Negócios Financeiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 09 de junho de 2022, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, sala 02, bloco B, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades que desenvolvam atividades financeiras. A Companhia faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Bank.

A Companhia possui as seguintes participações:

			Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Classificação	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Porto Consórcio	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
Portoseg	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
Portopar	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	—	50,0	—	50,0

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

(iii) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

(iv) ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A Companhia é uma "holding" e, portanto, as principais políticas contábeis de suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

(b) CONTROLADAS EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia é uma "holding" e, portanto, por meio de suas controladas apresenta exposição aos riscos advindos de crédito, liquidez, mercado, capital, operacional e socioambiental.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

5. INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Remuneração em ações	Usufruto (i)	"Swap"/Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Portoseg	**1.175.841**	231.494	–	114	(345.394)	113.786	**1.175.841**
Porto Consórcio	**494.007**	274.136	(245.535)	711	—	(756)	**522.563**
Portopar	**17.742**	13.637	–	22	—	—	**31.401**
	1.687.590	**519.267**	**(245.535)**	**847**	**(345.394)**	**113.030**	**1.729.805**

(i) Em 29 de novembro de 2023 foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens sub-rogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.

O saldo de dividendos oriundo de suas controladas representado por R$ 245.535, sendo R$ 150.000 recebido em fevereiro de 2024, R$ 27.000 em julho de 2024 e R$ 50.000 em agosto de 2024, restando R$ 18.535 a receber registrado em Títulos e Créditos a receber no ativo circulante.

5.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2024 Lucro líquido/ do exercício	Dezembro de 2023 Lucro líquido/ do exercício
Porto Consórcio	1.663.831	1.141.265	1.127.768	274.136	188.683
Portoseg	19.277.705	18.174.505	3.752.081	231.494	997
Portopar	39.390	7.989	33.834	13.637	2.657
Equivalência patrimonial	**20.980.926**	**19.323.759**	**4.913.683**	**519.267**	**192.337**

(i) Incluem receitas financeiras.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 1.461.206 divididos em 1.354.949.742 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.461.086 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 1.354.853.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

A AGE realizada em 31 de julho de 2024, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 120, mediante a emissão de 96.458 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 33.128 (R$ 18.745 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 236.822 (R$ 198.195 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**287.653**	**270.872**
(–) Reserva legal - 5%	(14.383)	(13.544)
Lucro básico para determinação do dividendo	**273.270**	**257.328**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**68.317**	**64.332**
Dividendos complementares	—	920
Total de dividendos	**68.317**	**65.252**
Total por ação	**0,0504**	**0,0482**
Quantidade de ações	1.354.893	1.354.853

A Reunião da Diretoria realizada em 29 de agosto de 2024, deliberou aprovação da distribuição de dividendos intermediários no valor total de R$ 50.000, com pagamento realizado na mesma data.

O saldo de dividendos a pagar à sua Controladora representado por R$ 18.317 está registrado em Obrigações a pagar no passivo circulante.

7. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	287.653	270.872
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.354.893	1.354.853
Resultado por ação básico e diluído	0,2123	0,1999

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:20:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.009/0001-14
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 02 - Bloco B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Negócios Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Negócios Financeiros S.A** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:20:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas de prestação de serviços

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2024 R$3.857 milhões, com aumento de 12% em relação ao ano anterior.

• Resultado do semestre/exercício e por cota

Em 2024, o resultado totalizou R$ 231,5 milhões em relação ao resultado de R$ (1) milhão do ano anterior, sendo que o resultado por cota foi de R$ 13,88 em 2024.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   1.1: Temas materiais associados:
   - Desenvolvimento das Comunidades Locais
   - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
   - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   2.1: Temas materiais associados:
   - Descarbonização e emissões de GEE
   - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   3.1: Temas materiais associados:
   - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
   - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
   - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   4.1: Temas materiais associados:
   - Comportamento ético, integridade e compliance
   - Gestão da cadeia de valor
   - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
   - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhados com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

À Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		17.228.354	15.233.382
Disponibilidades		219.648	489.888
Caixa e equivalentes de caixa	7	219.648	489.888
Instrumentos financeiros		319.281	34.893
Títulos e valores mobiliários	8	159.089	22.154
Instrumentos financeiros derivativos	17	160.192	12.739
Operações de crédito		3.515.816	3.102.026
Setor privado	9	4.861.301	4.409.655
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 (f)	(1.345.485)	(1.307.629)
Outros créditos		13.136.602	11.523.640
Valores a receber relativos a transações de pagamento	9	12.932.210	11.379.247
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 (f)	(94.479)	(85.110)
Diversos	10	298.871	229.503
Outros valores e bens		37.007	82.935
Não circulante		2.090.359	1.899.724
Operações de crédito		1.026.884	1.029.840
Setor privado	9	1.077.398	1.098.040
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 (f)	(50.514)	(68.200)
Outros créditos		850.689	677.719
Ativos fiscais diferidos	11	800.019	630.588
Diversos	10	50.670	47.131
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	165.576	150.989
Intangível	13	47.210	41.176
"Software"		48.707	32.120
(–) Amortizações		(12.051)	(12.050)
Outros intangíveis		43.974	43.974
(–) Amortizações		(33.420)	(22.868)
Total do ativo		19.318.713	17.133.106

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		15.030.937	14.296.881
Depósitos	14	227.632	314.278
Depósitos interfinanceiros		–	200.090
Depósitos a prazo		227.632	114.188
Instrumentos financeiros derivativos	17	11.284	32.862
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	944.096	2.019.109
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		944.096	2.019.109
Relações Interfinanceiras		10.646.819	9.080.926
Transações de pagamento	15	10.646.819	9.080.926
Outras obrigações		3.201.106	2.849.706
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.952	5.297
Sociais e estatutárias	16.1	25.897	5.878
Fiscais e previdenciárias	16.2	154.741	24.130
Provisão para pagamentos a efetuar	16.3	130.276	96.850
Diversas	16.5	2.885.240	2.717.551
Não circulante		3.184.577	1.816.510
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	3.058.193	1.762.015
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		3.058.193	1.762.015
Provisões para impostos e contribuições diferidas	18	63.784	174
Outras obrigações		62.600	54.321
Provisões judiciais	16.4.1	61.006	52.665
Diversas	16.5	1.594	1.656
Patrimônio líquido		1.103.199	1.019.715
Capital social	19	654.117	654.117
Reservas de lucros		354.014	384.316
Ajustes de avaliação patrimonial		95.068	(18.718)
Total do passivo e patrimônio líquido		19.318.713	17.133.106

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do semestre/exercício	137.441	231.494	63.966	(1.001)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(96.528)	(161.606)	439.205	797.610
Resultado de equivalência patrimonial	(7.069)	(14.587)	(4.753)	(9.212)
Amortizações	5.277	10.553	5.485	11.387
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(5.028)	(6.858)	321	(693)
Lucro líquido ajustado	34.093	58.996	504.224	798.091
Variações de ativos e passivos	73.892	(70.906)	(61.308)	(359.138)
Variação em títulos e valores mobiliários	362.858	(136.935)	30.985	11.050
Variação em operações de crédito	(164.248)	(249.228)	(455.140)	(863.608)
Variação em outros créditos	(1.636.394)	(1.785.932)	(1.280.966)	(1.561.899)
Variação em outros valores e bens	18.202	45.928	55.088	5.655
Variação em instrumentos financeiros derivativos	(134.109)	(169.031)	(4.141)	20.123
Variação em depósitos interfinanceiros	–	(200.090)	(69.973)	200.090
Variação em depósitos a prazo	61.989	113.444	32.496	62.778
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(181.447)	221.165	181.412	108.734
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	242.302	473.861	261.257	531.006
Variação em outras obrigações	1.848.271	2.229.925	1.448.931	1.661.835
Caixa consumido pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(101.230)	(140.152)	–	(3.896)
Juros sobre captação de recursos pagos	(242.302)	(473.861)	(261.257)	(531.006)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	107.985	(11.910)	442.916	438.953
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.390)	(16.587)	(4.874)	(13.381)
Alienação de intangível	–	–	22.592	22.592
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	(10.390)	(16.587)	17.718	9.211
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(60.200)	(248.601)	(40.779)	(139.095)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(60.200)	(248.601)	(40.779)	(139.095)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	37.395	(277.098)	419.855	309.069
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(5.028)	(6.858)	321	(693)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	177.225	489.888	70.354	180.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	219.648	219.648	489.888	489.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Receitas da intermediação financeira		1.256.46 6	2.425.725	1.133.854	2.196.934
Operações de crédito	20	1.220.915	2.373.207	1.115.434	2.162.242
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		35.551	52.518	18.420	34.692
Despesas da intermediação financeira		(157.127)	(353.663)	(702.333)	(1.330.968)
Operações de captação no mercado	21	(253.655)	(515.269)	(263.128)	(533.358)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		96.528	161.606	(439.205)	(797.610)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.099.339	2.072.062	431.521	865.966
Outras receitas/(despesas) operacionais		(904.966)	(1.729.000)	(351.882)	(923.168)
Receita de prestação de serviços	22	707.554	1.351.901	611.065	1.182.438
Despesas com pessoal		(54.476)	(104.339)	(44.104)	(87.864)
Outras despesas administrativas	23	(388.898)	(712.822)	(315.652)	(651.679)
Despesas tributárias	24	(103.232)	(194.442)	(85.903)	(165.000)
Outras receitas operacionais	25	52.748	79.667	33.006	51.852
Outras despesas operacionais	26	(1.118.662)	(2.148.965)	(550.294)	(1.252.915)
Resultado de equivalência patrimonial	12	7.069	14.587	4.753	9.212
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		201.442	357.649	84.392	(47.990)
Imposto de renda	11.2	(47.081)	(167.300)	(1.341)	(1.341)
Contribuição social	11.2	(31.619)	(102.278)	(98)	(390)
Ativo fiscal diferido	11.2	31.729	180.870	(12.279)	62.505
Participações nos lucros		(17.030)	(37.447)	(6.708)	(13.785)
Resultado do semestre/exercício		137.441	231.494	63.966	(1.001)
Resultado do semestre/ exercício por ação básico e diluído	29	8,2418	13,8819	3,8358	(0,0600)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Resultado do semestre/exercício	137.441	231.494	63.966	(1.001)
Outros resultados abrangentes	71.788	113.786	(763)	(18.653)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Resultado com "hedge"	119.643	189.640	(843)	(30.660)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge"	(47.857)	(75.856)	335	12.262
Outros ajustes de avaliação patrimonial	4	4	(425)	(425)
Efeitos Tributários	(2)	(2)	170	170
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	209.229	345.280	63.203	(19.654)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:20:56 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutárias	Reservas de lucros - Outras	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2024		**654.117**	**83.277**	**129.224**	**2.260**	**23.280**	**66.523**	**958.681**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(33.000)	–	–	–	(33.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	4.668	–	–	4.668
Ações outorgadas		–	–	–	–	–	–	–
Resultado com "hedge"		–	–	–	–	71.786	–	71.786
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	2	–	2
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	137.441	137.441
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	11.575	–	–	–	(11.575)	–
Reservas estatutárias		–	–	156.010	–	–	(156.010)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(4.379)	(4.379)
JCP intercalares (R$ 1,70 por ação)		–	–	–	–	–	(32.000)	(32.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**654.117**	**94.852**	**252.234**	**6.928**	**95.068**	**–**	**1.103.199**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
JCP - exercícios anteriores		–	–	(74.095)	–	–	–	(74.095)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	7.292	–	–	7.292
Ações outorgadas		–	–	–	(4.671)	–	–	(4.671)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(255)	–	(255)
Resultado com "hedge"		–	–	–	–	(18.396)	–	(18.396)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	(1.001)	(1.001)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	(1.001)	–	–	1.001	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**654.117**	**83.277**	**294.224**	**6.815**	**(18.718)**	**–**	**1.019.715**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(198.000)	–	–	–	(198.000)
Reconhecimento pagamento em ações	19 (d)	–	–	–	9.109	–	–	9.109
Ações outorgadas		–	–	–	(8.996)	–	–	(8.996)
Resultado com "hedge"		–	–	–	–	113.784	–	113.784
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	2	–	2
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	231.494	231.494
Destinação do resultado:								
Reserva legal	19 (b)	–	11.575	–	–	–	(11.575)	–
Reservas estatutárias	19 (b)	–	–	156.010	–	–	(156.010)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (c)	–	–	–	–	–	(4.379)	(4.379)
JCP intercalares (R$ 1,70 por ação)	19 (c)	–	–	–	–	–	(59.530)	(59.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**654.117**	**94.852**	**252.234**	**6.928**	**95.068**	**–**	**1.103.199**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

A Instituição possui a seguinte participação:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2024 Participação (%)	Dezembro de 2023 Direta
	Entidade controlada	Por equivalência		
ConectCar	em conjunto	patrimonial	50,00	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

IMPACTOS ESTIMADOS DAS NOVAS NORMAS NOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A partir das mudanças trazidas pela Resolução 4.966/21 e normas correlatas, a Instituição observou seus impactos estimados em resultado, bem como em sua posição financeira e esses estão detalhados nos subtópicos abaixo:

Classificação vigente	Saldo em 31/12/2024	Remensurações	Saldo em 01/01/2025	Nova Classificação Res. CMN 4.966/21
Ativos financeiros	**192.720.301**	**(222.284)**	**192.498.017**	
Instrumentos Financeiros - Cotas de Fundo de Investimentos	175.339.711	–	175.339.711	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - Cotas de Fundos de Investimentos Mensurados ao VJR
Instrumentos Financeiros Derivativos	160	–	160	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos Instrumentos Financeiros Derivativos - Mensurados ao VJR
Operações de Créditos (Empréstimos e Recebíveis) e Outros Créditos	18.870.909	8.698	18.879.607	Operações de Crédito - Mensurados ao Custo Amortizado
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(1.490.479)	(230.983)	(1.721.461)	Perda Incorrida / Perda esperada
Passivos Financeiros	**(14.876.739)**	**–**	**(14.876.739)**	
Depósitos	(227.632)	–	(227.632)	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(4.002.208)	–	(4.002.208)	Mensurados ao Custo Amortizado
Relações Interfinanceiras	(10.646.819)	–	(10.646.819)	

2.5.1. CLASSIFICAÇÃO, MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E BAIXA

Conforme Circular nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários no Brasil eram classificados em três categorias, sendo elas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Com a Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR).

Considerando a carteira de ativos da Instituição, as operações que abrangem majoritariamente esses tipos de instrumentos são:

- Negociação de Títulos e Valores Mobiliários;
- Crédito Direto ao Consumidor;
- Operações de Cartão de Crédito.

As classificações desses instrumentos financeiros não foram alteradas, dessa forma resumimos no quadro a seguir as operações e respectivas classificações determinadas pela Resolução CMN 4.966/21:

2.5.2. TAXA DE JUROS EFETIVA

Os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21.

Dessa forma, nossos ativos mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, serão reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, equalizando o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto; e as operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Referente as operações de créditos classificadas na categoria custo amortizado, a Companhia optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método diferenciado de apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº 352/23.

2.5.3. ATIVO PROBLEMÁTICO E *STOP ACCRUAL*

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas.

A Companhia não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento desta receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso. A Resolução CMN nº 4.966/21, define que as operações no estágio 3:

- Operações em default (ativo problemático) - Perda Esperada Lifetime;
- Atraso superior a 90 dias, podendo considerar um prazo inferior diante de evidência de que, nesse prazo, há redução significativa da capacidade financeira da contraparte honrar suas obrigações nas condições pactuadas; ou
- Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Neste sentido, a administração avaliou que há evidências objetivas quanto a perda pelo valor recuperável em operações que possuem atraso igual ou superior a 90 dias. O novo regime de *stop accrual* introduzido pela Resolução afetará o reconhecimento de receitas de ativos classificados como problemáticos, com isso, especificamente em 1 de janeiro de 2025, admite-se que as Instituições Financeiras promovam (por ocasião da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023), admitiremos a remensuração no valor de R$ 8.698 (R$ 5.219 líquido) dos ativos financeiros em contrapartida da conta de lucros e prejuízos acumulados, para incorporar as rendas advindas de contratos não considerados como 'ativos problemáticos', mas que estavam em stop accrual em 31.12.2024.

2.5.4. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS)

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os ratings previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas, onde as perdas eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após a identificação de um evento de perda, ou seja, evento passado.

Deste modo, sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R$ 1.490.479. Com a chegada da Resolução CMN nº 4.966/21, adotaremos o modelo de perdas esperadas, onde a companhia passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e forward looking. Desta forma, a soma estimada de perdas esperadas será de R$ 1.721.461 causando um impacto estimado de R$ 230.983.

2.5.5. IMPACTOS ESTIMADOS EM PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os efeitos estimados estão demonstrados a seguir:

Conciliação Patrimônio Líquido	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	**1.103.199**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.590)
Provisão para limite de crédito crédito não tomado	(78)
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual (i)	5.219
Patrimônio líquido após ajustes da Res. CMN nº 4.966 - 01/01/2025	**969.750**
Provisão para Perdas	
Saldo da Provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	1.490.478
Efeito de adoção inicial Res. CMN nº 4.966	**(230.983)**

(i) Líquido de imposto

2.5.6. IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A nova lei altera completamente a lógica de dedutibilidade das perdas. Regra geral, uma vez que o crédito é caracterizado como inadimplido deduz-se o resultado da multiplicação do crédito inadimplido pelo Fator A, e nos meses subsequentes a dedução se dá pela multiplicação do crédito pelo Fator B.

Quanto ao estoque de perdas, em síntese, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Caso o prazo seja insuficiente, permite a dedução em até 120 meses, se optado até 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, de acordo com os estudos realizados em 31/12/2024 a Instituição possui um saldo de impostos diferidos sobre perdas no valor de R$ 711.763, do qual a estimativa de realização é de 11% em 2025, 14% no ano de 2026 e de 2027 a 2032 (prazo final de 84 meses, conforme legislação vigente e em referência) será uma realização fixa de 12%.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no exercício em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1. INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sinteiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 9).

3.5. ATIVO INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:21:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...
ICP Brasil

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado.

O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de depósitos interfinanceiros e a prazo, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.7. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.9. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos judiciais; e
- da provisão para risco de créditos ("impairment").

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (https://ri.Instituiçãouro.com.br/governanca-corporativa/conglomerado-prudencial/).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100% em risco soberano.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5. RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo BACEN, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Instituição, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Instituição e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Capital regulamentar		
Nível I	**1.888.100**	**1.541.444**
Capital principal	1.614.241	1.490.156
Capital complementar	273.859	51.288
Nível II	**644.289**	**664.907**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	644.289	664.907
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	**2.532.389**	**2.206.351**
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	17.865.370	15.243.679
De mercado	131.919	70.446
Operacional	1.367.063	1.133.160
Ativos ponderados pelo risco (B)	**19.364.352**	**16.447.285**
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	2.033.257	**1.726.965**
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	**499.132**	**479.386**
Índice de capital (A/B)	**13,08 %**	**13,41 %**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Depósitos bancários	203.397	489.504
Equivalentes de caixa (*)	16.251	384
	219.648	**489.888**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Títulos para negociação	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Total**
Fundos exclusivos			
LFTs	159.089	159.089	17.996
LTNs	–	–	4.158
Total - circulante	**159.089**	**159.089**	**22.154**

A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i)	3.397.830	2.927.232
Financiamentos	1.271.894	1.560.700
Empréstimos	1.268.975	1.019.763
	5.938.699	**5.507.695**
Títulos e créditos a receber (ii)	12.932.210	11.379.247
	18.870.909	**16.886.942**

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes. (Vide nota explicativa nº15).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Setor privado		
Pessoas físicas	18.142.097	16.250.112
Comércio	689.990	20.407
Intermediadores financeiros	22.188	17.370
Indústria	16.499	442
Outros serviços (*)	135	598.611
	18.870.909	**16.886.942**

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer		
Até 90 dias	13.329.282	11.774.467
De 91 a 360 dias	986.479	996.403
Acima de 360 dias	1.077.398	1.098.041
Vencidos		
Até 14 dias	1.096.270	843.028
Acima de 14 dias	2.381.478	2.175.003
	18.870.909	**16.886.942**

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
1 a 10 maiores devedores	76.180	61.178
11 a 60 maiores devedores	75.976	58.338
61 a 160 maiores devedores	77.938	58.697
Demais devedores	18.640.815	16.708.729
	18.870.909	**16.886.942**

(e) POR NÍVEL DE RISCO

					Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
Nível de risco	**Provisão mínima requerida (%)**	**Cartão de crédito e títulos e créditos**	**Financiamentos**	**Empréstimos**	**Total da carteira**	**Provisão total (*)**	**Total da carteira**	**Provisão total (*)**
AA	–	–	354.763	187.299	542.062	–	461.902	–
A	0,5	12.994.277	679.377	770.983	14.444.634	72.224	13.102.331	65.513
B	1	244.987	72.529	121.525	439.042	4.390	280.492	2.805
C	3	894.098	75.571	76.519	1.046.188	31.386	838.195	25.146
D	10	551.767	31.789	26.628	610.185	61.018	474.166	47.417
E	30	352.024	15.588	22.802	390.414	117.124	342.292	102.688
F	50	250.506	10.148	11.555	272.210	136.105	238.657	119.329
G	70	174.041	8.866	10.235	193.142	135.199	169.298	118.509
H	100	868.340	23.263	41.429	933.032	933.032	979.609	979.532
		16.330.040	**1.271.894**	**1.268.975**	**18.870.909**	**1.490.478**	**16.886.942**	**1.460.939**

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:21:26 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1.460.939**	**1.208.075**
Constituição de provisão	1.131.881	1.277.176
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(1.102.342)	(1.024.312)
	1.490.478	**1.460.939**

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Montante de créditos renegociados	1.502.161	738.807
Montante de créditos recuperados	564.588	538.337
Montante de créditos baixados como prejuízo	(1.666.927)	(1.562.649)
	399.822	**(285.505)**

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cartão de crédito	233.965	152.474
Depósitos judiciais	50.670	47.132
Impostos a compensar	43.361	61.437
Adiantamento a fornecedores e funcionários	3.270	4.209
Transações com partes relacionadas (i)	2.490	978
Outros	15.785	10404
	349.541	**276.634**
Circulante	298.871	229.503
Não circulante	50.670	47.131

(i) Vide nota explicativa nº 28.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	4.912	(4.912)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	545.782	280.808	(114.827)	711.763
Outras provisões	58.625	19.182	(1.879)	75.928
Provisão para obrigações legais	7.093	1.454	–	8.547
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	2.687	1.720	(628)	3.779
Provisão de participação de lucros	4.137	11.026	(15.161)	2
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	12.264	12.432	(24.696)	–
	630.588	**331.534**	**(162.103)**	**800.019**

11.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	100.253	141.151	89.579	88.809	88.801	291.426	800.019

11.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	184.412	320.202	77.684	(61.775)
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(73.765)**	**(128.081)**	**(31.074)**	**24.710**
Juros sobre capital próprio	12.800	23.812	13.960	29.638
Doações/ incentivos	9.107	9.866	74	74
Inovação tecnológica	6.662	6.662	2.450	2.450
Equivalência patrimonial	2.827	5.835	1.902	3.685
Depósitos judiciais	1.388	1.388	–	–
Participação nos lucros - administradores	(1.727)	(3.953)	–	–
Outros	(4.263)	(4.237)	(1.030)	217
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**26.794**	**39.373**	**17.356**	**36.064**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(46.971)**	**(88.708)**	**(13.718)**	**60.774**
Taxa efetiva (D/-A)	**25,5 %**	**27,7 %**	**17,7 %**	**98,4 %**

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado equivalência patrimonial	Saldo em 31 Dezembro de 2024
ConectCar	**114.600**	14.587	**129.187**
Combinação de negócios (i)	**36.389**	–	**36.389**
	150.989	**14.587**	**165.576**

(i) Ativos contemplados nos investimentos da Instituição referem-se à combinação de negócios celebrada em contrato em junho de 2021 com a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar").

13. INTANGÍVEL

13.1. COMPOSIÇÃO

	Taxas amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
"Software"		48.707	(12.051)	**36.656**	32.119	(12.050)	**20.069**
Ágio - ConectCar (i)		43.974	(33.420)	**10.554**	43.974	(22.868)	**21.107**
		92.681	**(45.471)**	**47.210**	**76.093**	**(34.918)**	**41.176**

(i) Vide nota explicativa nº 12.

13.2. MOVIMENTO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações Aquisições	Despesa de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	**20.069**	16.587	–	**36.656**
Ágio - ConectCar	**21.107**	–	(10.553)	**10.554**
	41.176	**16.587**	**(10.553)**	**47.210**

14. DEPÓSITOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Recursos de letras financeiras (i)	497.391	446.705	617.053	2.441.140	4.002.289	3.781.124
Depósitos interfinanceiros - DI	–	–	–	–	–	200.090
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	37.519	190.113	–	–	227.632	114.188
	534.910	**636.818**	**617.053**	**2.441.140**	**4.229.921**	**4.095.402**
Circulante					1.171.728	2.333.387
Não circulante					3.058.193	1.762.015

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se à participação nos lucros dos funcionários e dos dividendos a pagar.

16.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Imposto de renda	74.217	5.600
Contribuição social	58.610	398
Cofins	13.665	11.940
Pis	2.285	1.989
ISS	2.796	2.480
INSS	2.556	1.268
Outros	612	455
	154.741	**24.130**

16.3. PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão de benefícios a empregados	8.702	7.535
Fornecedores	85.676	85.574
Partes relacionadas (i)	26.543	–
Comissão a pagar	9.118	3.414
Outros	237	327
	130.276	**96.850**

(i) Vide nota explicativa 28.

16.4. PROVISÕES JUDICIAIS

16.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	51.556	45.946
Cíveis	7.762	5.723
Trabalhistas	1.688	996
	61.006	**52.665**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (i)	48.182	44.754
PAT	3.374	1.192
	51.556	**45.946**

i. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado desta ação refere-se ao questionamento, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se o julgamento de recurso impetrado pela Instituição.

16.4.1.1. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PROVÁVEIS

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**45.946**	**5.723**	**996**	**52.665**
Constituições	2.184	7.535	2.562	12.281
Êxito/reversões	(211)	(1.139)	(1.938)	(3.288)
Pagamentos	–	(5.210)	(34)	(5.244)
Atualização monetária	3.637	853	102	4.592
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**51.556**	**7.762**	**1.688**	**61.006**
Quantidade de processos	2	2.691	61	2.754

16.4.2. POSSÍVEIS

A Instituição é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais	5.823	5.566
Cíveis	1.792	1.532
Trabalhistas	155	4
	7.770	**7.102**

16.5. DIVERSAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Operações com cartão de crédito	2.691.891	2.535.207
Programa de incentivo - cartão de crédito	144.774	113.855
Benefícios Pós-Emprego	1.594	1.656
Outras	48.575	68.489
	2.886.834	**2.719.207**
Circulante	2.885.240	2.717.551
Não circulante	1.594	1.656

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Parcela efetiva - valor justo		
Contrato de swap	(2.142.434)	(2.819.863)
Passivo financeiro (objeto de hedge)	2.302.626	2.789.203
Total (A)	**160.192**	**(30.660)**
Parcela Inefetiva (B)	**(1.212)**	**–**
Estratégias - Curva		
Contrato de swap	(2.637.123)	(2.754.873)
Hedge de captações	2.625.839	2.765.410
Total (C)	**(11.284)**	**10.537**
Instrumentos financeiros (A+C)	148.908	(20.123)
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	158.980	(30.660)
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	95.388	(18.396)

18. PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O saldo refere-se principalmente ao passivo diferido sobre instrumentos financeiros derivativos de "swap", conforme nota explicativa nº 17.

19. PATRIMÔNIO LIQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 654.117, dividido 16.675.720 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 94.852 (R$ 83.277 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 252.234 (R$ 294.224 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2024, a Administração da Companhia aprovou nas Reuniões de Diretoria as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros, todos os valores foram pagos na data de sua aprovação.

Para o resultado de 2024 também foram aprovados e pagos dividendos e JCP, conforme detalhamento abaixo.

Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado
29 de fevereiro de 2024	15.000
28 de março de 2024	40.000
30 de abril de 2024	80.000
28 de maio de 2024	30.000
23 de julho de 2024	33.000
Total	**198.000**
JCP (destinação de 2024)	**Valor Aprovado**
28 de março de 2024	12.287
28 de junho de 2024	11.114
27 de setembro de 2024	14.280
27 de dezembro de 2024	12.920
Total	**50.601**

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	**231.494**	**(1.001)**
(–) Reserva legal - 5%	(11.575)	50
Resultado básico para determinação do dividendo	**219.919**	**(951)**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**54.980**	**(238)**
JCP distribuído - líquido (*) (a)	50.601	–
Dividendos complementares (b)	4.379	–
Total de dividendos e JCP (a + b)	**54.980**	**–**
Total por ação (R$)	**3,2970**	**–**
Quantidade de ações	16.676	16.676

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquidos de imposto (15% de IR).

O saldo de dividendos a pagar à sua Controladora representado por R$ 4.379 está registrado em Obrigações Sociais e Estatutárias.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Instituição.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**6.814**	**4.193**
Diferimento do exercício	9.109	7.292
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(8.996)	(4.671)
Saldo final	**6.927**	**6.814**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**30,86**	**22,44**

	Quantidade Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**372**	**198**
Diferimento do exercício	252	315
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(310)	(141)
Saldo final	**314**	**372**

20. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Cartão de crédito	912.974	1.770.243	815.087	1.575.024
Financiamentos	203.087	404.178	213.769	419.568
Empréstimos	98.266	183.711	79.896	153.873
Juros de mora	6.588	15.075	6.682	13.777
	1.220.915	**2.373.207**	**1.115.434**	**2.162.242**

21. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Despesas letras financeiras	(230.159)	(450.659)	(247.714)	(506.082)
"Swap"	(11.243)	(41.224)	(1.819)	(2.203)
Despesas de depósitos a prazo	(11.255)	(18.640)	(5.941)	(10.395)
Despesas depósitos interfinanceiros	(888)	(4.562)	(7.601)	(14.582)
Outros	(110)	(184)	(53)	(96)
	(253.655)	**(515.269)**	**(263.128)**	**(533.358)**

22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Receita de "interchange" (*)	426.059	802.359	355.301	671.754
Tarifas - "private label"	262.482	513.675	239.425	476.170
Outras	19.013	35.867	16.339	34.514
	707.554	**1.351.901**	**611.065**	**1.182.438**

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Processamento de dados e comunicação	(296.339)	(546.063)	(253.044)	(494.341)
Comissões	(37.436)	(65.139)	(10.670)	(54.440)
Custo corporativo	(15.057)	(28.366)	(14.136)	(26.940)
Infraestrutura	(4.811)	(9.457)	(9.315)	(18.141)
Divulgações e publicidade	(4.847)	(10.766)	(5.843)	(11.783)
Outras	(30.408)	(53.031)	(22.644)	(46.034)
	(388.898)	**(712.822)**	**(315.652)**	**(651.679)**

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
COFINS	(70.626)	(133.749)	(60.672)	(116.079)
ISS	(15.575)	(29.642)	(13.576)	(26.202)
PIS	(11.477)	(21.734)	(9.860)	(18.863)
IOF	(5.537)	(9.300)	(1.779)	(3.366)
Outros	(17)	(17)	(16)	(490)
	(103.232)	**(194.442)**	**(85.903)**	**(165.000)**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:21:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Receita de variação cambial	33.420	46.700	10.932	21.257
Receitas de incentivo - cartão de crédito	13.551	23.142	18.115	23.236
Contingências	1.716	2.785	2.131	–
Outras	4.061	7.040	6.090	7.359
	52.748	**79.667**	**33.006**	**51.852**

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Despesas com recuperação (i)	(672.193)	(1.306.286)	(143.779)	(494.799)
Desconto concedido	(143.257)	(299.029)	(168.400)	(284.853)
Programa de fidelização	(116.188)	(210.395)	(81.993)	(156.307)
Certificações	(85.912)	(159.352)	(73.384)	(121.553)
Despesas bancárias e de cobrança	(53.571)	(114.549)	(62.664)	(120.107)
Outras	(47.541)	(59.354)	(20.074)	(75.296)
	(1.118.662)	**(2.148.965)**	**(550.294)**	**(1.252.915)**

(i) Refere-se ao aumento de cessões de crédito.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

27.1. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 246 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 1.712 em 31 de dezembro de 2024.

27.2. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.656	1.184
Custo dos benefícios	155	108
Custo de juros	172	137
Benefícios pagos	(387)	(204)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(4)	432
Outros	2	–
Saldo final do passivo	**1.594**	**1.657**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74 %	5,64 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,10 %	3,92 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10 %	3,92 %

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Porto Cia e Azul;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura de pessoal para as empresas do Grupo Porto;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;

(v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;

(vi) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização; e

(vii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Gestora e Porto Asset Management.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Consórcio	1.473	580	–	–
CDF	465	–	–	–
Porto Capitalização	225	122	–	–
Mobitech	190	164	–	–
Portopar	137	30	–	–
Porto Serviços e Comércio	–	23	–	–
Porto Cia e Azul (i)	–	–	2.538.065	1.522.956
	2.490	**919**	**2.538.065**	**1.522.956**

(i) Do montante de R$ 2.538.065, R$ 2.511.522 refere-se ao Private Label (R$ 1.501.465 em 31 de dezembro de 2023).

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia	46.882	16.111	(239.823)	(235.097)
Porto Consórcio	14.338	6.122	–	(143)
Porto Capitalização	2.950	1.225	(53)	–
CDF	2.315	–	(622)	–
Mobitech	2.013	1.323	(210)	(1.011)
Portopar	1.577	274	–	–
Porto Serviços e Comércio	151	970	(2.200)	(1.810)
Azul Seguros	–	12.804	–	–
Porto Assistência (i)	–	2.307	–	(306)
Proteção e Monitoramento	–	261	–	(106)
Porto Saúde	–	204	(5.792)	(4.656)
Crediporto	–	141	(37.855)	(28.506)
Porto Atendimento	–	–	(79.596)	(73.693)
Porto Asset Management	–	–	(87)	(166)
Porto Gestora	–	–	(180)	–
	70.226	**41.742**	**(366.418)**	**(345.494)**

(i) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF S.A. em fevereiro de 2024.

29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre de 2024	Dezembro de 2024	2º semestre de 2023	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Instituição	137.441	231.494	63.966	(1.001)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	16.676	16.676	16.676	16.676
Resultado por ação básico e diluído (R$)	8,2418	13,8819	3,8358	(0,0600)

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

30.1. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no exercício, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

PAULO SÉRGIO DE CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2024

O Comitê de Auditoria ("CoAud" ou "Comitê") foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2022 da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), como líder do Conglomerado Prudencial Porto Seguro ("Conglomerado"), formado pela Companhia, pela Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar") e pela Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), como órgão estatutário que se reporta diretamente à Diretoria das empresas do Conglomerado.

É composto por 3 membros, dentre eles 1 profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria do mercado.

Para a eleição dos membros foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis.

Suas funções e responsabilidades são exercidas em atendimento à legislação, ao Estatuto Social da Companhia e ao Regimento próprio, competindo ao CoAud, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas ao Conglomerado, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras ("DFs") do Conglomerado; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

Ademais, no desempenho de suas atribuições, o Comitê reúne-se com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de contabilidade, com os auditores internos e auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*.

No período compreendido entre 01 de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024 foram realizadas quatro reuniões, todas registradas em ata e assinadas pelos membros, tendo estes comparecidos a todas as reuniões.

Os principais assuntos cobertos pelo Comitê no decorrer do 2º semestre de 2024 foram:

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê acompanhou de perto as atividades da área de Controles Internos ao longo do segundo semestre de 2024, com especial atenção às iniciativas relacionadas à conformidade regulatória.

Durante esse período, o Comitê manteve diálogo contínuo com os gestores das diversas áreas de negócio, monitorando o progresso dos Planos de Ação destinados à resolução dos pontos identificados pela Auditoria Interna, assim como aqueles apontados pelos auditores externos.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT, com o objetivo de proteger a reputação da Porto e promover uma atuação transparente, íntegra e sustentável em todas as suas operações.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria avalia como fundamentais os esforços contínuos para garantir e aprimorar a efetividade dos controles internos no Conglomerado, reconhecendo a importância dessas ações para o fortalecimento da governança e mitigação de riscos.

Auditoria Independente: A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é a empresa responsável pela auditora externa das DFs, individuais e consolidadas da Portoseg (individual), Portopar (individual) e Porto Consórcio (individual), sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão e práticas contábeis.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a equipe da EY para discutir os trabalhos realizados, as percepções sobre os riscos identificados e eventuais preocupações levantadas pela auditoria, bem como a estratégia adotada para abordá-los. Essas discussões permitiram ao Comitê realizar uma análise fundamentada das DFs, bem como das Informações Trimestrais ("ITR").

O Comitê considera que a EY manteve sua independência e objetividade, e avaliou que os trabalhos foram conduzidos com a qualidade esperada, compatível com o porte e as características do Conglomerado.

Auditoria Interna: O Comitê acompanhou de perto as atividades da Auditoria Interna do Conglomerado, avaliando aspectos críticos como a estrutura, os recursos, as responsabilidades e a independência da área. Além disso, o Comitê revisou os principais relatórios elaborados pela Auditoria Interna durante o período, assegurando que os processos estivessem em conformidade com as melhores práticas de governança e controles internos.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: Em suas comunicações ao Comitê, tanto a Auditoria Interna quanto a Auditoria Independente não identificaram nenhum descumprimento relevante de legislação, regulamentação ou normas internas.

Governança, Capital e *Compliance:* No segundo semestre de 2024, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelos temas de Governança, Capital e *Compliance* para obter uma visão detalhada das ações desenvolvidas nas seguintes frentes: (i) *Compliance*; (ii) Solvência; (iii) Provisões; (iv) Obrigações Acessórias; (v) Monitoramento; e (vi) Processos de Governança. Essas reuniões foram fundamentais para o acompanhamento da gestão de riscos e da aderência às práticas de governança do Conglomerado.

Demonstrações Financeiras: O Comitê realizou uma reunião com a área de Contabilidade para analisar o desempenho e as Demonstrações Financeiras da Portoseg, Portopar e Porto Consórcio referentes ao segundo semestre de 2024. Na mesma ocasião, o Comitê se reuniu com a Auditoria Independente e tomou conhecimento do relatório das respectivas Demonstrações Financeiras do período.

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas nos períodos e ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras da Portoseg (individual), Portopar (individual) e Porto Consórcio (individual) estão prontas para serem apreciadas pelas acionistas/sócias das empresas do Conglomerado.

Parecer do Comitê de Auditoria: Durante o segundo semestre de 2024, o CoAud não registrou nenhuma denúncia relacionada ao não cumprimento de normas, à falta de controles, ou a qualquer ato ou omissão por parte da Administração do Conglomerado. Também não foram identificados sinais de fraudes, falhas ou erros que pudessem comprometer a continuidade da instituição ou a integridade de suas Demonstrações Financeiras.

O CoAud recebeu as referidas DFs, as discutiu com a EY e, ao final do processo, tomou conhecimento e debateu o relatório da auditoria.

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o CoAud recomenda aos/às acionistas/sócias, por unanimidade, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

LIE UEMA DO CARMO
Coordenadora

CYNTHIA NESANOVIS CATLET
Membro Externo

EDUARDO ROGATTO LUQUE
Membro Externo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas n°, 2.5.4 e 9 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R$ 1.490.478 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682/99, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682 e premissas adotadas pela Diretoria no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (vi) análise das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n° 2.5.4 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:21:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:22:13 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

TEATRO Porto

No seu dia a dia ou
nos grandes espetáculos,
todo cuidado é Porto.

Mel Lisboa no espetáculo *Rita Lee - Uma Autobiografia Musical*, que já levou mais de 60 mil pessoas ao Teatro Porto.

foto: Rafa Marques

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:22:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Serviço S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

A Vertical foi resultado principalmente da cisão da operação de assistência do segmento de seguros e da aquisição da CDF (maior "marketplace" B2B2C do Brasil), aproveitando a força da marca Porto para alavancar o volume de vendas de seu portfólio de serviços dentro e fora dos canais de distribuição da Porto.

A Vertical opera em três segmentos: Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e B2C, contando com um amplo portifólio de serviços de mobilidade (como guincho, troca de pneus e outros) e para residências e empresas (como instalação e manutenção de eletrodomésticos e assistência de hidráulica e elétrica, dentre outros).

A Porto Serviço, através da Parceria Porto Seguro, oferta serviços para os clientes Porto, inclusos nas apólices de seguros, enquanto a linha de Parcerias Estratégicas conta com serviços ofertados no modelo B2B2C, como por exemplo, serviços de instalação de eletrodomésticos, TVs e outros equipamentos para clientes de grandes varejistas do país, além de assistência automotiva para clientes de montadoras, locadoras, dentre outros. Estas parcerias estratégicas seguiram avançando, sendo que além da ampliação nos últimos trimestres no número de montadoras atendidas pela Porto Serviço, totalizando cinco parceiros neste segmento, fechamos também acordo com uma seguradora e passamos a ofertar nossos serviços para os clientes de empresas de meio de pagamentos. Já a linha de serviços B2C conta com serviços de assistência ofertados até para quem não é cliente Porto.

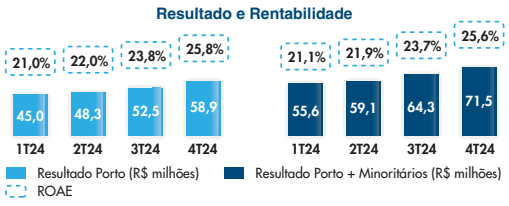
A vertical está constantemente aumentando a quantidade de parcerias estratégias com clientes fora da Parceria Porto Seguro, o que tem impactado positivamente a receita e contribuído para o aumento da diversificação. Além disso, estamos intensificando as ações no segmento B2C, visando expandir esta linha de negócio, através de iniciativas com corretores parceiros, como a ampliação das vendas de serviços nos condomínios residenciais por meio da estruturação de ofertas digitais.

EBITDA e Margem EBITDA

R$ 103 mi no 4T24

16,1% Margem EBITDA no 4T24

Resultado e Rentabilidade



Mantemos o foco em estruturação, buscando estender a prestação de serviços de reconhecida qualidade também a usuários que não somente os segurados da Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social
   1.1: Temas materiais associados:
   - Desenvolvimento das Comunidades Locais
   - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
   - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade
   2.1: Temas materiais associados:
   - Descarbonização e emissões de GEE
   - Gestão de Resíduos
3. Produtos e Soluções Sustentáveis
   3.1: Temas materiais associados:
   - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
   - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
   - Investimentos Sustentáveis
4. Engajamento da Cadeia de Valor
   4.1: Temas materiais associados:
   - Comportamento ético, integridade e compliance
   - Gestão da cadeia de valor
   - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
   - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e Way Carbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altistas.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária. A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detrator é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Circulante		**17.071**	**10**	**640.752**	**639.893**
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.226	–	36.557	57.163
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	1.540	–	11.292	113.743
Recebíveis de prestação de serviços	10	–	–	449.740	371.334
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	401	–	25.704	16.116
Custos de aquisição diferidos	12	–	–	36.832	20.660
Outros ativos	13	12.904	10	80.627	60.877
Não circulante		**1.069.121**	**1.010.429**	**1.017.967**	**963.670**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	53	43
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	34.859	–	257.343	55.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	–	–	42.621	65.121
Custos de aquisição diferidos	12	–	–	6.600	12.032
Depósitos judiciais		–	–	626	729
Outros ativos	13	–	–	47.447	84.710
Investimentos					
Participações em controladas	14	1.034.262	992.281	–	–
Outros investimentos	15	–	18.148	–	18.148
Imobilizado	16	–	–	4.540	5.258
Intangível	17	–	–	656.047	719.913
Ativo de direito de uso		–	–	2.690	1.986
Total do Ativo		**1.086.192**	**1.010.439**	**1.658.719**	**1.603.563**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Circulante		**709**	**19.535**	**432.869**	**411.586**
Obrigações a pagar	18	594	2.364	226.589	176.586
Passivos financeiros	19	–	14.500	222	93.416
Impostos e contribuições a recolher	11.2	115	–	36.099	32.630
Dividendos		–	2.671	2.910	2.671
Receitas diferidas	20	–	–	76.733	61.845
Passivo de arrendamento		–	–	2.868	1.030
Outros passivos	21	–	–	87.448	43.408
Não circulante		**2.184**	**2.184**	**47.947**	**120.704**
Passivos financeiros	19	–	–	1.134	90.351
Impostos e contribuições a recolher	11.2	–	–	–	74
Receitas diferidas	20	–	–	13.578	5.336
Passivo de arrendamento		–	–	–	1.130
Provisões judiciais	22	–	–	25.500	18.789
Outros passivos	21	2.184	2.184	7.735	5.024
Patrimônio líquido		**1.083.299**	**988.720**	**1.177.903**	**1.071.273**
Capital social	23. (a)	978.570	978.570	978.570	978.570
Reservas de lucros		104.895	10.396	104.895	10.396
Outros resultados abrangentes		(166)	(246)	(166)	(246)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	94.604	82.553
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**1.086.192**	**1.010.439**	**1.658.719**	**1.603.563**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2024	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2023
Receitas					
Receita de prestação de serviços	24	–	–	2.265.091	319.840
Equivalência patrimonial	14	205.913	16.399	–	–
Total das receitas		**205.913**	**16.399**	**2.265.091**	**319.840**
Despesas					
Custos de aquisição	25	–	–	(239.119)	(34.408)
Despesa administrativa	26	(453)	(288)	(330.719)	(71.257)
Despesa com tributos		–	–	(692)	(272)
Custo dos serviços prestados	27	–	–	(1.268.294)	(179.036)
Outras despesas operacionais	28	(32.525)	(4.861)	(54.355)	(5.661)
Total das despesas		**(32.978)**	**(5.149)**	**(1.893.179)**	**(290.634)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**172.935**	**11.250**	**371.912**	**29.206**
Receita financeira	29	5.086	–	34.804	4.469
Despesa financeira	30	(1.828)	–	(38.871)	(3.954)
Lucro operacional		**176.193**	**11.250**	**367.845**	**29.721**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**176.193**	**11.250**	**367.845**	**29.721**
Imposto de renda e contribuição social	11.4	**(930)**	**–**	**(146.645)**	**(15.212)**
Corrente		(930)	–	(123.862)	(80.333)
Diferido		–	–	(22.783)	65.121
Lucro líquido do exercício		**175.263**	**11.250**	**221.200**	**14.509**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		175.263	11.250	175.263	11.250
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	45.937	3.259
Resultado por ação					
- Básico e diluído	33	0,1791	0,0689	0,2260	0,0889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:22:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia em 14 de julho de 2023		10	–	–	–	10	–	10
Aumento de capital - AGE 01 de novembro de 2023		978.560	–	–	–	978.560	–	978.560
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	1.817	–	–	1.817	–	1.817
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(246)	–	(246)	–	(246)
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	79.294	79.294
Lucro líquido do exercício		–	–	–	11.250	11.250	3.259	14.509
Destinações:								
Reserva legal		–	563	–	(563)	–	–	–
Reservas estatutárias		–	8.016	–	(8.016)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(2.671)	(2.671)	–	(2.671)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		978.570	10.396	(246)	–	988.720	82.553	1.071.273
Dividendos intermediários - exercício anterior	23. (c)	–	(8.000)	–	–	(8.000)	–	(8.000)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	23. (d)	–	4.199	–	–	4.199	–	4.199
Ações outorgadas - controladas	23. (d)	–	(1.581)	–	–	(1.581)	–	(1.581)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	80	–	80	–	80
Outros - controladas		–	(382)	–	–	(382)	–	(382)
Redução na participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	(33.886)	(33.886)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	175.263	175.263	45.937	221.200
Destinações:								
Reserva legal	23. (b) (i)	–	8.763	–	(8.763)	–	–	–
Reservas estatutárias	23. (b) (ii)	–	91.500	–	(91.500)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares	23. (c)	–	–	–	(75.000)	(75.000)	–	(75.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024		978.570	104.895	(166)	–	1.083.299	94.604	1.177.903

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	175.263	11.250	221.200	14.509
Outros resultados abrangentes	80	(246)	80	(246)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ganhos e perdas atuariais	133	(373)	133	(373)
Efeitos tributários	(53)	127	(53)	127
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	175.343	11.004	221.280	14.263
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	175.343	11.004	175.343	11.004
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	45.937	3.259

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	(5.071)	8.163	219.721	(182.459)
Caixa gerado/(consumido) nas operações	1.875	(288)	333.755	28.287
Lucro líquido do exercício	175.263	11.250	221.200	14.509
Equivalência patrimonial	(205.913)	(16.399)	–	–
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	17.869	–
Depreciações e amortizações	32.525	4.861	85.978	13.778
Provisões judiciais	–	–	8.708	–
Variação nos ativos e passivos	(4.798)	8.451	71.122	(293.053)
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(1.540)	–	102.441	(113.786)
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	(34.859)	–	(201.613)	(55.730)
Recebíveis de prestação de serviços	–	–	(96.275)	(371.334)
Impostos e contribuições a recuperar	(401)	–	(9.588)	(16.116)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(10.740)	(32.692)
Outros ativos	29.193	(11.798)	35.661	(163.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	22.500	(65.121)
Depósitos judiciais	–	–	103	(729)
Ativo de direito de uso	–	–	(704)	(1.986)
Obrigações a pagar	(1.770)	19.048	50.003	193.270
Dividendos a pagar	–	2.671	–	2.671
Passivos financeiros	1.828	–	17.895	169.267
Impostos e contribuições a recolher	435	–	87.701	32.704
Receitas diferidas	–	–	23.130	67.181
Passivo de arrendamento	–	–	708	2.160
Provisões judiciais	–	–	(1.997)	18.789
Outros passivos	2.316	(1.470)	51.897	42.135
Outros	(2.148)	–	(185.156)	82.307
Juros sobre captação de recursos pagos	(1.828)	–	(67.044)	–
Outros resultados abrangentes	–	–	80	(246)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(33.886)	82.553
Imposto de renda e contribuição pagos	(320)	–	(84.306)	–
Caixa líquido atividades de investimento	107.468	(986.733)	(21.394)	(738.948)
Dividendos recebidos	139.993	–	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	–	–	(19.634)	(738.948)
Alienação de imobilizado e intangível	(32.525)	–	(1.760)	–
Aquisição de outros investimentos	–	(14.500)	–	–
Aumento de capital em controladas	–	(972.233)	–	–
Caixa líquido atividades de financiamento	(100.171)	978.570	(218.933)	978.570
Dividendos pagos	(85.671)	–	(85.671)	–
Aumento de capital	–	978.570	–	978.570
Captação de empréstimos e arrendamentos	–	–	167.000	–
Pagamento de empréstimos arrendamentos (exceto juros)	(14.500)	–	(300.262)	–
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	2.226	–	(20.606)	57.163
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	–	–	57.163	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.226	–	36.557	57.163

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas	–	–	2.491.820	357.349
Receita de prestação de serviços	–	–	2.509.689	357.349
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	(17.869)	–
Receita operacional	–	–	2.491.820	357.349
Insumos adquiridos de terceiros	(453)	–	(1.637.248)	(239.430)
Materiais, energia e outros	–	–	(177.366)	(44.301)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/ vendidos)	–	–	(1.268.294)	(168.510)
Serviços de terceiros e comissões	(453)	–	(191.809)	(26.619)
(Perda)/recuperação de valores ativos	–	–	221	–
Valor adicionado bruto	(453)	–	854.572	117.919
Depreciação e amortização	(32.525)	(5.149)	(85.978)	(13.778)
Valor adicionado líquido produzido	(32.978)	(5.149)	768.594	104.141
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	209.419	16.399	(2.297)	515
Resultado financeiro	5.334	–	36.520	4.469
Equivalência patrimonial	205.913	16.399	–	–
Outras	(1.828)	–	(38.817)	(3.954)
Valor adicionado total a distribuir	176.441	11.250	766.297	104.656
Distribuição do valor adicionado	176.441	11.250	766.297	104.656
Pessoal	–	–	136.005	36.131
Remuneração direta	–	–	55.862	4.384
Benefícios	–	–	75.528	31.399
FGTS	–	–	4.615	348
Impostos, taxas e contribuições	1.178	–	408.599	53.645
Federais	1.178	–	379.410	50.262
Estaduais	–	–	158	4
Municipais	–	–	29.031	3.379
Remuneração de capitais de terceiros	–	–	493	371
Juros	–	–	55	–
Aluguéis	–	–	438	371
Remuneração de capitais próprios	175.263	11.250	221.200	14.509
Dividendos	75.000	2.671	75.000	2.671
Lucros retidos do exercício	100.263	8.579	100.263	8.579
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	45.937	3.259

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, mas sem ações em circulação no mercado, sediada na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, conjuntos 501 a 516, Edifício West Tower, Torre 1, Barueri/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias e entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral, no Brasil ou exterior.

A Porto Serviço S.A., constituída em 12 de julho de 2023, foi criada com a finalidade de integrar a Vertical de Serviços, como uma das etapas da reorganização societária do Grupo Porto, onde a Companhia passou a ter a Porto Assistência Participações e Unigás como suas controladas diretas e deu início sua atividade operacional a partir de 1º de novembro de 2023.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2024 Participação (%) Direta	Dezembro de 2024 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2023 Participação (%) Direta	Dezembro de 2023 Participação (%) Indireta
Porto Assistência Participações	Controlada	Integral	81,6	–	81,6	–
Porto Assistência (*)	Controlada	Integral	–	–	–	81,6
CDF	Controlada	Integral	–	81,6	–	81,6
CDF Ltda. (*)	Controlada	Integral	–	–	–	81,6
Unigás	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–

(*) Vide nota explicativa nº 1.1.1.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.

2. CDF S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.

3. Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

1.1 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONTROLADAS

1.1.1 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - INCORPORAÇÕES

Em 29 de fevereiro de 2024, a CDF Ltda. incorporou a Porto Assistência. A partir de então, todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela Porto Assistência passaram a ser desenvolvidos pela CDF Ltda.

Em 31 de agosto de 2024, a CDF S.A. incorporou a CDF Ltda., e todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela CDF Ltda., passaram a ser desenvolvidos pela CDF S.A..

Em razão destas incorporações, as subsidiárias Porto Assistência e CDF Ltda. foram extintas. Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência

Ativo	Fevereiro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Fevereiro de 2024
Circulante	325.869	**Circulante**	243.743
Caixa e equivalentes de caixa	683	Obrigações a pagar	187.058
		Impostos e contribuições	
Aplicações financeiras	53.612	a recolher	35.137
Créditos das operações	268.223	Outros passivos	21.548
Títulos e créditos a receber	1.619		
Despesas antecipadas	1.732	**Não circulante**	20.605
		Provisões judiciais	18.857
Não circulante	94.272	Outros passivos	1.748
Realizável a longo prazo	–		
Aplicações financeiras	81.655	**Patrimônio líquido**	155.793
Títulos e créditos a receber	10.941	Capital social	114.714
		Reservas de lucros	24.078
Imobilizado	1.285	Lucros acumulados	17.302
		Ajustes de avaliação	
Intangível	391	patrimonial	(301)
		Total do passivo e	
Total do ativo	420.141	**patrimônio líquido**	420.141

CDF Ltda.

Ativo	Agosto de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Agosto de 2024
Circulante	430.273	**Circulante**	266.190
Caixa e equivalentes de caixa	20.085	Obrigações a pagar	195.700
		Impostos e contribuições	
Aplicações financeiras	104.607	a recolher	33.930
Créditos das operações	295.329	Outros passivos	36.560
Títulos e créditos a receber	5.799		
Despesas antecipadas	4.453	**Não circulante**	36.320
		Provisões judiciais	23.488
Não circulante	215.554	Outros passivos	12.832
Realizável a longo prazo	–		
Aplicações financeiras	174.103	**Patrimônio líquido**	343.317
Títulos e créditos a receber	36.333	Capital social	225.904
Despesas antecipadas	3.922	Reservas de lucros	5.014
		Lucros acumulados	112.700
		Ajustes de avaliação	
Imobilizado	1.070	patrimonial	(301)
Intangível	126		
		Total do passivo	
Total do ativo	645.827	**e patrimônio líquido**	645.827

1.2 APROVAÇÃO DO PEDIDO DE REGISTRO DE EMISSOR

Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Para fins de comparabilidade do resultado, a Companhia deu início às suas atividades operacionais a partir de 1º de novembro de 2023 (nota explicativa nº 1 do contexto operacional).

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinação de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas atuam em um único segmento operacional de prestação de serviços, com foco na prestação de serviços de assistência automotiva e residencial, bem como na prestação de serviços de suporte tecnológico.

Os serviços de assistência automotiva incluem a prestação de serviços de guincho/remoção, carga de bateria, chaveiro automotivo, carro reserva, troca de pneu, assistência passageiro, entre outros.

Os serviços de assistência residencial, por sua vez, incluem serviços emergenciais de reparo e manutenção domiciliar, como encanador, eletricista, chaveiro, telhadista, dentre outros. Além disso, também estão compreendidos como serviços de assistência residencial os serviços não emergenciais prestados na instalação de produtos eletroeletrônicos, como aparelhos de áudio e vídeo, instalação de produtos de linha branca, impermeabilização de estofados, instalação e assistência técnica relacionadas a sistemas de aquecimento a gás (principalmente em função da aquisição da Unigás), entre outros.

Por fim, os serviços de suporte tecnológico estão relacionados à manutenção, configuração, instalação e outros serviços de tecnologia da informação, em computadores, celulares, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico. Os serviços englobam todo tipo de suporte relacionado a tecnologia para consumidores finais, incluindo tanto suporte com questões de "software" (por exemplo, dúvidas com programas de computador, aplicativos de celular, serviços na nuvem, etc.) como "hardware" (como computadores, notebooks, roteadores, smartphones, etc.).

2.6 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:23:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

IFRS 18 - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O IASB concluiu em 09 de abril de 2024 o trabalho para melhorar a utilidade das informações apresentadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras. A nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, dará aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas, possibilitando assim melhores decisões de investimento. Ela afetará todas as empresas que utilizam as Normas de Contabilidade IFRS e entrará em vigor para exercícios iniciados em/após 1º de janeiro de 2027.

RESOLUÇÕES CVM 217 E 218

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS. Estas Resoluções entraram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão-farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da provisão para risco de créditos ("impairment");
(iii) da realização dos tributos diferidos; e
(iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de ("impairment") para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para ("impairment"), conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação é composta por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 95,8% (77,8% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que se tratam de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chaves ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à vertical de serviços. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	2.014	14.868	55.706
Depósitos bancários	212	21.689	1.457
	2.226	**36.557**	**57.163**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos abertos			
Cotas de fundos de investimentos	–	–	310
	–	–	**310**
Fundos exclusivos			
Cotas de fundos de investimentos	852	6.263	203
Debêntures	572	4.226	21.529
Letras financeiras - privadas	104	766	15.581
CDBs	12	90	63
LTNs	–	–	40.919
LFTs	–	–	35.181
	1.540	**11.345**	**113.476**
Total	**1.540**	**11.345**	**113.786**
Circulante	1.540	11.292	113.743
Não circulante	–	53	43

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:23:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	6.263	5.082	11.345	113.476
Fundos abertos	–	–	–	310
Total	**6.263**	**5.082**	**11.345**	**113.786**
Circulante			11.292	113.743
Não circulante			53	43

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos (*)			
NTNs - B	22.029	162.623	55.730
LTNs	12.830	94.720	–
Total - não circulante	**34.859**	**257.343**	**55.730**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 244.811 (R$ 55.488 em 31 de dezembro de 2023).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**–**	**225.222**	**–**
Aquisição investidas	–	–	55.097
Aplicações	91.462	2.394.330	1.457.921
Rendimentos	5.334	29.495	3.860
Resgates	(58.171)	(2.343.802)	(1.291.656)
Saldo final	**38.625**	**305.245**	**225.222**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS - CONSOLIDADO

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTN	12,77	10,86
NTNs B - IPCA	5,76	5,13
Debêntures (DI+)	1,92	1,94
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	–	0,14

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Notas fiscais de prestação de serviço	356.554	324.555
Valores a receber de parceiros varejistas	118.629	44.036
Prestação de serviços - Unigás	9.659	5.700
Outros	–	1.603
	484.842	**375.894**
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(35.102)	(4.560)
	449.740	**371.334**

10.1 "AGING" RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer	345.147	303.628
Vencidos de 1 a 30	60.139	48.096
Vencidos de 31 a 60 dias	28.922	517
Vencidos de 61 a 90 dias	15.153	7.890
Vencidos de 91 a 120 dias	166	2.689
Vencidos de 121 a 180 dias	70	4.350
Vencidos de 181 a 365 dias	143	4.164
	449.740	**371.334**

Os saldos apresentados acima encontram-se líquidos da provisão de perda (vide nota explicativa nº 3.4).

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ	401	11.551	10.580
PIS e COFINS	–	6.734	607
CSLL	–	3.237	3.586
Outros	–	4.182	1.343
Total - circulante	**401**	**25.704**	**16.116**

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ	72	4.424	5.112
CSLL	26	1.918	3.655
PIS e COFINS	17	19.341	17.549
ISS	–	5.109	3.743
IRRF	–	604	727
Outros	–	4.703	1.918
	115	**36.099**	**23.937**
Circulante	115	36.099	32.630
Não circulante	–	–	74

11.3 IMPOSTO DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	47.074	14.422	(45.614)	15.882
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	5.036	23.973	(21.712)	7.297
Provisão de participação de lucros	5.909	35.174	(34.078)	7.005
Provisão para obrigações legais	3.177	(2.068)	(751)	358
Provisão para riscos de créditos	283	16.957	(8.917)	8.323
Outras provisões	7.945	18.877	(18.383)	8.439
	69.424	**107.335**	**(129.455)**	**47.304**
Compensação de ativo/ passivo diferido (i)	(4.303)			(4.683)
	65.121			**42.621**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em....	26.862	11.716	1.775	129	116	6.706	47.304

11.4 CONCILIAÇÃO DE DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	176.193	367.845	29.721
Alíquota vigente	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(59.906)**	**(125.067)**	**(10.105)**
Equivalência patrimonial	70.011	–	–
Doações/ incentivos	–	1.496	3.351
Participação nos lucros - administradores	–	(9.116)	(7.362)
Outros	(11.035)	(13.958)	(1.096)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**58.976**	**(21.578)**	**(5.107)**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(930)**	**(146.645)**	**(15.212)**
Taxa efetiva (D/-A)	**0,5%**	**39,9%**	**51,2%**

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

Refere-se principalmente a valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização da controlada CDF.

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Dividendos a receber	12.904	–	–	–
Despesas antecipadas (i)	–	–	85.053	127.807
Comissão	–	–	21.672	9.652
Adiantamentos a fornecedores	–	–	10.506	464
Adiantamentos administrativos	–	–	4.048	1.736
Estoque	–	–	1.371	1.802
Outros	–	10	5.424	4.126
	12.904	**10**	**128.074**	**145.587**
Circulante	12.904	10	80.627	60.877
Não circulante	–	–	47.447	84.710

(i) Refere-se substancialmente aos contratos de "upfront" com os parceiros varejistas da controlada CDF S.A.

14. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Amortização	Remuneração em ações	Outros/ Transferência	Dezembro de 2024
Combinação de negócios (i)	640.895	–	–	(30.892)	–	–	**610.003**
Porto Assistência Participações	348.542	203.720	(152.897)	–	2.617	79	**402.061**
Unigás	2.844	2.193	–	–	–	(382)	**4.655**
Combinação de negócios (ii)	–	–	–	(1.633)	–	19.176	**17.543**
	992.281	**205.913**	**(152.897)**	**(32.525)**	**2.617**	**18.873**	**1.034.262**

(i) Refere-se à combinação de negócios da Porto Assistência Participações (vide nota explicativa nº 17).

(ii) Refere-se à combinação de negócios da Unigás (vide nota explicativa nº 17).

14.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2024			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
CDF Ltda (ii)	–	–	906.670	123.139
CDF S.A.	909.167	447.125	898.170	61.022
Porto Assistência (ii)	–	–	320.106	43.214
Porto Assistência Participações (iii)	556.513	42.363	105.516	22.282
Unigás	13.356	8.738	64.346	2.193
Participação de não controladores	–	–	–	(45.937)
	1.479.036	**498.226**	**2.294.808**	**205.913**

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Assistência	485.910	219.949	258.111	17.595
CDF Ltda	101.043	36.608	7.620	2.145
Unigás	10.541	7.697	5.933	1.947
Porto Assistência Participações (iii)	448.621	58	–	–
CDF S.A. (iii)	416.843	251.740	52.645	(2.029)
Participação de não controladores	–	–	–	(3.259)
	1.462.958	**516.052**	**324.309**	**16.399**

(i) Considera as receitas financeiras.

(ii) Resultado da controlada até 29 de fevereiro de 2024, antes da incorporação relativo a Porto Assistência e 31 de agosto relativo CDF Ltda., conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

(iii) Desconsidera o resultado de equivalência patrimonial.

15. OUTROS INVESTIMENTOS

Refere-se à aquisição da Unigás, cujo o valor da transação foi de R$ 20.074, sendo: (i) R$ 19.176 correspondente ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos apurados com base na melhor estimativa suportada pelo acordo de acionistas; e (ii) R$ 898 correspondente ao patrimônio líquido da adquirida na data da transação, classificado na rubrica "Participações em controladas".

Em 31 de outubro de 2024 ocorreu a evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de "PPA" ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes, conforme demonstrado a seguir:

EVOLUÇÃO DOS EFEITOS DA TRANSAÇÃO

	Outubro de 2024
Ativo	
Investimentos	
Ativos líquidos adquiridos (i)	15.400
Ágio por expectativa de rentabilidade (i)	3.776
Investimento a valor de livros	898
Total do Ativo	**20.074**

(i) Com a conclusão do "PPA" os saldos de ativos líquidos adquiridos e o ágio por expectativa de rentabilidade, totalizando R$ 19.176 foram transferidos para Investimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

CONTRAPRESTAÇÃO TRANSFERIDA E ATIVOS IDENTIFICADOS

	Outubro de 2024
Total dos ativos identificados (a) + (b)	**20.074**
Ativos identificados (a)	16.298
Ágio (b)	3.776
Ativos identificados	**16.298**
Investimento	898
Contratos de parceria	15.400

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Informática	20,0 a 33,3	5.974	(4.478)	**1.496**	2.039	(1.564)	**475**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	1.519	(1.127)	**392**	978	(656)	**322**
Equipamentos	10,0 a 14,3	3.161	(2.479)	**682**	3.531	(2.644)	**887**
Veículos	20,0 a 25,0	6.488	(5.063)	**1.425**	5.025	(3.149)	**1.876**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	–	–	**–**	1.406	(662)	**744**
Outras Imobilizações		2.089	(1.544)	**545**	2.089	(1.135)	**954**
		19.231	**(14.691)**	**4.540**	**15.068**	**(9.810)**	**5.258**

16.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	
Informática	**475**	9	–	(306)	1.318	**1.496**
Móveis, máquinas e utensílios	**322**	–	–	(106)	176	**392**
Equipamentos	**887**	209	–	(238)	(176)	**682**
Veículos	**1.876**	240	(132)	(1.304)	745	**1.425**
Outras Imobilizações	**954**	–	–	(418)	9	**545**
	4.514	**458**	**(132)**	**(2.372)**	**2.072**	**4.540**

17. INTANGÍVEL

17.1 COMPOSIÇÃO

		Consolidado					
		Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
	6,67 a						
"Software"	20,0	17.688	(12.143)	**5.545**	17.576	(9.725)	**7.851**
Contratos de Parceria - Mais Valia - CDF		–	–	**–**	5.530	–	**5.530**
Contratos "sign" bônus - CDF		127.232	(109.806)	**17.426**	122.929	(70.219)	**52.710**
Outros Intangíveis		5.530	–	**5.530**	23.010	(10.082)	**12.928**
Intangíveis CDF		**150.450**	**(121.949)**	**28.501**	**169.045**	**(90.026)**	**79.019**
Parceria		100.491	(34.018)	**66.473**	100.491	(4.861)	**95.630**
"Software"		7.226	(2.023)	**5.203**	7.225	(288)	**6.937**
Ágio		538.327	–	**538.327**	538.327	–	**538.327**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		**646.044**	**(36.041)**	**610.003**	**646.043**	**(5.149)**	**640.894**
Contratos de Parceria - Mais Valia		15.400	(1.633)	13.767	–	–	–
Ágio		3.776	–	3.776	–	–	–
Combinações de negócios - Unigás		**19.176**	**(1.633)**	**17.543**	**–**	**–**	**–**
		815.670	**(159.623)**	**656.047**	**815.088**	**(95.175)**	**719.913**

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Consolidado				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
		Aquisições	Despesa de amortização	Outros/ transferências	
"Software"	**7.851**	–	(2.413)	107	**5.545**
Contratos de Parceria - Mais Valia - CDF	**5.530**	–	–	(5.530)	**–**
Contratos "sign" bônus - CDF	**52.710**	–	(48.212)	12.928	**17.426**
Outros Intangíveis	**12.928**	–	–	(7.398)	**5.530**
Intangíveis CDF	**79.019**	**–**	**(50.625)**	**107**	**28.501**
Parceria	**95.631**	–	(29.158)	–	**66.473**
Combinação de negócios - Software	**6.937**	–	(1.734)	–	**5.203**
Ágio	**538.327**	–	–	–	**538.327**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações	**640.895**	**–**	**(30.892)**	**–**	**610.003**
Parceria	**–**	15.400	(1.633)	–	**13.767**
Ágio (Unigás)	**–**	3.776	–	–	**3.776**
Combinações de negócios - Unigás	**–**	**19.176**	**(1.633)**	**–**	**17.543**
	719.914	**19.176**	**(83.150)**	**107**	**656.047**

17.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
CDF	13,28%	3,60%	11,93%	3,54%
Unigás	11,34%	3,50%	–	–

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificada a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Socorro	–	–	115.173	131.092
Fornecedores	–	–	81.106	32.753
Partes relacionadas (i)	594	–	8.607	6.645
Remuneração	–	–	–	1.236
Contas a pagar - Unigás (ii)	–	2.362	–	2.362
Outros	–	2	21.703	2.498
Total	**594**	**2.364**	**226.589**	**176.586**

(i) Vide nota explicativa nº 32.

(ii) Em 14 de junho de 2024 ocorreu pagamento de ajuste de preço decorrente da combinação de negócios pela Companhia.

19. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Nota comercial, empréstimos e debêntures (i)	–	–	168.969
Mútuo (ii)	14.500	–	14.500
Passivos de arrendamento	–	1.356	298
Total	**14.500**	**1.356**	**183.767**
Circulante	14.500	222	93.416
Não circulante	–	1.134	90.351

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

(ii) O saldo de R$ 14.500 referia-se à aquisição da Unigás por meio de mútuo, liquidado em outubro de 2024 (vide nota explicativa nº 32).

19.1 NOTA COMERCIAL, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023
Capital de giro garantido - EUR	mar/25	taxa média de 5,82% + variação cambial	10.505
Capital de giro garantido - BRL	jun 2024 e dez 2029	taxa média de 4,24% + 100% CDI	89.700
Debênture	jun 2024 e dez 2029	taxa média de 4,24% + 100% CDI	68.764
			168.969

Devido a estratégia do Grupo Porto, todos os empréstimos e debênture foram integralmente quitados em 2024.

19.2 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS

	Passivo de arrendamento	Empréstimos e debêntures	Nota Comercial	Mútuo	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**238.246**	**–**	**–**	**238.246**
Aquisição/constituição	–	–	–	14.500	14.500
Atualização monetária/juros	298	38.301	–	–	38.599
Liquidação/reversão	–	(107.578)	–	–	(107.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**298**	**168.969**	**–**	**14.500**	**183.767**
Aquisição/constituição	2.048	–	167.000	–	169.048
Atualização monetária	53	17.780	8.706	–	26.539
Juros	–	4.891	–	1.828	6.719
Liquidação/reversão	(1.043)	(191.640)	(175.706)	(16.328)	(384.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.356**	**–**	**–**	**–**	**1.356**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:23:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. RECEITAS DIFERIDAS - CONSOLIDADO

O saldo refere-se a receitas com contratos com clientes, que desde 2017 passaram a ser reconhecidas pela vigência do contrato, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O diferimento da receita ocorre nos prazos abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
0 a 90 dias	31.636	33.395
91 a 120 dias	20.837	11.132
121 a 360 dias	23.257	17.318
Acima de 360 dias	14.581	5.336
	90.311	**67.181**
Circulante	76.733	61.845
Não circulante	13.578	5.336

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação de lucros	–	79.971	34.532
Provisões de salários e férias	–	7.477	8.518
Contas a pagar - Unigás (i)	2.184	2.184	2.184
Benefícios pós-emprego	–	4.476	1.704
Outros	–	1.075	1.494
	2.184	**95.183**	**48.432**
Circulante	–	87.448	43.408
Não circulante	2.184	7.735	5.024

(i) Refere-se ao valor retido como garantia de eventual pagamento de quaisquer indenizações previstas em contrato de compra e venda, inclusive com relação a contingências, apurado e pago, se aplicável, a partir do terceiro aniversário da aquisição, outubro de 2026.

22. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

22.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	13.024	8.879
Trabalhistas	10.711	8.496
Fiscais	1.765	1.414
	25.500	**18.789**
Depósitos judiciais (*)	(546)	(195)
Provisão líquida	**24.954**	**18.594**

(*) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

22.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.414**	**8.496**	**8.879**	**18.789**
Incorporação (*)	–	–	2.322	**2.322**
Constituições	431	4.975	3.513	8.919
Êxito/reversões	(158)	(1.807)	(2.966)	(4.931)
Pagamentos	–	(1.730)	(267)	(1.997)
Atualização monetária	78	777	1.543	2.398
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.765**	**10.711**	**13.024**	**25.500**
(–) Depósitos judiciais (**)	–	(13)	(533)	(546)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2024.	**1.765**	**10.698**	**12.491**	**24.954**
Quantidade de processos	2	126	64	192

(*) Vide nota explicativa nº 1.1.1.

(**) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

22.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais	3.082	2.114
Cíveis	5.859	7.518
Trabalhistas	12.277	1.005
	21.218	**10.637**

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 978.570 divididos em 978.570.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$ 9.326 (R$ 563 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 91.134 (R$ 8.016 em 31 de dezembro de 2023).

c. DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, em reunião de Diretoria realizada em 28 de fevereiro de 2024, a distribuição de dividendos nos valores de R$ 2.671 referente ao dividendo mínimo obrigatório de 2023 e R$ 8.000 à conta de reserva de lucros. Os dividendos foram pagos integralmente na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou, em reunião de Diretoria realizada em 29 de agosto de 2024, distribuição de dividendos no valor de R$ 75.000 à conta de lucros acumulados a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024. Os dividendos foram pagos integralmente na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**175.263**	**11.250**
(–) Reserva legal - 5%	(8.763)	(563)
Lucro básico para determinação do dividendo	**166.500**	**10.687**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (I)	**41.625**	**2.671**
Dividendos complementares (II)	33.375	–
Total de dividendos (I + II)	**75.000**	**2.671**
Total por ação (R$)	**0,0766**	**0,0164**
Quantidade de ações	978.570	163.098

d. REMUNERAÇÃO EM AÇÕES - CONSOLIDADO (*)

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**1.817**	**–**
Diferimento do exercício	4.199	1.817
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(1.581)	–
Saldo final	**4.435**	**1.817**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**33,94**	**23,15**
		Quantidade
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**79**	**–**
Diferimento do exercício	116	79
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(108)	–
Saldo final	**87**	**79**

24. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas de serviços	2.511.980	359.273
PIS/COFINS	(2.290)	(1.924)
ISS	(29.181)	(3.384)
Cancelamentos	(215.418)	(34.125)
	2.265.091	**319.840**

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Comissão prestação de serviços	(145.283)	(15.305)
Amortização contratos upfront - CDF	(45.877)	(10.297)
Amortização contratos "sign bônus" - CDF	(46.233)	(7.706)
Outros	(1.726)	(1.100)
	(239.119)	**(34.408)**

26. DESPESA ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas compartilhadas	(104.116)	(13.248)
Pessoal	(85.652)	(14.440)
Participação nos lucros	(64.774)	(31.948)
Serviços de terceiros	(45.320)	(3.831)
Localização e funcionamento	(19.828)	(3.583)
Publicidade	(286)	(666)
Outras	(10.743)	(3.541)
	(330.719)	**(71.257)**

27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Socorro	(1.167.410)	(155.396)
Porto Faz	(45.501)	(7.187)
Custo de mercadorias vendidas	(14.214)	(1.347)
Ecopistas	(8.515)	(1.570)
Outros	(32.654)	(13.536)
	(1.268.294)	**(179.036)**

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Amortização intangível	(32.525)	(4.861)	(34.503)	(5.149)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(17.869)	641
Outros	–	–	(1.983)	(1.153)
	(32.525)	**(4.861)**	**(54.355)**	**(5.661)**

29. RECEITA FINANCEIRA

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(248)	(1.716)	–
Outros	–	6.394	609
Rendimento aplicações financeiras	5.334	30.126	3.860
	5.086	**34.804**	**4.469**

30. DESPESA FINANCEIRA

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atualização monetária contingências	–	–	(40)
Despesas IOF	–	(485)	(25)
Juros sobre empréstimos bancários	–	(34.057)	(3.746)
Juros sobre empréstimos mútuo	(1.828)	(1.828)	–
Outros	–	(1.870)	(143)
	(1.828)	**(38.871)**	**(3.954)**

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO

31.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 133 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 269 em 31 de dezembro de 2024.

31.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.704	1.061
Custo dos benefícios	99	64
Custo de juros	166	122
Benefícios pagos	(48)	–
Ganho atuarial sobre a obrigação	(148)	456
Outros	2.702	–
Saldo final do passivo	4.475	1.703

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

32. PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora; e

(v) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia	7.878	6.565
Portoseg	465	59
Porto Seguro S.A.	198	–
Porto Serviços e Comércio	66	21
	8.607	**6.645**
Mútuo - Porto S.A.	–	14.500
	8.607	**21.145**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Controladas diretas e indiretas				
Porto Cia	1.314.759	210.510	(104.849)	(12.835)
Azul Seguros	435.681	73.667	–	–
Itaú Auto e Residência	17.094	8.287	–	–
Mobitech	3.716	1.872	–	–
Porto Capitalização	643	121	–	–
Portoseg	622	45	(2.315)	(125)
Porto Consórcio	10	10	–	–
Porto S.A.	1	–	(2.409)	–
Porto Atendimento	–	–	(82.535)	(9.156)
Porto Saúde	–	–	(5.232)	–
Porto Serviços e Comércio	–	–	(447)	(90)
Porto Asset Management e Porto Gestora	–	–	(604)	(10)
	1.772.526	**294.512**	**(198.391)**	**(22.216)**

32.1 TRANSAÇÃO COM PESSOAL-CHAVE - CONSOLIDADO

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	36.464
Honorários e encargos	1.183
	37.647

33. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	175.263	11.250
Média ponderada do número de ações durante o exercício	978.570	163.098
Resultado por ação básico e diluído	0,1791	0,0689

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:23:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

LENE ARAÚJO DE LIMA
Conselheiro

ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE
Conselheiro

FELIPE GOTTLIEB
Conselheiro

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

CELSO DAMADI
Conselheiro

EUGENIO EMÍLIO STAUB FILHO
Conselheiro

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Presidente - Serviços

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor Executivo

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor de Relações com Investidores

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Serviço S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Serviço S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Investimentos - Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2024, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R$ 1.034.262 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R$ 205.913 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia; e (v) avaliação da adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentações e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2025

Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533940000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:24:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conjs. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Assistência Participações S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Reorganização Societária

O Grupo Porto se reorganizou societariamente, visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio. No decorrer do ano de 2024, a Porto Assistência Participações S.A. passou a operacionalizar alguns serviços de assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros, antes prestados pela Porto Seguro Assistência e Serviços S.A..

• Total das receitas

Em 2024 a companhia obteve uma receita de R$331 milhões, totalizando um aumento de R$66,3 (25%) em relação a 2023. Este aumento decorreu-se, principalmente, das receitas de serviços devido à operacionalização.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**43.650**	**50**
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.854	50
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	1.331	–
Recebíveis de prestação de serviços	9	38.957	–
Outros ativos	10	1.508	–
Não circulante		**512.858**	**448.571**
Realizável a longo prazo			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	30.124	–
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11	516	20
Outros Ativos	10	2.690	–
Investimento	12	479.528	448.551
Total do Ativo		**556.508**	**448.621**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**41.923**	**58**
Obrigações a pagar	13	21.240	58
Impostos e contribuições a recolher	14	4.867	–
Dividendos a pagar	15 c	15.816	–
Não circulante		**435**	**–**
Obrigações a pagar	13	435	–
Patrimônio líquido		**514.150**	**448.563**
Capital social	15 (a)	87.430	87.430
Reserva de Capital		193.485	193.485
Reservas de lucros	15 (b)	235.000	44.549
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.765)	(1.862)
Dividendos adicionais propostos		–	124.961
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**556.508**	**448.621**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**87.429**	**193.485**	**30.462**	**(1.562)**	**–**	**–**	**309.814**
Bônus de subscrição de ações - AGE 20 de outubro de 2023		1	–	–	–	–	–	1
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	–	2.726	–	–	–	2.726
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados		–	–	–	(300)	–	–	(300)
Resultado de exercícios anteriores - controladas		–	–	(3.393)	–	–	–	(3.393)
Lucro líquido do exercício:		–	–	–	–	–	264.715	264.715
Reserva legal		–	–	11.361	–	–	(11.361)	–
Reservas estatutárias		–	–	3.393	–	–	(3.393)	–
Dividendos antecipados		–	–	–	–	–	(125.000)	(125.000)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	124.961	(124.961)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**87.430**	**193.485**	**44.549**	**(1.862)**	**124.961**	**–**	**448.563**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		–	–	–	–	(124.961)	–	(124.961)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	15 d	–	–	5.146	–	–	–	5.146
Ações outorgadas - controladas	15 d			(1.938)		–	–	(1.938)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	–	97	–	–	97
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	249.658	249.658
Destinação do resultado:								
Reservas estatutárias	15 b (ii)	–	–	190.364	–	–	(190.364)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15 c	–	–	(3.121)	–	–	(59.294)	(62.415)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**87.430**	**193.485**	**235.000**	**(1.765)**	**–**	**–**	**514.150**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas			
Receitas líquidas de serviços	16	103.646	–
Equivalência Patrimonial		227.376	264.754
Total das receitas		**331.022**	**264.754**
Custo dos serviços prestados	17	(55.545)	–
Lucro bruto		**275.477**	**264.754**
Despesas administrativas	18	**(14.940)**	**(59)**
Resultado operacional		**260.537**	**264.695**
Resultado financeiro	19	**1.383**	**–**
Resultado antes dos impostos		**261.920**	**264.695**
Imposto de renda e contribuição social	11.3	(11.186)	20
Resultado antes das participações		**250.734**	**264.715**
Participação nos resultados		(1.076)	–
Lucro líquido do exercício		**249.658**	**264.715**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		249.658	264.715
Resultado por ação:			
- Básico e diluído	21	10,2334	10,8506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**249.658**	**264.715**
Outros resultados abrangentes	**97**	**300**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados	147	500
Efeitos tributários	(50)	(200)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**249.755**	**265.015**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	249.755	265.015

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**(13.342)**	**(1)**
Caixa gerado nas operações	**22.366**	**(39)**
Lucro líquido do exercício	249.658	264.715
Resultado de Equivalência patrimonial	(227.376)	(264.754)
Perda por redução ao valor recuperável	84	–
Variação nos ativos e passivos	**(35.708)**	**38**
Ativos financeiros	(31.455)	–
Recebíveis de prestação de serviços	(39.041)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(496)	(20)
Outros ativos	(7.113)	–
Obrigações a pagar	21.617	58
Impostos e contribuições a recolher	5.187	–
Dividendos a pagar	15.816	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(320)	–
Outros Resultados Abrangentes	97	–
Caixa líquido atividades de investimento	**199.401**	**125.000**
Recebimento de dividendos	199.401	125.000
Caixa líquido atividades de financiamento	**(184.255)**	**(124.999)**
Distribuição de dividendos	(184.255)	(125.000)
Aumento de capital	–	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.804**	**–**
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	50	50
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	1.854	50

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de ações de capital fechado constituída em 26 de maio de 2022, com sede na Alameda Rio Negro, nº 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP 06454-000 - Barueri - SP, Brasil. Seu objeto é a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral.

A partir de março de 2024, devido à reorganização societária, a companhia passou a operacionalizar alguns serviços, como prestação de serviços de assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros. A Companhia faz parte da Vertical de Serviços, sendo controlada direta da Porto Serviço.

A Companhia possui as seguintes participações:

			Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Classificação	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Porto Assistência	Controlada	Integral	–	–	100,0	–
CDF	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
CDF Ltda.	Controlada	Integral	–	–	–	100,0

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.

(ii) CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.

(iii) CDF Assistência Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica serviços de assistência 24 horas a seus consumidores, nas linhas Auto, Viagem, Saúde, Concierge e Home, sendo uma oportunidade de aquisição estratégica.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

1.1.1 REORGANIZAÇÕES SOsocietárias - INCORPORAÇÕES

Em 29 de fevereiro de 2024, a CDF Ltda. incorporou a Porto Assistência. A partir de então, todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela Porto Assistência passaram a ser desenvolvidos pela CDF Ltda.

Em 31 de agosto de 2024, a CDF S.A. incorporou a CDF Ltda., e todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela CDF Ltda., passaram a ser desenvolvidos pela CDF S.A..

Em razão destas incorporações, as subsidiárias Porto Assistência e CDF Ltda. foram extintas. Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência

Ativo	Fevereiro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Fevereiro de 2024
Circulante	**325.869**	**Circulante**	**243.743**
Caixa e equivalentes de caixa	683	Fornecedores	208.606
Ativos financeiros	53.612	Obrigações tributárias	35.137
Contas a receber de clientes	268.223		
Outros créditos	1.619		
Custos e despesas antecipadas	1.732	**Não circulante**	**20.605**
		Provisões para contingências	18.857
Não circulante	**94.272**	Fornecedores	1.748
Realizável a longo prazo			
Ativos financeiros	81.655	**Patrimônio líquido**	**155.793**
Outros créditos	10.941	Capital social	114.714
Imobilizado	1.285	Reservas de lucros	24.078
Intangível	391	Lucros acumulados	17.302
		Ajustes de avaliação patrimonial	(301)
		Total do passivo e	
Total do ativo	**420.141**	**patrimônio líquido**	**420.141**

CDF Ltda.

Ativo	Agosto de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Agosto de 2024
Circulante	**430.273**	**Circulante**	**266.190**
Caixa e equivalentes de caixa	20.085	Fornecedores	232.260
Aplicações financeiras	104.607	Obrigações tributárias	33.930
Contas a receber de clientes	295.329		
Outros créditos	5.799	**Não circulante**	**36.320**
Custos e despesas antecipadas	4.453	Provisões para contingência	23.488
Não circulante	**215.554**	Fornecedores	12.832
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	174.103	**Patrimônio líquido**	**343.317**
Outros créditos	36.333	Capital social	225.904
Custos e despesas antecipadas	3.922	Lucros/Prejuízos acumulados	117.714
		Ajustes de avaliação patrimonial	(301)
Imobilizado	1.070		
Intangível	126		
		Total do passivo e	
Total do ativo	**645.827**	**patrimônio líquido**	**645.827**

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa do Grupo Porto opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURAÇÃO AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

No ano de 2023 a companhia não possuía Ativos Financeiro. Em relação aos saldos incorporados, não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:24:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conjs. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.5 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A alíquota vigente para contribuição de contribuição social é de 9%.
Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.
Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos gerados pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.
Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.
Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazos, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.
O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.
Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.
O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	1.740	–
Caixa	114	50
	1.854	**50**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2024 Total
Fundos exclusivos			
Cotas de fundos de investimento	736	–	736
Debêntures	–	495	495
Letras Financeiras - privadas	–	90	90
CDBs	–	10	10
Total - circulante	**736**	**595**	**1.331**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**4%**

8.2 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos	
NTNs - B	19.036
LTNs	11.088
Total - não circulante	**30.124**
Não circulante	30.124

8.3 MOVIMENTAÇÃO DE APLICAÇÕES (*)

	Dezembro de 2024
Saldo inicial	–
Aplicações	90.504
Resgates	(59.069)
Rendimentos	1.874
Saldo final	**33.309**

(*) Considera-se o saldo de equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa	12,13
Fundos exclusivos	
LTN's	12,77
NTNs B	5,76

9. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2024
Porto FAZ	39.041
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(84)
	38.957

9.1 "AGING" RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2024
A vencer	32.143
Vencidos de 1 a 30	6.560
Vencidos de 31 a 60 dias	211
Vencidos de 61 a 90 dias	43
	38.957
	38.957

10. OUTROS ATIVOS

	Dezembro de 2024
Adiantamentos administrativos	1.272
Impostos a recuperar	116
Despesas antecipadas	104
Direito de Uso - Imóveis	2.690
Outros	16
	4.198

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

11.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2024
	20	**24**	(44)	**–**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão de participação de lucros	–	399	(51)	348
Benefícios a empregados	–	188	(36)	152
Provisão para riscos de créditos	–	30	(10)	20
	20	**641**	**(141)**	**520**
Compensação de ativo/passivo diferido	–			(4)
	20			**516**

11.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2025	410
2026	16
2027	14
2028	12
2029	11
2030 em diante	57
Total - ativo	**520**

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	261.920	264.695
(–) Participações nos resultados	(1.076)	–
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**260.844**	**264.695**
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(88.687)**	**(89.996)**
Equivalência Patrimonial	77.308	–
Outros	193	90.016
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**77.501**	**90.016**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(11.186)**	**20**
Taxa efetiva (D/A)	**4,3%**	**0,0%**

12. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

	Investimento						
	Saldos em dezembro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Remuneração em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Incorporação	Saldos em 31 dezembro de 2024
CDF S.A.	182.590	184.161	3.487	97	(46.599)	155.792	479.528
Porto Assistência	265.961	43.214	(581)	–	(152.802)	(155.792)	–
	448.551	**227.375**	**2.906**	**97**	**(199.401)**	**–**	**479.528**

12.1 INFORMAÇÕES RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2024 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício (ii)	Dezembro de 2023 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício (ii)
CDF	921.974	442.445	898.193	184.161	(393)
Porto Assistência	–	–	–	–	265.146
	921.974	**442.445**	**898.193**	**184.161**	**264.753**

(i) Incluem receitas financeiras.
(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial no lucro do exercício.

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Socorro	3.734	–
Receita Diferida	4.043	
Participação nos lucros a pagar (i)	721	–
Partes relacionadas (ii)	3.387	58
Fornecedores	4.435	–
Passivo de Arrendamento	2.868	
Outros	2.487	–
	21.675	**58**

(i) Os pagamentos são efetuados em abril do exercício seguinte.
(ii) Vide nota explicativa nº 20

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2024
PIS/ COFINS	2.371
IRPJ e CSLL	1.449
IRRF	79
ISS	655
Outros	313
	4.867

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 87.430, divididos em 24.396 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
(b) RESERVA DE LUCROS
As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:
(i) RESERVA LEGAL
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, seu saldo era de R$ 17.486.
Em conformidade com o artigo mencionado acima, não houve constituição de novos saldos de reserva legal no ano de 2024, pois o valor já representa 20% do valor do capital social.
(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS
A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.
Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$ 193.757 (R$ 3.393 em 2023).
(c) DIVIDENDOS
Conforme aviso aos acionistas de 25 de setembro de 2024, a Companhia creditou contabilmente R$ 46.599, relativos ao primeiro semestre de 2024, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício. O montante de R$15.816 foi creditado em Dividendos a pagar, para pagamento futuro.
Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	**249.658**	**264.715**
(–) Reserva legal - 5%	–	(11.361)
Lucro básico para determinação do dividendo	**249.658**	**253.354**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**62.415**	**63.338**
Dividendos complementares	–	186.623
Total de dividendos (i)	**62.415**	**249.961**
Total por ação	**2,5584**	**10,2459**
Quantidade de ações	24.396	24.396

(i) Do montante total de dividendos, R$ 46.599, foram pagos antecipadamente em 25 de setembro de 2024.
(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES
A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.
O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:24:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conjs. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**3.224**	**498**
Diferimento do exercício	5.146	2.726
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(1.938)	—
Saldo final	**6.432**	**3.224**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**32,99**	**27,88**

	Quantidade	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**113**	**18**
Diferimento do exercício	142	95
Saldo final	**255**	**113**

16. RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2024
Receita de serviços	116.787
PIS/COFINS	(10.803)
ISS	(2.338)
	103.646

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2024
Serviços de terceiros	(39.685)
Localização e funcionamento	(15.577)
Outros	(283)
	(55.545)

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Processamento de dados e infraestrutura	(1.713)	–
Pessoal	(5.793)	–
Despesas Compartilhadas	(1.566)	–
Serviços de terceiros	(3.267)	(58)
Localização e funcionamento	(1.392)	(1)
Donativos e contribuições	(216)	–
Outras	(993)	–
	(14.940)	**(59)**

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024
Receita sobre aplicações	1.968
Total de receitas financeiras	**1.968**
IOF	(3)
Impostos sobre receitas	(98)
Despesa sobre aplicações	(94)
Atualização juros	(390)
Total de despesas financeiras	**(585)**
Resultado financeiro	**1.383**

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de assistência e serviços relacionados, como prestação de serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros, para Porto Cia, e canal varejista com a Mobitech.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024
Ativo	
CDF	141
	141

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Passivo		
Porto Cia	848	58
Porto Serviços e Comércio	3	–
CDF	2.536	–
	3.387	**58**

	Receitas Dezembro de 2024	Despesas Dezembro de 2024
Porto Cia	169	(7.982)
Mobitech	2.623	–
Portoseg	622	–
Porto Seguro S.A.	1	–
CDF Ltda.	–	(1.388)
CDF (i)	9.708	(2.536)
Porto Serviços e Comércio	–	(46)
Porto Gestora	–	(6)
Porto Saúde	–	(160)
	13.123	**(12.118)**

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	249.658	264.715
Média ponderada do número de ações durante o exercício	24.396	24.396
Resultado por ação básico e diluído	10,2334	10,8506

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Conselheiro

LENE ARAÚJO DE LIMA
Conselheiro

CELSO DAMADI
Conselheiro

ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE
Conselheira

EUGÊNIO EMÍLIO STAUB FILHO
Conselheiro

FELIPE GOTTLIEB
Conselheiro

DIRETORIA

LENE ARAUJO DE LIMA
Diretor Presidente - CEO Serviços

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Clientes

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Assistência Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Assistência Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve sobre a reorganização societária do Grupo Porto Seguros, na qual a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. efetuou a incorporação da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A e da CDF Assistência Ltda.. Esses eventos foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 29 de fevereiro de 2024 e 31 de agosto de 2024, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 80423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:24:59 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Reorganização Societária

O Grupo Porto se reorganizou societariamente, visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio. No decorrer do ano de 2024, a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. incorporou as empresas Porto Assistência S.A. e a CDF Assistências Ltda., desta forma todos os serviços prestados passaram a serem prestados pela CDF S.A.

• Receitas líquidas de serviços

Em 2024 a companhia obteve uma receita líquida de serviços de R$ 881,6 mil, totalizando um aumento de R$ 617,9 mil em relação à 2023.

• Lucro líquido

Para o exercício de 2024, a CDF alcançou um lucro líquido de R$ 184,1 mil. Em relação ao exercício anterior, de 2023, houve um aumento de R$ 184,6 mil.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**583.764**	**156.348**
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.221	34.554
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	7.1	8.496	–
Contas a receber de clientes	8	401.124	46.282
Impostos a recuperar	9	25.160	13.070
Custos e despesas antecipadas	10	78.914	61.653
Partes relacionadas	27	2.536	–
Outros créditos	11	35.313	789
Não circulante		**338.211**	**273.836**
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	7.2	192.360	–
Contas a receber de clientes	8	–	4.829
Custos e despesas antecipadas	10	49.606	74.141
Impostos de renda e contribuição social diferido	13	42.730	30.878
Depósitos judiciais		3.922	–
Ativo de direito de uso		–	1.986
Outros créditos	11	520	–
Investimento	12	–	77.347
Imobilizado	14	3.086	1.585
Intangível	15	45.987	83.070
Total do Ativo		**921.975**	**430.184**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		**398.195**	**154.024**
Fornecedores	18	206.487	20.672
Passivos financeiros	16	222	79.648
Receitas diferidas	17	72.690	42.123
Partes relacionadas	27	7.260	1.492
Obrigações tributárias	19	24.039	1.546
Salários e encargos sociais	20	87.497	8.543
Não circulante		**44.252**	**93.570**
Fornecedores	18	4.040	–
Passivos financeiros	16	1.134	91.481
Receitas diferidas	17	13.578	609
Provisões para contingências	21	25.500	1.480
Patrimônio líquido		**479.528**	**182.590**
Capital social	22 (a)	338.450	191.258
Reserva de capital		8.601	–
Reserva especial ágio		5.428	5.428
Reserva de lucros		123.465	(14.096)
Ajustes de avaliação patrimonial		3.584	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**921.975**	**430.184**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial ágio	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**182.657**	**5.428**	**8.601**	**–**	**–**	**(13.703)**	**182.983**
Prejuízo do exercício:		–	–	–	–	–	(393)	(393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**182.657**	**5.428**	**8.601**	**–**	**–**	**(14.096)**	**182.590**
Incorporação CDF Ltda.		155.793	–	–	–	–	–	155.793
Reconhecimento pagamento em ações	18 d	–	–	–	–	4.282	–	4.282
Ações outorgadas		–	–	–	–	(795)	–	(795)
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados		–	–	–	–	97	–	97
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	184.160	184.160
Destinação do resultado:								
Reserva legal	23 b (i)	–	–	–	11.403	–	(11.403)	–
Reservas estatutárias	23 b (ii)	–	–	–	112.062	–	(112.062)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	23 b (iii)	–	–	–	–	–	(43.738)	(43.738)
Dividendos complementares	23 b (iii)	–	–	–	–	–	(2.861)	(2.861)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**338.450**	**5.428**	**8.601**	**123.465**	**3.584**	**–**	**479.528**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas			
Receitas líquidas de serviços	23	881.682	263.780
Equivalência patrimonial		123.139	9.751
Total das receitas		**1.004.821**	**273.531**
Custo dos serviços prestados	24	(635.189)	(188.143)
Lucro bruto		**369.632**	**85.388**
Despesas administrativas e comerciais	25	(108.906)	(78.159)
Outras receitas e despesas		(1.216)	(801)
Resultado operacional		**259.510**	**6.428**
Resultado financeiro	26	**(15.731)**	**(25.673)**
Resultado antes dos impostos		**243.779**	**(19.245)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13.3	(24.060)	2.841
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13.3	(7.827)	16.011
Resultado antes das participações		**211.892**	**(393)**
Participação nos resultados		(27.732)	–
Lucro (prejuízo) do exercício		**184.160**	**(393)**
Atribuível à:			
Acionista da companhia		184.160	(393)
Resultado por ação:			
- Básico e diluído	28	2,4297	(0,0089)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro (prejuízo) do exercício	**184.160**	**(393)**
Outros resultados abrangentes	**97**	**–**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados	147	–
Efeitos tributários	(50)	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**184.257**	**(393)**
Atribuível à:		
Acionista da Companhia	**184.257**	**(393)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**(102.905)**	**76.253**
Caixa gerado nas operações	**123.907**	**136.594**
Lucro (prejuízo) do exercício	184.160	(393)
Equivalência patrimonial	(123.139)	(9.751)
Depreciações e amortizações	51.867	146.847
Valor residual de imobilizado e arrendamento baixado	–	(103)
Provisão para perda de créditos esperada	11.019	(6)
Variação nos ativos e passivos	**(226.812)**	**(60.341)**
Ativos financeiros	(200.856)	–
Contas a receber de clientes	(361.032)	(11.197)
Impostos a recuperar	(12.090)	(2.230)
Custos e despesas antecipadas	7.274	(71.695)
Partes Relacionadas	–	14.471
Outros créditos	(35.044)	2.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.852)	–
Depósitos Judiciais	(3.922)	16
Fornecedores	189.838	(2.837)
Salários e encargos sociais	78.954	(1.977)
Impostos e contribuições a recolher	36.341	(41)
Provisão para contingências	24.020	3.472
Instrumentos financeiros derivativos	(5.329)	(114)
Receitas diferidas	43.536	8.441
Partes Relacionadas	5.768	115
Juros	31.430	19.377
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.848)	(18.852)
Caixa líquido atividades de investimento	**343.317**	**(10.028)**
Aquisição de imobilizado	–	(627)
Aquisição de intangível	–	(9.401)
Incorporação de controladas	343.317	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**(242.745)**	**(93.895)**
Distribuição de dividendos	(46.599)	–
Nota Comercial	167.000	
Pagamento de debêntures	(86.202)	(56.158)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(276.087)	(35.557)
Contraprestações de passivos de arrendamento	(857)	(2.180)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.333)**	**(27.670)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.554	62.224
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.221	34.554

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia" ou "CDF") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de julho de 2003, sediada na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar Torre 1 - Alphaville - Barueri - SP. Tem por objeto social o fornecimento de serviços como help desk de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados, assistência 24horas, assistências emergenciais, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares e correlatos à atividade de seguros, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que cobrem 100% do território nacional. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes varejistas, seguido das empresas de telecomunicações e seguradoras.

1.1 EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.1.1 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - INCORPORAÇÕES

Em 29 de fevereiro de 2024, a CDF Ltda. incorporou a Porto Assistência. A partir de então, todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela Porto Assistência passaram a ser desenvolvidos pela CDF Ltda.

Em 31 de agosto de 2024, a CDF S.A. incorporou a CDF Ltda., e todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela CDF Ltda., passaram a ser desenvolvidos pela CDF S.A.

Em razão destas incorporações, as subsidiárias Porto Assistência e CDF Ltda. foram extintas. Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência

Ativo	Fevereiro de 2024
Circulante	**325.869**
Caixa e equivalentes de caixa	683
Ativos financeiros	53.612
Contas a receber de clientes	268.223
Outros créditos	1.619
Custos e despesas antecipadas	1.732
Não circulante	**94.272**
Realizável a longo prazo	
Ativos financeiros	81.655
Outros créditos	10.941
Imobilizado	1.285
Intangível	391
Total do ativo	**420.141**

Passivo e patrimônio líquido	Fevereiro de 2024
Circulante	**243.743**
Fornecedores	208.606
Obrigações tributárias	35.137
Não circulante	**20.605**
Provisões para contingências	18.857
Fornecedores	1.748
Patrimônio líquido	**155.793**
Capital social	114.714
Reservas de lucros	24.078
Lucros acumulados	17.302
Ajustes de avaliação patrimonial	(301)
Total do passivo e patrimônio líquido	**420.141**

CDF Ltda.

Ativo	Agosto de 2024
Circulante	**430.273**
Caixa e equivalentes de caixa	20.085
Aplicações financeiras	104.607
Contas a receber de clientes	295.329
Outros créditos	5.799
Custos e despesas antecipadas	4.453
Não circulante	**215.554**
Realizável a longo prazo	
Aplicações financeiras	174.103
Outros créditos	36.333
Custos e despesas antecipadas	3.922
Imobilizado	1.070
Intangível	126
Total do ativo	**645.827**

Passivo e patrimônio líquido	Agosto de 2024
Circulante	**266.190**
Fornecedores	232.260
Obrigações tributárias	33.930
Não circulante	**36.320**
Provisões para contingência	23.488
Fornecedores	12.832
Patrimônio líquido	**343.317**
Capital social	225.904
Lucros/Prejuízos acumulados	117.714
Ajustes de avaliação patrimonial	(301)
Total do passivo e patrimônio líquido	**645.827**

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia passa a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas, em razão da incorporação de sua subsidiária, conforme nota 1.1.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) Controladas

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

Conforme descrito na nota 1.1.1 a CDF incorporou sua controlada direta em agosto de 2024, e, portanto, passará a não apresentar para o exercício de 2024 saldos consolidados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(I) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(II) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

No ano de 2023 a companhia não possuía Ativos Financeiros. Em relação aos saldos incorporados, não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533940000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:25:17 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBIVÉIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.5 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados como: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) ao valor justo por meio do resultado.

(I) PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a pagar de empréstimos, financiamentos e Debêntures. Para o ano de 2024, estes saldos foram integralmente quitados.

(II) VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, este saldo encontra-se quitado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.7 ATIVOS INTANGÍVEIS

(A) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

(B) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(C) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

(D) INTANGÍVEL - "SIGN BÔNUS"

Os valores pagos referentes a "Sign Bônus" são reconhecidos na data do pagamento do montante ao parceiro e amortizado de acordo com a vigência do contrato firmado.

3.8 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Para reconhecimento das receitas de contratos, a Companhia avalia se atua como principal ou agente desses contratos. Nos casos em que atua como principal, a Companhia pode satisfazer à obrigação de desempenho para fornecer o serviço mediante esforço próprio, ou pode contratar outra parte (subcontratada) para satisfazer a totalidade ou parte da obrigação de desempenho em seu nome. Nesses casos, a Companhia reconhece a receita equivalente ao valor das taxas de agenciamento ou comissões acordadas com os parceiros comerciais.

As receitas e os custos de certos contratos de prestação de serviço que têm vigência superior a 2 meses são reconhecidos ao longo do tempo do contrato. Parte dos custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados na rubrica de "Custos e despesas antecipadas", no ativo, como "Custos com intermediação de vendas". São custos variáveis incidentes sobre as vendas requeridos pelos parceiros de negócios em decorrência da utilização do espaço e estrutura pessoal e tecnológica. As correspondentes receitas encontram-se registradas na rubrica "Receitas diferidas", no passivo.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE- CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 96,0% das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de valores a receber de clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito de cada cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes ("provisão para perdas de crédito esperada"), sempre que necessário.

A provisão para perdas de crédito esperada é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas de vendas (uma vez que a Companhia não tem histórico de perdas relevantes que justifiquem o reconhecimento como redutor da receita quando da emissão dos títulos a receber de clientes).

No caso dos "upfronts" e "sign bônus", a Companhia avalia anualmente a realização desses ativos por meio do valor em uso estimado desses contratos, ressaltando-se que os mesmos são também suportados por apólices de seguro e garantia em caso de "default" dos parceiros comerciais cujos ativos estão associados (hipótese em que as receitas futuras não seriam geradas).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

5.6 GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa	21.107	71
Equivalentes de caixa (*)	11.114	34.483
	32.221	**34.554**

(*) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha, e refletem as condições usuais de mercado. Nas datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em Letras do Tesouro Nacional (LTN).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos			
Cotas de fundos	4.697	–	4.697
Debêntures	–	3.159	3.159
Letras financeiras - privadas	–	572	572
CDBs	–	68	68
	4.697	**3.799**	**8.496**
Total	**4.697**	**3.799**	**8.496**
Circulante			8.496

7.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos	
NTNs - B	121.558
LTN	70.802
Total (*)	**192.360**
Não circulante	192.360

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 182.993.

7.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024
Saldo inicial	–
Aplicações	917.453
Resgates	(989.830)
Rendimentos	10.882
Incorporações (i)	294.572
Saldo final	**233.077**

(i) Vide nota explicativa de incorporação nº 1.1.1.

(*) A movimentação das aplicações financeira inclui os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4 TAXA DE JUROS CONTRATADA

	Taxas de juros % (a.a.)
	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	12,13
Fundos exclusivos	
NTN-B	5,76
LTN's	12,77

(*) Vide nota explicativa nº 6

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Notas fiscais de prestação de serviços	311.298	–
Valores a receber de parceiros varejistas	124.844	47.066
Outros	–	4.830
	436.142	**51.896**
(–) Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(35.018)	(785)
Recebíveis de prestação de serviços (líquido)	**401.124**	**51.111**

Aumento decorrente, principalmente, da incorporação pela empresa CDF Ltda. e Porto Assistência.

8.1 AGING - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer	312.608	–
Vencidos de 0 a 30 dias	45.825	30.869
Vencidos de de 31 a 60 dias	28.387	539
Vencidos de 61 a 90 dias	14.304	9.254
Vencidos de 91 a 120 dias	–	3.159
Vencidos de 121 a 150 dias	–	2.461
Acima de 150 dias	–	4.829
	401.124	**51.111**

Conforme item 3.4, os saldos apresentados acima encontram-se líquidos da provisão para perda.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL	5.790	7.188
IRRF	11.364	4.439
ISS	1.272	855
PIS e COFINS	6.734	588
	25.160	**13.070**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:25:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. CUSTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Contratos a vencer - "upfront" (i)	84.573	114.010
Custos com intermediação de vendas (ii)	43.432	20.108
Seguros a apropriar	369	820
Outras despesas antecipadas	146	856
Total	**128.520**	**135.794**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Amortização de 0 a 12 meses	65.890	61.653
Amortização de 12 a 24 meses	21.269	30.094
Amortização de 24 a 36 meses	14.669	16.241
Amortização acima de 36 meses	26.692	27.806
	128.520	**135.794**

(i) Refere-se a valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização. Os contratos de exclusividade possuem prazo de até doze anos, com encerramento em 2025, 2029 e 2032, e incluem metas de vendas preestabelecidas e volume financeiro mínimo garantido, além de contarem com seguro garantia em caso de "default" do parceiro (hipótese onde a geração de caixa futura utilizada para amortização dos "upfronts" deixaria de existir). Para viabilizar estas operações, a Companhia captou recursos através de contratos de empréstimos com o Banco Itaú S.A., além de ter emitido debêntures durante o exercício de 2022 (Vide nota 16). A amortização dos contratos a vencer segue o desempenho de vendas atrelado aos contratos de exclusividade junto aos varejistas.
(ii) Conforme preconizado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas e os custos de certos contratos com clientes, que até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato. Os custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados como Custos com intermediação de vendas.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Socorro	20.546	–
Adiantamentos administrativos	14.220	118
Despesas antecipadas	519	358
Outros	548	313
	35.833	**789**

12. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos em 2024 e 2023 está assim demonstrada:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Resultado equivalência patrimonial	Incorporação Porto Assistência Ltda. (i)	Incorporação CDF Assistências Ltda. (i)	Remuneração em ações	Outros/ Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
CDF Assistência Ltda.	**77.347**	123.139	155.793	(343.317)	(49)	(12.913)	**–**
	77.347	**123.139**	**155.793**	**(343.317)**	**(49)**	**(12.913)**	**–**

(i) Vide nota explicativa 1.1.1.
(ii) Devido à incorporação da empresa CDF Ltda. o saldo da Mais-Valia foi reclassificado para o grupo Intangível.

13. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

13.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**26.728**	13.499	(24.345)	**15.882**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	–	–	–
Benefício pós-emprego	–	2.568	(1.089)	1.479
Provisão de participação de lucros	1.266	26.526	(21.569)	6.223
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	194	15.217	(7.296)	8.115
Provisão para obrigações legais	–	819	(461)	358
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	267	12.510	(4.474)	8.303
Diferencial de aliquota	–	–	–	–
Outras provisões	6.725	3.844	(3.520)	7.049
	35.180	**74.983**	**(62.754)**	**47.409**
Compensação de ativo/ passivo diferido (*)	(4.302)			(4.679)
	30.878			**42.730**

(*) Composto por imposto de renda diferido passivo sobre compra vantajosa apurado da combinação de negócios junto à CDF Assistência Ltda. no montante de R$3.550, incorporada em 2024, e R$1.129 referente à amortização do ágio fiscal da Tectotal, incorporada em 2018.

13.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

Ano de realização:	
2025	26.792
2026	11.852
2027	1.780
2028	116
2029	103
2030 em diante	6.765
Total - ativo	**47.409**

13.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	243.779	(19.245)
(–) Participação nos lucros	(27.732)	
Alíquota vigente	34%	34%
IRPJ e CSLL (taxa nominal) (B)	**(73.456)**	**6.543**
Equivalência patrimonial	41.867	3.315
Incentivos fiscais	–	–
Participação nos lucros - administradores	(298)	–
Outros	–	8.994
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(31.887)**	**18.852**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(31.887)**	**18.852**
Taxa efetiva (D/-A)	**13,1%**	**98,0%**

14. IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado está assim demonstrado:

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	2.089	(1.544)	**545**	1.443	(1.117)	**326**
Informática	20,0 a 33,3	5.848	(4.380)	**1.468**	1.669	(1.294)	**375**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	1.399	(1.059)	**340**	857	(596)	**261**
Equipamentos	10,0 a 14,3	2.624	(2.250)	**374**	3.166	(2.543)	**623**
Veículos	20,0 a 25,0	1.406	(1.047)	**359**	–	–	**–**
		13.366	**(10.280)**	**3.086**	**7.135**	**(5.550)**	**1.585**

14.1 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentação: Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Incorporações	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**326**	(323)	–	542	**545**
Informática	**375**	(233)	–	1.326	**1.468**
Móveis, máquinas e utensílios	**261**	(97)	176	–	**340**
Equipamentos	**623**	(73)	(176)	–	**374**
Veículos	**–**	(128)	–	487	**359**
	1.585	**(854)**	**–**	**2.355**	**3.086**

15. INTANGÍVEL

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	17.686	(12.142)	**5.544**	16.269	(8.925)	**7.344**
Contratos - "Sign Bônus" (i)		129.702	(105.739)	**23.963**	140.415	(70.219)	**70.196**
Outros Intangíveis (ii)		20.547	(4.067)	**16.480**	6.724	(1.194)	**5.530**
		167.935	**(121.948)**	**45.987**	**163.408**	**(80.338)**	**83.070**

(i) Os valores registrados como "Sign Bônus" se referem a pagamentos de bônus de assinatura de contrato com parceiros comerciais, com o objetivo de assegurar o direito de exclusividade e de preferência das vendas dos serviços da Companhia aos clientes desses canais de vendas. O valor do bônus é pago a título de contraprestação destes direitos adquiridos, a ser amortizado conforme prazo contratual de exclusividade com os parceiros comerciais (entre 36 e 48 meses).
(ii) Principalmente, ágio gerado na aquisição da Montpellier Participações S.A. (que possuía participação de 69,10% na Tectotal, e que foi incorporada em 28 de fevereiro de 2018). O resultado do teste de "impairment" está descrito na nota explicativa 15.2.

15.1 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentação: Despesas de amortização	Outros	Transferências (i)	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	7.344	(2.032)	232	–	**5.544**
Contratos - "Sign Bônus"	70.196	(48.212)	–	1.979	**23.963**
Outros intangíveis	5.530	–	–	10.950	**16.480**
	83.070	**(50.244)**	**232**	**12.929**	**45.987**

(i) Devido à incorporação da empresa CDF Ltda. o saldo da Mais-Valia foi reclassificado para o grupo Intangível.

15.2 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.
Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.
Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.
A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
UGCs	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento na perpetuidade**	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento na perpetuidade**
CDF	13,28%	3,60%	11,93%	3,54%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

16. PASSIVOS FINANCEIROS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Debêntures	–	68.764
Empréstimos e financiamentos	–	96.926
Derivativos	–	3.279
Passivo de arrendamento	1.356	2.160
Total	**1.356**	**171.129**
Circulante	222	79.648
Não circulante	1.134	91.481

16.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Linha de crédito	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Capital de giro garantido - BRL	21/12/2029	4,15% + 100% do CDI	–	85.378
Capital de giro garantido - BRL	10/06/2024	4,33% + 100% do CDI	–	4.322
Capital de Giro Garantido - EUR	21/03/2025	5,82% + variação cambial	–	7.226
			–	**96.926**

16.2 DEBÊNTURES

Linha de crédito	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Debêntures	2025	2,32% + 100% do CDI	–	68.764
			–	**68.764**

16.3 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS

	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Derivativos	Passivo de arrendamento	Nota Comercial
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**124.417**	**113.828**	**3.393**	**3.313**	**–**
Aquisição/constituição	–	–	–	1.770	–
Atualização monetária/juros	15.374	20.328	(114)	217	–
Liquidação/reversão	(71.027)	(37.230)	–	(3.140)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**68.764**	**96.926**	**3.279**	**2.160**	**–**
Aquisição/constituição				–	167.000
Atualização monetária/juros	17.438	3.455	1.778	53	8.706
Liquidação/reversão	(86.202)	(100.381)	(5.057)	(857)	(175.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**–**	**1.356**	**–**

Devido à estratégia do Grupo Porto, os empréstimos, debêntures e derivativos foram integralmente quitados em 2024.

17. RECEITAS DIFERIDAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Amortização de 0 a 12 meses	72.690	28.222
Amortização de 12 a 24 meses	13.578	9.689
Amortização de 24 a 36 meses	–	4.212
Amortização acima de 36 meses	–	609
	86.268	**42.732**

Aumento decorrente, principalmente, pela incorporação da empresa CDF Ltda. e Porto Assistência.

18. FORNECEDORES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Socorro	106.732	–
Fornecedores	43.589	7.344
Comissões	60.205	13.328
Total	**210.526**	**20.672**

Aumento decorrente, principalmente, pela incorporação da empresa CDF Ltda. e Porto Assistência.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	16.297	664
ISS	2.416	612
IRPJ e CSLL	3.336	–
Outros	1.990	270
	24.039	**1.546**

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Salários a pagar	43	–
FGTS	276	209
INSS	3.799	287
IRRF s/salário	604	305
Provisão de férias e encargos	3.776	3.352
PLR funcionários	79.250	3.723
Outras obrigações trabalhistas	(251)	667
	87.497	**8.543**

Aumento decorrente, principalmente, pela incorporação da empresa CDF Ltda. e Porto Assistência.

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis.
Com base na análise individual desses processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, o montante de causas consideradas prováveis (ou com risco de perda possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro) e correspondentes naturezas estão assim compostos:

	Movimentação das provisões: Trabalhista	Cível	Fiscais	Total
Saldo final em dezembro de 2023	**11**	**561**	**908**	**1.480**
Incorporação	10.495	12.351	774	23.620
Constituição	1.013	2.687	5	3.705
Êxito/reversões	(15)	(3.021)	–	(3.036)
Pagamentos	(1.022)	(19)	–	(1.041)
Atualização monetária	228	466	78	772
Saldo final em dezembro de 2024	**10.710**	**13.025**	**1.765**	**25.500**
Depósito judicial	–	(3.922)	–	(3.922)
Provisão líquida	**10.710**	**9.103**	**1.765**	**21.578**

21.1 CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

Os processos judiciais classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível estão classificados conforme abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais	–	1.389
Cíveis	5.859	3.443
Trabalhistas	12.277	555
Total	**18.136**	**5.387**

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 338.450 (R$191.258 em 2023), dividido em 82.098.282 (44.278.468 em 2023) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.
O aumento do capital social ocorrido no exercício de 2024 é decorrente da incorporação das empresas CDF Assistências Ltda. e Porto Assistência Ltda., conforme nota explicativa 12 - Investimentos. Devido ao aumento de capital realizado, em 29 de fevereiro foram emitidas 37.819.814 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando 82.098.282 ações.
(b) RESERVA DE LUCROS
As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:
(i) RESERVA LEGAL
A reserva legal, constituída mediante proporção de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R$11.403 (R$2.195 em dezembro de 2023).
(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS
A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento de capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e participação da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.
Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendos mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R$112.062.
(iii) DIVIDENDOS
Conforme aviso aos acionistas de 25 de setembro de 2024, a Companhia creditou contabilmente R$ 46.599, relativos ao primeiro semestre de 2024, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício. A data do pagamento ocorreu na mesma data da aprovação.
Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**184.160**
(–) Reserva legal - 5%	(9.208)
Lucro básico para determinação do dividendo	**174.952**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**43.738**
Dividendos complementares	2.861
Total de dividendos	**46.599**
Total por ação	**0,0006**

(iv) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES
A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.
O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.
Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.
As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.
No exercício de 2024 foram entregues 71.631 ações, referentes à remuneração de 2023.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:25:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas de serviços	971.339	291.042
Cancelamentos	(2.289)	(5.448)
ISS	(12.251)	(5.685)
PIS/COFINS	(75.117)	(16.129)
	881.682	**263.780**

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Custo dos serviços prestados	(440.168)	(102.079)
Amortização de contratos com varejistas	(136.109)	(38.735)
Amortização Signing bônus de contratos com varejistas	(46.233)	(44.805)
Outros serviços prestados	(12.679)	(2.524)
	(635.189)	**(188.143)**

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

As contas de despesas administrativas e comerciais estão assim apresentadas:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas com pessoal	(35.159)	(45.697)
Despesas administrativas	(34.679)	(2.901)
Despesa com tecnologia de informação	(18.696)	(4.505)
Despesas com locação e correlatas	(649)	(951)
Despesas com depreciação e amortização	(5.989)	(8.175)
Amortização de direito de uso em contratos de arrendamento	(732)	(1.792)
Remuneração da administração	(934)	(3.669)
Despesas com serviços de terceiros	(10.414)	(4.411)
Despesas comerciais	(1.364)	(2.387)
Provisão para contingências	(237)	(1.348)
Recuperação de despesas (management fee CDF Ltda.	–	3.439
Outras despesas	(53)	(5.762)
	(108.906)	**(78.159)**

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.325	6.237
Resultado de operações com NDFs	–	943
Receita financeira sobre mútuos	–	1.398
Outras receitas financeiras	6.186	141
	16.511	**8.719**
Despesas financeiras		
Juros e encargos	(30.956)	(30.696)
Despesas bancárias	(127)	(61)
Resultado de operações com NDFs - Despesa	–	(829)
Variação cambial passiva	–	(2.040)
Juros de arrendamento mercantil	(97)	(217)
Outras despesas financeiras	(1.062)	(549)
	(32.242)	**(34.392)**
Total	**(15.731)**	**(25.673)**

27. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

27.1 PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:
(i) Prestação de serviços do seguro-saúde prestados pela Porto Saúde;
(ii) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(iii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.
(v) Prestação de serviços de assistência e serviços relacionados, como prestação de serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros, para Porto Cia, Azul e Itaú;
(vi) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora.
Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024
Ativo	
Porto Assistência Participações	2.536
	2.536

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Passivo		
Porto Assistência Participações	96	–
Porto Cia	6.636	–
Portoseg	465	–
CDF Ltda. (i)	–	1.492
Porto Serviços e Comércio	63	–
	7.260	**1.492**

(i) Vide nota explicativa de incorporação nº 1.1.1.

	Receitas Dezembro de 2024	Despesas Dezembro de 2024
Porto Cia	417.139	(31.620)
Azul Seguros	146.127	–
Itaú	3.290	–
Porto Atendimento	–	(38.227)
Portocap	232	–
Portoseg	–	(1.235)
CDF Ltda. (i)	2	(22)
Porto Assistência (i)	2.536	(2.982)
Porto Asset Management	–	(24)
Porto Gestora	–	(550)
Porto Saúde	–	(2.046)
	569.326	**(76.706)**

(i) Vide nota explicativa de incorporação nº 1.1.1.

a. REMUNERAÇÃO COM PESSOAL-CHAVE

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	3.850	–
Honorários de diretoria e encargos	934	3.669
	4.784	3.669

28. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.
A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	184.160	(393)
Média ponderada do número de ações durante o período	75.795	44.278
Resultado por ação básico e diluído	2,4297	0,0089

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA	RAFAEL VENEZIANI KOZMA	TOMAS TRABULSI
CEO - Serviços	Diretor Executivo	Diretor de Controladoria	Diretor Comercial

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
CDF Assistência e Suporte Digital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CDF Assistência e Suporte Digital S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - reorganizações societárias

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1.1.1 e 2.1 às demonstrações financeiras, que descrevem as reorganizações societárias efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em razão destas reorganizações, a Companhia passa a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:26:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Mobitech Locadora de Veículos S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante de operações descontinuada		**64.848**	**240.382**
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.533	6.412
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	7.059	104.623
Contas a receber de clientes	9	24.952	56.524
Impostos e contribuições a recuperar		5.887	6.229
Despesas antecipadas		–	2.696
Bens à venda	10	15.307	56.874
Outros ativos		110	7.024
Não circulante de operações descontinuadas		**179.498**	**706.584**
Realizável a longo prazo		160.285	52.183
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	159.800	51.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	481	477
Outros valores e bens		4	325
Imobilizado	12	19.213	646.584
Intangível	13	–	4.610
Ativo de direito de uso	14	–	3.207
Total do ativo		**244.346**	**946.966**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante de operações descontinuada		**266.920**	**463.871**
Contas a pagar		13.367	27.417
Obrigações a pagar	16	12.172	26.078
Impostos e encargos sociais a recolher		402	178
Encargos trabalhistas		793	1.045
Impostos e contribuições		–	116
Passivos financeiros	17	253.553	432.397
Passivo de arrendamento	19	–	4.057
Não circulante de operações descontinuadas		**2.017**	**457.698**
Obrigações a pagar	16	150	193
Passivos financeiros	17	–	446.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos		38	34
Provisões judiciais	18	1.829	11.322
Patrimônio líquido		**(24.591)**	**25.397**
Capital social	20	269.250	239.250
Reservas de lucros		(882)	(797)
Ajuste de avaliação patrimonial		226	(13.462)
Prejuízos acumulados		(293.185)	(199.594)
Total do passivo e patrimônio líquido		**244.346**	**946.966**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**184.250**	**(606)**	**(14.147)**	**(36.003)**	**133.494**
Aumento de capital - AGE 22 de dezembro de 2023		55.000	–	–	–	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	515	–	–	515
Ganhos e perdas atuariais		–	–	25	–	25
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	660	–	660
Prejuízo do exercício		–	–	–	(163.591)	(163.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**239.250**	**(797)**	**(13.462)**	**(199.594)**	**25.397**
Aumento de capital - AGE de 23 de janeiro de 2024	20	30.000	–	–	–	30.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	440	–	–	440
Ações outorgadas		–	(525)	–	–	(525)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	1	–	1
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	13.687	–	13.687
Prejuízo do exercício		–	–	–	(93.591)	(93.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**269.250**	**(882)**	**226**	**(293.185)**	**(24.591)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas líquidas de serviços prestados	21	88.709	261.901
Despesas operacionais	22	(75.911)	(103.570)
Despesas administrativas	23	(40.650)	(63.387)
Despesas comerciais		(8.670)	(12.442)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(36.522)**	**82.502**
Receitas financeiras	24	12.692	11.963
Despesas financeiras	24	(66.769)	(166.097)
Resultado financeiro		**(54.077)**	**(154.134)**
Resultado operacional		**(90.599)**	**(71.632)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		**(3.135)**	**(65.530)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(93.734)**	**(137.162)**
Imposto de renda e contribuição social	11.2	**143**	**(26.429)**
Diferido		143	(26.429)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		**(93.591)**	**(163.591)**
Resultado por ação básico e diluído por ação:	26	**0,0257**	**0,8733**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	**(93.591)**	**(163.591)**
Outros resultados abrangentes	**13.688**	**685**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	20.737	1.000
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa	(7.050)	(340)
Resultado com ganhos e perdas atuariais	2	38
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	(1)	(13)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**(79.903)**	**(162.906)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais	**(41.151)**	**(14.041)**
Caixa consumido nas operações	**(66.638)**	**(132.669)**
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(93.591)	(163.591)
Depreciação e amortização	26.953	30.922
Variações nos ativos e passivos	**98.460**	**187.007**
Ativos financeiros	(10.855)	(102.639)
Contas a receber de clientes	31.572	17.639
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	33.730
Outros ativos	49.993	6.720
Obrigações a pagar	(13.949)	(53.393)
Passivos financeiros	38.583	286.627
Operações de arrendamento	(10.343)	1.470
Outros passivos	13.459	(3.147)
Outros	**(72.973)**	**(68.379)**
Juros sobre captação de recursos pagos	(72.973)	(68.379)
Caixa líquido atividades de investimento	**606.875**	**646.728**
Aquisição de imobilizado	–	(7.188)
Aquisição de intangível	–	(649)
Alienação de imobilizado	606.875	654.565
Caixa líquido atividades de financiamento	**(560.603)**	**(650.597)**
Aumento de capital	30.000	55.000
Aquisição de empréstimos	–	184.362
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(590.603)	(889.959)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5.121**	**(17.910)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.412	24.322
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.533	6.412

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar/parte, Campos Elíseos - São Paulo - SP e tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; e (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras. As atividades acima relacionadas serão descontinuadas conforme nota 2.2. A Companhia é controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

Em 2024 a Companhia incorreu em prejuízo de R$ (93.591) e, conforme balanço patrimonial nesta data, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R$ 202.072, esses eventos ou condições, podem levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade da Companhia. Nesse contexto, a Administração realizou o aporte de capital no montante de R$ 66.150, conforme descrito na nota explicativa 27, a fim de seguir com o cumprimento de suas obrigações legais, presentes, futuras e com terceiros, considerando o encerramento de suas atividades relacionadas ao seu objeto social atual, confirmando assim sua capacidade de cumprir suas obrigações.
Os ativos e passivos relacionados ao seu objeto social atual, foram classificados como operações descontinuadas, e foram avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, satisfazendo os critérios para sua classificação como operações descontinuadas pelos seguintes motivos:
- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;
- A Administração da Companhia tem plano para venda dos ativos remanescentes no exercício 2025..

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.
No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade.
Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.6 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda. Os veículos estão registrados a 77% da tabela FIPE.

3.7 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.9 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existirem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTIGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:26:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) das provisões técnicas;
(iii) da provisão para risco de créditos ("impairment");
(iv) da realização dos tributos diferidos; e
(v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve mudanças relevantes nos riscos de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia sofreram alterações relevantes, devido a estratégia da Companhia para a descontinuidade operacional conforme nota explicativa 2.2.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazos, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	9.232	2.554
Depósitos bancários	2.301	3.858
	11.533	**6.412**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
Cotas de fundos de investimento	3.903	–	3.903	188	–	188
Debêntures	–	2.624	2.624	–	19.849	19.849
Letras financeiras - privadas	–	476	476	–	14.365	14.365
CDBs	–	56	56	–	58	58
LTNs	–	–	–	37.728	–	37.728
LFTs	–	–	–	32.435	–	32.435
Total - circulante	**3.903**	**3.156**	**7.059**	**70.351**	**34.272**	**104.623**
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**4 %**			**67 %**
Total das aplicações			**166.859**			**156.004**

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024 Nível 1	Dezembro de 2023 Nível 1
Fundos exclusivos		
NTN - B	100.983	51.381
LTN	58.817	–
Total	**159.800**	**51.381**
Não circulante	159.800	51.381
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**96 %**	**33 %**
Total das aplicações	**166.859**	**156.004**

8.3 TAXA DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTN	12,77	10,86
NTNs B - IPCA	5,76	5,13
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	–	0,14

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**162.416**	**77.687**
Aplicações	658.854	722.533
Rendimentos	8.894	10.201
Resgates	(651.772)	(648.005)
Saldo final	**178.392**	**162.416**

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Seminovos	28.710	4.607
Locação	13.647	67.997
Provisão para risco de crédito	(17.405)	(16.080)
	24.952	**56.524**

9.1 "AGING" A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida
A vencer	19.586	–	19.586	38.695	–	38.695
Vencidos de 1 a 30 dias	3.692	–	3.692	13.145	–	13.145
Vencidos de 31 a 60 dias	1.674	–	1.674	2.925	–	2.925
Vencidos de 61 a 90 dias	1.594	(1.594)	–	1.759	–	1.759
Vencidos de 91 a 120 dias	3.950	(3.950)	–	1.405	(1.405)	–
Vencidos de 121 a 150 dias	814	(814)	–	2.196	(2.196)	–
Vencidos de 151 a 240 dias	843	(843)	–	1.335	(1.335)	–
Vencidos de 241 a 360 dias	10.205	(10.205)	–	11.144	(11.144)	–
	42.358	**(17.406)**	**24.952**	**72.604**	**(16.080)**	**56.524**

10. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. O saldo de bens a venda diminuiu expressivamente em decorrência do encerramento das operações conforme nota 2.2.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	162.906	(162.906)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	10.282	29.497	(24.417)	15.362
Provisão para obrigações legais	–	–	–	–
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	–	–	–	–
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	–	–	–
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	–	650	(28)	622
Provisão de participação de lucros	547	587	(682)	452
IR e CS sobre IFRS 17	–	–	–	–
Lei do Bem	–	–	–	–
Outras provisões	(10.352)	60.298	(65.901)	(15.955)
	477	**253.938**	**(253.934)**	**481**

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, a expectativa de realização do ativo diferido será realizado integralmente em 2025.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	(93.734)	(137.162)
Alíquota vigente	34 %	34 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**31.870**	**46.635**
Doações/incentivos	–	(16)
Baixa para perda	–	(72.923)
Outros	(31.727)	(125)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(31.727)**	**(73.064)**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**143**	**(26.429)**
Taxa efetiva (D/-A)	**-0,2 %**	**19,3 %**

12. IMOBILIZADO

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	7,1	22.084	(2.871)	**22.084**	674.412	(28.905)	**645.506**
Móveis, máquinas e utensílios	10	–	–	**–**	25	(2)	**23**
Outras Imobilizações	20	–	–	**–**	1.597	(542)	**1.055**
		22.084	**(2.871)**	**19.213**	**676.034**	**(29.449)**	**646.584**

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações Baixas (i)	Despesas de depreciação	Transferências (ii)	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Veículos e equipamentos locados a terceiros	**645.506**	(716.992)	(23.396)	114.095	**19.213**
Móveis, máquinas e utensílios	**23**	(20)	(3)	–	**–**
Outras Imobilizações	**1.055**	(603)	(452)	–	**–**
	646.584	**(716.992)**	**(23.851)**	**114.095**	**19.213**

(i) Refere-se substancialmente as baixas do imobilizado (vendas e perdas) que tem como contrapartida o imobilizado e o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável dos veículos.

(ii) O saldo refere-se à transferência de veículos no exercício, cuja contrapartida ocorreu entre as rubricas patrimoniais de imobilizado e bens a venda.

13. INTANGÍVEL

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas amortização (% a.a.)	Dezembro de 2024 Custo	Amortização - acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Amortização - acumulada	Valor líquido
"Software" (i)	20,0	–	–	–	6.084	(1.474)	**4.610**
		–	**–**	**–**	**6.084**	**(1.474)**	**4.610**

(i) Após análise detalhada dos ativos, diante do encerramento das operações, constatou-se que os softwares não mais contribuiriam para a geração de benefícios econômicos futuros, sendo, portanto, baixados integralmente no exercício.

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações Baixas/ vendas	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	**4.610**	(3.355)	(1.255)	**–**
	4.610	**(3.355)**	**(1.255)**	**–**

14. ATIVO DE DIREITO DE USO

14.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis	20,0	7.953	(7.953)	**–**	9.661	(6.454)	**3.207**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:26:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0749C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos (vide nota explicativa nº 3.9).

14.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Movimentações: Constituição/ baixa de contratos	Movimentações: Despesas de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Imóveis	3.207	(1.360)	(1.847)	–

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (vide nota explicativa nº 3.3.1), demonstrado a seguir:

Valor justo	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	254.792	410.618
Contrato de "swap"	(255.047)	(423.753)
Total (A)	**(255)**	**(13.135)**
Estratégias - Curva		
"Hedge" de captações	253.551	405.614
Contrato de "swap"	(254.014)	(405.959)
Total (B)	**(463)**	**(345)**
Instrumentos financeiros (A+B)	(718)	(13.480)

A redução comparada ao exercício anterior refere-se ao vencimento da debênture no valor principal de R$ 400.000 conforme detalhado na nota explicativa nº 17.2.

16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	4.588	4.903
Participação nos resultados	997	1.192
"Swap" (i)	718	13.480
Transações com partes relacionadas (ii)	523	508
Provisão de benefícios a empregados	153	383
Adiantamento de Clientes	-	2.708
Outras	5.343	3.097
	12.322	**26.271**
Circulante	12.172	26.078
Não circulante	150	193

(i) Vide nota explicativa nº 15.

(ii) Vide nota explicativa nº 25.

17. PASSIVOS FINANCEIROS

17.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel/Emissão	Valor principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023
CCB - capital de giro - BRL				
	200.000	2024	Pré 14,99%	229.445
	20.362	2028	Pré 17,14%	18.581
Nota comercial				
	100.000	2023	CDI + 1,88%	101.537
Mútuo				
	100.000	2023	CDI + 1,88%	21.924
				371.487

No decorrer de 2024, o CCB, nota comercial e o mútuo com a controladora indireta Porto S.A. foram quitados em sua plenitude.

17.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Valor principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
400.000	2024	CDI + 1,35%	–	101.415
400.000	2025	CDI + 1,31%	253.553	405.644
			253.553	**507.059**

17.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**878.546**	**1.365.895**
Aquisição/constituição	–	184.362
Atualização monetária/juros	41.924	218.248
Liquidação/reversão	(666.917)	(889.959)
Saldo final	**253.553**	**878.546**
Circulante	253.553	432.397
Não circulante	–	446.149

18. PROVISÕES JUDICIAIS

18.1 PROVÁVEIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	1.737	990
Trabalhistas	92	93
Fiscais (*)	–	10.239
	1.829	**11.322**

(*) A Companhia ingressou com uma ação judicial para contestar a Lei 17.302/20, que alterou indevidamente a data de pagamento do IPVA para veículos de locação. Essa mudança legislativa exigia o pagamento do imposto a partir de março de 2021, afastando benefício fiscal a que a Companhia fazia jus e gerando um débito retroativo. O Juízo deu integral provimento ao pedido da Companhia e todos os recursos posteriores da Fazenda de São Paulo foram indeferidos, de modo que o processo transitou em julgado em favor da Companhia. Com essa decisão favorável, o saldo devedor da Companhia referente ao IPVA foi totalmente baixado, evitando um prejuízo significativo.

18.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.239**	**93**	**990**	**11.322**
Constituições	–	91	1.012	1.103
Êxito/reversões	(10.845)	(95)	(177)	(11.117)
Pagamentos	–	–	(274)	(274)
Atualização monetária	606	3	186	795
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**92**	**1.737**	**1.829**
Quantidade de processos prováveis	–	2	72	74

18.2 POSSÍVEIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	744	713
Trabalhistas	–	2
	744	**715**

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.136**	**(1.079)**	**4.057**
Pagamentos	(2.764)	–	(2.764)
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	(1.360)	–	(1.360)
Apropriação dos juros	–	67	67
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.012**	**(1.012)**	**–**

20. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de 269.250 representado por 3.820.606.304 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R$239.250 representado por 1.751.586.896 unidades em 31 de dezembro de 2023).

A AGE realizada em 23 de janeiro de 2024, deliberou aumento de capital social no montante de R$30.000, mediante a emissão de 2.069.019.408 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21. RECEITA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita de serviços	97.785	288.631
COFINS	(7.432)	(21.936)
PIS	(1.613)	(4.762)
ISS	(31)	(50)
Outras	–	18
	88.709	**261.901**

22. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão para riscos de créditos	(31.863)	(16.714)
Localização e funcionamento	(29.528)	(85.119)
Depreciação	(23.475)	(28.904)
Crédito de PIS e COFINS sobre despesas operacionais	8.955	27.167
	(75.911)	**(103.570)**

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal	(16.968)	(20.480)
Serviços de terceiros	(12.762)	(23.779)
Localização e funcionamento	(6.123)	(11.483)
Custos corporativos	(4.156)	(7.164)
Publicidade	(77)	(96)
Outras	(564)	(385)
Total	**(40.650)**	**(63.387)**

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita com aplicações financeiras	9.097	10.201
Outras	3.595	1.762
Total de receitas financeiras	**12.692**	**11.963**
Despesas com empréstimos	(64.850)	(162.798)
Despesas com aplicações financeiras	(203)	–
Outras	(1.716)	(3.299)
Total de despesas financeiras	**(66.769)**	**(166.097)**
Resultado financeiro	**(54.077)**	**(154.134)**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e,

(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo: Dezembro de 2024	Passivo: Dezembro de 2023
Porto Cia.	331	330
Portoseg	190	164
Porto Consórcio	2	14
Porto Seguro S.A.	–	21.994
	523	**22.502**

	Receitas: Dezembro de 2024	Receitas: Dezembro de 2023	Despesas: Dezembro de 2024	Despesas: Dezembro de 2023
Porto Cia	1.455	13.577	(2.368)	(10.838)
Portoseg	210	1.011	(2.013)	(1.324)
Renova	19	62	(154)	(23)
Porto Consórcio	2	1	(45)	(300)
Porto Investimentos	–	–	(29)	(85)
Porto Atendimento	–	–	(2.061)	(5.338)
CDF	–	–	(1.093)	(6.303)
Porto Saúde	–	–	(1.088)	(1.595)
Porto Seguro S.A.	–	–	(10.638)	–
Porto Gestora	–	–	(36)	–
Itaú Auto e Residência	–	16	–	–
Porto Assistência Participações	–	–	(2.623)	–
	1.686	**14.667**	**(22.148)**	**(25.806)**

(i) Em 2024 a Porto Assistência foi incorporada na empresa CDF S.A.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(93.591)	(163.591)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	3.648.188	187.332
Resultado por ação básico e diluído (R$)	0,0257	0,8733

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 04 de fevereiro de 2025 foi aprovado e pago o aumento de capital no montante de R$ 66.150 para liquidação de forma antecipada das debêntures (vide nota 17.2).

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Mobitech Locadora de Veículos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Mobitech Locadora de Veículos S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobitech Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa de entidade em liquidação para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com ouas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfâse

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas considerando a decisão da Diretoria que, no contexto atual da Companhia relativo a falta de incentivos e resultados positivos, conforme notas explicativas n°s. 2.2 e 11, decidiram pelo encerramento de suas operações. Essas demonstrações financeiras foram preparadas em base de liquidação considerando o pressuposto de encerramento das atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de liquidação considerando o pressuposto da não continuidade operacional. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações relacionadas à base contábil de liquidação e as razões para a sua utilização. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:26:56 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: DDEC2DB3-1E87-4FEA-923B-C1A2748E7FA9

Todo
cuidado
é Porto.

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 20/02/2025 | 22:27:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/